



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO (CCE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

Rafael Rangel Winch

**JORNALISMO E POBREZA: LUGARES PARA AS FONTES DE CLASSES
POPULARES E DESIGUALDADE SOCIAL NATURALIZADA**

Florianópolis
2021

Rafael Rangel Winch

**JORNALISMO E POBREZA: LUGARES PARA AS FONTES DE CLASSES
POPULARES E DESIGUALDADE SOCIAL NATURALIZADA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do título de Doutor em Jornalismo.
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Daiane Bertasso

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

WINCH, RAFAEL

JORNALISMO E POBREZA: LUGARES PARA AS FONTES DE CLASSES
POPULARES E DESIGUALDADE SOCIAL NATURALIZADA / RAFAEL
WINCH ; orientador, DAIANE BERTASSO, 2022.
220 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, , Programa de Pós-Graduação em Jornalismo,
Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Jornalismo. 2. Jornalismo. 3. Desigualdade Social.
4. Fontes. 5. Discurso. I. BERTASSO, DAIANE . II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Jornalismo. III. Título.

Rafael Rangel Winch

**JORNALISMO E POBREZA: LUGARES PARA AS FONTES DE CLASSES
POPULARES E DESIGUALDADE SOCIAL NATURALIZADA**

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof^ª Débora Thayane de Oliveira Lapa Gadret, Dr^ª
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof^ª Marcia Franz Amaral, Dr^ª
Universidade Federal de Santa Maria

Prof^ª Maria Terezinha da Silva, Dr^ª
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof Jorge Kanehide Ijuim, Dr (suplente)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^ª Isabel Colucci Coelho Dr^ª (suplente)
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi
julgado adequado para obtenção do título de Doutor em Jornalismo.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof^ª. Daiane Bertasso, Dr^ª
Orientadora

Florianópolis, 2021

Dedico este trabalho aos meus pais e as demais empregadas domésticas e auxiliares de serviços gerais que resistem e desafiam a subalternidade em busca de um mundo mais justo.

AGRADECIMENTOS

O percurso trilhado para desenvolver esta pesquisa envolveu muitas emoções, variadas vozes e diferentes lugares. Jamais poderia afirmar que a trajetória foi marcada unicamente por momentos felizes, uma vez que a chegada até aqui também somou perdas e decepções difíceis de serem compreendidas. Mesmo com as questões que me amolaram, tento cultivar mais vivo em mim os aprendizados das experiências, sejam elas positivas ou não. No que se refere aos bons afetos, aqui agradeço todas as pessoas que me ajudaram a persistir, mesmo nos períodos mais difíceis para manter a serenidade e o foco.

Agradeço à minha família, em especial, meus pais, Maria e José, que ainda acreditam em mim. São trabalhadores que não puderam concluir sequer o ensino fundamental, mas fizeram o possível para dar as melhores condições de desenvolvimento a mim e as minhas duas irmãs. Sou grato pela forma como vocês, cada qual da sua maneira, me ensinou a respeitar as diferenças, me compreender como sujeito e lutar pelos meus ideais.

Um agradecimento muito especial à Daiane Bertasso. Obrigado por topar fazer parte desta pesquisa que já se encontrava quase no meio da jornada. Seus ensinamentos nunca foram apenas formalismos acadêmicos, mas gestos de empatia e esforços para efetivamente somar na construção da tese. Manifesto aqui toda minha admiração pela sua notória dimensão humana expressa nas atividades como orientadora, professora e pesquisadora.

Aos colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, gratidão por todos os diálogos construtivos. Um carinhoso agradecimento, sobretudo, as grandes amigas Magali Moser; Nayane Cristina Rodrigues de Brito; Janaíne Kronbauer; Liziane Nathália Vicenzi e Patrícia Medeiros de Lima

Direciono outro super agradecimento os alunos do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Piauí. Gratidão por todo incentivo, paciência e compreensão. Aposto muito em vocês quando penso num jornalismo mais socialmente responsável, inclusivo e democrático.

Por fim, também agradeço à FAPESC, fundação que em parceria com a CAPES, me concedeu uma bolsa de pesquisa no decorrer de quase todo o doutorado.



Vidas Secas (1963) – filme de Nelson Pereira dos Santos inspirado na obra de Graciliano Ramos.



A Hora da Estrela (1985) – filme de Suzana Amaral baseado no romance de Clarice Lispector

RESUMO

A tese investiga a valoração das vozes das fontes de classes populares no discurso jornalístico sobre a pobreza. Compreende-se que o jornalismo como campo e discurso estabelece lugares para seus atores sociais, especialmente para as fontes de informação. Ao ceder e interditar posições, o jornalismo constrói sentidos sobre temas, acontecimentos, situações, indivíduos e grupos. Este processo valorativo é fundamentalmente emocional, uma vez que as emoções conformam o estabelecimento de lugares para as fontes, sobretudo no telejornalismo. Diante desta percepção, a hipótese do estudo é de que o discurso jornalístico situa as vozes das pessoas pobres em posições que naturalizam a desigualdade social. O objetivo geral da pesquisa é compreender como o discurso jornalístico sobre a pobreza valora as vozes das fontes de classes populares. Os objetivos específicos são identificar as posições-sujeito nas manifestações de tais fontes; evidenciar como as emoções se expressam na valoração das vozes das pessoas pobres; discutir como as fontes especializadas e autorizadas integram este processo valorativo; e debater acerca de como a pobreza é apreendida discursivamente pelo jornalismo. A reflexão teórica do estudo se concentra em três grandes questões: a desigualdade social, o jornalismo e o discurso, especificando a discussão a partir de conceitos como classe social, pobreza, fontes, emoção, grande reportagem televisiva, sentidos e vozes. Metodologicamente, a tese se ancora na Análise de Discurso, também a principal matriz teórica da pesquisa. A análise de 1.939 sequências discursivas pertencentes a reportagens dos programas *Câmera Record*, *Caminhos da Reportagem* e *Profissão Repórter* revela uma forte discrepância nos lugares estabelecidos para as fontes de classes populares, indivíduos que vivenciam diferentes situações de pobreza. As Posição-Sujeito Descrição (P.S-D), Posição-Sujeito Lamentação (P.S-L) e Posição-Sujeito Ilustração (P.S-I) dominam 87% da valoração das vozes das pessoas pobres visibilizadas pelas reportagens. Em um espaço bem menor, as Posição-Sujeito Opinião (P.S-O); Posição-Sujeito Saber; e Posição-Sujeito Proposição (P.S-P) representam somente 13% do processo valorativo construído pelo discurso jornalístico. Tais resultados são tensionados a partir da análise das tópicas da tristeza, alegria, medo, coragem, descrença e esperança, emoções que ajudam a configurar a valoração das vozes, assim como a performance das fontes especializadas e autorizadas. Constata-se que o processo valorativo das fontes de classes populares, movimento discursivo comandado pelo jornalismo, é configurado a partir do funcionamento de formações discursivas e formações imaginárias, da internalização de um *habitus* e do acionamento de emoções. As reportagens organizam perspectivas, cruzam sentidos, mobilizam emoções, abrindo caminho para dois tipos de sentimentos com dimensão prática na vida das pessoas pobres: a aquiescência e a resignação, ambos assentados num conformismo lógico. Os modos de posicionamento das vozes das fontes de classes populares corroboram um tratamento naturalizado sobre a desigualdade social, em que a classe social e os cenários de pobreza são jornalisticamente despercebidos como indicadores de um país historicamente injusto.

Palavras-chave: Jornalismo. Desigualdade Social. Fontes. Discurso. Emoção.

ABSTRACT

The thesis investigates the valuation of the voices of popular class sources in the journalistic discourse on poverty. It is understood that journalism as a field and discourse establishes places for its social actors, especially for information sources. By yielding and interdicting positions, journalism builds meanings about themes, events, situations, individuals and groups. This evaluative process is fundamentally emotional, since emotions shape the establishment of places for sources, especially in television journalism. Given this perception, the study's hypothesis is that the journalistic discourse places the voices of poor people in positions that naturalize social inequality. The general objective of the research is to understand how the journalistic discourse on poverty values the voices of popular class sources. The specific objectives are to identify the subject-positions in the manifestations of such sources; show how emotions are expressed in valuing the voices of poor people; discuss how specialized and authorized sources integrate this valuation process; and debate about how poverty is discursively apprehended by journalism. The theoretical reflection of the study focuses on three major issues: social inequality, journalism and discourse, specifying the discussion based on concepts such as social class, poverty, sources, emotion, great television report, senses and voices. Methodologically, the thesis is based on Discourse Analysis, which is also the main theoretical framework of the research. The analysis of 1,939 discursive sequences belonging to reports from the programs Camera Record, Caminhos da Reportagem and Profissão Repórter reveals a strong discrepancy in the places established for the sources of popular classes, individuals who experience different situations of poverty. The Position-Subject Description (P.S-D), Position-Subject Lamentation (P.S-L) and Position-Subject Illustration (P.S-I) dominate 87% of the valuation of the voices of poor people made visible by the reports. In a much smaller space, the Position-Subject Opinion (P.S-O); Position-Subject Knowing; and Position-Subject Proposition (P.S-P) represent only 13% of the value process constructed by journalistic discourse. Such results are tensioned from the analysis of the topics of sadness, joy, fear, courage, disbelief and hope, emotions that help configure the valuation of voices, as well as the performance of specialized and authorized sources. It appears that the value process of popular class sources, a discursive movement led by journalism, is configured from the functioning of discursive formations and imaginary formations, the internalization of a habitus and the triggering of emotions. The reports organize perspectives, cross directions, mobilize emotions, opening the way for two types of feelings with a practical dimension in the lives of poor people: acquiescence and resignation, both based on a logical conformism. The ways in which the voices of popular class sources are positioned corroborate a naturalized treatment of social inequality, in which social class and poverty scenarios are journalistically overlooked as indicators of a historically unfair country.

Keywords: Journalism. Social inequality. Sources. Discourse. Emotion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Logo do programa <i>Câmera Record</i>	101
Figura 2 - Logo do programa <i>Caminhos da Reportagem</i>	102
Figura 3 - Logo do programa <i>Profissão Repórter</i>	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - REP1 – Posição-sujeito Descrição (P.S-D)	112
Quadro 2 - REP1 – Posição-sujeito Descrição (P.S-D)	113
Quadro 3 - REP1 – Posição-sujeito Ilustração (P.S-I)	114
Quadro 4 - REP1 – Posição-sujeito Ilustração (P.S-I)	115
Quadro 5 - REP1 – Posição-sujeito Lamentação (P.S-L)	115
Quadro 6 - REP1 – Posição-sujeito Lamentação (P.S-L)	116
Quadro 7 - REP1 – Posição-sujeito Opinião (P.S-O)	117
Quadro 8 - REP1 – Posição-sujeito Opinião (P.S-O)	118
Quadro 9 - REP1 – Posição-sujeito Saber (P.S-S)	119
Quadro 10 - REP1 – Posição-sujeito Saber (P.S-S)	120
Quadro 11 - REP1 – Posição-sujeito Proposição (P.S-P)	121
Quadro 12 - REP2 – Posição-sujeito Descrição (P.S-D)	122
Quadro 13 - REP2 – Posição-sujeito Lamentação (P.S-L)	123
Quadro 14 - REP2 – Posição-sujeito Ilustração (P.S-I)	125
Quadro 15 - REP2 – Posição-sujeito Opinião (P.S-O)	126
Quadro 16 - REP2 – Posição-sujeito Saber (P.S-S)	127
Quadro 17 - REP2 – Posição-sujeito Proposição (P.S-P)	128
Quadro 18 - REP3 – Posição-sujeito Descrição (P.S-D)	130
Quadro 19 - REP3 – Posição-sujeito Descrição (P.S-D)	131
Quadro 20 - REP3 – Posição-sujeito Ilustração (P.S-I)	132
Quadro 21 - REP3 – Posição-sujeito Ilustração (P.S-I)	133
Quadro 22 - REP3 – Posição-sujeito Lamentação (P.S-L)	134
Quadro 23 - REP3 – Posição-sujeito Lamentação (P.S-L)	135
Quadro 24 - REP3 – Posição-sujeito Opinião (P.S-O)	136
Quadro 25 - REP3 – Posição-sujeito Opinião (P.S-O)	137
Quadro 26 - REP3 – Posição-sujeito Saber (P.S-S)	137
Quadro 27 - REP3 – Posição-sujeito Saber (P.S-S)	138
Quadro 28 - REP3 – Posição-sujeito Proposição (P.S-P)	137
Quadro 29 - REP4 – Posição-sujeito Descrição (P.S-D)	141
Quadro 30 - REP4 – Posição-sujeito Descrição (P.S-D)	142
Quadro 31 - REP4 – Posição-sujeito Ilustração (P.S-D)	142

Quadro 32 - REP4 – Posição-sujeito Ilustração (P.S-I)	143
Quadro 33 - REP4 – Posição-sujeito Lamentação (P.S-L)	144
Quadro 34 - REP4 – Posição-sujeito Lamentação (P.S-L)	145
Quadro 35 - REP4 – Posição-sujeito Opinião (P.S-O)	146
Quadro 36 - REP4 – Posição-sujeito Opinião (P.S-O)	147
Quadro 37 - REP4 – Posição-sujeito Saber (P.S-S)	148
Quadro 38 - REP4 – Posição-sujeito Saber (P.S-S)	149
Quadro 39 - REP4 – Posição-sujeito Proposição (P.S-P)	150
Quadro 40 - REP5 – Posição-sujeito Descrição (P.S-D)	151
Quadro 41 - REP5 – Posição-sujeito Descrição (P.S-D)	152
Quadro 42 - REP5 – Posição-sujeito Lamentação (P.S-L)	154
Quadro 43 - REP5 – Posição-sujeito Lamentação (P.S-L)	155
Quadro 44 - REP5 – Posição-sujeito Ilustração (P.S-I)	156
Quadro 45 - REP5 – Posição-sujeito Ilustração (P.S-I)	157
Quadro 46 - REP5 – Posição-sujeito Opinião (P.S-O)	158
Quadro 47 - REP5 – Posição-sujeito Opinião (P.S-O)	159
Quadro 48 - REP5 – Posição-sujeito Proposição (P.S-P)	160
Quadro 49 - REP5 – Posição-sujeito Proposição (P.S-P)	161
Quadro 50 - REP5 – Posição-sujeito Saber (P.S-S)	162
Quadro 51 - REP6 – Posição-sujeito Descrição (P.S-D)	164
Quadro 52 - REP6 – Posição-sujeito Descrição (P.S-D)	165
Quadro 53 - REP6 – Posição-sujeito Lamentação (P.S-L)	166
Quadro 54 - REP6 – Posição-sujeito Lamentação (P.S-L)	167
Quadro 55 - REP6 – Posição-sujeito Ilustração (P.S-I)	168
Quadro 56 - REP6 – Posição-sujeito Ilustração (P.S-I)	169
Quadro 57 - REP6 – Posição-sujeito Opinião (P.S-O)	170
Quadro 58 - REP4 – Posição-sujeito Opinião (P.S-O)	171
Quadro 59 - REP4 – Posição-sujeito Saber (P.S-S)	172
Quadro 60 - REP4 – Posição-sujeito Proposição (P.S-P)	173
Quadro 61 - Tópica da Tristeza em REP1	175
Quadro 62 - Tópica da Tristeza em REP2	176
Quadro 63 - Tópica da Alegria em REP1	177
Quadro 64 - Tópica da Alegria em REP5	178
Quadro 65 - Tópica do Medo em REP2	179

Quadro 66 - Tópica do Medo em REP5	180
Quadro 67 - Tópica da Coragem em REP3	181
Quadro 68 - Tópica da Coragem em REP6	182
Quadro 69 - Tópica da Descrença em REP4	183
Quadro 70 - Tópica da Descrença em REP6	184
Quadro 71 - Tópica da Esperança em REP3	185
Quadro 72 - Tópica da Esperança em REP4	186
Quadro 73: Fonte do tipo especializada em REP5	188
Quadro 74: Fonte do tipo especializada em REP3	189
Quadro 75: Fonte do tipo especializada em REP6	189
Quadro 76: Fonte do tipo autorizada em REP2	190
Quadro 77: Fonte do tipo autorizada em REP4	191
Quadro 78: Fonte do tipo autorizada em REP1	192

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - <i>Corpus</i> da pesquisa	107
Tabela 2 - Resultados da REP1 (<i>Profissão Repórter</i>)	112
Tabela 3 - Resultados da REP2 (<i>Caminhos da Reportagem</i>)	121
Tabela 4 - Resultados da REP3 (<i>Câmera Record</i>)	129
Tabela 5 - Resultados da REP4 (<i>Profissão Repórter</i>)	140
Tabela 6 - Resultados da REP5 (<i>Câmera Record</i>)	151
Tabela 7 - Resultados da REP6 (<i>Caminhos da Reportagem</i>)	163
Tabela 8 - Resultados gerais da análise	194

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD Análise de Discurso

APP Avaliação Participativa sobre a Pobreza

FD Formação Discursiva

FGV Fundação Getúlio Vargas

FGV Social Fundação Getúlio Vargas Social

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PNDA Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

OCDE Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU Organização das Nações Unidas

PS Posição-Sujeito

RDH Relatório de Desenvolvimento Humano

SD Sequência Discursiva

UFSM Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. DESIGUALDADE SOCIAL	25
2.1 A reprodução sociocultural das classes sociais	26
2.2 Modernidade periférica brasileira e precariado	32
2.3 A pobreza e os pobres	41
3. JORNALISMO	49
3.1 Os papéis das fontes	49
3.2 A dimensão emocional do jornalismo	59
3.3 Grande reportagem televisiva	66
4. DISCURSO	74
4.1 Sujeitos e dizeres	75
4.2 Do dialógico ao polifônico	82
4.3 Discurso jornalístico, testemunhas e personagens	86
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	100
5.1 Seleção dos objetos empíricos	100
5.2 Demarcação do <i>corpus</i>	105
5.3 Construção das categorias analíticas	107
6. VALORAÇÃO DE VOZES: OS POBRES NO JORNALISMO	111
6.1 “Ocupação”	111
6.2 “Retratos da pobreza”	121
6.3 “Famílias nas ruas”	129
6.4 “Domésticas”	140
6.5 “Favela de palafitas”	150
6.6 “Filhos da rua”	162
6.7 Acionamento de emoções	173
6.8 Vozes especializadas e autorizadas	187
6.9 Sobre as posições dos pobres no discurso jornalístico	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS	201
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	208

1. INTRODUÇÃO

*A novidade era a guerra
Entre o feliz poeta e o esfomeado
Estraçalhando uma sereia bonita
Despedaçando o sonho pra cada lado
Ô Mundo tão desigual...*

*(Intérprete: Os Paralamas do Sucesso;
Compositores: Bi Ribeiro, Gilberto Gil, Herbert Vianna e João Barone)*

Embora seja um dos mais graves problemas brasileiros, a desigualdade social nem sempre é focalizada de maneira crítica e com luz acentuada em discursos das mais diversas ordens, dentre eles, o jornalístico. Tratar criticamente esse tema exige o reconhecimento de privilégios e mazelas historicamente constituintes da formação das sociedades humanas. Diante do cenário atual de aprofundamento da pobreza – principal e mais grave consequência da desigualdade social entre os indivíduos – a classe social, dentre outras categorias e marcadores, se destaca como noção imprescindível para se investigar como o jornalismo se posiciona discursivamente num contexto de assimetrias e injustiças sociais.

As esferas das sociabilidades cotidianas são conformadas em diferentes níveis e formas pela dimensão da classe social. Trata-se de uma poderosa categoria estruturante das percepções e práticas humanas que se manifesta tanto em âmbitos sociais basilares como a família e a escola, como ainda em esferas institucionalizadas do poder político, econômico e jurídico. Sua existência material e simbólica também se inscreve em atividades, processos e produtos do campo da comunicação e da cultura, o que inclui, de maneira central, o jornalismo.

Como qualquer outro gênero discursivo, o discurso jornalístico é opaco, dialógico e não linear, ou seja, não se trata de um objeto transparente e fechado em termos de sentidos. Permeado por regras, rotinas e valores particulares, o discurso jornalístico também está permanentemente atravessado por constrangimentos, códigos, princípios e ideologias de ordem política, econômica e sociocultural (BENETTI, 2008). Estando circunscrito às dinâmicas da linguagem, o jornalismo não consegue e nem poderia espelhar a realidade, mas contribui para sua construção ao atribuir sentidos e amplificar as vozes dos fatos e temas que narra. Essa diversidade de sujeitos e perspectivas associa-se ao ideário de uma instituição que se enuncia como plural, democrática e igualitária. Entende-se, com base neste pensar, que o discurso jornalístico reconhece a diversidade social quando visibiliza, em suas produções noticiosas,

sujeitos com diferentes pontos de vista, histórias, identidades e origens, ou seja, quando permite a pluralidade social em seu discurso.

Apesar de o conceito de classe social nunca ter deixado de ser importante para a compreensão das desigualdades estruturais das sociedades humanas, nas últimas décadas, a noção passou por fases de menor e maior força, especialmente nos campos político e científico. De acordo com o crítico literário marxista Fredric Jameson, a ideia de um possível desaparecimento das classes sociais faz parte da retórica do liberalismo (JAMESON, 1995). Para o autor, embutido nesse tipo de pensamento ganha força o sentido de que atualmente passamos por um processo de homogeneização social em que as antigas diferenças sociais estão em via de desaparecer.

Mesmo que a categoria da classe social tenha sido extinta retoricamente em muitos discursos, conforme sublinhado pelo sociólogo britânico Graham Murdock, uma quantidade impressionante de evidências empíricas vem confirmar que ela permanece sendo uma força essencial que modela o modo como vivemos hoje (MURDOCK, 2009). O autor ressalta que ironicamente a chamada virada teórica pós-moderna, momento de ascensão de questões de identidade, consumo e diferença nas pesquisas acadêmicas, coincidiu quase exatamente com a revolução neoliberal em diretrizes sociais e econômicas. Ainda persiste, segundo o autor, a recusa em reconhecer que a classe se mantém como um importante princípio estrutural de cada aspecto da vida no capitalismo.

A diminuição da importância ou até mesmo a negação das classes sociais também tem relação, conforme Jameson (1995) com um processo próprio do sistema no qual o trabalhador é transformado em consumidor, este último percebido como indivíduo de constituição neutra. O apagamento ou a distorção do tema da classe social é um processo, ainda, discursivo. Na circulação dos mais diferentes dizeres, as causas e implicações da questão são, muitas vezes, naturalizadas ou consideradas pouco relevantes para serem discutidas na atualidade. Para Murdock (2009), é fácil pensar que a classe não importa, especialmente quando um indivíduo se mantém relativamente não afetado diretamente por privações e exclusões que ela causa.

No Brasil, a questão da classe social voltou a despertar mais atenção nos últimos anos, em grande medida por conta da divulgação de estudos já no final da década de 2000. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) publicou, em 2008, a pesquisa "A Nova Classe Média", que enfatiza uma mudança na distribuição de renda entre os brasileiros. Neste mesmo ano, outra pesquisa acerca do assunto foi divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O estudo "Pobreza e riqueza no Brasil metropolitano" também destaca redução na taxa de

pobreza e na desigualdade da renda do trabalho. Contudo, apesar de ambas as pesquisas trazerem dados semelhantes, cada uma interpretou as estatísticas de maneira particular. Para a FGV, o Brasil agora pode ser caracterizado como um país de classe média, percepção não compartilhada pelo Ipea, que somente chama a atenção para uma melhora na vida da população brasileira.

Problemática diretamente vinculada à questão de classe, na última década, a desigualdade social vem se agravando de maneira expressiva em vários países. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), elaborado pelas Nações Unidas e divulgado em 2017, o Brasil é o décimo país mais desigual do mundo. Já conforme a Pesquisa Desigualdade Mundial 2018, coordenada, entre outros, pelo economista francês Thomas Piketty, o país se destaca como o mais desigual do mundo em termos de distribuição de renda. Quase 30% da renda do país está concentrada nas mãos de apenas 1% da população. Apesar de a desigualdade social brasileira afetar indivíduos de diversas identidades sociais, as mulheres negras aparecem como a parcela da população mais pobre e privada de direitos básicos. Isso é constatado pelo projeto Retrato das desigualdades de gênero e raça, que utilizou indicadores oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Outro estudo produzido e divulgado pela FGV, em 2018, expõe o cenário de pobreza e desigualdade nos últimos anos no Brasil. De acordo com o levantamento intitulado “Qual foi o impacto da crise sobre a pobreza e a distribuição de renda?”, houve uma grande queda de renda per capita média do trabalho de 2014 até meados de 2016. Tal queda também pode ser percebida no que se refere ao bem-estar social da população brasileira. Em números, mais de seis milhões de pessoas passaram a viver abaixo da linha da pobreza nos últimos anos, aumento não observado há quase três décadas. Como o próprio estudo explica, o crescimento da desigualdade também interfere diretamente no desempenho econômico do país.

O já desolador quadro da desigualdade social vem sendo aprofundado pelas variadas consequências relacionadas à Pandemia de COVID-19¹, questão global que agrava a instabilidade social, econômica e política. A pesquisa Desigualdade de Impactos Trabalhistas na Pandemia, coordenada pelo diretor da Fundação Getúlio Vargas Social (FGV Social), mostra

¹ Apesar da necessária compreensão de que a pandemia aprofunda em múltiplos níveis e dimensões a desigualdade social brasileira, aumentando cenários de pobreza, o recorte do corpus da pesquisa não engloba produções jornalísticas produzidas e veiculadas ao longo do período da COVID-19. A seleção das reportagens analisadas é devidamente explicada no capítulo 5 da tese, intitulado “Procedimentos Metodológicos”.

que na média de 2019 a proporção de pessoas com renda abaixo da linha de pobreza era de 10,97%, antes da pandemia, o que representa cerca de 23,1 milhões de pessoas na pobreza. Ainda de acordo com esta pesquisa, as mulheres que tiveram jornada dupla de cuidado das crianças em casa apresentaram perda de -10,35% contra -8,4% dos homens. Num cenário mundial, os números se mantêm preocupantes, conforme um dos relatórios da Fundação Bill e Melina Gates divulgado em 2021. O levantamento destaca que a pandemia arrastou 31 milhões de pessoas para a extrema pobreza nos mais variados países. Além disso, o relatório evidencia que a recuperação econômica da pandemia também ocorre de maneira desigual. Em 90% dos países ricos, as pessoas devam retornar aos níveis de renda per capita pré-pandemia em 2022. Por outro lado, nos países de renda média ou baixa, até o final da década, quase 700 milhões de pessoas ainda podem estar vivendo na extrema pobreza.

Compreendo que as classes sociais não podem ser definidas apenas por fatores econômicos, mas também por dimensões imateriais, simbólicas. A noção de classe social aqui mobilizada considera, portanto, seus aspectos de ordem social e cultural. Evidentemente, não se ignora sua imprescindível dimensão econômica. Todavia, são incorporados à reflexão outros elementos para além das variáveis renda e posição dos sujeitos em relação aos meios de produção. Parto, sobretudo, das reflexões de Pierre Bourdieu (2007), que pensa a classe social com base nas relações simbólicas e concretas entre os indivíduos e seus mais variados capitais. Na perspectiva desse autor, as classes sociais são moldadas pelas vivências, pelos trajetos dos indivíduos numa dada sociedade e num dado momento histórico. Além disso, nesta lente teórica, o fator renda (capital econômico) é antes um efeito do que uma causa concreta das assimetrias entre pobres e ricos. Logo, a dimensão econômica, que indica não apenas a soma de rendimentos, mas também escolaridade, ocupação e consumo, é resultado de uma complexa gênese sociocultural das classes. Pelo ciclo do tempo, se desenrola uma contínua transferência de códigos e valores imateriais que permite a reprodução de cada classe social.

A principal matriz teórico-metodológica orientadora desta pesquisa é a Análise de Discurso de linha francesa, a AD. Neste horizonte conceitual, apreende-se o discurso como efeito de sentidos entre interlocutores (PÊCHEUX, 1969), sendo o lugar de contato entre língua e ideologia. Por ser uma prática social, o discurso é construído coletivo, não individual. Seus sentidos e vozes, então, só podem ser analisados se for considerado seu contexto histórico-social, além das especificidades situacionais próprias do gênero discursivo em análise. Todo discurso, incluindo o de caráter jornalístico, só acontece no espaço entre sujeitos (princípio dialógico) e seu funcionamento é profundamente complexo, uma vez que todo dizer possui uma

dimensão da ordem da história, da ideologia, do imaginário e da cultura. Considero que compreender “quem fala”, “como fala” e “em que circunstâncias fala” no jornalismo são ações necessárias para problematizar como a classe social se manifesta nas vozes do discurso jornalístico, especialmente em construções discursivas referentes à pobreza. Almeja-se, com isso, a constituição de um pensar crítico para além da representatividade, por vezes, meramente formal e ilustrativa das produções do jornalismo.

Os dizeres produzidos pelo jornalismo não raras vezes enfocam a situação das classes populares apenas num plano individual, sem incluir os processos históricos que estruturam a desigualdade social brasileira. Assim, consideram apenas as características dos indivíduos para explicar uma condição de pobreza e miséria, bem como apelam para leis econômicas, apresentando-as como naturais, imutáveis e independentes da ação humana (REGO, PINZANI, 2013). Reconhecer a complexidade em torno da pobreza pressupõe entendê-la como algo não imanente aos sujeitos, mas uma consequência perversa dos processos históricos de exclusão social. O jornalismo, delimitado por suas condições de produção discursiva, pode tanto reproduzir sentidos conservadores acerca da problemática, como também romper com percepções unidirecionais e naturalistas sobre o fenômeno. Tais possibilidades, defendo, estão fortemente relacionadas aos modos como as vozes das classes populares estão inscritas em um dado discurso. A construção de sentidos sobre a pobreza no discurso jornalístico é marcada pelo encaixe de vozes com potencial de sinalizar diferentes nuances da problemática da desigualdade social do Brasil. Todavia, mesmo numa grande reportagem, nem todos os dizeres possuem o mesmo peso e valor, visto que são típicas do jornalismo as etapas de seleção, recorte, angulação e edição de determinados fragmentos discursivos em detrimento de outros dizeres.

Esta tese apresenta como **objeto de estudo** a valoração das vozes das fontes de classes populares no discurso jornalístico sobre a pobreza. Minha **hipótese** é a de que o discurso jornalístico situa as vozes das pessoas pobres em posições que naturalizam a desigualdade social. Apreendo a valoração das vozes como um processo que estabelece lugares para diferentes atores do campo jornalístico. No contexto desta pesquisa, reconheço tal processo valorativo comandado pelo jornalismo como um movimento discursivo que cede e interdita posições para as fontes de classes populares, sobretudo, indivíduos em situação de pobreza.

O **objetivo geral** da pesquisa é compreender como o discurso jornalístico sobre a pobreza valora as vozes das fontes de classes populares. Já os **objetivos específicos** são: a) identificar as posições-sujeito nas manifestações de tais fontes; b) evidenciar como as emoções se expressam na valoração das vozes das pessoas pobres; c) discutir como as fontes

especializadas e autorizadas integram este processo valorativo; e debater acerca de como a pobreza é apreendida discursivamente pelo jornalismo. Este conjunto de propósitos encaminha uma análise discursiva de seis grandes reportagens televisivas que abordam diferentes situações de pobreza. As produções analisadas são oriundas dos programas *Câmera Record* (Rede Record), *Caminhos da Reportagem* (TV Brasil) e *Profissão Repórter* (Rede Globo).

Ao assumir a complexidade dos discursos produzidos por esses programas, observam-se os modos como a classe social atua nos arranjos e encaixes de dizeres das reportagens, colaborando, muitas vezes, na manutenção de posições pré-estabelecidas para os sujeitos das classes populares. Como já observado por Coutinho (2009), existe um ordenamento do mundo via telejornalismo que, em formato audiovisual, incorpora produção e apropriação de sentidos, bem como consolidação de identidades em constante negociação com o público. Os noticiários televisivos constroem o mundo por meio de textos, sons e imagens a partir de sua janela particular, o que abrange desde aspectos técnicos e estéticos de cada meio até diretrizes relativas à política editorial da emissora responsável pela produção e veiculação do telejornal (COUTINHO, 2009). Igualmente pertinente para a investigação é a dimensão sociocultural manifesta no discurso jornalístico e nas interpretações desse. A seleção de temas e acontecimentos e seus consequentes processos de apuração, edição e narração não se dão de modo alheio ao imaginário e aos valores sociais inscritos em nossa cultura. Logo, as vozes visibilizadas e amplificadas pelo telejornalismo – e seus marcadores de classe – extrapolam conformações midiáticas, uma vez que ecoam, antes de tudo, no mundo social.

O foco na valoração das vozes das fontes de classes populares, sobretudo, indivíduos pobres, é uma escolha teórico-metodológica sinalizadora da necessidade de problematização da imprescindível dimensão social do jornalismo. Apesar de a tese possuir recortes específicos, é oportuno sublinhar que outras pesquisas do campo da Comunicação² já discutiram como o jornalismo aborda diferentes modos de exclusão social e vulnerabilidade, dentre os quais destaco: trabalhadores rurais sem-terra (BERGER, 1998); grupos em situação de miséria e prostituição (MAROCCO, 2004); pessoas com deficiência (SCORALICK, 2011); gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (DARDE, 2012); usuários de *crack* (LAGE, 2016); moradores de favelas (BARCELOS, 2016); mulheres em situação de rua (BORTOLI, 2017); jovens negros (QUIRINO, 2017); e população indígena (PACHECO, 2019). São pesquisas que

² O estado da arte não apontou dissertações ou teses que analisem centralmente a valoração das vozes das fontes de classes populares inseridas em cenários de pobreza.

desenvolvem relevantes análises de enquadramentos, discursos, enfim, representações acerca de atores sociais historicamente marginalizados.

Para além do diálogo com outros estudos, esta pesquisa nasce de um incômodo pessoal. Como sujeito vindo de classe popular, desde minha infância vivenciei processos de exclusão social, condição que comecei a interpretar de maneira mais crítica na escola e, sobretudo, após ingressar no curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Meu incômodo é multidirecionado, uma vez que as questões sobre diversidade sociocultural sempre me tocaram profundamente como ser humano e cidadão. Como jornalista, desde os tempos da faculdade, tomei um caminho profissional com foco na comunicação para públicos de classes populares, fator que foi despertando em mim questionamentos do tipo: Como entrevistar pessoas em situação de pobreza? De que forma captar suas dores, sem transformar isso em espetáculo? Quais os cuidados tomar na edição das falas destes sujeitos? Perguntas que considero extremamente necessárias e que ainda me acompanham na vigilância sobre minha prática, mas também na leitura crítica que busco construir acerca do fazer jornalístico de modo geral. Como pesquisador, antes desta tese, mesmo em trabalhos com outros temas e recortes, na medida do possível, sempre busquei manifestar minha preocupação com as marcas da desigualdade social no jornalismo.

A tese está dividida em cinco capítulos, além desta introdução e das conclusões. Em **Desigualdade Social**, discuto como as assimetrias sociais congregam vínculos com processos históricos de internalização e naturalização de modos de pensar, agir e sentir. Parto da perspectiva de Pierre Bourdieu para discutir a reprodução das classes sociais a partir das dinâmicas do chamado *habitus* (BOURDIEU, 2007). Esta perspectiva imaterial é posteriormente tensionada com base em reflexões de Jessé Souza, autor que nos leva a especificar o debate sobre classe social nos contornos da modernidade periférica brasileira (SOUZA, 2015). Após relacionar, de maneira breve, a discussão sobre desigualdade social com o fenômeno do proletariado precarizado (BRAGA, 2012), também argumento acerca do conceito de pobreza e dos papéis historicamente atribuídos para as pessoas pobres. Por fim, embora o mapeamento das opressões cruzadas (BIROLI; MIGUEL, 2015) não seja um dos propósitos da pesquisa, enfatizo a necessidade de reconhecermos que marcadores sociais da diferença como raça e gênero também estruturam cenários de pobreza.

O capítulo intitulado **Jornalismo** também é dividido em três seções e traz uma discussão sobre três aspectos importantes da pesquisa: fontes, emoção e grande reportagem televisiva. Primeiramente, sublinho a centralidade das fontes no campo jornalístico, evidenciando suas

principais atribuições e formas de interação (FISHER, 2018), bem como as implicações das relações de poder e saber que conformam a atividade dos informantes (JONCEW, 2005). Na sequência, tensiono a dimensão emocional no discurso jornalístico, debatendo perspectivas que assumem as emoções como parte da experiência de envolvimento construída pelo jornalismo (PETERS, 2011) e dos rituais estratégicos cultivados por jornalistas (WAHL-JORGENSEN, 2014). O capítulo se encerra com uma discussão acerca da dimensão empírica da tese. As grandes reportagens televisivas são conceituadas e compreendidas como um subgênero do telejornalismo. Tais produções são reconhecidas pelo seu potencial criativo e original, bem como pelas possibilidades de abordagens de cunho tópico e intensivo (JESPERS, 2009).

O capítulo **Discurso** focaliza criticamente como se dá a produção discursiva em sociedade. Além de compreender discurso como efeito de sentidos entre interlocutores (PÊCHEUX, 1965), apresento e explico conceitos como posição-sujeito, formação discursiva, formação ideológica, formação imaginária, condições de produção do discurso e interdiscurso. Para além de noções diretamente vinculados à Análise de Discurso (AD) outros conceitos fundamentais nas escolhas teóricas e metodológicas são tensionados neste capítulo, como o conceito de polifonia (BAKHTIN, 1986) e enunciadores e locutores (DUCROT, 1987). A última seção demarca propriedades específicas do discurso jornalístico, apresentando noções como contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2006), além de refletir sobre como as fontes de informação são posicionadas como testemunhas e personagens das construções discursivas do jornalismo.

Em **Procedimentos metodológicos**, num primeiro momento, elucido a seleção dos objetos empíricos, destacando algumas das principais marcas editoriais dos programas de grande reportagem escolhidos. Em seguida, descrevo os critérios de construção do *corpus* da pesquisa e das categorias (posições-sujeito) empregadas na análise. Já o capítulo **Valoração de vozes: os pobres no jornalismo** evidencia como ocorre a demarcação de lugares para as fontes de classes populares no discurso jornalístico. A partir dele, exemplifico o processo valorativo em cada uma das reportagens, além de problematizar a dimensão emocional deste processo e os lugares das fontes do tipo especializadas e autorizadas. Por fim, nas conclusões da tese, reafirmo a relevância da valoração das vozes como um processo que estabelece lugares para atores do campo jornalístico, sendo ainda – dentro do escopo empírico desta pesquisa – um espaço de naturalização da desigualdade social brasileira.

2. DESIGUALDADE SOCIAL

*A cidade não para a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce
E a situação sempre mais ou menos
Sempre uns com mais e outros com menos*

(Intérpretes e compositores: Chico Science & Nação Zumbi)

De um ponto de vista pragmático, a desigualdade social consiste na existência de grupos de indivíduos marcados por uma forte distinção no acesso a várias áreas e recursos, como educação, saúde, trabalho, poder de consumo, cultura, lazer, entre outros (MILLER, 1996). Nesta tese, compreendo a desigualdade social como um processo diretamente vinculado à existência de classes sociais. Diante da variedade de perspectivas que discutem classe social, ancore-me especialmente numa abordagem que entende o conceito a partir de um horizonte sociocultural (BOURDIEU, 2007; SOUZA, 2015). Por tal abordagem, classe é uma dimensão da vida constituída por percepções, valores, gostos e comportamentos incorporados e naturalizados nos processos – em grande medida, discursivos – de socialização dos agentes sociais. Logo, apreendo que a categoria da classe possui fortes vínculos com a origem social e a cultura de cada indivíduo, sendo engendrada e constantemente reafirmada na escola, na família, no trabalho, na mídia e em outras instâncias e espaços que atuam na produção dos sentidos.

Apesar de resguardar suas próprias particularidades empíricas e simbólicas, o marcador de classe social necessita ser percebida no complexo cruzamento com outros marcadores sociais da diferença igualmente relevantes na conformação de cada sujeito. O reconhecimento dos cruzamentos das opressões (COLLINS, 1989), todavia, não significa uma defesa da redução do escopo das análises ao nível da individualidade. Ao contrário, compreendo que tais opressões são fundamentalmente estruturais das desigualdades. Assim como em outros países, no Brasil, questão racial possui vínculos históricos com os processos de exclusão social. Neste contexto, além dos esforços na criação de mecanismos mitigadores da desigualdade social, ainda são fundamentais iniciativas que diluam atitudes discriminatórias na sociedade brasileira (FIRPO; FRANÇA; PORTELLA, 2021), seja por relações assimétricas em torno da raça, gênero, sexualidade, territorialidade, entre outros marcadores sociais da diferença. Apesar de considerar tais compreensões como pressupostos, a seguir, discuto especialmente a categoria da classe

social, dimensão focalizada teórico-analiticamente na tese. Na discussão da próxima seção, reflito sobre como nossas existências e trajetórias como atores sociais são imprescindivelmente conformadas por lutas cotidianas, em grande parte, invisíveis (BOURDIEU, 2007). Tais batalhas possuem forte dimensão simbólica e resultam na reprodução das classes sociais, processo estruturante das desigualdades e naturalizado pelos mais variados campos e discursos, incluindo o jornalismo.

2.1 A REPRODUÇÃO SOCIOCULTURAL DAS CLASSES SOCIAIS

A partir de uma perspectiva com ênfase na complexa relação entre sociedade e cultura, o sociólogo Pierre Bourdieu considera que toda classe social se manifesta nas relações no entre meio de agentes situados em posições próximas no espaço social e possuidores de um mesmo tipo de capital. Não se trata apenas do capital econômico – como enfatizo mais adiante – mas antes de tudo simbólico, ou seja, recursos de ordem imaterial. Esta concepção de classe social não invalida o peso de fatores como a renda, mas reconhece tal dimensão mais como um efeito do que uma causa das desigualdades. Para o autor, as lutas simbólicas do cotidiano atuam fortemente nas classificações dos indivíduos na estrutura social. Os agentes ocupam posições relativas que são definidas de acordo com a distribuição dos capitais, conjunto de propriedades que lhes conferem poder e distinção nas relações com os outros.

Com base no conhecimento do espaço das posições, podemos recortar classes no sentido lógico do termo, quer dizer, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes (BOURDIEU, 1989, p. 136).

Bourdieu compreende as relações de classe como relações de poder delineadas por uma série de propriedades atuantes, a saber: capital econômico, capital cultural, capital social e capital simbólico. O capital econômico se manifesta a partir de vários recursos financeiros, fundiários, monetários, entre outros. Por sua vez, o capital cultural tem a ver com os recursos culturais, como os saberes incorporados ou não pelos agentes. Já o capital social deriva dos relacionamentos sociais que cada agente pode empreender para alcançar seus objetivos. Por fim, o capital social simbólico se refere ao modo como um dado agente, portador de recursos particulares, é lido socialmente por outros agentes.

Para o autor, classe social é um conceito relacional que depende das vivências, do trajeto dos agentes numa dada sociedade e num determinado momento histórico. Nesta lente conceitual, a posição de um indivíduo ou de um grupo no espaço social nunca é definida somente com base num ponto de vista estritamente estático (posições do tipo “superior”, “média” ou “inferior”, por exemplo). Em outros termos, as classes sociais são definidas a partir das relações entre os agentes e seus mais diversos tipos de capital, bem como pelos efeitos que a posição de classe exerce sobre suas práticas.

A classe social não é definida por uma propriedade (seja pela mais determinante, como o volume e a composição do capital), nem por uma coleção de propriedades (sexo, idade, origem social ou étnica – proporção de negros e brancos, por exemplo, ou nativos e imigrantes –, renda, nível educacional, etc.), nem mesmo por uma cadeia de propriedades que decorre de uma propriedade fundamental (posição nas relações de produção) em uma relação de causa e efeito, de condicionante e condicionado; mas pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere valor específico a cada uma delas e aos efeitos que elas exercem sobre as práticas (BOURDIEU, 2007, p. 98).

Para melhor entender a questão da classe social em Pierre Bourdieu, faz-se necessário um olhar atento para a noção de *habitus*³, uma vez que as classes se definem em relações simbólicas marcadas pela distinção (BOURDIEU, 2007). São as experiências dos agentes que determinam o chamado *habitus* de classe. Assim, segundo o autor, as classes populares, por exemplo, congregam uma série de traços comuns como a humildade, a aquiescência, bem como, muitas vezes, um sentimento de incompetência. Conforme Pierre Bourdieu, existe um conformismo lógico, um "sentimento do seu lugar" que representa um ajuste da personalidade dos agentes às condições objetivas e às chances reais de cada grupo social.

Como assinala Bourdieu (2007) ao olhar para as classes populares, a pobreza impõe um gosto que resulta num modo de adaptação, aceitação e de resignação ao inevitável. Segundo o autor, a submissão à necessidade direciona os agentes a uma estética pragmática e funcionalista que recusa a chamada arte pela arte, assim como os orienta para determinadas preferências distintivas marcadas pela urgência da exclusão social e expressas em diversos níveis de escolha da vida cotidiana, tais como a mobília, o vestuário e a alimentação. Por isso, o gosto que orienta as escolhas das classes populares tende a estar na contramão do ascetismo aristocrático do intelectual e da estética hedonista da naturalidade e da facilidade da burguesia. Ao reduzir-se à

³ Importante não perder de vista que o *habitus* é uma noção filosófica antiga, originária no pensamento de Aristóteles e na Escolástica medieval, que foi recuperada e retrabalhada posteriormente por Bourdieu a partir da década de 1960 na construção de uma teoria disposicional da ação (WACQUANT, 2018).

escolha do necessário, o gosto das classes populares é definido – nem sempre, mas na maioria das vezes – pelo comum, pela função em detrimento da forma.

Por *habitus* entende-se o acervo repleto de disposições pré-conscientes, que inclui gostos, percepções sobre si mesmo, posturas corporais, habilidades ou “competência prática”. O *habitus* seria, dessa maneira, uma espécie de guia de conduta para os indivíduos, um mapa invisível que elimina o tempo de reflexão e automatiza ações, construindo estilos de vida, modos de ser, pensar e falar. Sendo um mecanismo que unifica as práticas sociais, o *habitus* faz os agentes incorporarem – e naturalizarem – tais práticas a partir dos mais variados processos de socialização. O *habitus* incorpora um conjunto de conhecimentos tácitos, moldando orientações em vários espectros da vida dos indivíduos.

Bourdieu (2007) entende que o vestuário e a linguagem são alguns dos traços distintivos que simbolizam a posição dos indivíduos em um grupo. Contudo, apesar de esses elementos aparecerem como propriedade dos agentes, trata-se de uma natureza culturalmente cultivada. Além disso, para o autor, todo ato de consumo é um ato distintivo, ou seja, uma ação que cria diferenças. De acordo com o autor, as preferências, sejam em matéria de alimentação, vestuário ou cosmética, entre outras, são organizadas segundo a mesma estrutura fundamental, ou seja, a do espaço social, determinada tanto pelo volume do capital quanto pela trajetória social dos indivíduos (BOURDIEU, 2007).

É também possível pensar o *habitus* como um coletivo individualizado, visto que cada indivíduo detém uma trajetória singular, obtendo experiências num caminho específico, distinto. No entanto, os membros de uma mesma classe social estão, em grande medida, sob as mesmas condições de existência. Por isso, “a história do indivíduo nunca é mais do que uma certa especificação da história coletiva de seu grupo ou de sua classe” (BOURDIEU, 1983, p. 80). O *habitus* é inicialmente configurado no interior das relações familiares e, logo depois, nos espaços escolares e de trabalho. Os movimentos de construção do *habitus* são, como já pontuamos, espontâneos, naturalizados, pré-conscientes.

Ao focar a dimensão do *habitus* em suas reflexões sobre as desigualdades estruturantes da sociedade, Pierre Bourdieu pensa o conceito de classe social para além de indicadores como escolaridade, profissão, renda e consumo. Evidentemente esses índices são fundamentais para um primeiro mapeamento dos agentes e de suas respectivas classes sociais. Todavia, a formação e a continuação de cada classe são explicadas, na perspectiva desse autor, a partir das dinâmicas do *habitus*, que possui uma dupla capacidade: engendrar práticas e produzir juízos práticos sobre as práticas.

Ainda conforme a perspectiva do autor, podemos entender o *habitus* como o elemento responsável por realizar a mediação entre as dimensões objetiva e subjetiva do mundo social. Em outras palavras, a ponte que liga a estrutura e a ação prática. Compreende-se, nesta visada teórica, que a estruturação das práticas sociais não é um processo mecânico guiado apenas pelas condições objetivas de um determinado espaço social. Também não se trata, por outro lado, de um processo conduzido de modo autônomo e consciente pelos agentes. Para Bourdieu (1983), as práticas sociais são estruturadas e apresentam diversas propriedades típicas da posição social de quem as produz, uma vez que a própria subjetividade dos agentes, bem como suas aspirações, gostos e preferências estão previamente estruturados em relação ao momento da ação.

Evitando uma lente conceitual que recaia no objetivismo, Bourdieu enfatiza o caráter flexível do *habitus*, este sempre configurado numa relação dialética ou não mecânica. Assim, cada agente vivencia uma série de experiências – em grande medida, em função de sua posição no espaço social – que estruturam inteiramente sua subjetividade, o que gera uma matriz de apreciações, percepções e ações (BOURDIEU, 1983). A lógica do *habitus* possibilita, então, que os indivíduos se comportem como membros típicos de uma classe social determinada que ocupa dada posição no espaço social. Ao agir de tal forma, os agentes colaboram – sem plena consciência disso, é claro – para reproduzir as propriedades do seu grupo social de origem, além da própria estrutura das posições na qual eles foram socialmente engendrados.

Sendo um elemento mediador, o *habitus* colabora para romper com a dualidade entre indivíduo e sociedade. O processo discutido pelo autor congrega uma interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade. Em outros termos, o *habitus* evidencia os modos como a sociedade se manifesta nos agentes sob a forma de disposições duráveis, isto é, maneiras estruturadas de pensar, agir e sentir no espaço social. As classes sociais, segundo a teoria de Pierre Bourdieu, são reproduzidas no cerne desse processo sociocultural complexo e dinâmico de *distinção*, outra noção fundamental na perspectiva do autor para compreendermos a reprodução das classes sociais, conceito que concerne à exclusão mútua dos agentes situados em posições sociais diferentes. Conforme Bourdieu (1990), a classificação dos agentes é uma dimensão basilar da luta de classes. “O poder de impor uma visão das divisões, isto é, o poder de tornar visíveis, explícitas, as divisões sociais implícitas, é o poder de fazer grupos, de manipular a estrutura objetiva da sociedade” (BOURDIEU, 1990, p. 167).

Pierre Bourdieu destrincha a gênese das classes sociais atentando-se não somente para as lógicas da reprodução dos agentes e de seus respectivos grupos, mas também para as possibilidades de transformação social desses. No entanto, segundo ele, para fazer uma reflexão

desse tipo é imprescindível compreender as complexidades envolvidas nos embates entre as classes para não incorrerem a assertivas que acriticamente enquadram uma classe – tomadas por si mesmas – como conservadora, inovadora, reacionária ou libertária, por exemplo.

Caracterizar uma classe como 'conservadora' ou 'inovadora' - sem precisar sob qual aspecto - é, recorrendo tacitamente a um padrão ético, situado necessariamente do ponto de vista social, produzir um discurso que, praticamente, se limita a dizer o lugar de onde se articula porque faz desaparecer o essencial, ou seja, o campo de lutas, como sistema de relações objetivas no qual as posições e tomadas de posição definem-se relacionalmente e que domina ainda as lutas que visam transformá-lo: é somente com referência ao espaço de disputa que as define e que elas visam manter ou redefinir, enquanto tal, quase completamente, que se pode compreender estratégias individuais ou coletivas, espontâneas ou organizadas, que visam conservar e transformar ou transformar para conservar (BOURDIEU, 2007, p. 151).

Outro conceito basilar de Pierre Bourdieu que fundamenta sua perspectiva sobre as classes sociais é o de *campo*, compreendido como um espaço particular que envolve jogos, disputas e conflitos pelo que é legítimo e reconhecido como tal em cada campo social. “A história do campo é a história da luta pelo monopólio das categorias de percepção e apreciação legítimas; é a própria luta que faz a história do campo; é pela luta que ele se temporaliza” (BOURDIEU, 2002, p. 88). O objetivo dos embates entre os agentes de um mesmo campo ou campo distinto é, sobretudo, a apropriação de algum tipo de capital, este sempre distribuído de maneira desigual nos campos. Em luta uns contra os outros, os indivíduos mantêm uma cumplicidade objetiva para além das diferenças que os opõem. Além disso, de acordo com o autor, todo campo detém uma autonomia relativa, visto que as lutas que ocorrem em seu interior possuem uma lógica própria. Somente os agentes que incorporam o *habitus* específico do campo estão em condições de disputar os embates.

O *campo* pode ser científico, político, econômico, cultural, midiático, entre vários outros. Para o autor, a força que os agentes investem nas lutas de classes define a estrutura dos campos sociais. Nesse contexto, as disposições do *habitus* que orientam esquemas de percepções e ações dos indivíduos manifestam-se nos diferentes campos que organizam o espaço social. Como resultado dessa presença, a prática dos agentes nos mais variados campos tende a se organizar por meio de oposições que são homologas entre si e também no que diz respeito às suas relações de classe. O funcionamento do *habitus* em cada campo confere uma certa homogeneidade às práticas dos indivíduos de uma mesma classe.

Ao analisar especialmente a sociedade francesa dos anos 1960, Pierre Bourdieu sustenta que agentes de uma mesma classe social possuem grande probabilidade de terem atitudes e

interesses similares e, conseqüentemente, práticas e tomadas de posição semelhantes. O autor denomina essa possibilidade de “classes no papel”, algo que não deve ser confundido com uma classe efetiva e mobilizada, mas uma classe provável que engloba indivíduos possíveis de serem mapeados e classificados para fins de pesquisa. Assim, “tais classes não existem como grupos reais embora expliquem a probabilidade de se constituírem em grupos práticos, famílias (homogamia), clubes, associações e mesmo 'movimentos' sindicais e políticos” (BOURDIEU, 1989, p. 137). Essa ponderação é necessária, segundo o autor, para o afastamento de uma análise das classes sociais ingenuamente realista e que só reificaria conceitos.

Ao articular as dimensões econômicas, sociais, culturais e simbólicas, Pierre Bourdieu compreende as marcas de distinção dos agentes – o conjunto de traços de um estilo de vida – como uma translação das diferenças objetivas entre as classes. As várias modalidades de capitais também se relacionam à trajetória do agente e de sua respectiva classe social (BOURDIEU, 2007). Assim, o conjunto de disposições de conduta expressadas no *habitus* constitui, ao longo tempo, percepções comuns sobre o passado e o futuro dos indivíduos e de seus grupos, bem como do valor conferido a eles. Tais percepções se referem aos modos como os agentes se voltam para o futuro, a novidade, o movimento, a inovação, o progresso, ou ainda, ao contrário, às formas como os indivíduos se orientam para o passado, movidos pelo ressentimento social e conservadorismo. As experiências de uma condição de classe determinada se inscrevem no *habitus* como esquemas de avaliação e percepção de vivências posteriores.

Segundo a teoria de Pierre Bourdieu, as classes populares possuem uma menor probabilidade de impor sua visão de mundo às demais classes uma vez que a força relativa dos agentes é limitada por conta de sua posição e seus capitais no espaço social. Ademais, se as classes populares são caracterizadas por um certo conformismo em relação ao seu lugar social, os agentes das classes intermediárias cultivariam, nas lutas simbólicas, uma pretensão de apropriar-se dos valores dominantes – assim como objetos que reforcem uma raridade e exclusividade – como maneira de estabelecer a sua distinção perante os indivíduos situados em condições socialmente vistas como inferiores. Essa distinção, conforme lembra o autor, estaria muitas vezes mais associada à ordem do parecer do que do ser.

Na sequência da pesquisa, apresento e discuto elementos e processos referentes à estrutura social brasileira e seus vínculos com a problemática da classe social. O debate assenta-se especialmente nas contribuições de Jessé Souza, autor brasileiro que pensa a questão da classe social a partir da teoria de Pierre Bourdieu e também de outros pensadores, como o

filósofo canadense Charles Taylor. Além disso, na mesma seção, apresento e discuto a perspectiva do também sociólogo Ruy Braga⁴, autor que nos chama a atenção para os processos de precarização da classe trabalhadora.

2.2 A MODERNIDADE PERIFÉRICA BRASILEIRA E O PRECARIADO

Ao reconhecer a hegemonia das correntes teóricas personalistas e patrimonialistas na ciência e em outros campos, como o jornalístico, o sociólogo brasileiro Jessé Souza retoma o debate sobre as classes sociais no Brasil munido de uma perspectiva distanciada das abordagens predominantes nas esferas científica e midiática. A lente conceitual mobilizada por esse autor busca levar em consideração “os reais conflitos sociais que causam dor, sofrimento e humilhação cotidiana para dezenas de milhões de brasileiros são tornados literalmente invisíveis” (SOUZA, 2009, p. 17). Sua discussão é um esforço para colocar em visibilidade os mecanismos de manutenção e naturalização dos históricos processos de exclusão social no país.

O pensamento acerca das classes sociais em Jessé Souza é fundamentado, sobretudo, a partir das teorias do sociólogo francês Pierre Bourdieu e do filósofo canadense Charles Taylor. Como evidenciado no começo desse capítulo, a reflexão que engloba os conceitos de *habitus*, *distinção*, *capital* e *campo* entende a classe social como uma categoria relacional, uma dimensão construída nas relações sociais e pela própria cultura. Embora Charles Taylor reúna conceitos e propósitos particulares em sua problematização sobre as classes sociais, a obra deste autor, de acordo com Jessé Souza, congrega aspectos que podem dialogar com a perspectiva desenvolvida por Pierre Bourdieu. “Para ambos, a sociedade moderna se singulariza precisamente pela produção de uma configuração, formada pelas ilusões de sentido imediato e cotidiano” (SOUZA, 2003, p. 164). Esses autores trabalham, assim, com a ideia de que os indivíduos desconhecem a complexidade da relação das suas condições de vida com a estrutura social. Enquanto o filósofo canadense denomina esse processo de *naturalismo*⁵, o sociólogo

⁴ O sociólogo realiza grande parte das suas reflexões a partir de releituras marxistas do conceito de classe social. A categoria de classe para Karl Marx se forma a partir de três aspectos: o filosófico, o econômico e o histórico. De maneira muito sintética, podemos compreender que, no marxismo, as classes sociais são grupos de indivíduos que partilham de uma posição semelhante nas relações de produção (STAVENHAGEN, 1977).

⁵ Ainda conforme Jessé Souza, a visada teórica de Charles Taylor enfoca o naturalismo ao criticar a chamada “ilusão de sentido imediato”, processo que não deixa ver como as práticas sociais do cotidiano estão articuladas com uma determinada hierarquia de valores (SOUZA, 2003).

francês emprega o termo *doxa*⁶. Em última instância, os dois teóricos destacam a existência e a força de uma ideologia capitalista que não visibiliza a real origem das desigualdades.

Se por um lado, os estudos de Charles Taylor focalizam uma série de imperativos e valores morais legitimadores das desigualdades, por outro, as reflexões de Pierre Bourdieu dão conta das assimetrias sociais marcadas pelas relações de distinção e poder. Jessé Souza articula esse conjunto de elementos de modo operacional e formula uma radiografia das classes sociais no contexto da modernidade periférica brasileira.

A reflexão de Jessé Souza emprega o conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu, compreendendo-o como um conjunto de disposições simbólicas, esquemas valorativos e avaliativos em relação aos mais variados objetos e práticas da vida e do cotidiano. Souza (2003) lembra que tais disposições são incorporadas desde o nascimento de cada indivíduo e são constituídas por afetos, aprendizados e incentivos reproduzidos ao longo da trajetória dos agentes e de suas respectivas classes sociais. Conforme Souza (2003, p. 43), “o conceito de *habitus* permite sair da prisão do realismo da estrutura na medida em que se apresenta como a forma pela qual a ‘necessidade’ exterior pode ser introjetada, mais que isso, ‘encarnada’ e ‘incorporada’ pelos agentes”. Sendo um esquema de conduta e comportamento, o *habitus* trabalha para gerar e orientar práticas individuais e coletivas.

Ainda que reconheça a pertinência do *habitus* para observar as disposições de classe no espaço social, o sociólogo brasileiro entende que tal conceito não contempla as especificidades da modernidade periférica, sobretudo, da complexidade do contexto histórico do Brasil. Jessé Souza propõe, então, pensarmos numa "pluralidade de *habitus*". Para o autor, as mudanças na estrutura econômico-social devem implicar, conseqüentemente, transformações importantes no tipo de *habitus* para todas as classes envolvidas de algum modo nessas mudanças (SOUZA, 2003). Buscando readequar a perspectiva do pensador francês para a realidade brasileira, Souza sugere desmembrar a noção de *habitus* em três categorias: *habitus* primário, *habitus* precário e *habitus* secundário.

O *habitus* primário é equivalente ao conceito geral trabalhado por Pierre Bourdieu, tratando-se de esquemas avaliativos e disposições comportamentais incorporados num

⁶ A partir das reflexões de Pierre Bourdieu, Pinto (2009) explica o conceito de *doxa* como o conjunto relativamente sistemático de palavras, de expressões, de slogans, de questões e de debates cujas evidências compartilhadas delimitam o pensável e tornam possível a comunicação. Segundo o autor, ele é produto das trocas entre agentes sociais (jornalistas e intelectuais, por exemplo). Vale sublinhar, ainda que nenhum indivíduo vive sem uma dose de "algo evidente", mas a mesma *doxa* não é compartilhada por todos os indivíduos, visto que cada pessoa pode se sentir estranha ao universo da outra (PINTO, 2017).

determinado contexto de cidadania e dignidade efetivamente compartilhados entre os agentes sociais. Já o *habitus* precário seria o limite do *habitus* primário para baixo, isto é, diz respeito a um tipo de personalidade e conjunto de disposições que não atendem às demandas objetivas de uma sociedade moderna e competitiva. Por sua vez, o *habitus* secundário também tem a ver com o limite do *habitus* primário, no entanto, para cima, visto que se refere à uma fonte de reconhecimento e respeito social limitado a determinados indivíduos e classes. Fazem parte dos elementos de distinção desse *habitus* a qualificação, posição e salário dos agentes sociais.

Jessé Souza sustenta que a classe social enquanto ideia é mal concebida por vários fatores. Primeiramente, determinados setores da sociedade, incluindo uma parte da ciência e da imprensa hegemônica, estariam desinteressados em discutir profundamente as causas da desigualdade social brasileira. O autor nos lembra, todavia, que até para esses grupos e indivíduos a existência das classes sociais dificilmente será negada. Apesar de serem reconhecidas as diferenças entre os indivíduos no que concerne à sua posição na sociedade, silenciam-se as origens e as conexões da distinção com determinadas ideologias e com o próprio sistema.

Afinal, sem que se reconstrua a pré-história de cada classe de cada um de nós, temos apenas indivíduos competindo em condições de igualdade pelos bens e recursos escassos em disputa na sociedade. Tudo muito merecido e justo. Sem a ideia de classe e o desvelamento das injustiças que ela produz desde o berço, temos a legitimação perfeita para o engodo da meritocracia individual do indivíduo competitivo (SOUZA, 2017, p. 85).

Uma das maneiras mais eficazes e comuns de se negar a importância do pertencimento de classe social em nossas vidas é, segundo Jessé Souza, percebê-la somente como uma realidade de ordem econômica. Entretanto, o raciocínio que apenas concede as classes sociais por esse viés não consegue explicar as razões pelas quais historicamente grandes grupos de indivíduos ocupam posições tão assimétricas no espaço social. A chamada perspectiva economicista limita-se a olhar as divisões sociais a partir de faixas de renda, separando as pessoas em classes A, B, C, D, E etc.

As classes sociais só podem ser adequadamente verificadas se a lente conceitual não se restringir à dimensão econômica, considerando-as, também, um fenômeno sociocultural. Logo, propriedades e lógicas materiais e imateriais da sociedade e da cultura ajudam a explicar, de acordo com Jessé Sousa, como cada classe social é construída ao longo da história, bem como se dá seu processo de reprodução contínuo e silencioso. “Sociocultural posto que o pertencimento de classe é um aprendizado que possibilita, em um caso, o sucesso, e, em outros,

o fracasso social” (SOUZA, 2017, p. 89). Há uma série de estímulos, valores, princípios e afetos constituídos desde a mais tenra infância dos indivíduos e que acabam por definir e reforçar as posições das classes sociais numa dada sociedade. Trata-se de uma dinâmica que faz circular recursos invisíveis, mas poderosos. Um processo que torna os sentimentos, as vivências e os lugares sociais de cada indivíduo pouco questionados, visto que são rotineiramente naturalizados pelos mais variados discursos.

A apreensão das classes sociais, nesta perspectiva, necessita levar em consideração o berço dos indivíduos, isto é, os processos de socialização primária que ajudam a definir as chances relativas de cada agente na luta cotidiana por recursos escassos de várias ordens. Algumas classes sociais, especialmente a classe média e alta (e suas frações), possuem privilégios relacionados ao seu patrimônio de disposições (SOUZA, 2017). Diferentemente dos sujeitos em situação de pobreza ou em condições menos privilegiadas, os membros das outras classes são, de modo geral, estimulados desde a infância a terem disciplina, pensamento prospectivo, capacidade de concentração e raciocínio abstrato, dentre outros vários princípios e práticas que os incentivam a serem “bem sucedidos” na escola e nos demais espaços tradicionais da sociedade. Assim, tais classes demarcam um lugar distinto do ocupado pelas camadas populares, grupos que não possuem o mesmo volume e tipo de capitais.

O autor também observa que a nova hierarquia social moderna tem como uma de suas marcas centrais a luta entre indivíduos e classes sociais pelo acesso a capitais, por tudo aquilo que funcione como facilitador na competição social. Uma vez que todos os recursos são escassos – não apenas os materiais como carros, roupas e casas, mas também os imateriais, como prestígio e reconhecimento – a ausência desses capitais pode prejudicar a vida das pessoas (SOUZA, 2017). Logo, fortalece-se a tendência de que as classes sociais sejam reproduzidas “naturalmente”, sem que, no entanto, seu processo seja questionado. A naturalização dos lugares de cada classe na sociedade também é, muitas vezes, reiterada pelos discursos do campo político, econômico e jornalístico. “Como esse processo é objetivo e impessoal, todos nós acabamos sendo, em maior ou menor medida, influenciados por essa narrativa. Ninguém está livre dela” (SOUZA, 2018, p. 260).

A definição liberal de classe social, perspectiva fortemente vinculada à dimensão econômica das relações sociais, permite reconhecer a existência de grupos e frações, ao mesmo tempo em que dela retira qualquer efeito efetivamente importante. Trata-se de uma abordagem

hegemônica tanto no campo da direita quanto da esquerda⁷. Essa concepção de classe social que toma a renda dos indivíduos como critério central – e muitas vezes, único – é o que possibilita que se fale sobre a divisão da sociedade em classes sem, contudo, tocar em questões mais profundas que desestabilizariam a ideia de liberdade e autonomia dos sujeitos. Pensar a questão da classe social a partir de um horizonte limitado às condições econômicas dos indivíduos impede a compreensão de que a existência das classes é resultado de uma complexa reprodução de privilégios. Têm-se, portanto, uma distribuição historicamente injusta – e na maioria das vezes invisível – de propriedades, recursos (capitais), direitos e oportunidades entre os sujeitos. “É o monopólio dos capitais que irá fazer com que uma classe social possa reproduzir seus privilégios de modo permanente” (SOUZA, 2017, p. 91).

A leitura crítica de Jessé Souza questiona tanto o chamado economicismo liberal quanto o marxismo tradicional que, em sua ótica, percebem a realidade das classes somente num plano de ordem econômica. No primeiro caso, como produto da renda específica de cada indivíduo e no segundo, como lugar dos sujeitos nos meios de produção. Para o autor, isso equivaleria a esconder e tornar invisível todos os fatores e precondições sociais, emocionais, morais e culturais que agem na constituição dos rendimentos e estilos de vida das classes sociais. Em outras palavras, seria confundir efeito e causa (SOUZA, 2009). Ambas as perspectivas contribuem, dessa maneira, para a naturalização das desigualdades sociais, reforçando fundamentos morais do mundo ocidental e uma série de relações de poder. São correntes de pensamento – materializadas nos mais diversos discursos – que não reconhecem o peso das dimensões imateriais da classe social.

A concepção liberal-conservadora acerca do “sujeito genérico”, isto é, um indivíduo sem passado, família ou classe social, é problematizada por Jessé Souza. Segundo ele, esse modo de apreender a realidade acaba por esconder a origem social de todos os privilégios individuais. Trata-se de um pensamento que não se restringe apenas à vida intelectual, ganhando corpo nas práticas sociais mais diversas. Discursos dos mais variados campos – como o jornalístico – auxiliam na legitimação da ideologia liberal, contribuindo para a manutenção da desigualdade e da injustiça social.

Como as ideias influentes de uma sociedade não ficam nos livros, mas ganham as salas de aula de escolas e universidades, inspiram programas de governo, dão mote

⁷ O autor identifica que tanto o espectro político da direita quanto o da esquerda costumam compreender a classe social apenas a partir de fatores econômicos, especialmente a renda. Souza (2018) enxerga essa aceção das classes na própria teorização do chamado marxismo clássico que, segundo ele, possui uma leitura, muitas vezes, economicista da sociedade capitalista.

para artigos de jornais, estimulam o que é dito nas TVs e o que é discutido em todas as conversas entre amigos nos botequins país afora, estamos lidando com a forma com que toda uma sociedade se percebe e age. Isso não é pouco. Afinal, toda decisão prática e concreta, em qualquer área da vida, é motivada por uma ideia, ainda que esta normalmente se mantenha implícita e não articulada (SOUZA, 2015, p. 37).

Essa legitimação das ideias de cunho liberalista e conservador, de acordo com o autor, deslocam a atenção dos sujeitos para aspectos falsamente importantes ou de relevância secundária, de modo a não visibilizar os conflitos de classe. Neste contexto, pautas como a corrupção ganham força como uma das principais questões que, paradoxalmente, ajudam a silenciar debates mais profundos sobre as contradições da estrutura social brasileira. Permanecendo vivo no imaginário social cotidiano, o pensamento hegemônico sobre a corrupção⁸ que apenas focaliza o Estado, conforme Jessé Souza, passa, muitas vezes, longe de qualquer discussão racional acerca das problemáticas sociais e políticas que realmente deveriam importar, como a desigualdade. Cria-se e perpetua-se, desse modo, uma imensa violência simbólica (SOUZA, 2015).

Ao analisar a estrutura social brasileira, Souza (2017) explica que não temos um simples abandono das classes populares, uma vez que elas também são humilhadas, menosprezadas. Além disso, o lugar demarcado para os indivíduos que hoje estão em situação de pobreza, em grande medida, é efeito dos processos históricos de exclusão social. No contexto brasileiro, não se pode deixar de lado as consequências do período da escravidão. Nossas mazelas sociais resultam do fato de jamais termos alcançado um patamar de dignidade abrangente. Ao contrário, nossa história vem perpetuando um processo desumanizador da escravidão pelos mais diferentes meios.

Não se trata apenas de acesso à boa escola o que nunca existiu para as classes populares. Trata-se de criticar a nossa herança escravocrata, que agora é utilizada para oprimir todas as classes populares independentemente da cor da pele, ainda que a cor da pele negra implique numa maldade adicional. Como esse mecanismo sociocultural de formação das classes sociais é tornado invisível, então o racismo da cor da pele passa a ser o único fator simbólico percebido na desigualdade do dia a dia (SOUZA, 2017, p. 89).

O discurso da meritocracia, manifestado em todas as classes sociais, mas principalmente nas classes média e alta, é socialmente construído como se tudo fosse apenas resultado de uma

⁸ Jessé Souza considera que esse tipo de pensamento, em grande medida, está assentado sob uma produção teórica tradicional sobre o desenvolvimento das sociedades periféricas que enfatizam uma teoria da modernização marcada pela negatividade. Trata-se das correntes personalista e patrimonialista que obtiveram a hegemonia sobre a explicação do nosso país nas ciências sociais do país, repercutindo de modo frequente no discurso jornalístico.

escolha entre o esforço e acomodação. Em sua vasta pesquisa empírica sobre as classes sociais na modernidade periférica brasileira, Souza (2018) verificou que os filhos da classe média são estimulados para escola desde cedo, enquanto as crianças das classes populares ou da “ralé de novos escravos”, tendem a reproduzir tão somente sua própria inadaptação social. No interior das famílias dos excluídos, o próprio estímulo à escola é, muitas vezes, ambíguo. “A criança percebe que a escola pouco fez para mudar o destino de seus pais, por que ela iria ajudar a mudar o seu? Afinal, o exemplo, e não a palavra dita da boca para fora, é o decisivo no aprendizado infantil” (SOUZA, 2017. p. 97).

Partindo de um outro horizonte teórico, Ruy Braga, outro sociólogo brasileiro, também avalia a dinâmica das classes sociais no Brasil, compreendendo as classes populares como classe trabalhadora ou simplesmente o precariado – o proletariado precarizado. Embora o autor não discuta a problemática da desigualdade social compartilhando a lógica das premissas imateriais de Pierre Bourdieu e Jessé Sousa, considero pertinente trazer alguns de seus apontamentos para a discussão da tese, especialmente considerando o fato de que ele produziu uma série pesquisas importantes sobre a classe trabalhadora brasileira no período que demarca o recorte do *corpus* do presente estudo, a década de 2010. O período, vale sublinhar, é marcado por grandes acontecimentos de ordem política, econômica e social que afetaram de diferentes modos a existência das classes sociais no país. Ao longo dos anos da referida década, regressões na esfera do trabalho e destruição de conquistas no âmbito previdenciário se firmaram como duas grandes marcas do intenso processo de aprofundamento das nossas desigualdades.

Reconhecendo o precariado como o proletariado precarizado, Braga (2012) pensa tal noção como um conjunto que abarca setores da classe trabalhadora que se encontram em atividades degradantes como os indivíduos que integram um processo de reprodução subnormal de execução das suas forças de trabalho. O conceito de precariado⁹, na visão do autor, também inclui jovens da classe trabalhadora que estão adentrando o mercado de trabalho nas ocupações mais subalternas; além de pessoas das classes populares que devido à baixa qualificação profissional ficam à mercê da rotatividade dos empregos ou transitando entre a formalidade e a informalidade do mercado de trabalho. Em outras palavras e de modo mais resumido, o precariado pode ser assimilado como os setores da classe trabalhadora inseridos

⁹ Como nos lembra o autor, o conceito de precariado data dos anos 1980, sendo uma expressão surgida inicialmente na Itália com o setor do movimento social autonomista, que começava a fazer uma análise de trabalho atípico. Neste país, ao longo da referida década, as classes populares foram incorporadas num mercado de trabalho mais instável: um cenário marcado por vários ciclos de desemprego ou subemprego e ausência de políticas de bem-estar.

em ocupações com baixa remuneração e afetados diretamente pela espoliação dos direitos sociais (BRAGA, 2012). Trata-se da parte da classe trabalhadora que está mais distante do acesso aos regimes de bem-estar social.

Todavia, para o sociólogo, os grupos sociais que possuem as condições de vida mais indigentes – pessoas em situação de rua, por exemplo – não são incluídas no conceito de precariado, uma vez que a discussão de Braga (2012) não focaliza as dinâmicas dos indivíduos considerados miseráveis, desempregados de longo período que possuem poucas oportunidades de retorno ao mercado de trabalho. Assim, visualiza os trabalhadores precarizados como a parte da classe trabalhadora em permanente trânsito entre a possibilidade da exclusão socioeconômica e o aprofundamento da exploração econômica. Ao decair para o pauperismo, esses trabalhadores deixariam de cumprir qualquer função relevante relacionada à exploração econômica de classe. “Em suma, identificamos o precariado com a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas, excluídos a população pauperizada e o lumpemproletariado, por considerá-la própria à reprodução do capitalismo periférico” (BRAGA, 2012, p. 18). Além disso, o autor sublinha que o precariado também não inclui aqueles grupos mais qualificados, mais bem remunerados e, por isso mesmo, tendencialmente mais estáveis, da classe trabalhadora.

De acordo com a abordagem de Braga (2012), todo conjunto chamado “proletariado precarizado” é, na verdade, uma fração social altamente significativa por três razões: 1) ela nos permite identificar o precariado no centro do próprio modo de produção capitalista e não como um mero produto da crise de modelo desenvolvimento; 2) ela enfatiza a dimensão histórica e relacional desse grupo como parte constituinte da classe trabalhadora e não como uma amálgama intergeracional que assumiria de maneira progressista a roupagem de uma nova classe; e 3) em vez de extrair arbitrariamente a insegurança da relação salarial, tal noção nos possibilita lidar com a precariedade como algo intrínseco ao processo de mercantilização do trabalho” (BRAGA, 2012).

Apesar de evidenciar a importância das particularidades da formação social brasileira, Braga (2017) também pensa as dinâmicas da classe trabalhadora do nosso país nos contornos de uma escala global. Num contexto¹⁰ de neoliberalização da economia, a redução salarial, o crescimento da informalidade laboral e o aumento do desemprego em vários países são

¹⁰ Tal contexto, como bem nos lembra o autor, também é marcado por protestos da classe trabalhadora em torno da mercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro, bem como das reformas regressivas em áreas como a saúde, educação e previdência social.

compreendidos pelo autor como processos que afastam possibilidades mais concretas de proteção trabalhista, ocasionando constantes rotatividades e contratos cada vez mais individualizados e precários. O aprofundamento da precarização da condição proletária – o crescimento do precariado – é um processo cada vez mais intenso, sobretudo, nos países do chamado Sul global. Diante deste contexto, o autor defende que as forças sociais do trabalho aprendam a lutar contra o grande capital simultaneamente nas escalas nacional e global, além de observar que em países como Brasil, Portugal e África do Sul a promessa da cidadania salarial permanece sendo uma decisiva fonte de estímulo para movimentos sociais. “Em poucas palavras, os ataques neoliberais aos direitos sociais e trabalhistas herdados do fordismo periférico prepararam a retomada, mesmo que em ritmos muito díspares, das lutas sociais em escala nacional” (BRAGA, 2017, p. 250).

Compreendo que a discussão empreendida por Braga (2012; 2017) fornece elementos relevantes não somente para o tensionamento dos propósitos desta tese como para toda discussão sobre desigualdade social e reprodução da pobreza no Brasil. O conceito de precariado aplicado pelo autor nos permite compreender que o desenvolvimento capitalista em nosso país foi construído tendo como base a expansão de setores precarizados, ou seja, das classes populares. Para o sociólogo, não se trata de uma mera coincidência, mas sim de uma explicação causal, uma vez que, o crescimento econômico depende, em grande medida, da ampliação do precariado. Além disso, não é acessório reconhecer que a desigualdade social brasileira é, em grande parte, resultado dos modos altamente predatório e dependente que marcam a inserção do país na ordem do capital. A formação social do Brasil, conformada pela colonização, gerou diversas implicações que ainda hoje acarretam a marginalização de grande parte da nossa população. O sistema escravocrata, a conservação de estruturas arcaicas, a prática do clientelismo e a ideia de um Estado majoritariamente comprometido com os interesses privados e das elites são algumas das questões-chave que integram o quadro explicativo da histórica desigualdade social brasileira.

Na seção posterior, discuto as várias facetas da pobreza, reconhecendo-a como uma problemática multidimensional. Também reflito acerca de papéis e lugares recorrentemente atribuídos às pessoas pobres. Por fim, de maneira breve, ressalto a importância de toda abordagem sobre pobreza não desconsiderar o cruzamento de outras formas de opressão para além da classe social, sobretudo, raça e gênero.

2.3 A POBREZA E OS POBRES

A desigualdade social é um aspecto já notado nas primeiras civilizações, perpetuando-se sob diferentes formas desde então. Pompeu (2011) explica que cada etapa da história da humanidade apresenta variadas formas de assimetria entre seus indivíduos, dentre elas: a escravidão no mundo antigo, a servidão durante a Idade Média e a posse desigual de recursos entre as distintas classes sociais. Assim, cada sociedade estabelece seu modo de estratificação social, podendo este ser baseado em ideais de pureza, pertencimento ou não à nobreza e, ainda, à posição de classe. “Todas as sociedades apresentam formas de desigualdade social e classificam os indivíduos em superiores e inferiores na escala social. Aos superiores são atribuídas as recompensas que podem ser de prestígio, poder ou riqueza” (POMPEU, 2011, p. 35).

Sendo predominantemente reconhecida como a face mais aguda da desigualdade social, a pobreza, em termos conceituais, abarca diferentes compreensões e indicadores. Primeiramente, a conceituação da pobreza pode ser feita em termos relativos ou absolutos. Silva (2009) elucida essas duas possibilidades de definição. A pobreza absoluta está relacionada ao não atendimento das necessidades mínimas para reprodução biológica. Já a pobreza relativa diz respeito à estrutura e à evolução do rendimento médio de um determinado país. “O que significa dizer, que a concepção de pobreza relativa se fundamenta na ideia de desigualdade de renda e de privação relativa em relação ao modo de vida dominante em determinado contexto”. (SILVA, 2009, p. 157). De modo geral, a pobreza coloca em cena a ausência ou insuficiência de recursos que garantam níveis básicos de dignidade e qualidade de vida. Em outras palavras, a pobreza tem a ver com o não acesso aos bens e serviços indispensáveis à existência humana.

Os estudos científicos e também as legislações que buscam definir o que é uma pessoa em pobreza relativa ou extrema vão se alterando conforme transformações de ordem política e econômica. Muitas destas leituras de caráter essencialmente quantitativo-estatístico situam-se numa zona limitada que impossibilita o alcance de uma compreensão mais precisa e contextualizada acerca dos mecanismos que geram a pobreza como face mais escancarada da desigualdade social. Demo (1988) critica a aceção de pobreza como sendo um instrumento de medição da carência humana a partir de um critério econômico. O autor defende um entendimento da pobreza como a repressão do acesso às vantagens sociais”. Com esta perspectiva assume-se uma relação dialética com a sociedade, uma complexa estrutura social

dividida entre pessoas que acumulam privilégios e pessoas que trabalham para sustentar os privilégios dos outros.

A partir dos anos 1970, considerando-se a importância de refletir e agir sobre a pobreza para além da dimensão da sobrevivência física dos indivíduos, surge uma abordagem que pensa a pobreza como ausência de condições de garantia das necessidades básicas, como serviços de água potável, saneamento básico, saúde, educação, segurança e cultura, por exemplo (CRESPO; GUROVITZ, 2002). Essa perspectiva foi bastante utilizada no âmbito das ações promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

No início dos anos 1990, a compreensão teórica da pobreza como privação relativa começou a ter mais espaço nas discussões acadêmicas e em formulações de políticas públicas que buscam enfrentar o problema. Ganha força, assim, uma perspectiva que inclui variáveis mais amplas, chamando a atenção para o fato de que os indivíduos podem sofrer privações em diversas esferas da vida. Logo, ser pobre não implica apenas privação de cunho material. Nessa linha de raciocínio, as privações sofridas são determinantes no posicionamento dos sujeitos nas mais diferentes esferas sociais (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

Deepa Narayan, pesquisadora indiana, expande o conceito de pobreza como privação relativa a partir das conclusões obtidas em estudos desenvolvidos desde o início da década de 1990. Por meio de Avaliações Participativas sobre a Pobreza (APP's)¹¹, a autora incorpora uma dimensão humana e social no debate sobre o fenômeno. Além disso, traz as percepções das próprias classes populares sobre o que é viver em condição de pobreza. Os estudos de Narayan (2000) ancoram-se numa perspectiva multicultural da pobreza, uma abordagem que perpassa a renda e os gastos em educação e saúde, uma lente conceitual que considera a capacidade de os pobres serem ouvidos e de ganharem poder como sujeitos do seu próprio destino. Os indivíduos pobres, entrevistados pela pesquisadora, explicam o seu bem-estar relacionando-o a cinco dimensões: bem-estar material, bem-estar físico, segurança protetora, liberdade de escolha e de ação e boas relações sociais.

Narayan (2000) destaca que as condições de vida das classes populares, de acordo com relatos delas mesmas são, de modo geral, críticas e negativas. Além da percepção da pobreza como falta do necessário para o bem-estar básico material – ausência de comida, vestimenta e

¹¹ Crespo e Gurovitz (2002) explicam que as APP's concentraram-se, basicamente, em entender como os indivíduos pobres percebem as várias manifestações da pobreza (renda baixa, falta de alimentos, propensão a doenças), em suas principais causas e fatores limitantes de suas oportunidades (por exemplo, pouco acesso a bens como terras e créditos; fatores geofísicos que causam isolamento e discriminação de sexo, etnia, classe ou religião), assim como eles enxergam os serviços públicos (dentre eles: centros de saúde, escolas, programas de planejamento familiar ou de extensão agrícola).

moradia –, vários dos indivíduos entendem que a pobreza os deixa mais vulneráveis à humilhação e ao tratamento desumano de agentes públicos e privados da sociedade. Os sujeitos pobres também evidenciam a dor causada pela dificuldade em preservarem sua identidade cultural e vida comunitária. Com base em suas pesquisas empíricas, Narayan (2000) esboça uma definição-síntese da pobreza a partir da percepção pelos próprios indivíduos que se encontram em tal situação. Trata-se de um conceito fortemente amparado na ideia de ausências.

Pobreza é fome, é falta de abrigo. Pobreza é estar doente e não poder ir ao médico. Pobreza é não poder ir à escola e não saber ler. Pobreza é não ter emprego, é temer o futuro, é viver um dia de cada vez. Pobreza é perder o seu filho para uma doença trazida pela água não tratada. Pobreza é falta de poder, falta de representação e liberdade (NARAYAN, 2000, p. 6).

No Brasil, a metodologia para mensuração da pobreza mais utilizada é a de insuficiência calórica¹², seguida de protocolos metodológicos que consideram alguma linha de pobreza definida em termos monetários. São, na maior parte das vezes, metodologias de caráter unidimensional. Há também linhas de pobreza subjetivas e relativas, mais utilizadas em países europeus da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No entanto, a medida unidimensional da pobreza baseada exclusivamente no rendimento é insuficiente para captar o universo das necessidades dos mais pobres, que se manifesta por meio de várias dimensões, como saúde, educação, emprego e condições de habitação (FAHEL; TELES; CAMINHAS, 2016). Esses autores destacam a abordagem multidimensional da pobreza, já amplamente adotada em vários países da América Latina e que, nos últimos anos, passou a ganhar mais espaço no Brasil. Segundo eles, apesar de a questão da pobreza ser largamente discutida nas mais variadas áreas, seu reconhecimento como um fenômeno multidimensional mostra-se contra hegemônico e inovador. Os autores defendem que compreender a pobreza a partir de uma visão multidimensional, contextualizada e personalizada, examinando aspectos constituintes de cada sociedade e/ou comunidade, obtendo um alcance de suas múltiplas dimensões estruturantes, pode proporcionar uma matriz abrangente para o direcionamento de propósitos e metas de políticas públicas sociais.

Para além da sua inegável dimensão econômica, o debate concernente à pobreza torna-se mais preciso quando são incorporados aspectos políticos e socioculturais à análise,

¹² O valor das linhas de pobreza possui como parâmetro cestas de alimentos de consumo efetivo da população de referência, que atendem padrões de consumo calórico mínimo de uma pessoa por dia. No caso do Brasil, o consumo médio basal estaria declinante nos últimos 30 anos, chegando a patamares próximos ou abaixo de 2.000 calorias atualmente (JANNUZZI *et al.*, 2014).

contextualizando o fenômeno de forma dependente da estrutura social (CRESPO; GUROVITZ, 2002). Assumindo a pobreza como uma questão política, Pompeu (2011) nos lembra de que o Brasil historicamente comporta uma das maiores concentrações de renda do mundo, exagerada até mesmo quando se pensa em países fortemente marcados pela ideologia liberal. O autor define a pobreza como um fenômeno moralmente inaceitável e resultado de condições estruturais da sociedade.

A pobreza é inaceitável do ponto de vista moral porque não é resultado de escolhas ou de valores. Ninguém escolhe ser pobre e essa condição é estruturalmente engendrada. Pode-se dizer que globalmente, mesmo considerando-se diferenças de níveis e realidades, estão fechados os caminhos para a ascensão social. De maneira geral, aos pobres são negadas educação de qualidade e qualificação profissional adequada, que poderiam ajudá-los a melhorar de vida em sistemas capitalistas cada vez mais exigentes e demandantes por profissionais capacitados (POMPEU, 2011, p. 15).

O autor também sustenta que a pobreza é inaceitável do ponto de vista político, uma vez que em sistemas democráticos são papéis dos governos a promoção do chamado bem comum e a defesa da igualdade entre os indivíduos. Além disso, a pobreza é inaceitável se percebida a partir das riquezas produzidas, uma vez que hoje existem variados meios e recursos para eliminá-la. A mitigação e superação do problema dependem de ações dos mais diversos setores da sociedade, sobretudo, das políticas públicas empreendidas por agentes governamentais. Pompeu (2011) destaca o impacto de programas sociais do Estado na qualidade de vida das classes populares brasileiras. Conforme o autor, programas de transferência de renda – como o Bolsa Família – são moralmente justificáveis tendo em vista que se destinam a indivíduos historicamente desassistidos, isto é, sujeitos que raramente tiveram apoio efetivo para superar sua condição de pobre. Ademais, mesmo pensadores liberais atualmente reconhecem a importância da atuação do Estado no combate à pobreza (POMPEU, 2011). Além da redução da pobreza propriamente dita, outras medidas governamentais são fundamentais, tais como a promoção da mobilidade social e econômica dos estratos da população com baixo nível socioeconômico e a interrupção da reprodução da pobreza intergeracional (FAHEL; TELES; CAMINHAS, 2016).

A forma como o poder público percebe e lida com a questão da pobreza é dependente de acontecimentos e seus reflexos na conjuntura política. Fahel, Teles e Caminhas (2016) explicam que mudanças no sistema de proteção social no Brasil estimuladas, em grande medida, pela Constituição de 1988, significaram uma alteração radical na visão tradicional de assistência

social utilizada até então, levando à implementação de vários programas sociais que conseguiram uma considerável redução da pobreza com impacto positivo sobre as desigualdades sociais do país¹³.

A pobreza não é objeto de estudo apenas das mais variadas áreas científicas, mas também objeto temático, isto é, pauta dos discursos da mídia, incluindo o de caráter jornalístico. Diante desta constatação, Cattani (2013) observa que o discurso sobre a desigualdade social geralmente é marcado por uma forte negatividade, sendo a pobreza quase sempre reconhecida como um problema que precisa ser eliminado. Nestes discursos, segundo o autor, somente os pobres são percebidos como desiguais, como se não houvessem demais classes sociais com relações de exploração e apropriação da riqueza. Por outro, os discursos sobre a riqueza, em grande medida, são preenchidos por uma positividade. Assim, a riqueza é vista como solução, bem como resultado de talento e esforço. Tais processos – pobreza e riqueza – costumam ser tratados discursivamente como mundos opostos, ou seja, como se não tivessem relações estruturais históricas. Canttini (2013) ainda nos lembra que esse tipo de construção discursiva evidencia um saber amplo sobre os pobres. Logo, sabemos muito sobre as pessoas em situação de pobreza, seus passos, suas rotinas, seus modos de produção e consumo, pois quase tudo o que elas fazem é monitorado e registrado. Em contrapartida, pouco sabemos acerca dos ricos, o que mantém estes como seres incógnitos e mitificados.

Os super-ricos constituem um segmento tabu, cujo acesso, por hipocrisia ou temor, é impedido ou evitado. Escondidos para assegurar a tranquila fruição da riqueza adquirida nem sempre de forma legítima, as classes abastadas valem-se de todos os expedientes legais e ilegais para assegurar sua reprodução. Contam, para tanto, com a impunidade, com as relações privilegiadas no aparelho do Estado e no Congresso, com a cumplicidade dos grandes meios de comunicação e, frequentemente, com a leniência da academia (CANTTINI, 2013. p. 230).

Os discursos sobre a pobreza e os indivíduos pobres também são problematizados por Cerqueira (2006), autora que sinaliza a existência de uma grande dificuldade no trato da questão: reconhecer que são, antes de tudo, possuidores de desejo¹⁴. De acordo com tal perspectiva, há um poderoso imaginário focalizado na impotência das pessoas pobres, um

¹³ Os autores ainda ponderam que esses resultados estão também associados à estabilidade da inflação, alcançada em meados da década de 1990, bem como ao crescimento econômico que ocorreu nos anos 2000.

¹⁴ Na pesquisa, a autora demonstra como as narrativas em torno de personagens da literatura e do cinema rompem com alguns lugares previamente estabelecidos para as pessoas pobres. As figuras analisadas são Gabriela, de Jorge Amado; Carlitos, de Charlie Chaplin; e Macabéa, de Clarice Lispector.

processo que imputa sofrimento, piedade e resignação em detrimento de formas mais ativas, resistentes, criativas e emancipadoras. Este modo de tratar os pobres ainda colabora para a manutenção de um sistema de desigualdades profundas.

É inegável o predomínio de um grande sistema de dominação, produtor de carência, de falsas realidades e expectativas que fagocitam toda sociedade, atingindo de modo especialmente perverso os pobres. Cria-se resignação em circuitos de vida cada vez mais padronizados, fazendo com que o sujeito deseje a própria servidão (CERQUEIRA, 2006, p. 22).

O mal provido, pouco fértil, pouco produtivo, de pouco valor, mal dotado, desfavorecido, desprotegido, digno de compaixão e o infeliz são apenas algumas acepções para a palavra “pobre”, como nos lembra Cerqueira (2009). Para a autora, não podemos perder de vista o funcionamento de uma moral que constrói códigos de conduta e regras na direção de um campo impositivo, utilitário e finalista. Trata-se de um processo valorativo em que o pobre tende a ser circunstanciado numa fórmula única, estanque ou, por outro lado, é tratado como criatura híbrida, o aceitável e o inaceitável, aquilo que todos sabem e não sabem exatamente o que é.

Códigos moralmente compartilhados recomendam, indicam, estabelecem que o pobre bom, o pobre dócil é aquele que consome pouco, é trabalhador, está inserido em algum arranjo ou dinâmica familiar, pode ser ou não eleitor, pois sua mera figuração existencial produz dividendos políticos. Esse é o pobre que está na literatura, na mídia, nas plataformas políticas, nos programas sociais. É o pobre que não pode falar, mas de quem se fala. É o pobre que recebe elogios, prêmios por seu esforço criativo ou empreendedor, é aquele para quem se planeja intervenções e se imagina resgatar dos limites da doença, do crime, da delinquência; às vezes, incômodo, esse pobre é, sobretudo, útil. Ele se diferencia radicalmente do pobre inaceitável, do vadio, daquele que pode acumular imperfeições morais graves: ser miserável, sujo, famélico, pavoroso em sua tradicional figuração supliciada. Massacrado, o pobre é incapaz, grotesco, burro, abjeto, ocupando um lugar de subtração e exibindo sempre alguma forma de apagamento de si (CERQUEIRA, 2009, p. 197).

Melo (2005) sublinha que a exclusão social ocasionada pela pobreza adquire nuances importantes quando consideramos o marcador de gênero. De modo geral, para as mulheres, estar numa situação de pobreza é uma realidade ainda mais aguda do que para os homens, visto que, em muitos casos, elas realizam uma gama enorme de atividades não remuneradas, conciliando o trabalho mercantil com o trabalho doméstico. Além disso, em termos históricos, “há uma nítida relação entre a divisão do trabalho e a pobreza das mulheres; a inserção feminina aconteceu em paralelo com o crescimento das atividades informais, das atividades sem remuneração e aumento das taxas de desemprego” (MELO, 2005, p. 13). Por isso, é de modo

desigual que as mulheres estão no mercado de trabalho, ainda que elas sejam hoje profissionalizadas e o percentual de mulheres relativamente aos homens no mercado de trabalho tenha crescido no mundo todo (BIROLI; MIGUEL, 2015).

Somada ao fator gênero, a pobreza também possui uma forte dimensão racial. A raiz escravocrata reverbera nos dados contemporâneos do fenômeno, visto que no Brasil a desigualdade social é profundamente marcada pelo marcador de raça e os indivíduos negros são os mais vulneráveis à exclusão social. Neste contexto, a ideia de uma democracia racial em nosso país cai por terra diante das severas e persistentes desigualdades entre brancos e negros (MELO, 2004).

Gênero e raça são, portanto, importantes marcadores sociais da diferença que atuam na distinção dos indivíduos, assim como a classe social. Tais marcadores devem ser pensadas de maneira interseccional¹⁵ e complexa quando nos colocamos a refletir sobre as vozes e os sentidos acerca da pobreza. Nesta linha de raciocínio, a filósofa Angela Davis sublinha a necessidade de discutirmos os modos como as variadas opressões se combinam e entrecruzam. É preciso, então, olhar para as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a notar as relações que são mútuas e outras que são cruzadas (DAVIS, 2016). A dinâmica relacional desses marcadores também é discutida por Lélia Gonzalez quando esta pensa especialmente os lugares sociais ocupados pela mulher negra brasileira.

Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (esquadrões da morte, "mãos brancas" estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária deste país) (GONZALEZ, 1984, p. 231).

Pensar as intersecções dos diferentes marcadores sociais da diferença é perceber que não pode existir preponderância de uma opressão sobre as outras e que, sendo estas estruturantes, é necessário um rompimento com cada estrutura. “É pensar que raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, mas sim de modo indissociável” (RIBEIRO, 2016, p. 101). Ainda segundo a autora, numa sociedade marcada pela herança escravocrata, classista e

¹⁵ De acordo com Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das várias questões identitárias (CRENSHAW, 1989).

patriarcal¹⁶, se coloca como cada vez mais necessário o aporte teórico e prático que o feminismo negro traz para se pensar um novo marco civilizatório.

De acordo com Birolli e Miguel (2015), o debate acerca das convergências entre classe, gênero e raça tem como ponto de partida o questionamento da possibilidade de compreender as desigualdades presentes nas sociedades contemporâneas considerando somente um desses marcadores, de maneira isolada. Esse olhar interseccional observa, assim, não apenas uma simples sobreposição entre padrões de dominação independentes, mas um entrelaçamento complexo entre tais marcadores sociais da diferença, o que faz com que qualquer interpretação aprofundada do mundo social e qualquer projeto emancipatório consequente necessitem incorporar simultaneamente os três eixos referidos (BIROLLI; MIGUEL, 2015). Os autores ainda ressaltam que outras determinantes – como geração, sexualidade, etnia, localização no globo (ou mesmo a região em um país determinado) ou algum tipo de deficiência física – são fatores importantes na construção da posição social dos diferentes grupos de pessoas, ou seja, também contribuem para produzir as alternativas e os obstáculos que conformam seus lugares num dado espaço social.

Os discursos acerca do indivíduo pobre são marcados pelas ausências que o caracterizam, sejam de renda, de educação, de oportunidades, de condições de saúde, de civilização. Na esteira desses dizeres, os indivíduos das classes populares são, muitas vezes, percebidos como pessoas passivas, além de serem pouco ouvidos até mesmo quando são objeto de estudos, políticas e ações governamentais (POMPEU, 2011).

Na sequência da tese, discuto o jornalismo a partir de três elementos diretamente vinculados ao objeto de estudo e à análise empreendida na pesquisa: as fontes de informação, as emoções e a grande reportagem televisiva.

¹⁶ Ao discutir a noção de lugar de fala, a autora ainda questiona se, numa supremacista branca e patriarcal, mulheres brancas, mulheres negras, homens negros, pessoas transexuais, lésbicas, gays podem falar do mesmo modo que homens brancos cis heterossexuais.

3. JORNALISMO

*Eu preciso encontrar um país
Onde a saúde não esteja doente
E eficiente, uma educação
Que possa formar cidadãos realmente
Eu preciso encontrar um país
Onde a corrupção não seja um hobby
Que não tenha injustiça, porém a justiça
Não ouse condenar só negros e pobres*

*(Intérprete: Elza Soares;
Compositores: Carlinhos Palhano e Chapinha Da Vela)*

Neste capítulo, abordo o jornalismo e suas interfaces circunscritas ao objeto de estudo da tese. A discussão focaliza especialmente os lugares das fontes, a dimensão emocional da atividade jornalística e os aspectos formais da grande reportagem televisiva. Partindo de um significativo corpo de estudos voltados para tais questões, me ancoro em três pressupostos basilares. O primeiro deles compreende que o jornalismo só se constitui como atividade e instituição legitimada socialmente se as suas produções forem sustentadas por fontes de informação. O segundo pressuposto entende que o discurso jornalístico é atravessado pela emoção, elemento presente em todo processo de definição e tratamento de um acontecimento, questão ou temática, incluindo o relacionamento dos jornalistas com as fontes e com o público. Por fim, o terceiro pressuposto reconhece a necessidade de a dimensão empírica de uma pesquisa ser discutida sem a subestimação de seus aspectos formais, o que me leva a apresentar a discutir as propriedades singulares da grande reportagem televisiva.

3.1 OS PAPÉIS DAS FONTES

O discurso jornalístico é construído no interior das relações entre jornalistas, fontes e público. Essas três instâncias interagem dialogicamente, cada qual sempre considerando os imaginários acerca do seu lugar social e dos espaços e papéis possíveis para o Outro. Ao visar não apenas a qualidade da sua prática, mas também a sustentação do seu discurso autolegitimador, o jornalismo reconhece sua dupla responsabilidade: a de obter os meios de aceder a um máximo de fontes possíveis, assim como verificá-las e apresentá-las (CHARAUDEAU, 2006). A visibilidade midiática concedida às fontes resulta de um processo que costuma incluir não somente a seleção de informantes, mas ainda movimentos de

questionamento, checagem, hierarquização e edição. Em síntese, diversas ações praticadas ao longo do processo de apuração e nas etapas do narrar que asseguram a centralidade e relevância das fontes no jornalismo.

Por um prisma amplo, podemos conceber as fontes como toda entidade detentora de informações que contribuem para construir uma produção noticiosa. Pessoas, grupos e instituições, bem como os vestígios discursivos de sua atividade (PINTO, 2000), configuram o conjunto basilar do que se reconhece socialmente como fontes. Sendo um elemento indispensável no campo jornalístico, as fontes não são meros depositantes de conteúdo informativo, uma vez que suas manifestações remetem para perspectivas, pontos de vista, posições e interesses diversos em torno dos acontecimentos, os temas e as problemáticas sociais aos quais estão vinculados direta ou indiretamente. Como observa Joncew (2005), jornalistas acionam fontes por variadas razões, dentre as quais estão: obter informações inéditas, confirmar ou desmentir versões obtidas noutras fontes, dissipar dúvidas, desenvolver matérias, lançar ideias e debates, apresentar avaliações e recomendações de agentes peritos e atribuir credibilidade aos dados colhidos.

Para Gonçalves (2014), além de um grande número de atores e interesses envolvidos, o jornalismo é marcado pela construção de processos de hierarquia, sobreposição, apagamento e empoderamento de determinadas falas. No seu trabalho rotineiro, o jornalismo concede e interdita lugares para cada fonte. A valoração das vozes¹⁷ dos informantes abarca posições diversas, como descrever, opinar, explicar, questionar, ilustrar, testemunhar e justificar. Esses e outros papéis concernem ao chamado efeito valorativo do dito (CHARAUDEAU, 2006) operado pelo jornalismo na construção do seu discurso. Além disso, os parâmetros e critérios pelos quais as fontes são acionadas, classificadas, posicionadas e padronizadas no jornalismo dizem muito sobre a racionalidade moderna (JONCEW, 2005), remetendo também a cultura e as lógicas específicas do campo jornalístico.

Fisher (2018) observa que grande parte da literatura relevante sobre a questão das fontes se enquadra em duas categorias amplas: 1) a dinâmica de poder nas relações repórter-fonte e 2) o uso de fontes na prática jornalística. Assim como a autora, também reconheço que há sobreposição entre as divisões artificiais operada pelos estudos, mesmo que cada vertente discuta mais centralmente um certo aspecto. Diante disso, destaco elementos destas duas categorias, problematizando-os com base na compreensão de que o relacionamento entre

¹⁷ O conceito de valoração das vozes é explicado e aplicado no sexto capítulo da tese.

repórteres e informantes passa longe de uma simples transferência unidirecional de informações, visto que as interações e vínculos construídos congregam muitos níveis de complexidade (LASHMAR, 2019).

A dimensão ideológica – num sentido expressamente negativo – e propagandística do discurso jornalístico já foi apontada como resultado da dependência dos jornalistas em relação as fontes do poder público e do mundo empresarial (HERMAN; CHOMSKI, 1988¹⁸). Todavia, a reprodução de valores sociais não se confina em lógicas unidirecionais do campo. Mesmo que o jornalismo seja um ambiente suscetível a reproduzir as ideologias dominantes, nem sempre esse processo se desenrola de maneira conspiratória e planejada. Além disso, jornalistas, imersos em circunstâncias e complexidades diversas da profissão, ainda podem desafiar os chamados definidores primários (HALL *et. all.*, 1978)¹⁹, fazendo ecoar outras vozes, pontos de vista alternativos aos posicionamentos de indivíduos e grupos que concentram algum tipo de poder.

Os vínculos entre jornalistas e fontes se engendram a partir de uma mistura de conflito e cooperação, sendo que essas duas categorias podem ser, ao mesmo tempo, aliadas e adversárias (SIGAL, 1973)²⁰. Essas duas categorias de agentes sociais participam de relações simbióticas, em que são interdependentes, mutualmente adaptáveis e com objetivos diferentes, porém sobrepostos (BLUMLER; GUREVITCH, 1981). Tal caráter flutuante do relacionamento dos jornalistas com as fontes evidencia tanto uma espécie de "dança" como de um "cabo de guerra" (GANS, 1979). São metáforas que aludem respectivamente à condução negociada de uma pauta e à luta acirrada entre jornalistas e fontes na definição daquilo que será reportado.

Apesar dessas várias formas de diálogo e tensão estabelecidas entre jornalistas e informantes, seria insensato não reconhecer que o espaço conferido aos grupos minoritários no

¹⁸ Nessa ocasião, os autores estudam a imprensa norte-americana no contexto da Guerra Fria, compreendendo que as fontes situadas no poder político ou econômico foram fundamentais para a fabricação de consenso e representação estereotipada de outras culturas. Em obra mais recente, eles ainda enfatizam o jornalismo como um espaço marcado por interesses das “fontes poderosas” ao afirmarem que “a mídia de massa é levada a um relacionamento simbiótico com as poderosas fontes de informação pela necessidade econômica e pela reciprocidade de interesses” (HERMAN, CHOMSKY, 2003, p.77).

¹⁹ Os *primary definers* são as fontes que definem uma interpretação primária dos acontecimentos, comandando o modo como os assuntos e questões serão tratados pela cobertura jornalística. As fontes oficiais/autorizadas costumam ocupar esse papel devido à uma série de fatores, como as pressões práticas de trabalho constantes contra o relógio e as exigências profissionais em torno da objetividade. Essa lógica, segundo os autores, colabora para que o jornalismo reproduza simbolicamente a estrutura de poder existente na ordem institucional da sociedade.

²⁰ O autor investigou como as notícias chegam à redação, analisando os jornais *Washington Post* e *The New York Times*. O estudo conclui que a notícia não é o que os jornalistas pensam, mas o que as fontes dizem.

noticiário é historicamente menor comparado ao lugar ocupado pelas autoridades governamentais e elite econômica. Na maior parte das vezes, os *news promoters* são realmente aquelas fontes mais diretamente ligadas ao poder (MOLOTCH; LESTER, 1974)²¹. Essa predominância de determinados espectros sociais, vale ressaltar, não implica somente no peso quantitativo das diferentes fontes no jornalismo, mas sobretudo quando pensamos nos modos de definição da agenda midiática e nos quadros interpretativos que comandam a apresentação e compreensão dos acontecimentos.

A relação entre repórteres e fontes se baseia em uma luta pelo poder sobre a apresentação de informações (FISHER, 2018). A natureza dessa luta envolve contexto de várias ordens, uma vez que o campo jornalístico se entrecruza com outros campos como o econômico, político, religioso e científico. Há uma gama de influências que podem afetar o nível de tensão entre fontes e jornalistas, incluindo o assunto em questão, o potencial dano à autoridade ou credibilidade de ambos os lados, a opinião pública, as mudanças nas tecnologias de comunicação e o contexto cultural e político (BRANTS; VOLTMER, 2011). Tais fatores não apenas tencionam a relação entre esses dois agentes sociais, como também implicam na forma como as dinâmicas do poder e saber e as tensões e conflitos sociais são repercutidas pelo discurso jornalístico. Numa sociedade, em que os mais diferentes tipos de poder estão estruturalmente distribuídos de maneira desigual, os interesses dos jornalistas e das fontes compõem um aspecto fulcral da luta travada entre esses dois agentes sociais.

No contexto da democracia ocidental, a luta pelo poder representa uma competição de interesses entre os jornalistas encarregados de representar o interesse público por meio da autoridade fiscalizadora; e as fontes que procuram defender interesses pessoais, comerciais ou políticos e influenciar a opinião pública por meio da mídia (FISHER, 2018, p. 3, tradução minha²²).

A caracterização supracitada ilustra parte de um imaginário sobre como o campo jornalístico costuma ser idealmente organizado. Entretanto, como pondera a autora, para além desse retrato dicotômico, há ocasiões em que as fontes falam atendendo o interesse público, da

²¹ Os *news promoters*, conforme os autores, são as fontes interessadas na promoção de certas ocorrências na agenda midiática. Por vezes, também atuam para impedir que certos fatos sejam reportados pelo jornalismo. Nessa perspectiva sobre agendamento, há também os produtores de notícias (*news assemblers*) e os consumidores da informação jornalística (*news consumers*).

²² “In the context of Western democracy, the power struggle represents a contest of interests between the journalist who is tasked to represent the public interest by scrutinizing authority; and sources who seek to advocate personal, commercial, or political interests and influence public opinion through the media”.

mesma maneira que o jornalismo também pode ser centralmente orientado por propósitos econômicos e políticos. No que concerne especificamente aos interesses das fontes, considero importante evidenciar alguns aspectos circunstanciais que demarcam os proveitos e motivos pelas quais os informantes se manifestam no discurso jornalístico, sobretudo, quando se tratam de indivíduos e grupos afastados das arenas do poder, como as classes populares. A participação desses sujeitos nas produções noticiosas, muitas vezes, congrega uma vontade de visibilidade, reconhecimento, pertencimento e inclusão no debate público, em grande medida, construído pelo jornalismo. Contudo, vale ponderar que fontes desse espectro – comumente identificadas como populares e cidadão comum²³ – raramente organizam-se de maneira sistemática para falar com repórteres. Por serem, em muitos dos casos, entrevistadas sem qualquer contato e agendamento prévios, as fontes de classes populares dificilmente utilizam estratégias comunicativas e táticas mais complexas em suas inserções nos conteúdos jornalísticos. Isso não significa que os dizeres das pessoas em situação de pobreza, por exemplo, não congreguem interesses com teor político, mas sim que as posições sociais das fontes costumam afetar diretamente o modo como elas são mobilizadas e representadas pelo jornalismo.

Fisher (2018, p.1) ainda nos lembra que os modos como as fontes interagem com os jornalistas se modificam ao longo da história devido a uma série de fatores. “A relação entre o repórter e a fonte não é estática. Ela muda em resposta ao contexto cultural, social, ambiente político e econômico. Significativamente, também muda em resposta aos desenvolvimentos em tecnologia de comunicação”. A autora considera que a mídia digital, afeta, em certo nível, na própria distinção mais clara e direta entre fonte e repórter. Afinal, num sistema midiático híbrido, movimentos sociais, políticos, empresas, ONGs e cidadãos em geral podem criar, fazer curadoria e publicar informações. Tal contexto evidentemente não elimina o conjunto de finalidades historicamente atribuídas ao jornalismo – em especial, à figura do repórter –, embora os papéis profissionais tendam a ser cada vez mais tensionados e, por vezes, reconfigurados.

Por mais que os vínculos entre fontes e jornalistas se atualizem em novos contextos, indivíduos, grupos e instituições que concentram poder e saber legitimados socialmente

²³ Reich (2015) sublinha que a expressão "cidadão comum" se refere à um conceito um tanto vago e idealizado. O autor explica que, genericamente, os cidadãos comuns são aqueles indivíduos entrevistados como pessoas particulares. Ao contrário das fontes mais proeminentes – indivíduos e grupos que conservam alto prestígio, poder, saber e detêm posições oficiais – os cidadãos comuns são desprovidos de afiliação formal. Os cidadãos comuns "desconhecidos" podem ser entrevistados como vítimas, vizinhos, testemunhas oculares, entre outras circunstâncias e papéis.

mantêm seus lugares privilegiados no discurso jornalístico. Agentes do poder público, da iniciativa privada e do espectro científico evidentemente congregam diversas particularidades no que concerne à sua configuração como fontes de informação. No entanto, os mesmos podem ser alocados numa categoria ampla que reconhece suas posições de poder e saber na sociedade. Tratam-se das chamadas fontes formais, constituídas pelo conjunto das organizações do setor público e privado e os especialistas das categorias profissionais liberais (JONCEW, 2005). Tais fontes, de acordo com a autora, são portadoras e aplicadoras do conhecimento perito e suportam todo o aparelho de dominação que caracteriza a esfera social. Apesar de ocuparem posições privilegiadas em comparação a outros tipos informantes, nem todas as fontes formais possuem a mesma visibilidade midiática, visto que certos agentes são regularmente mais acionados pelo jornalismo. Órgãos dos poderes executivo, legislativo, judiciário e as secretarias públicas de saúde, obras, fazenda, transporte e outras, que fornecem, preponderantemente, informações utilitárias ou divulgam decisões políticas, exemplificam a categoria das fontes formais.

Profundamente imbricados à problemática das relações de poder no jornalismo, os modos como esta atividade seleciona as fontes de informação na complexidade das rotinas e práticas da profissão constituem um outro corpo significativo de pesquisas da área (FISHER, 2018). As fontes permitem que repórteres executem seu trabalho de forma adequada (TUCHMAN, 1978), uma vez que as expressões e depoimentos dos informantes contribuem para a construção social da realidade, processo do qual o jornalismo inevitavelmente faz parte.

Este processo de seleção é uma expressão do poder do jornalista como “guardião” da informação que determina qual história contar, quem entrevistar, o que incluir e o que excluir. Essas decisões são importantes porque moldam as informações recebidas pelo público. Essas seleções também refletem o impacto das limitações e recursos do jornalismo na formação ou “enquadramento” de uma história (FISHER, 2018, p.5, tradução minha²⁴).

Como já intensamente discutido por vários estudos, há uma ampla gama de elementos que afetam o processo seletivo das fontes no jornalismo. Pinto (2000) assinala alguns dos muitos condicionantes que interferem na forma como as fontes são mobilizadas e alocadas no discurso jornalístico. Os recursos e a estrutura do veículo, o tempo disponível para pautar e reportar, os interesses e pressões editoriais, políticas e econômicas são fatores que afetam o

²⁴ “This selection process is an expression of the journalist’s power as a “gatekeeper” of information who determines what story to tell, who to interview, what to include, and what to exclude. These decisions are important because they shape the information received by the public. These selections also reflect the impact of the constraints and resources of journalism on the shaping or “framing” of a story”.

posicionamento dos jornalistas face aos seus informantes. A estes elementos, no entendimento do autor, somam-se ainda a formação cultural, técnica e ética do jornalista, a experiência acumulada e o estatuto na profissão e no veículo, bem como a percepção sentida do clima de vigilância dos pares (e do público) no que concerne à tradução na prática das normas ético-deontológicas em vigor. O processo seletivo e as etapas seguintes de apuração e refinamento das informações colhidas reafirmam uma postura ativa e decisiva – ao menos idealmente – dos jornalistas.

Por outro lado, se é certo que as fontes possibilitam diferentes graus de acesso à informação de que dispõem, também é verdade que os jornalistas não são meros intermediários ou observadores; têm ou podem ter um papel ativo no material que selecionam para divulgar, no enquadramento e contextualização das informações que obtêm junto das fontes e no destaque que lhes conferem ao nível da difusão (PINTO, 2000, p. 286).

O jornalismo também seleciona e atribui lugares aos seus informantes de acordo com julgamentos de credibilidade. Apesar de serem, em grande medida, mobilizadas para autenticar o discurso jornalístico com suas marcas de veracidade, as fontes dispõem de diferentes tipos e níveis de confiança. Reich (2011) sublinha que ao encontrar uma fonte com estatuto presumidamente pouco credível, o jornalismo emprega verificações mais densas, intensifica os cruzamentos com relatos de outras fontes, reserva menos espaço para esse tipo de informante em seu discurso, assim como se ancora em mais técnicas de atribuição – aspas e sonoras, por exemplo – para se distanciar da responsabilidade direta da versão apresentada que gera dúvidas e contradições. A confiança e o ceticismo diante das fontes são percepções derivadas das variadas aferições realizadas pelos jornalistas desde a definição de uma pauta até a edição de um produto noticioso. É comum, por exemplo, que algumas fontes adquiram mais credibilidade na medida em que se tornam figuras recorrentes nas produções noticiosas. Incluem-se, nestes casos, indivíduos, grupos e instituições que gozam de alto prestígio, poder ou saber pela posição que ocupam em determinado campo social. Tal situação possibilita não apenas uma leitura discricionária, segundo o qual fontes confiáveis se tornam regulares, mas também uma visão visceral, pela qual as fontes regulares adquirem uma aura de credibilidade (REICH, 2011)²⁵.

²⁵ Em pesquisa sobre como os jornalistas aferem credibilidade as fontes, Reich (2011) aponta a existência de duas visadas. Numa leitura *visceral*, a credibilidade é associada diretamente ao histórico dos informantes e do seu poder e prestígio social (e não necessariamente no que eles dizem). Já na visão *discricionária*, a credibilidade das fontes é permanentemente testada a partir de intensos processos de verificação. O jornalismo pode lançar mão desses dois tipos de aferição de credibilidade dos seus informantes, inclusive, na construção de um mesmo produto noticioso.

A seleção, o recorte e angulação dos dizeres das fontes – e consequentemente o “teor” e os sentidos construídos a partir de uma cobertura jornalística – ainda podem resguardar vínculos com os modos como o jornalismo lida com os diferentes marcadores sociais da diferença dos seus informantes, como raça, gênero e classe social. Em análise focada no telejornalismo local estadunidense, Poindexter, Smith, Heider (2003) evidenciaram que existe uma estrutura desigual na escolha das fontes entrevistadas, em que negros, latinos e asiáticos aparecem em quantidade e posições inferiores aos brancos. Já em pesquisa voltada para as correlações de gênero no telejornalismo australiano, Cann e Mohr (2001) enfatizaram, entre outros resultados, que a maioria das fontes especializadas apresentadas nas matérias dos telejornais analisados era composta por homens. A desigualdade de gênero também foi um aspecto perceptível na composição e representação dos repórteres e âncoras.

Em investigação sobre como se desenrolou a cobertura jornalística de uma crise de saúde pública na Coreia do Sul, no final da década de 1990, Logan, Park e Shin (2004) notaram que os jornais sul-coreanos analisados superestimaram as falas de fontes pertencentes à elite do país (funcionários do governo e médicos com alto prestígio), subestimando fontes de outras classes e espectros sociais. Por sua vez, Vossen, Gorp e Shulpen (2018), ao analisarem a cobertura acerca da pobreza no jornalismo holandês, evidenciaram que o enquadramento das notícias, segundo as percepções dos próprios jornalistas entrevistados, é decisivamente influenciado pelos depoimentos das fontes em situação de pobreza, além dos valores-notícia e rotinas produtivas.

Splendore (2017) considera que a mobilização das chamadas fontes não elitistas – cidadãos, grupos locais e pequenas associações, por exemplo – contribui para uma pluralização dos definidores primários. Para o autor, tais fontes não substituem a importância das fontes de caráter institucional, mas ampliam e diversificam os sistemas de mídia. Esse cenário é fortalecido pelos veículos e práticas jornalísticas do ambiente *online* que expressam mais pontos de vista diferentes e contraditórios. Assim, embora as produções jornalísticas ainda sejam, em grande medida, um instrumento de elites poderosas, cada vez mais, outras vozes situadas fora das principais estruturas de poder da sociedade são inclusas no jornalismo (SPLENDORE, 2017). Apesar desta percepção ser otimista e acenar para uma evolução positiva no que toca à diversificação das fontes, as lógicas e valores imperantes em grande parte dos veículos de comunicação ainda suscitam problemas relacionados aos modos como os recortes, hierarquizações e sobreposições de falas são realizadas pelo jornalismo. Afinal, a questão da

pluralidade não se limita à mera acolhida de diferentes indivíduos e grupos, visto que ainda diz respeito à multiplicidade de posições assumidas pelas fontes.

É comum que os cidadãos sejam representados pelas produções jornalísticas como seres acomodados, passivos e apolíticos. Nesses casos, eles são caracterizados como sujeitos que não propõem, não iniciam e nem se envolvem criticamente e profundamente com um debate, sendo, em suma, narrados como seres desprovidos da capacidade de agência (LEWIS, 2006), isto é, de interferência no mundo. Interessados em discutir as diferentes inserções dos cidadãos como fontes no jornalismo televisivo holandês, Kleemans, Schaap e Hermans (2017) identificaram que eles podem contribuir com o noticiário de maneira substantiva, afetiva ou ilustrativa. Segundo os autores, é notável que as fontes do tipo cidadão passaram a ter mais espaço no jornalismo nas últimas décadas. Contudo, as fontes populares não costumam ter “voz ativa” no debate público, sendo amplamente empregadas como meros casos de ilustração de acontecimentos, situações e temas.

Ao usar cidadãos como fontes, os jornalistas pretendem ampliar a gama de vozes fora da elite e também aumentar a atratividade de histórias para seus públicos. Se os cidadãos são de fato cada vez mais levados a sério como fontes de notícias, isto poderia significar que o monopólio virtual das fontes de elite na definição dos acontecimentos está sendo gradualmente quebrado, dando lugar a um coro de vozes mais heterogêneo no debate público (KLEEMANS; SCHAAP; HERMANS, 2017, p. 2, tradução minha²⁶).

A diversidade de fontes concerne ainda à configuração dos sistemas de mídia, bem como dos meios e plataformas de comunicação (ARBAOUI; SWERT; VAN DER BRUG, 2016). De maneira geral, o jornalismo televisivo costuma incluir cidadãos e grupos não pertencentes à elite de maneira mais significativa em suas produções comparados ao jornalismo impresso, por exemplo (LEWIS, INTORN E WAHL-JORGENSEN, 2004). Todavia, mesmo que no telejornalismo, os cidadãos - incluindo os indivíduos das classes populares – ocupem, muitas vezes, um lugar central nas notícias e reportagens, sua relevância não pode ser medida somente em presença quantitativa (BECKERS; VAN AEST, 2018). Tal compreensão aponta a

²⁶ “By using citizen sources, journalists intend to broaden the range of voices outside the elite and also to increase the attractiveness of stories for their audience. If citizens are indeed increasingly taken seriously as sources in the news, this would mean that the virtual monopoly of elite sources on defining events is gradually broken, giving way to a more heterogeneous chorus of voices in public debate”.

necessidade de as fontes populares serem representadas em posições múltiplas e que extrapolem lugares historicamente estabelecidos para elas.

Os cidadãos são, em geral, mostrados como observadores passivos do mundo. Enquanto eles são vistos com seus medos, impressões e desejos, eles não têm, aparentemente, muito a dizer sobre o que deve ser feito em relação à saúde, educação, meio ambiente, crime, terrorismo, política econômica, impostos, gastos públicos, guerra, paz ou qualquer outro assunto na esfera pública. O mundo da política é, neste sentido, deixado para os políticos e especialistas (LEWIS, INTORN E WAHL-JORGENSEN, 2004, p. 163, tradução minha²⁷).

Ao analisarem os papéis profissionais no telejornalismo e na mídia impressa chilena, Hallin e Mellado (2018) sublinham a importância da televisão na apresentação de iniciativas, reivindicações e perspectivas dos cidadãos. Apesar de as vozes populares serem mais amplificadas pelo jornalismo televisivo, segundo os pesquisadores, também existem limitações em torno desse meio que colaboram para despolitizar e ignorar forças estruturais mais amplas. Assim, na maioria das vezes, as demandas e problemas descritos pelas fontes do tipo cidadão são trabalhados jornalisticamente apenas numa esfera individual ou gerencial, isto é, num nível restrito que não se conecta com a estrutura histórica e política.

Ao investigar o espaço para os cidadãos comuns no jornalismo, Reich (2015) visualiza duas perspectivas de pesquisa principais. Por um lado, uma corrente teórica mais revolucionária defende o reconhecimento do aumento substancial na dependência dos cidadãos comuns pelo jornalismo. Na contramão desse entendimento, uma visão teórica mais conservadora observa que, nas últimas décadas, haveria apenas um crescimento irrisório dessas fontes nos noticiários. A segunda perspectiva compreende ainda que a baixa presença dos cidadãos comuns como informantes decisivos nas produções jornalísticas tem a ver com a resistência dos veículos em mudar suas práticas, sobretudo, a própria tendência histórica dos jornalistas atribuírem menos credibilidade, autoridade e poder iluminador a essas fontes. Visando detectar as forças que potencialmente dificultam a ampliação do papel dos cidadãos como fontes, Reich (2015) ressalta a existência de três variáveis, a saber: “(...) circunstancial: os cidadãos são entrevistados principalmente em situações ritualizadas e infrequentes; logísticas: depender dos cidadãos requer maior energia jornalística; e avaliativa: os cidadãos e suas informações são menos

²⁷ “Citizens are, on the whole, shown as passive observers of the world. While they are seen to have fears, impressions and desires, they do not, apparently, have much to say about what should be done about healthcare, education, the environment, crime, terrorism, economic policy, taxes and public spending, war, peace or any other subject in the public sphere. The world of politics is, in this sense, left to the politicians and the experts”.

apreciados” (REICH, 2015, p. 788, tradução minha²⁸). Acrescenta-se ainda que o espaço para os cidadãos comuns pode ser alargado ou diminuído conforme o domínio temático, a configuração técnica e estética dos meios e o enfoque das pautas e os gêneros jornalísticos – notícia, reportagem, entrevista, por exemplo.

Tanto o relacionamento entre fontes e jornalistas como os modos de seleção e demarcação de lugares para os informantes – valoração das vozes das fontes – são questões que dizem respeito ainda à dimensão emocional do jornalismo. Por isso, a seguir, discuto como as emoções atravessam a prática jornalística de variados modos e em diferentes níveis.

3.2 A DIMENSÃO EMOCIONAL DO JORNALISMO

As emoções são objeto de estudo nas mais variadas áreas do conhecimento, estimulando debates profundos e com notável complexidade de proposições e tensionamentos na psicologia (EKMAN, 2011; IZARD, 2009); filosofia (DEIGH, 1994; NUSSBAUM, 2001), antropologia (LUTZ, 1988; COELHO; REZENDE, 2011), neurociência (DAMÁSIO, 2003; LENT, 2001), ciência da computação (PICARD, 1997; LIBRALON, 2014), entre outros espaços de saber institucionalizados. Foge dos propósitos desta tese apresentar um levantamento exaustivo ou mesmo uma síntese da discussão teórica acerca das emoções nas diferentes áreas. No entanto, assim como Gadret (2016), não deixo de considerar a pertinência de algumas perspectivas que me auxiliam a entender e operar o conceito de emoção nos estudos do jornalismo.

Alegria, tristeza, medo, raiva, surpresa e aversão constituem o conjunto básico das emoções universais apontado e discutido pelo psicólogo norte-americano Paul Ekman no início dos anos 1970. Em suas investigações sobre a emoção, o pesquisador captou a existência contínua dessas seis emoções nas expressões faciais de indivíduos pertencentes a diferentes regiões do mundo e situados em distintos momentos da história. O autor, já na década de 1990, amplia tal lista, incluindo outros estados emocionais, como entusiasmo, vergonha, culpa, alívio e complacência. Ao propor a constituição de uma taxonomia consensual das emoções, Keltner (2019) reconhece a relevância das chamadas emoções universais inicialmente observadas por Ekman (2011), sem desconsiderar a necessidade de pesquisas mais aprofundadas sobre outras emoções como simpatia, admiração, gratidão, desejo e constrangimento. O debate, segundo o autor, também deve reconhecer, em alguma medida, a importância de aspectos como cultura,

²⁸ “(...) circumstantial: citizens are interviewed mainly under ritualized, infrequent situations; logistical: relying on citizens requires greater journalistic energy; and evaluative: citizens and their information are less appreciated”.

religiosidade, desigualdade, gênero e dinâmicas de poder na experiência e expressão das emoções (KELTNER, 2019).

Nesta tese, é importante o entendimento de que as emoções podem ser compreendidas como respostas a eventos que consideramos importantes aos nossos objetivos sociais diante de situações que percebemos como desafios ou oportunidades no nosso mundo interno e externo (KELTNER; OATLEY; JENKINS, 2014). Outra abordagem teórica necessária para o contexto da presente pesquisa é a que reconhece que as emoções se manifestam não somente por meio de mecanismos não-verbais e paralinguísticos, como expressões faciais, gestos, postura e tom de voz, materializando-se também no plano das falas das pessoas (FUSSEL, 2002). Considerando tais perspectivas, sublinho que ao analisar o discurso jornalístico – focalizando especialmente nas vozes das fontes de classes populares – observo as emoções expressas pela face dos sujeitos, como também pela dimensão verbal do discurso, visto que os mais diferentes estados emocionais também se manifestam a partir do que é dito verbalmente.

Ao ver que alguém está chorando, por exemplo, podemos supor que se está triste. Pela extensão dos soluços, podemos até ser capazes de inferir a intensidade da tristeza. Mas as lágrimas dentro e fora por si mesmas não fornecem informações sobre a experiência particular de tristeza – como as cognições que acompanham a tristeza (por exemplo, “Não tenho dinheiro” vs. “Estou solitário”) ou as circunstâncias que levam a me sentir triste (por exemplo, “Perdi meu emprego” vs. “Meu cachorro acabou de morrer”) (FUSSEL, 2002, p. 3, tradução minha)²⁹

Dentre as várias perspectivas que trazem as emoções como objeto de estudo, considero a discussão empreendida por Charaudeau (2010) relevante para os propósitos da tese. Partindo de uma corrente dos estudos discursivos, o autor compreende que as emoções advêm em razão de um sujeito que sente e vivencia diferentes estados qualitativos. No entanto, mesmo fazendo parte do chamado universo afetivo, elas não são totalmente irracionais, muito menos redutíveis à ordem do sensível ou da simples pulsão. De acordo com esse horizonte teórico, existe uma ligação entre emoções e racionalidade. “É pelo fato de as emoções se manifestarem em um sujeito ‘a propósito’ de algo que ele representa para si” (CHARAUDEAU, 2010, p.28). Em outras palavras, as emoções possuem uma dimensão intencional constituída dentro de uma

²⁹ By seeing that someone is crying, for instance, we might assume that they are sad; by the extent of sobbing we might even be able to infer the intensity of the sadness. But the tears in and off themselves provide no information about the particular experience of sadness -- for example, the cognitions that go along with the sadness (e.g., "I have no money" vs. "I'm lonely") or the circumstances that lead up to feeling sad (e.g., "I lost my job" vs. "my dog just died").

racionalidade subjetiva. Além disso, o acionamento das emoções no e pelo discurso vincula-se ao reconhecimento das crenças, isto é, de um conjunto de valores socialmente compartilhados.

Em termos metodológicos e analíticos, a lente discursiva de Charaudeau (2010) entende a emoção “(...) como um efeito visado (ou suposto), sem nunca ter a garantia sobre o efeito produzido” (CHARAUDEAU, 2010, p.34). Tal compreensão distingue conceitualmente as emoções efetivamente vivenciadas pelos indivíduos dos estados emocionais discursivamente intencionados, mas nem sempre concretamente experienciados pelos sujeitos. Para o autor, o entendimento das emoções como partes fundamentais dos processos discursivos ainda leva em consideração o conceito de *pathos*, um transbordamento emocional manifesto nas relações entre os sujeitos. Pensando nas possibilidades do estudo discursivo das emoções, Charaudeau (2010) propõe quatro grandes tópicos – estados emocionais definidos em termos de cenário e figura – constituídas por um lado positivo (eufórico) e negativo (disfórico): a tópica da “dor” e seu oposto, a “alegria”; a tópica da “angústia” e seu oposto, a “esperança”; a tópica da “antipatia” e seu oposto, a “simpatia”; e a tópica da “repulsa” e seu oposto, a “atração”. Compreendo que além destas tópicos sinalizadas pelo autor, outros estados emocionais podem ser mapeados e discutidos conforme: 1) as particularidades do discurso analisado – jornalístico, político, religioso, por exemplo; e 2) as especificidades da pesquisa – objetivos, objeto empírico e corpus, dentre outros aspectos.

Há uma negligência histórica do campo profissional, da pesquisa acadêmica e do público em relação ao papel vital da emoção no discurso jornalístico. Todavia, sobretudo na última década, observa-se um crescimento dos estudos que discutem a centralidade da dimensão emocional do jornalismo. Esse movimento na pesquisa se deve, em grande medida, à chamada “virada afetiva” iniciada nos anos 1990 em várias disciplinas das ciências sociais e humanas (CLOUGH; HALLEY, 2007), fortalecendo-se nos últimos anos pelas rápidas mudanças tecnológicas da era digital (WAHL-JORGENSEN, 2019). Desde então, a emoção vem sendo mais densamente investigada no que concerne as suas implicações nos processos de produção, circulação e consumo dos conteúdos noticiosos. Apesar dessa guinada recente das pesquisas em jornalismo, não estamos diante de um elemento novo nos fazeres dos jornalistas e nas narrativas construídas por estes sujeitos. Peters (2011) nos lembra que a oposição binária entre objetividade e emoção complicou o entendimento de que o jornalismo sempre foi emocional dado ao seu propósito de criar uma experiência de envolvimento. A ancoragem dos valores-notícia numa ampla gama de emoções, assim como a dimensão espetacular e dramática do jornalismo não são uma novidade do século XXI (BECKETT; DEUZE, 2016). Seja uma notícia

ou uma reportagem investigativa, o discurso jornalístico pode ser atravessado e constituído, em diferentes níveis, pela aversão, raiva, medo, tristeza, alegria, surpresa e desprezo, dentre outros estados emocionais.

A herança deixada pelo paradigma positivista, por um longo tempo, contribuiu para que os vínculos entre jornalismo e emoção não fossem devidamente apreendidos em toda a sua complexidade. Persiste, ainda na atualidade, um misto de preconceito e ingenuidade nas visões – teóricas e profissionais – que desqualificam determinadas práticas jornalísticas ao presumirem que aspectos como qualidade e relevância estariam presentes somente no dito “jornalismo sério e objetivo” materializado nos conteúdos noticiosos supostamente mais afastados do universo das sensações. As perspectivas que diminuem o potencial político das emoções no jornalismo simplificam o debate ao insistirem na separação entre fatos de valores e ao alegarem que as produções que exploram mais fortemente as sensações contribuiriam para um “emburrecimento” ou “McDonaldização” da atividade jornalística (WAHL-JORGENSEN, 2019). A sensível relação do jornalismo com a emoção, vale ressaltar, é parte do imaginário em torno da objetividade jornalística – muitas vezes, contornado pela presença de outras noções como a imparcialidade, a neutralidade e a isenção –, compartilhado socialmente, sobretudo, num contexto de democracia liberal.

A relativa escassez de pesquisas sobre emoção no jornalismo pode, em grande parte, ser atribuída devido à fidelidade do jornalismo ao modelo de democracia liberal e à associação ao ideal da objetividade. Em sociedades democráticas liberais, as organizações de notícias são vistas desempenhando um papel vital como um 'Quarto Estado' que atua como um cão de guarda diante das concentrações de poder, incluindo o governo (WAHL-JORGENSEN, 2019, p. 2, tradução minha³⁰)

Ao falarem sobre as emoções, os jornalistas podem imediatamente destacar o foco na informação objetiva, neutra e demais preceitos cristalizados no imaginário profissional. Foi o que observou Pantti (2010) ao entrevistar jornalistas finlandeses e holandeses para aferir o valor e o papel da emoção no jornalismo de qualidade. Nesse estudo, dentre outros aspectos, a autora constatou que os jornalistas entrevistados reconhecem as emoções como fundamentais ao jornalismo, sobretudo, quando se trata das produções televisivas que são marcadas por uma

³⁰ “The relative scarcity of research on emotion in journalism can, in large part, be attributed to journalism’s allegiance to the model of liberal democracy, and the associated ideal of objectivity. In liberal democratic societies, news organizations are seen to play a vital role as a ‘Fourth Estate’ which acts as a watchdog on concentrations of power, including government”.

forma de consumo fortemente afetiva. Os jornalistas, todavia, também identificam a necessidade de uma cautela na inserção das emoções na prática e nos produtos jornalísticos, chamando a atenção para a dimensão da ética profissional. Às fontes é atribuído o principal lugar de expressão da emoção no jornalismo. Esse reconhecimento, segundo os entrevistados, não deve, no entanto, fazer com que as emoções das fontes “se tornem as notícias”, visto que sua presença serviria apenas para ilustrar os fatos narrados. Reforça-se, assim, o ideário em torno da objetividade, o distanciamento necessário dos fatos a partir da não inclusão de suas emoções no fazer jornalístico.

No estudo de Richards e Rees (2011) sobre o trabalho jornalístico emocional em situações traumáticas, foi identificada “uma ampla e fundamental ambivalência no discurso profissional do jornalismo entre objetividade e envolvimento emocional e uma notável desatenção às perguntas sobre o impacto emocional do trabalho dos jornalistas nas audiências” (RICHARDS; REES, 2011, p. 851, tradução minha³¹). A pesquisa, que contou com 40 entrevistas com jornalistas, incluindo documentaristas e professores de jornalismo, sublinha a objetividade como uma “força talismânica” que dificulta a implementação de uma alfabetização emocional do campo. Os autores explicam que o valor da distância, que está embutido em vários códigos profissionais, é concomitante com o desenvolvimento da racionalidade econômica moderna. Entretanto, essa postura também pode ser complicada para os jornalistas, uma vez que o fazer jornalístico é uma forma particularmente envolvente e especializada de trabalho afetivo (RICHARDS; REES, 2011).

Kotisova (2017) discutiu como a supressão das emoções permitiu a manutenção da saúde mental de jornalistas que cobriram crises, conflitos e outros tipos de eventos com alto nível de negatividade. Nessa pesquisa, a autora entrevistou repórteres e observou redações televisivas da República Tcheca que pautaram a crise dos refugiados e os ataques terroristas de 13 de novembro de 2015, em Paris. O estudo evidencia a existência de um distanciamento dos jornalistas em relação à gestão e explicitação de determinados estados emocionais – como pena, tristeza, medo, pânico e simpatia – o que resultaria no cinismo como postura necessária para a autopreservação e bem-estar dos repórteres e ainda no que diz respeito à exatidão factual da cobertura. Por outro lado, parte dos jornalistas entrevistados compreende que o total desapego

³¹ “A broad and fundamental ambivalence in the professional discourse of journalism between objectivity and emotional engagement, and a striking inattention to questions about the emotional impact of journalists work upon audiences”.

emocional pode se configurar como uma ameaça ao próprio profissionalismo, reconhecendo que as emoções são importantes, de algum modo, para o bom exercício do jornalismo.

Em pesquisa sobre a gestão das emoções nos noticiários australiano e chinês relacionados ao risco – incluindo segurança alimentar, incêndios florestais e terremotos –, Huan (2017) mostrou que o jornalismo de ambos os países recorre à narrativa emocional como forma de estabelecer a ordem social. Contudo, o autor ainda notou diferenças significativas nos modos como a emoção reverbera nas coberturas de cada nação. Enquanto as produções noticiosas australianas se concentram nas emoções das pessoas comuns, o jornalismo chinês tende a se alinhar com as elites do poder. Nesses dois países, o discurso jornalístico reforça formas distintas de superação e solidariedade a partir de diferentes culturas e contextos políticos. Tais descobertas evidenciam como, a partir do gerenciamento das emoções, o jornalismo pode assumir um papel integrador e de fortalecimento das comunidades. Uma compreensão que vai na direção oposta do imaginário que concebe os jornalistas como meros observadores objetivos, distantes e que devem manter suas emoções alheias ao que reportam.

Wahl-Jorgensen (2013), em estudo anterior, já havia sinalizado a existência da terceirização das emoções pelos jornalistas. Ao analisar reportagens agraciadas com o prêmio Pulitzer, a pesquisadora observou rituais estratégicos de emocionalidade, uma série de movimentos que visa chamar a atenção do público para questões complexas de relevância social e política. Os jornalistas não falam e discutem suas próprias emoções, mas frequentemente descrevem as emoções dos sujeitos e grupos protagonistas das histórias narradas. Além disso, a expressão emocional das fontes é predominantemente negativa, muitas delas, associadas ao sentido de medo, ameaça ou agonia. Sendo uma prática institucionalizada, tais rituais possibilitam que as emoções sejam expressas rotineiramente de modo policiado e disciplinado. Na contramão do ideal de objetividade, central para a tradição jornalística, os rituais estratégicos da emocionalidade constituem uma forma de conhecimento tácito, implícito na socialização jornalística (WAHL-JORGENSEN, 2013). Ainda nessa pesquisa, há uma importante ponderação sobre a relevância da discussão acerca dos elos entre emoção e jornalismo.

Prestar a atenção na emoção nos estudos de jornalismo não significa, no entanto, que devemos celebrar acriticamente práticas, gêneros, discursos e expressões emocionais. Em vez disso, fazer um movimento em direção a uma análise concreta do ritual estratégico da emocionalidade pode enriquecer nossa compreensão do jornalismo -

tanto em termos de sua finalidade quanto de como ele funciona (WAHL-JORGENSEN, 2013, p. 133, minha tradução³²).

Como explica Condé (2017), os estudos sobre a concepção de emocionalidade dos jornalistas e a avaliação que fazem da "emocionalização" do noticiário lançam questões importantes que reforçam a percepção de ambiguidade quanto ao lugar que as emoções ocupam no jornalismo. Segundo o autor, ao mesmo tempo, existe uma rejeição por parte dos profissionais aos aspectos emocionais do jornalismo e uma aceitação das emoções como recursos estilísticos a serem empregados em dosagem adequada e em determinadas circunstâncias. Haveria, assim, na percepção dos jornalistas, uma tensão entre repúdio e aceitação, constituinte da concepção do lugar das emoções no jornalismo.

Uma parcela expressiva das pesquisas que tratam das emoções no jornalismo enfatiza, sobretudo, a emoção como aspecto basilar na sensibilização do público. O envolvimento emocional, vale ressaltar, está ancorado num contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2006), pacto simbólico tensionado por um *fazer saber* e um *fazer sentir*, como discutimos no terceiro capítulo desta tese. Assim, por mais que o discurso jornalístico seja construído a partir de parâmetros normativos e valores, muitas vezes, ancorados na gramática positivista (MEDINA, 2008), a emoção não apenas se faz presente em sua constituição, como também se manifesta no reconhecimento do público.

Especificamente quanto ao jornalismo, qualquer que seja o motivo da mobilização, pressupõe-se que as narrações dos fatos orientadas pelas normas, valores e rituais do campo provoquem determinadas reações emotivas, como indignação, aversão, admiração, compaixão, solidariedade, entre outras, em graus variados, que levem ao engajamento numa ação efetiva ou pelo menos discursiva (CONDÉ, 2017, p. 254).

Os enquadramentos do jornalismo também acionam diferentes tipos de estados emocionais. Gadret (2016) demonstrou como a emoção organiza a construção do enquadramento das reportagens de televisão. A autora evidencia que a construção discursiva da reportagem televisiva se ancora nas qualidades estéticas da TV, sendo que a emoção funciona como o eixo organizador do enquadramento sempre por meio da articulação de uma avaliação

³² "Paying attention to emotion in journalism studies does not, however, mean that we should uncritically celebrate emotional practices, genres, discourses and expressions. Rather, a move towards a concrete analysis of the strategic ritual of emotionality can enrich our understanding of journalism – both in terms of what it is for, and how it Works".

moral. Para além da constituição dos enquadramentos, as emoções também desempenham um papel importante nos modos como os *frames* apreendidos pelo público. Lecheler, Bos e Vliegenhart (2015) mediram como as emoções afetam a formação da opinião dos cidadãos holandeses diante dos enquadramentos jornalísticos acerca da questão da emoção. Entre outras observações, os autores notaram que o efeito do enquadramento de vitimização é marcado pela emoção positiva da compaixão, embora seja um *frame* que vai na direção oposta da ideia de independência e emancipação dos imigrantes.

No contexto da produção de conteúdo jornalístico para televisão, a emoção ocupa um espaço importante no processamento da informação pelos sujeitos, sendo uma peça fundamental para a construção da memória dos telespectadores (GUNTER, 2015). Me somo ao entendimento da emoção como uma dimensão imprescindível das construções discursivas operadas pelo jornalismo, em especial, àquelas construídas nos contornos da linguagem e estética televisiva. Reconheço, então, que a emoção está presente ainda no que denomino de valoração das vozes das fontes. Nessa compreensão, as posições cedidas e interdidas para as fontes de classes populares são, em grande medida, conformadas pelo acionamento de emoções. No discurso jornalístico televisivo, as emoções podem ser induzidas, reforçadas, sugeridas, contextualizadas e evidenciadas pela dimensão audiovisual, verbal e ainda pelas performances dos sujeitos (GADRET, 2016). Na sequência, discuto a relevância da televisão e as qualidades formais da grande reportagem televisiva.

3.3 A GRANDE REPORTAGEM TELEVISIVA

A televisão, assim como outros meios e formas de comunicação midiática, há várias décadas é intensamente questionada e criticada por supostamente contribuir para a despolitização da chamada esfera pública³³, conceito centralmente discutido por Jürgen Habermas. Todavia, Cushion (2012) nos lembra que as primeiras teorizações de Habermas em torno da noção de esfera pública foram publicadas nos anos 1960, num contexto histórico onde a televisão ainda dava seus primeiros passos. Desde então, a TV se tornou cada vez mais

³³ Em sua apreensão da obra habermasiana, Gomes (1997) considera que o conceito de esfera pública não pode ser tomado de modo descritivo e sim normativo, visto que tal noção problematiza sobretudo como os fenômenos deveriam ser. Assim, entendo que “como teoria normativa, a esfera pública reflete um tempo mítico e um espaço idealizado, uma referência para avaliar se as condições para sustentar uma cultura democrática saudável e uma cidadania vibrante estão sendo atendidas” (CUSHION, 2012, p. 14).

fragmentada e complexa, sendo o meio de comunicação mais consumido em muitas regiões do mundo, além de ser um dispositivo vital para a experiência e as práticas de cidadania contemporânea (GRIPSRUD, 2010). É notório também que os registros da realidade social constituidores da memória coletiva são construídos em grande medida pela televisão e, em especial, pelos produtos do telejornalismo (BECKER, 2016). Logo, apesar de todos os seus aspectos historicamente questionáveis e falhos – incluindo aí as representações da pobreza e os espaços concedidos as classes populares – a televisão se constitui, de maneira legítima, como parte importante da esfera pública, especialmente por ser a principal mídia que muitas pessoas acessam para entender o que acontece no mundo (CUSHION, 2012).

Assim como ocorre nos demais espaços de produção e disseminação de discursos, a televisão também é notadamente marcada pela presença de vários estereótipos de classe social, gênero, raça, idade, religião, atividade profissional (FERRÉS, 1998), dentre outras clivagens sociais. Além disso, nas produções televisuais, incluindo as de cunho jornalístico, não é incomum o reforço do maniqueísmo em torno dos personagens apresentados ao público. Conforme explica Ferrés (1998), ao longo de muitos séculos, os processos de socialização se sustentaram sobre um duplo mecanismo: o prêmio e o castigo. Trata-se de um tipo de construção de sentidos bastante difundido pelas narrativas convencionais do cinema e da televisão, em que o bom e o mau representam valores ideológicos e éticos contrários. “Os personagens positivos e os negativos facilitam o processo catártico desde o duplo mecanismo de envolvimento emotivo: a identificação positiva e a projeção de sentimentos negativos” (FERRÉS, 1998, p. 153). Nesse espectro discursivo marcado pelo uso de estereótipos e modos de narrar maniqueístas, as classes populares tendem a ser sistematicamente reduzidas a lugares vinculados à superação, solidariedade, ignorância, criminalidade, ao grotesco, entre outros. Disso resultam narrativas televisivas que supõem papéis naturais aos pobres, silenciando fatores históricos da desigualdade social e os conflitos entre as classes sociais. Em uma parte expressiva dos engendramentos discursivos operados pelos produtos televisuais é recorrente a ênfase num mundo natural e objetivo, o que acaba escamoteando importantes dimensões da realidade (FERRÉS, 1998).

Como vários estudos das mais diversas áreas já evidenciaram, muitas vezes, as produções da televisão – incluindo os programas de grande reportagem – constroem representações dos acontecimentos, temáticas, indivíduos e grupos sociais em convergência com valores e ideologias dominantes. No entanto, não podemos desconsiderar que as negociações de sentidos do público não estão enclausuradas no texto, uma vez que são operadas

em outras instâncias domésticas e profissionais da vida social, para além das telas, o que fortalece a própria polissemia da narrativa televisiva (BECKER, 2012). Tal compreensão vem acompanhada do entendimento de que o ordenamento no mundo via telejornalismo, processo marcado pela produção de sentido, apropriação e consolidação de identidades tecidas pelo audiovisual (COUTINHO, 2009) é sempre tensionado pela esfera de reconhecimento, isto é, pelos telespectadores que, em diferentes momentos, situam-se no horizonte imaginário dos discursos tecidos pelas mídias.

Díaz Arias (2017) compreende a televisão não apenas enquanto meio de comunicação dominante do século XX, mais ainda como serviço público, considerando-a basilar para compreendermos o mundo em que vivemos. O caráter integrador da televisão tem potencial para fomentar o desenvolvimento da cidadania o cumprimento dos direitos humanos. Como nos lembra o autor, o fundamento essencial do serviço público é o acesso universal. Da televisão, então, espera-se que ela seja um espaço construtor de conteúdos plurais, informativos e que atendam às necessidades sociais, culturais e democráticas de qualquer cidadão (DÍAS ARIAS, 2017). Wolton (1996) também destaca a capacidade da televisão em estabelecer um senso de comunidade, identificando-a como um laço social que possibilita aos telespectadores participarem individualmente de uma atividade coletiva.

As breves reflexões traçadas nos primeiros parágrafos dessa seção são necessárias para contextualizar e evidenciar a relevância da televisão como meio de comunicação social, sobretudo, sua capacidade de mobilizar e integrar diferentes indivíduos, grupos e comunidades a partir da sua produção de discursos. Diante disso, passo a focalizar os principais aspectos que conformam a dimensão empírica da pesquisa. Para tanto, reconheço que assim como a televisão, mais especificamente o telejornalismo e a grande reportagem televisiva congregam uma série de particularidades, isto é, aspectos formais que os singularizam como produções e formas discursivas.

Embora a grande reportagem em TV conserve elementos inerentes à reportagem de atualidade (convencional, factual), Jaspers (2009) destaca características que a particularizam. A grande reportagem se distingue, sobretudo, pela sua extensão e complexidade. São produções tópicas, visto que costumam centrar-se numa situação, fenômeno ou acontecimento claramente definido. Também são intensivas na medida em que tratam os assuntos em profundidade, abordando as várias facetas dos fatos. Nesse tipo de narrativa, ainda conforme o autor, muitas vezes, o repórter possui maior liberdade de construção no que se refere à premissa, ao ângulo e às técnicas de mediação, tendo que já tomar decisões importantes no momento da filmagem.

Essa atuação mais expressiva do repórter não elimina a contribuição de outros profissionais nos processos produtivos que culminam num tipo de narrativa específico no jornalismo televisivo. Por esses fatores, a grande reportagem tende a ser não apenas mais longa e alocar mais recursos que as matérias convencionais em TV, sendo também mais criativa, original e, por vezes, trazendo um texto com tom mais pessoal (JESPERS. 2009).

Ao investigar as representações da alteridade na narrativa televisiva, Lobato (2016) defende que a grande reportagem seja pensada a partir de traços essenciais ao formato, combinando aspectos testemunhais, ficcionais, referenciais, afetivos e antropológicos. Para o autor, as cinco principais marcas da grande reportagem são: a ampliação espaço-temporal do fato social (contextualização e historicização); a construção dramática/ diegética das cenas (reforço da narratividade); o reforço da enunciação e da autoria (trabalho testemunhal); a singularização do fato por meio de personagens e histórias de vida; e o uso de técnicas e índices de ficcionalização. Analisada com base nessas características, é possível compreender que a grande reportagem não se coloca como negação ou contraposição, mas como uma expansão ou potencialização da própria notícia, em seus aspectos de narratividade e ficcionalidade (LOBATO, 2016).

Compreendo que a discussão das propriedades particulares do telejornalismo pode ser um movimento de pesquisa mais produtivo e criterioso se considerarmos a relevância dos gêneros televisivos. De acordo com Gomes (2011), o conceito de gênero televisivo oportuniza o reconhecimento da existência de relações sociais e histórias entre determinadas formas culturais e as sociedades e os períodos nos quais tais formas são praticadas. A autora entende os gêneros como estratégias de comunicabilidade que nos permite compreender as regularidades e especificidades dos produtos jornalísticos, incluindo as ideologias, valores e normas que os constituem. Os gêneros televisivos ainda podem ser assimilados como agrupamentos categóricos de processos discursivos que atravessam textos por meio de suas interações culturais com indústrias, públicos e contextos mais amplos (MITTEL, 2004).

Para Fechine (2001), mais do que rótulos que serviriam para direcionar o consumo da vasta produção televisiva, os gêneros são matrizes de natureza tanto semiótica quanto sociocultural que possibilitam a organização da própria linguagem da televisão. Jost (2004) também contribui com essa discussão ao explicar que os gêneros contêm uma promessa ontológica que está em constante processo de afirmação e reconhecimento por parte do telespectador que busca compreender as estratégias comunicativas criadas pelos programas. Logo, os gêneros televisivos situam-se como uma mediação entre a esfera da produção e os

usos que se faz por parte das audiências. A constituição dos gêneros é sempre validada pelo reconhecimento social.

Os gêneros são formas reconhecidas socialmente a partir das quais se classifica um produto midiático. Em geral, os programas individualmente pertencem a um gênero particular, como a ficção seriada ou o programa jornalístico, na TV, e é a partir desse gênero que ele é socialmente reconhecido. No caso da recepção televisiva, por exemplo, os gêneros permitem relacionar as formas televisivas com a elaboração cultural e discursiva do sentido (GOMES, 2011, p. 33).

Atentar para os gêneros televisivos implica assumir que os telespectadores orientam sua interação com o programa e com o meio de comunicação de acordo com as expectativas geradas pelo próprio reconhecimento do gênero. Nessa perspectiva dos gêneros, os programas telejornalísticos são uma variação específica dentro da programação televisiva, caracterizando-se, por isso, como um gênero particular: programa jornalístico televisivo, conformado por regras e formatos próprios do campo jornalístico em diálogo com o campo televisivo. Os telejornais, programas de entrevistas, documentários de TV e as várias formas de jornalismo temático televisual (policial, esportivo, econômico, entre outros) são exemplos de subgêneros ou formatos. A dimensão empírica dessa tese é composta por exemplares do subgênero programas de grande reportagem, o que demanda uma atenção teórica e metodológica tanto para aspectos próprios do jornalismo como também para componentes específicos da televisão.

Os programas de grande reportagem configuram-se como produtos jornalísticos direcionados à abordagem aprofundada, crítica e plural de temas, acontecimentos e questões diversas de relevância social e interesse público. Na maioria das vezes, a periodicidade desses programas é semanal e sua exibição costuma ter entre 30 e 60 minutos de duração. As reportagens produzidas podem ter caráter factual, vinculando-se a assuntos amplamente discutidos na atualidade, como também tratar de problemáticas raramente pautadas pelo jornalismo diário. A estrutura narrativa e os aspectos formais dos programas de grande reportagem variam conforme cada perfil editorial, mas, de modo geral, tais produções podem conter *off*, sonora, passagem, cabeça, pé, trilha sonora, recursos gráficos, entre outros elementos também comuns na linguagem audiovisual dos telejornais.

As especificidades dos programas de grande reportagem são, em grande medida, oriundas do maior tempo de produção e edição que possuem. Essa temporalidade mais alargada permite que os assuntos sejam abordados em locais diversos, com entrevistas mais longas e com maior quantidade e diversidade de fontes, além da possibilidade de acompanhamento dos “personagens” em diferentes períodos de suas vidas (KLEIN, 2012). Sendo produtos culturais

constituídos por práticas midiáticas e sujeitos, os gêneros televisivos estão suscetíveis a transformações ao longo do tempo. Apesar de não ser possível fornecer uma definição essencialista da identidade central de um gênero, existem termos genéricos que possibilitam o reconhecimento prévio dos gêneros e subgêneros televisivos (MITTELL, 2004). No caso dos programas de grande reportagem, a duração mais prolongada e as qualidades formais das produções estão entre os principais fatores que facilitam a identificação do subgênero por parte dos telespectadores.

Componente presente em praticamente todas reportagens televisivas, o *off* se caracteriza como a locução do repórter coberta por imagens. Em outras palavras, o termo *off* é utilizado pelo motivo do repórter não estar mais em cena e sua voz cobrir as imagens por meio da narração dos acontecimentos (VILELLA, 2008). Tal espaço é marcado pelo constante vínculo entre as dimensões verbal e imagética da estrutura narrativa da reportagem. A partir do *off*, os dizeres do repórter se relacionam com as imagens selecionadas para exibição, bem como outros recursos – gráficos ou sonoros – que podem ser acrescentados na edição. Nesse processo, a locução jornalística não apenas relata fatos, mas também detalha dados, contextualiza situações, introduz depoimentos e descreve cenários.

Na televisão contemporânea, a passagem do repórter é uma espécie de assinatura jornalística, funcionando, muitas vezes, como uma prova que autentica o seu relato sobre um fato convocando o sentido de sua presença no local do acontecimento, além de remeter à necessidade de atribuição de autoria no trabalho jornalístico (ARAÚJO, 2018). Do ponto de vista audiovisual, uma passagem evidencia o repórter em primeiro plano olhando para a câmera, dirigindo-se diretamente à audiência, tendo ao fundo o cenário, geográfico ou simbólico (GUTMANN, 2012). Durante a passagem, além da autenticação dos fatos, o repórter ainda pode construir vínculos com o telespectador a partir do que diz e de onde fala. As passagens podem localizar-se em diferentes momentos da narrativa e costumam ser gravadas após a realização de pelo menos algumas entrevistas da reportagem, uma vez que necessitam trazer informações previamente apuradas.

Juntamente com o *off* e a passagem, a sonora faz parte da estrutura basilar da grande reportagem televisiva. Sonoras são basicamente trechos recortados de entrevistas com as fontes consultadas no processo de apuração. Nas produções do telejornalismo, as sonoras ocupam um lugar semelhante ao das citações entre aspas no jornalismo impresso, visto ambas serem fragmentos explícitos e diretos dos dizeres das fontes, mesmo que também sejam depoimentos editados. As sonoras contribuem para atestar a veracidade dos fatos pautados pela reportagem

a partir da exposição de manifestações das fontes. É comum que elas sejam inseridas para reforçar uma informação destacada via *off*. Entretanto, para além da mera confirmação e legitimação do relato do repórter, há diversos papéis e ações que as fontes podem desempenhar numa sonora, dentre os quais estão a explicação, a ilustração, a validação, a orientação, o testemunho, entre outros. Ao explicitar posicionamentos e pontos de vista das fontes, a sonora se configura como um importante recurso na ampliação do entendimento sobre um tema, questão ou acontecimento. Por ser mais extensa que as produções diárias, é frequente que a grande reportagem apresente sonoras circunscritas às *cenar*s de diálogo ou *cenar*s de ações das fontes com o repórter ou com outros indivíduos presentes no ambiente filmado.

Considerando que o telejornalismo é conformado pela linguagem audiovisual, é imprescindível que os enquadramentos de câmera também sejam reconhecidos como componentes formais da grande reportagem televisiva. Os planos de gravação correspondem a tudo aquilo que se escolhe mostrar na tela, sendo um recorte da imagem a partir da técnica da redução do campo de visão (BRISLANCE; MORIN, 2011). Focalizando cenários, personagens, objetos e ações diversas, os planos podem ser fixos ou em movimento. Gadret (2016), todavia, nos lembra que no telejornalismo brasileiro, há pouca variedade de enquadramentos e movimentos de câmera, predominando um padrão de qualidade que valoriza a presteza técnica da imagem e do som.

Os principais planos de gravação das produções jornalísticas em televisão incluem o *close*, primeiro plano, plano americano, plano médio e plano geral. Já entre os movimentos de câmera mais comuns, destacam-se o *zoom* e a panorâmica (CURADO, 2002). Há diferentes possibilidades de construção narrativa conforme os planos de gravação e movimentos de câmera empregados numa grande reportagem. O plano geral, por exemplo, é frequentemente usado para distanciar o telespectador dos eventos ou sugerir uma situação de solidão ou isolamento. Em sentido oposto, o *close* é bastante utilizado para aumentar a identificação do público com as personagens (BARNWELL, 2013).

Tanto a produção quanto a interpretação do telejornalismo consideram, para além do seu conteúdo, a importância da sua dimensão formal e expressiva, o que inclui os efeitos da edição (GUTMANN, 2014). Um dos aspectos mais presentes na construção narrativa da grande reportagem é a continuidade, algo bastante frequente também em produções do cinema. O uso desse recurso atende a uma série de propósitos, dentre os quais estão: suprimir repetições e elementos vistos como desnecessários, preservar a coerência de espaço, manter a continuidade temporal, criar e sustentar relações gráficas e rítmicas, além de ocultar do telespectador os

meios de construção empregados numa produção (EDGAR-HUNT; MARLAND; RAWLE, 2013). Além disso, não é acessório reconhecer que a edição desempenha um papel importante no modo como as informações serão cognitivamente assimiladas pelo público. Uma reportagem com fluxo acelerado com várias sequências de imagens díspares, por exemplo, pode criar uma sobrecarga cognitiva e dificultar o processamento do conteúdo (SCHAEFER; MARTINEZ, 2009).

O processo de edição de uma grande reportagem televisiva inclui o arranjo dos sons que compõem a narrativa. Edgar-Hunt, Marland e Rawle (2013) nos lembram que assim como a visão, o som também possui perspectiva e pode ser basicamente dividido em duas categorias: diegética (sonoridades captadas no ambiente filmado (diálogo entre personagens, ruído do local da filmagem); e não diegética (sonoridades acopladas à gravação, como a narração, música de fundo, entre outros). No telejornalismo, a sonorização – materializada a partir de um efeito da edição, som ambiente, entonação da fala, trilha, entre outros recursos – pode contribuir não apenas para tornar a narrativa da reportagem mais atraente e dinâmica, mas também para recriar cenas e ambientes, além de construir vínculos emocionais com o público.

Os aspectos formais do telejornalismo e, sobretudo, da grande reportagem televisiva colaboram para construir laços afetivos com o telespectador. Tal processo deriva tanto da dimensão emocional do jornalismo como da característica da televisão como um meio que convida o seu público a sentir. Como sublinha Gorton (2009), a televisão é uma ferramenta social fortemente integrada no cotidiano das pessoas, servindo, muitas vezes, como o pano de fundo e o ponto focal no dia a dia de muitas famílias.

No próximo capítulo, apresento e discuto noções da Análise de Discurso (AD), principal matriz teórica da tese. Além de refletir sobre conceitos próprios desta perspectiva, tensiono a dimensão discursiva e narrativa das fontes de informação, reconhecendo o estatuto de personagens e testemunhas que muitas delas ocupam no jornalismo.

4. DISCURSO

*A gente não quer só comida
 A gente quer comida, diversão e arte
 A gente não quer só comida
 A gente quer saída para qualquer parte
 A gente não quer só comer
 A gente quer comer e quer fazer amor
 A gente não quer só comer
 A gente quer prazer pra aliviar a dor*

*(Intérprete: Titãs;
 Compositores: Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer, Sérgio Britto)*

Compreender como são posicionados os dizeres das fontes de informação no discurso jornalístico, especialmente no que tange à classe social destes sujeitos, exige um entendimento mais preciso e denso acerca dos mecanismos responsáveis pela construção de sentidos. Não apenas no espectro midiático, mas na vida social como um todo. Tanto o dizer quanto o interpretar, ações presentes no discurso jornalístico, são possibilitadas por condições de produção discursivas que incluem fatores materiais e simbólicos. Atrelados a estas condições estão, também, os dizeres que são silenciados, mas que ainda assim significam, ou seja, congregam sentidos e vozes.

A perspectiva discursiva que mobilizo nesta tese se interessa em entender de que modo um dado discurso funciona, isto é, como um conjunto de dizeres constrói sentidos sobre um tema, um acontecimento, um grupo, uma instituição, um indivíduo, entre outros tópicos e dimensões da vida social. Nos movimentos de construção de sentidos, sujeitos se relacionam, enunciados se sobrepõem e ideologias se atravessam. Tramam-se, desse modo, atos discursivos sempre particulares em seu espaço e tempo, mas que podem ser mapeados, analisados e compreendidos criticamente a partir de um gesto interpretativo que empregue rigorosamente determinados princípios, conceitos e técnicas. Por isso, esta tese parte da perspectiva teórico-metodológica da Análise do Discurso para a compreensão do discurso jornalístico das grandes reportagens dos programas em estudo. Alguns dos principais conceitos dessa teoria-método que são trabalhados neste capítulo.

4.1 SUJEITOS E DIZERES

Integra os fundamentos da Análise do Discurso (AD) o entendimento de que todo dizer possui uma historicidade, é dotado de memória, se forma em relações intersubjetivas (princípio do dialogismo) e se constitui em relação a dizeres proferidos anteriormente em outro lugar. Esta corrente dos estudos discursivos caracteriza-se como uma antidisciplina ou desdisciplina (ORLANDI, 2005), visto se tratar de uma perspectiva que não se organiza como mero depósito de conhecimentos de outros campos. Ao contrário, busca problematizá-los interruptamente, sem empregá-los de maneira servil e acrítica. A AD possui como referência basilar o projeto intelectual e político do filósofo da linguagem Michel Pêcheux. Em meados da década de 1960, este pensador já defendia o deslocamento do conceito saussuriano de língua e reivindicava a inscrição desta na história social. Não sendo mais reconhecida como elemento neutro e abstrato, a língua passa, então, a ser entendida em sua relação mútua com a ideologia e o inconsciente. Tal posicionamento teórico reconhece, desse modo, a exterioridade – o social, o político, o cultural – inerente à linguagem.

É difícil demarcar precisamente um ato fundador da AD, uma vez que ela resulta, ao mesmo tempo, do encontro de correntes recentes e da renovação de estudos de textos mais antigos, como os retóricos, filológicos e, ainda, os hermenêuticos (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008). No entanto, reconhece-se que o panorama conceitual da AD inicialmente é formado pelo entrecruzamento de várias áreas do saber, sobretudo, a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Em seus esboços iniciais, a proposta epistemológica de Michel Pêcheux importa conceitos trabalhados por autores como Karl Marx e Louis Althusser (materialismo histórico, formações sociais e ideologia); Ferdinand de Saussure (língua e fala) e Sigmund Freud e Jacques Lacan (sujeito, inconsciente e imaginário). Munido destas referências, Michel Pêcheux define o discurso como objeto de estudo da AD, compreendo-o como efeito de sentidos entre interlocutores (PÊCHEUX, 1975). Ao passo em que a AD começou a ser revisitada e aprimorada em seus postulados fundantes, com contribuições de outros importantes pensadores, como Mikhail Bakhtin e Michel Foucault, que foram agregadas à perspectiva.

Alguns são tentados a ver a análise do discurso apenas como um espaço transitório, um campo parasitário da linguística, da sociologia ou da psicologia, as quais sim, seriam verdadeiras disciplinas. Outros, inspirados em particular pela Escola Francesa, a veem como uma espécie de espaço crítico, lugar de interrogação e de experimentação em que se podem formular, deslocando-os, os problemas que as

disciplinas constituídas encontram (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 46).

As primeiras pesquisas realizadas com base na Análise de Discurso já traziam a preocupação de problematizar a relação entre o linguístico e o ideológico, “evitando ao mesmo tempo, reduzir o discurso à análise da língua e dissolver o discurso no ideológico” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 202). Demarca-se, dessa maneira, para os chamados analistas de discurso, a tarefa de compreender como a língua faz sentido em seu trabalho simbólico. A linguagem passa a ser compreendida como mediação necessária entre o ser humano e sua realidade natural e social. Neste horizonte conceitual, entende-se que a ideologia se materializa no discurso e este, por sua vez, materializa-se na língua. Em outras palavras, o discurso é apreendido como lugar observável dessa relação entre língua e ideologia (ORLANDI, 2005), assim como um processo que articula sentidos, vozes e sujeitos. Outra assertiva da AD é que os sentidos não estão fixos no espaço e no tempo, uma vez que se movimentam e se atualizam nas relações de enunciação e interpretação dos sujeitos. Diante dessa compreensão, todo indivíduo é pensado como sujeito discursivo, cuja vivência não é individualizada e apartada da cultura e da história.

Quando se pensa na constituição dos sentidos não é possível vincular tal processo à mera transmissão de informações. Isso porque, na perspectiva da AD, rechaça-se a ideia de um possível caminho linear e unidirecional dos dizeres. Ao discorrer sobre a relação entre sujeitos enunciadore e destinatários, Orlandi (2005, p. 21) explica que “eles estão realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de forma estanque”. Não se trata, portanto, da chamada produção de mensagens, mas sim de discursos, processos em que as relações de linguagem entre sujeitos ocorrem tanto no ato de enunciar, quanto de interpretar.

Dentre os pontos fulcrais desta perspectiva, está a compreensão de que o sujeito do discurso não é definidor absoluto de suas escolhas e intenções. A intencionalidade dos dizeres é atravessada por discursos outros, apagamentos, bem como pela imagem que o sujeito projeta sobre si e em referência ao seu interlocutor. Entende-se, assim, que o sujeito não possui subjetividade centrada em si mesmo. A produção de sentidos realizada nas interações entre os sujeitos é demarcada também pelo trabalho de formações discursivas, regiões de sentidos mais ou menos bem delimitadas que expressam um determinado ponto de vista, uma posição, uma forma de ver os objetos, os indivíduos, as instituições, enfim, o mundo. Todo dizer do sujeito

está ancorado em pelo menos uma formação discursiva (FD). Noção de dupla origem³⁴ (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008), a FD é apreendida inicialmente como aquilo que pode e deve ser dito a partir de uma posição, conjuntura e contexto determinado (PÊCHEUX, 1995). Ademais, toda formação discursiva repercute, por meio da linguagem, a formação ideológica (FI) que lhe subjaz, ou seja, as formações discursivas estão ligadas a determinadas ideologias que circulam socialmente. Toda formação discursiva, desse modo, congrega em seu interior posições-sujeito, perspectivas singulares acerca de um objeto do discurso.

A ideologia detém um lugar destacável no escopo teórico da AD, visto se tratar de uma dimensão constituidora das relações entre sujeitos e sentidos. Michel Pêcheux pensa essa questão baseando-se na releitura da obra marxista realizada por Louis Althusser, que discute a centralidade da ideologia na sociedade nos meandros dos chamados Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE)³⁵. Como já destacado, toda formação discursiva está inscrita numa formação ideológica (FI), espectro mais amplo do discurso que congrega elementos da ordem da história, da cultura e do imaginário. Dessa maneira, reconhece-se que o indivíduo passa a ser concebido como sujeito quando é interpelado por uma determinada formação ideológica (processo do assujeitamento). Essa determinação, como veremos mais adiante, não é totalizante, visto que o sujeito é constituído não apenas pelo social, mas também pelo que congrega de único, singular.

Nos processos discursivos, todo indivíduo é interpelado pela ideologia, o que resulta num posicionamento, isto é, na ocupação de um lugar determinado de onde se fala, um espaço com condições de produção discursiva específicas. Este mecanismo de interpelação não é prontamente percebido pelos indivíduos, sendo um movimento próprio do discurso o apagamento de certos dizeres e a incorporação de outros. É assim que cada indivíduo transita de uma posição para outra, não possuindo plena consciência dessa mobilidade e dispersão. O posicionamento dos sujeitos (posição-sujeito) pode mudar a qualquer momento dependendo das exigências da comunicação e das condições de produção do discurso disponíveis.

Os sujeitos do discurso são marcados social, histórica e ideologicamente. Cabe aqui distinguir a noção de sujeito da de indivíduo para a AD. Orlandi (2005) elucida que os sujeitos

³⁴ Esta “dupla paternidade” do conceito provocou instabilidade em relação ao entendimento do que são as formações discursivas (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 202). No livro *Arqueologia do saber* (1969), Michel Foucault mobiliza o conceito para se referir a todo conjunto de enunciados que pode ser relacionado a um mesmo sistema de regras, historicamente determinadas.

³⁵ Em sua obra sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado, Althusser (1983) enfatiza a função crucial da ideologia na manutenção da ordem estabelecida em diferentes instituições sociais, tais como: a família, a religião, a cultura, a política e a própria imprensa.

do discurso não são diretamente os sujeitos físicos, nem seus respectivos lugares empíricos na sociedade. Os sujeitos do discurso são, antes de tudo, suas imagens no plano do discurso. Na constituição dos sentidos, os sujeitos participam de relações de antecipação da sua imagem e do seu lugar, bem como da imagem e do lugar do outro, seu interlocutor. Contudo, “seria ingênuo supor que o lugar como feixe de traços objetivos funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, presente, mas transformado” (PÊCHEUX, 1990, p. 82). Esse processo é possibilitado pela existência das chamadas formações imaginárias. O conceito de formação imaginária vem sinalizar que as posições sociais objetivamente reconhecidas também funcionam na esfera discursiva. Este jogo de imagens, inerente a todo discurso, permite que os sujeitos possam antecipar as representações de si e de seus interlocutores.

Vinculada ao conceito de formações imaginárias tem-se a noção de posição-sujeito, um lugar de enunciação engendrado socialmente e que os sujeitos ocupam sucessivamente no funcionamento discursivo. Quem enuncia faz isso sempre a partir de alguma posição-sujeito. O mesmo vale para quem interpreta. Nos contornos de uma determinada posição-sujeito, entre outras perguntas, os enunciadores involuntariamente questionam: “*Quem sou eu para lhe falar isso?*” e “*Quem é ele para me falar assim?*”. Tais representações de si e do outro derivam do imaginário social previamente construído acerca das imagens e dos lugares de cada sujeito na sociedade. Na esteira dos postulados de Pêcheux, Courtine (1982) reconhece que diferentes posições-sujeito podem existir na formação discursiva, esta pensada em seu caráter heterogêneo, plural. “Então, diferentes indivíduos, relacionando-se como sujeito de saber de uma mesma FD, constituem-se em sujeitos ideológicos e podem ocupar uma mesma ou diferentes posições” (GRIGOLETTO, 2005, p. 102).

O conceito de posição-sujeito pode ser pensado a partir dos seus entrelaçamentos com outras duas noções: lugar social e lugar discursivo. O primeiro é “habitado” pelo sujeito empírico, o segundo é preenchido/assumido pelo sujeito do discurso. Apesar disso, os dois lugares se constituem mutuamente. Por um lado, a prática discursiva concede uma certa estabilidade para o lugar social, por outro, o lugar discursivo só existe porque o lugar social o determina e impõe sua inscrição num determinado discurso. Todo sujeito se movimenta constantemente no espaço entre esses dois pontos (lugar social e lugar discursivo). No mundo material e concreto, cada pessoa pode ocupar vários lugares sociais: filha, mãe, amiga, esposa, profissional em algum setor, leitora, cidadã, entre outros. Partindo do lugar social que ocupa o indivíduo é interpelado como sujeito do discurso. Assim, ocorre a passagem do lugar social

para o lugar discursivo. Como elucidada Grigoletto (2005) lugar social e lugar discursivo são complementares e um não é anterior ao outro, uma vez que um necessita do outro para se instituir. Pêcheux (1975) considera que a posição-sujeito é definida como a relação de identificação entre o sujeito enunciador e o sujeito do saber. Na perspectiva do autor, o sujeito enunciador é aquele que efetivamente enuncia um discurso; já o sujeito do saber (também denominada como forma-sujeito) é aquele que congrega o conjunto de saberes de uma determinada área/campo, científico ou não. Em nenhum desses tipos estamos pensando em sujeitos individuais, mas discursivo, isto é, constituído por dizeres de outros sujeitos.

Apesar de ser elemento fundamental nos processos discursivos, o sujeito não fala com plena e total liberdade, uma vez que é conformado por condições históricas materiais, pela ideologia, pelo imaginário e pela cultura. Todavia, mesmo não sendo completamente livre, também não é totalmente determinado. Há, desse modo, como já destaquei, uma tensão entre o que constitui o sujeito socialmente e o que ele congrega como ser único. Embora a construção de sentidos ocorra por meio do sujeito, os dizeres não têm origem nele. Conforme Pêcheux (1995), ao enunciar, o sujeito pratica dois tipos de esquecimento. No primeiro tipo de esquecimento, de caráter inconsciente e ideológico, o sujeito apaga a compreensão de que ele não é a origem de seu discurso, criando a ilusão de que é o autor original de suas ideias. Nesse movimento de construção de sentidos, de modo inconsciente, o sujeito não percebe toda uma exterioridade (discursos outros) que retoma quando está enunciando. No segundo tipo de esquecimento, de caráter pré-consciente ou semiconsciente, o sujeito apaga o entendimento de que seu discurso é, na verdade, resultado de determinadas estratégias e que seu dizer poderia ser outro ao invés daquele que ele produziu. Ambos os esquecimentos são chamados de ilusão discursiva do sujeito. A partir dos postulados da AD, assume-se que as palavras são sempre já de “segunda-mão”, já habitadas pelas marcas que os outros usuários nelas imprimiram, assim como toda enunciação é um processo coletivo, social³⁶.

Todo dizer – fragmento do discurso – constitui-se quando o indivíduo é interpelado ideologicamente e, neste movimento, se torna sujeito. O “tornar-se sujeito” significa assumir

³⁶ Orlandi (2007) ainda explica que, no contexto do sistema capitalista, predomina a forma de um indivíduo livre de coerções e responsável, que deve assim responder, como sujeito jurídico (de direitos e deveres) diante do Estado e de outros seres humanos. Nesse entendimento, ganha cara o chamado sujeito individualizado, caracterizado pelo percurso bio-psico-social e silencia-se o fato de que esse sujeito é constituído pelo simbólico, histórico, e pela ideologia, elementos que tornam possível a interpelação do indivíduo em sujeito. A autora ainda critica os adeptos da pragmática que tomam o sujeito individualizado como se esse fosse a unidade de origem, compreendendo-o com base na sua ilusão: a de ser origem, com/por sua vontade.

uma posição-sujeito, um lugar sempre circunscrito a uma dada formação discursiva, isto é, a uma perspectiva, uma forma de pensar sobre algo. Qualquer ato de comunicação, desde uma breve conversa interpessoal até um programa jornalístico, pressupõe que os sujeitos inscrevam seus dizeres em determinadas formações discursivas. Estas, aliás, não podem ser tomadas como blocos homogêneos, campos de saberes encerrados em seus próprios limites e fechados de sentidos, e sim como espaços instáveis e permeáveis de dizeres-outros. A compreensão menos rígida acerca da FD marca os estudos mais recentes da AD e tem relação direta com o conceito de interdiscurso, que pode ser entendido como o saber discursivo que torna possível a existência dos dizeres e que retorna a partir de um conjunto de já-ditos. Estando relacionado à base do dizível, o interdiscurso é o que sustenta cada tomada da palavra (ORLANDI, 2005, p. 31). Ainda é possível entender o interdiscurso³⁷ como um mecanismo que reconfigura as formações discursivas, fazendo com que os saberes destas incorporem dizeres produzidos anteriormente. É papel do interdiscursivo certificar as formações discursivas como espaços heterogêneos nos quais pode existir a pluralidade (o outro) e a contradição³⁸ (dizeres sustentados por diferentes saberes discursivos).

Autores da AD, como Freda Indursky, enfatizam o quanto o caráter heterogêneo das formações discursivas dificulta o trabalho dos analistas de discurso, visto ser necessário lidar com a agitação e tensão dos sentidos inerentes aos processos discursivos. Para a autora, o próprio gesto de individualização de uma FD já consiste num gesto de interpretação analítica (INDURSKY, 2007). Logo, o que temos são regiões de sentidos que podem se repetir, mas também transformar-se a partir de deslizamentos e entrecruzamentos de dizeres-outros. Com base na noção de interdiscurso, torna-se inconcebível pensar o discurso como objeto homogêneo e original. Por meio de um dizer, outros dizeres são ditos e, assim, outros sujeitos se fazem presente.

Os discursos, sempre produzidos de modo relacional e dinâmico, não existiriam sem determinadas condições de produção. Orlandi (2005) sustenta que esta noção pode ser percebida em duas dimensões. Primeiramente, numa dimensão estrita, temos as circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora do dizer, isto é, o chamado contexto imediato. Numa dimensão

³⁷ Apesar de serem conceitos com certa proximidade, interdiscurso e intertexto possuem diferenças. Quando ocorrer a menção a textos culturalmente difundidos, há a intertextualidade. Já quando a menção aos interdiscursos não for aparente nos textos, mas se houver, apenas, uma inserção de certos domínios discursivos no texto, ocorre a interdiscursividade (BARROS, 2003).

³⁸ Jean Jacques Courtine se baseia em Foucault (1969) para afirmar a contradição como condição de existência de todo discurso (COURTINE, 1981).

mais ampla, há todo um contexto social, político, histórico, cultural e ideológico. A autora ainda ressalva que tal separação entre as dimensões serve apenas para fins de análise, tendo em vista que no plano do discurso os dois tipos de contextos funcionam de modo conjunto.

Ao também discutir as condições de produção do discurso, Medeiros (2008, p. 51) defende que “toda análise deve extrapolar a superfície das evidências (num nível linguístico) e trazer da exterioridade constitutiva do discurso o complexo jogo em que se revelam as vozes que o determinam”. A autora considera que especialmente em estudos que tomam materiais do âmbito midiático, é imprescindível que as condições de produção sejam analisadas, pois, o lugar de onde se fala é regulador de sentidos. As condições de produção do discurso³⁹ jornalístico, como veremos mais adiante, são particulares e inevitavelmente conformam a construção e o caminho dos sentidos e das vozes dos sujeitos.

Sempre produzido por e para sujeitos a partir de condições de produção determinadas, o discurso ainda é atravessado pela tensão permanente entre movimentos parafrásticos e polissêmicos (ORLANDI, 2005). No lado da paráfrase, encontra-se a repetição, a estabilização dos sentidos oriunda das reformulações de um mesmo sentido. Do outro lado, a polissemia abre espaço para o deslocamento, a ambiguidade, a falha, manifestando uma ruptura dos processos de significação. Paráfrase e polissemia são movimentos de construção de sentidos associados à própria heterogeneidade discursiva. Tais noções representam a relação de forças entre o "um" e o "múltiplo", evidenciando o conflito entre o mesmo e o diferente.

Como objeto linguístico, ideológico, sociocultural e histórico, o discurso possui outras várias características, algumas delas sublinhadas por Maingueneau (2000). Para o autor, o discurso é uma organização situada para além da frase, da palavra, possuindo materialidade simbólica. Em sua dimensão de prática, como todo comportamento, está submetido a um conjunto de normas pré-determinadas. Cada dizer é, assim, orientado não apenas pelo fato de que é concebido em função de uma perspectiva assumida pelos sujeitos, mas também porque se constrói, em efeito, por conta de uma finalidade, ou seja, dirige-se para algum lugar. Entende-se, ainda, que o discurso é uma forma de ação sobre o outro, tendo como uma de suas principais marcas a busca pela modificação de uma situação. Sendo também interativo e dialógico

³⁹ Vale ressaltar que aqui não estamos tratando da ideia de condições de produção do jornalismo (rotinas, lógicas e valores), comuns em vários estudos da área. Mobilizamos um conceito da AD para pensar a prática discursiva realizada por meio do telejornalismo, considerando, assim, também níveis mais complexos do discurso de ordem ideológica, política, cultural, histórica, etc.

(relaciona os sujeitos), o discurso não existe sem contextualização. Não se pode, então, atribuir um sentido a um enunciado fora de um contexto.

Ao discutir as propriedades basilares do discurso, Charaudeau (2006, p. 40) enfatiza que “o discurso não é a língua, embora seja com ela que se fabrique discurso e que este, num efeito de retorno, a modifique”. O caráter heterogêneo da produção discursiva é garantido pelo fato de que todo discurso adquire sentido no interior de um universo de outros discursos, lugar no qual ele traçará seu caminho. Logo, para interpretar qualquer enunciado, se faz necessário relacioná-lo a muitos outros dizeres (MAINGUENEAU, 2000).

Reconhecer a heterogeneidade dos dizeres significa, portanto, questionar a unicidade do discurso, reconhecendo a presença do outro na produção de sentidos, bem como aceitar que o sujeito é disperso e cindido por instâncias como a história, a ideologia e o imaginário. “Um discurso é heterogêneo porque sempre comporta constitutivamente em seu interior outros discursos” (INDURSKY, 1997, p. 196). Se caracteriza como heterogêneo também porque, como explica a autora, abriga posições-sujeito muitas vezes contraditórias.

4.2 DO DIALÓGICO AO POLIFÔNICO

Compreender o discurso como fundamentalmente dialógico é um reconhecimento da intersubjetividade inerente à produção de sentidos. A discussão teórica empreendida pelo filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin, posteriormente integrada em estudos com escopo conceitual da AD, entende que todo discurso prescinde da relação com o outro. Em qualquer construção discursiva coabitam vozes alheias, vozes de outrem, o que permite que a linguagem e o próprio discurso sejam considerados essencialmente dialógicos. Ao assumir a dimensão da intersubjetividade, o autor evidencia que os processos discursivos só funcionam por conta da relação entre sujeitos. O ser humano somente se constitui como tal nas relações que mantém com o outro. É esta relação constitutiva dos sujeitos que se dá o nome de dialogismo.

A partir das reflexões de Mikhail Bakhtin, compreende-se que toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pela razão de que se dirige para outro alguém. Através da palavra, o sujeito define-se em relação ao outro. Em último grau, em relação à coletividade. Por este motivo, a palavra pode ser compreendida como uma espécie de ponte entre “mim” e os “outros” (BAKHTIN, 1986). A compreensão de que as palavras – e logo, também, o discurso – são sempre já de "segunda mão", conformadas

pelos vestígios de outros sujeitos, bem como a concepção de que jamais se enuncia sozinho, estremecem ideias como originalidade, criação e autoria, noções caras ao pensamento moderno e cartesiano.

Partindo dos princípios bakhtinianos, Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau reafirmam que devido à orientação dialógica, o discurso sempre se encontra com o discurso de outrem, podendo estabelecer interações vivas e intensas. Os autores ainda explicam como o conceito de dialogismo pode ser pensado em dois tipos de relações que formam a heterogeneidade constitutiva da linguagem.

Todo discurso, conforme afirmamos, é duplamente dialógico, e esse duplo dialogismo se inscreve em dois tipos de relações: aquelas que todo enunciado mantém com enunciados anteriormente produzidos sobre o mesmo objeto (relações interdiscursivas); e aquelas que todo enunciado mantém com os enunciados de compreensão-resposta de destinatários reais ou virtuais, que antecipam (relações interlocutivas) (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 161-162).

O dialogismo também é trabalhado por Dominique Maingueneau em sua discussão acerca do primado do interdiscurso sobre o discurso. O autor sublinha a impossibilidade de a identidade discursiva se constituir sem a alteridade. Desse modo, não se deve pensar os discursos se constituindo independentemente para posteriormente relacioná-los, visto que é a própria relação interdiscursiva que estrutura a identidade de um discurso. Esse modo de compreender a construção de sentidos implica reconhecer que as vozes dos discursos são constituídas historicamente e que a interdiscursividade é anterior ao discurso produzido “aqui” e “agora”. Visto como um espaço de trocas e sem uma identidade fechada, o discurso é constituído por relações entre um “mesmo” e um “outro”. Mesmo que os sujeitos enunciem em conformidade com as regras de uma dada formação discursiva (MAINGUENEAU, 2008), inevitavelmente tocam discursos outros situados para além de uma única região de sentidos. Em suma, o autor reforça a compreensão de que o atravessamento de outros discursos, por conseguinte outras vozes, é constitutiva de qualquer discurso.

A dimensão dialógica da linguagem coloca em cena a existência de vozes, perspectivas de dizeres, pontos de vista no discurso. Os sentidos não são propriedades extrínsecas aos sujeitos. Ambos se constituem na complexidade dos processos discursivos. Já nas primeiras décadas do século XX, Mikhail Bakhtin enfatiza que a constituição de qualquer discurso se dá no desenrolar de relações dialógicas – sociais e históricas – entre os sujeitos. É próprio do

funcionamento da linguagem articular vozes diversas, promovendo assim, uma interação entre interlocutores.

Partindo do princípio do dialogismo, Mikhail Bakhtin investiga os modos como as vozes podem se fazer presentes em um discurso. Um dos seus trabalhos mais destacáveis é o que analisa os romances de Fiódor Dostoiévski. Na obra em questão⁴⁰, Mikhail Bakhtin utilizou, pela primeira vez, o conceito de polifonia para discutir as narrativas dostoiévskianas. Emprestado do campo da música, o termo alude ao fato de que os textos veiculam, na maior parte dos casos, uma diversidade de vozes (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008). O autor compreende os textos polifônicos como aqueles que apresentam explicitamente uma variedade de vozes (perspectivas da enunciação). A polifonia, então, abre espaço para o convívio de vozes ideologicamente distintas, permitindo que elas se façam presentes em um discurso, sem necessariamente serem reduzidas a uma única voz dominante.

A polifonia concebida pelo autor não é caracterizada apenas pelo aparecimento de diferentes vozes, mas ainda pela equipolência entre elas. Trata-se de uma propriedade relacionada ao fato de as vozes possuírem condições igualitárias de expressão, ou seja, sem a preponderância de uma voz específica. Nesse tipo de relação, não há monopólio do dizer, visto que os diferentes pontos de vista estão apresentados de maneira equivalente. Outras duas noções se fazem importantes para compreender a complexidade das vozes, a plenivalência e imiscibilidade (BAKHTIN, 1981). A primeira trata da manutenção de um valor dessas vozes, ao passo em que a segunda se refere à relação de independência que as vozes mantêm entre si, sem subjugarem-se a uma voz unificadora. O discurso jornalístico sobre a pobreza, por exemplo, pode conter uma considerável quantidade de fontes das classes populares, mas pouca abertura para a equivalência e independência das vozes que se fazem presente nele.

Se configuram enquanto monofônicos os textos em que as diferentes vozes se ocultam sob a aparência de uma voz só. Apesar desta distinção, compreende-se que uma voz oculta mesmo assim é uma voz, ou seja, sua existência não é definida pela sua evidência. A interdiscursividade, isto é, os discursos outros, congrega vozes ocultas, implícitas, mas que ainda assim murmuram, significam. Todo discurso, incluindo o jornalístico, é tecido por um encontro de várias vozes, perspectivas dos dizeres que podem ser evidentes, inexplicitas, concorrentes, complementares e contraditórias.

⁴⁰ Nos romances de Dostoiévski, os personagens não se constroem a partir da visão acabada do autor, mas do campo de visão de seus outros. Assim, cada personagem polifônico tem a sua verdade (COSTA, 2015).

Uma vez sendo permeado por diferentes vozes, o discurso nunca é um processo individual, mas social, constituído em relações entre sujeitos e sentidos que lhe são precedentes, exteriores. Como já foi discutido aqui, todo dizer é construído a partir de projeções sobre o interlocutor e condições de produção específicas, as quais incluem dimensões de ordem situacional, mas também de um espectro mais amplo, social e histórico. Apesar de a questão da diversidade de vozes estar vinculada à dimensão dialógica do discurso, polifonia e dialogismo não podem ser tomadas como sinônimos. Dito de outra forma, embora a linguagem tenha como condição necessária o diálogo, existem textos polifônicos e monofônicos, de acordo com as estratégias discursivas acionadas. Polifonia e monofonia são, assim, também efeitos de sentido decorrentes de dizeres, por definição, dialógicos (BARROS, 2003). A presença de várias vozes implica efetivamente em uma polifonia se estas possuírem a mesma independência, bem como se expressarem de maneira igualitária.

Em outros termos, concebe-se o dialogismo como espaço interacional entre o eu e o tu entre o eu e o outro, no texto. Explicam-se as frequentes referências que faz Bakhtin ao papel do "outro" na constituição do sentido ou sua insistência em afirmar que nenhuma palavra é nossa, mas traz em si a perspectiva de outra voz (BARROS, 2003, p. 3).

Em outra ocasião, Dominique Maingueneau destaca que a problemática polifônica toca fundamentalmente na questão da identidade do sujeito enunciador. Para essa discussão, o autor resgata o desdobramento sistemático da perspectiva de Mikhail Bakhtin realizado por Oswald Ducrot, linguista que demonstra a possibilidade de se localizar várias vozes no discurso de um mesmo sujeito enunciador (MAINGUENEAU, 2001). A teoria polifônica de Oswald Ducrot, também incorporada em estudos da AD, retoma vários aspectos da teorização de Michael Bakhtin, mas se concentra especialmente na análise de enunciados isolados e no questionamento da unicidade dos sujeitos. Embora as abordagens sobre dialogismo e polifonia destes dois autores conservem pontos divergentes, há também elementos que as aproximam. Oswald Ducrot não analisa a igualdade das vozes do discurso, ou seja, não trata das noções de equipolência, imiscibilidade e plenivalência, como faz Michael Bakhtin. Além disso, diferentemente de Michael Bakhtin, a teoria polifônica de Oswald Ducrot não leva em consideração o contexto socio-histórico da produção discursiva. Nesta pesquisa, assim como outros estudos que se ancoram na AD, considera-se que a teoria de Oswald Ducrot pode ser

produtivamente relacionada com a historicidade e a dimensão política e social da perspectiva bakhtiniana.

Em sua análise polifônica de enunciados, Oswald Ducrot traz as noções de sujeito locutor e enunciador. A distinção entre tais sujeitos é apresentada por Ducrot (1987) da seguinte forma: o locutor diz respeito à “fonte do discurso”, sujeito a quem o enunciado é atribuído, já o enunciador refere-se aos pontos de vista presentes na enunciação. Ainda sobre os enunciadores, o autor explica:

[...] seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto lhe atribuam palavras precisas; se eles “falam” é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não no sentido material do termo, suas palavras (DUCROT, 1987, p. 192).

Grosso modo, o locutor é o sujeito que fala e que pode ser nitidamente reconhecido como responsável – ao menos imediatamente – pelo enunciado. O enunciador é definido como a pessoa de cujo ponto de vista são apresentados os acontecimentos. Ainda de acordo com o autor, o enunciador está para o locutor do mesmo modo que o personagem está para o autor (DUCROT, 1987). O locutor, então, dá existência e organiza os pontos de vista do sujeito enunciador. O locutor é “quem fala”, e o enunciador é aquele “a partir de quem se vê”. Pode-se, ainda, compreender os sujeitos enunciadores como as perspectivas de enunciação, isto é, posicionamentos do sujeito inscrito em uma dada formação discursiva. Contrariando o entendimento presente em várias áreas do saber, inclusive em correntes das ciências da linguagem, a perspectiva de Oswald Ducrot reafirma que o sujeito não fala sozinho, visto que há um entrecruzamento de vozes na constituição do discurso.

4.3 DISCURSO JORNALÍSTICO, TESTEMUNHAS E PERSONAGENS

O jornalismo, pensado aqui em suas dimensões de prática discursiva e instituição, avulta-se, em meio a tantos outros discursos sociais, como um espaço privilegiado na construção e circulação de sentidos. Sendo um gênero discursivo particular, o jornalismo congrega como aspectos basilares o dialogismo, a polifonia – em seu ideal democrático e normativo –, a opacidade, além do fato de ser produzido em condições de produção e rotinas específicas (BENETTI, 2008). Inscrito no domínio do referente, o discurso jornalístico

conserva a pretensão de desambiguar o mundo, organizando e ordenando os acontecimentos do cotidiano, como também evidenciando a existência de apreciações, explicações e julgamentos acerca de uma dada questão.

Pela perspectiva discursiva adotada nesta pesquisa, os sentidos e as vozes presentes no discurso jornalístico estão ancorados num contrato de comunicação. Tal contrato, de acordo com Charaudeau (2006), é dependente da situação de comunicação, isto é, das condições específicas de troca (regras e restrições que regem as trocas sociais e simbólicas). No funcionamento discursivo via contrato, os comunicantes precisam ter um reconhecimento recíproco da situação de comunicação (CHARAUDEAU, 2006). Em outros termos, os sujeitos envolvidos neste contrato, dentre eles jornalistas, fontes e público (receptores), precisam reconhecer seus lugares de fala e interpretação. Esse ato de reconhecer, que evidencia a presença do outro no discurso jornalístico, está diretamente associado às atribuições e finalidades historicamente vinculadas ao imaginário social sobre o jornalismo.

Resultante de dados externos e internos, o contrato de comunicação estabelece lugares para os sujeitos ocuparem e construir sentidos. Os dados internos são características próprias à situação de troca e dizem respeito às regularidades comportamentais dos sujeitos. Estes dados relacionam-se à *condição de identidade*, referente aos traços identitários que interferem no discurso; *condição de finalidade*, concernente à busca por um objetivo específico; *condição de propósito*, vinculada à construção de sentidos com base em eixos temáticos; e *condição de dispositivo*, ligado ao canal/meio/lugar físico onde ocorre a comunicação (CHARAUDEAU, 2006). Ainda segundo o autor, discursos de representação legitimam tais dados, lhe atribuindo valores e determinando o quadro convencional no qual os atos de linguagem fazem sentido. Em síntese, estes dados dão conta do "quem diz e para quem", "para que se diz", "o que se diz" e "em que condições se diz".

Já os dados internos do contrato de comunicação, propriamente discursivos, possibilitam responder à questão do "como dizer?". São dados concernentes ao modo como os sujeitos comunicantes se comportam, seja pelo modo de falar, os modos verbais e icônicos que utiliza, além dos papéis que precisam assumir. Eles constituem o conjunto dos comportamentos linguageiros esperados quando os dados externos do discurso são percebidos, apreendidos e reconhecidos. Ainda no que se refere a esta categoria de dados, o autor sinaliza a existência de três comportamentos linguageiros: *o espaço de locução*, *o espaço de relação* e *o espaço de tematização*. No *espaço de locução*, é necessário que o sujeito falante conquiste o direito de poder se comunicar, ou seja, ele precisa obter a tomada da palavra. Já no *espaço de relação*, o

sujeito falante estabelece relações de força, aliança, exclusão ou inclusão com seus interlocutores. Por fim, no *espaço de tematização*, evidencia-se o tema e subtemas tratados no discurso, sendo, por isso, um espaço relativo aos domínios do saber (CHARAUDEAU, 2006, p. 70).

É preciso considerar que essa distinção entre dados externos e internos possui fins somente metodológicos, tendo em vista que ambos configuram o contrato de comunicação e, por conseguinte, o discurso entre os sujeitos. Benetti (2008) explica que o "como se diz" é um elemento do contrato relativo a uma série de estratégias discursivas que buscam garantir o efeito de verdade e, por consequência, a credibilidade de quem enuncia.

O "como se diz" está tanto subordinado às condições de produção e aos suportes ("em que condições se diz") quanto à finalidade da comunicação ("para que se diz"). O sujeito que enuncia e o sujeito que interpreta estão duplamente condicionados: pela posição de sujeito que ocupam na situação de comunicação e por suas próprias subjetividades, lembrando que estas não são apenas invenção de um espírito puro, e sim decorrem de estados emocionais, psíquicos e de conhecimento aprendidos socialmente (BENETTI, 2008, p. 20).

Não se deve compreender o contrato de comunicação como algo fixo, estável e determinado. Ao contrário, ele é relativo e sujeito a alterações ao longo do tempo, especialmente quando inserido em novas condições de produção do discurso. Além disso, deve-se considerar, segundo o autor, que esta dimensão contratual que constitui o discurso jornalístico é atravessada por contradições próprias do sistema midiático. Na construção de sentidos operada pelo jornalismo há uma tensão constante entre duas visadas: *fazer saber* e *fazer sentir* (CHARAUDEAU, 2006). A primeira corresponde à visada de informação propriamente dita, tendo como orientação produzir um objeto de saber a partir de uma lógica cívica. Entendida como visada de captação, a segunda visada busca produzir um objeto de consumo segundo uma lógica comercial, possuindo como orientação o emprego de estratégias que conquistem a atenção do público.

A visada de informação se relaciona à necessidade de o jornalismo se mostrar legitimado a narrar o presente, fornecendo "provas de verdade" do seu relato. Para tal, recorre a procedimentos discursivos diversos que visam a produzir efeitos de verdade. Charaudeau (2006) localiza dois tipos de atividades associadas a esta visada, a *descrição-narração*, que reporta os fatos; e a *explicação*; que esclarece as origens, causas e consequências desses fatos. A apresentação de dizeres das fontes colabora para o discurso jornalístico parecer mais credível.

As mídias, em sua visada de informação, estão em confronto permanente com um problema de credibilidade, porque baseiam sua legitimidade no “fazer crer que o que é dito é verdadeiro”. Desse modo, estão engajadas num jogo da verdade, que consiste em corresponder aos diferentes imaginários sociais que as questionam. (CHARAUDEAU, 2006, p. 90).

Ao discutir ambas as visadas, o autor enfatiza a contradição inerente ao contrato de comunicação midiática, visto que, por um lado, o jornalismo precisa se mostrar credível e informar o mais corretamente possível, por outro, cada veículo está inserido numa constante concorrência com outros meios de comunicação, ou seja, participa de uma luta comercial por sua própria sobrevivência econômica. Dito com outras palavras, o contrato de comunicação que enreda o discurso jornalístico está em permanente tensão porque busca grau zero de espetacularização da informação, satisfazendo o princípio da seriedade e construindo efeitos de credibilidade (*fazer saber*), e emprega estratégias discursivas apropriadas à encenação da informação, atentando para o princípio de emoção e construindo efeitos de dramatização (*fazer sentir*) (CHARAUDEAU, 2006). Os dois polos em questão tornam o discurso jornalístico mais complexo e suscetível à multiplicidade de sentidos e vozes, uma vez que tais finalidades podem tocar uma ampla gama de ideologias e imaginários. Vale ponderar ainda que tais visadas não podem ser pensadas a partir de uma lógica dicotômica, visto que o funcionamento delas é extremamente imbricado e marcado por complexidades relacionados ao contrato de comunicação dos veículos, temas das pautas abordadas, enfoques jornalísticos adotados, dentre outros aspectos.

Conforme explica Maingueneau (2001), todo gênero de discurso objetiva um certo tipo de modificação da situação da qual participa. Essa finalidade⁴¹ é definida ao se responder à questão implícita: "Estamos aqui para dizer ou fazer o quê?". Para o autor, o discurso jornalístico é, de certa maneira, antecipadamente legitimado, apresentando-se como um tipo de dizer que responde a demandas explícitas ou não do seu público. Outra marcante especificidade do discurso jornalístico é o elemento da atualidade. Benetti (2009, p. 295) identifica, na raiz do contrato comunicacional do jornalismo, a exigência de obter e fornecer informações sobre as singularidades do mundo, sobre o que aconteceu uma única vez e se tornou notável a ponto de ser transformado em notícia.

Em sua dimensão contratual, o discurso jornalístico, assim como outros gêneros, é fundamentalmente cooperativo e regido por normas. De acordo com Maingueneau (2001), todo

⁴¹ Maingueneau (2001, p. 66) ainda acrescenta que a determinação correta dessa finalidade é indispensável para que o destinatário possa ter um comportamento adequado ao gênero de discurso utilizado.

gênero do discurso exige daqueles que dele participam que aceitem certas regras mutualmente conhecidas e as sanções antevistas para quem as transgredir. O contrato, é claro, não é explicitado, colocado formalmente. Mesmo assim, ele funciona discursivamente, organizando o fluxo dos sentidos e situando as vozes dos sujeitos em determinados lugares sociais. Da mesma forma que há um imaginário acerca do lugar social do jornalismo e de seus profissionais, formações imaginárias sobre as fontes de informação e também sobre os sujeitos receptores também são acionadas na construção do discurso jornalístico.

Os sentidos construídos pelo discurso jornalístico não são indiferentes às particularidades técnicas e estéticas dos dispositivos comunicacionais. Maingueneau (2001) defende que, ao tratarmos de discursos do âmbito midiático, é necessário levarmos em conta o suporte material no sentido estreito (oral, escrito, televisivo, entre outros), bem como o conjunto do circuito que organiza o discurso. Para o autor, o gênero discursivo é formado, também, pelo “modo de transporte e recepção dos dizeres”. Reconhece-se, assim, que as condições materiais do discurso também conformam os sentidos e as vozes no jornalismo, bem como em outras atividades e produtos da comunicação.

Existe uma exterioridade constitutiva do discurso jornalístico, um processo que é exterior ao produto noticioso. Dela fazem parte o imaginário, a ideologia, a cultura, elementos que ancoram as perspectivas de enunciação das notícias, reportagens e demais materiais produzidos e veiculados pelo jornalismo. Além disso, como elucida Benetti (2008), o discurso jornalístico, assim como qualquer gênero discursivo, não existe por si mesmo, mas sempre num espaço entre sujeitos. Tal assertiva indica a irreversível presença da intersubjetividade e a compreensão de que este discurso não contém uma verdade intrínseca ou literalidade. “Ora, se o discurso depende dos sujeitos para existir, isso significa que é produzido por esses sujeitos – não apenas pelo autor da fala ou enunciador, mas também pelo sujeito que lê o discurso” (BENETTI, 2008, p. 6). Uma vez sendo constituído pela interação entre sujeitos, o discurso jornalístico é fundamentalmente dialógico – porque comporta a intersubjetividade em seu processo – mas não necessariamente polifônico. Como já discutido, o que permite a polifonia é a multiplicidade de pontos de vista. Benetti (2006) exemplifica a questão ao tratar do discurso jornalístico:

No jornalismo, podemos pensar no exemplo de uma reportagem que ouça, digamos, quatro fontes. Em princípio, teríamos cinco locutores: o jornalista e as fontes. Aparentemente, é um texto polifônico. No entanto, é preciso, depois de identificar os locutores, ir às perspectivas de enunciação. Se todas as quatro fontes enunciarem sob a mesma perspectiva, filiadas aos mesmos interesses e inscritas na mesma posição de

sujeito, apenas complementando-se umas às outras, podemos dizer que configuram um único enunciador (BENETTI, 2006, p. 8).

Não sendo necessariamente polifônico em todos os momentos, o discurso jornalístico pode se transvestir de plural, todavia, em seu interior, trazer apenas uma perspectiva de enunciação. O exemplo de situação dado pela autora nos leva a pensar em notícias ou reportagens que trazem somente um enunciador, mesmo com uma visível diversidade de fontes. Marcado por princípios democráticos, o jornalismo apresenta-se socialmente como uma instituição que preza pela diversidade de ideias e pontos de vista. É próprio do *ethos* discursivo da profissão o auto-reconhecimento como espaço plural e acolhedor das diferenças. Todavia, ao trazer fontes que falam a partir de uma mesma perspectiva de enunciação, o discurso jornalístico, em suma, acaba se configurando como monofônico. Por isso, identificar as vozes do discurso jornalístico requer uma reflexão acerca das posições-sujeito ocupadas pelos mais diversos indivíduos, dentre estes, as fontes e os jornalistas. Apesar de este posicionamento não ser transparente, isto é, evidente ao sujeito – por conta da própria ilusão de transparência da linguagem –, ele ocorre o tempo todo nos processos discursivos. Ao se posicionar para enunciar, jornalistas e fontes, indivíduos concretos que constituem o discurso jornalístico, não possuem uma consciência plena dos mecanismos de interpelação próprios da construção de sentidos.

O fenômeno da polifonia no discurso jornalístico está diretamente relacionado aos posicionamentos dos indivíduos em sujeitos, em tomadas de posições, pontos de vista. Para um entendimento mais preciso dessa questão, faz-se necessária a diferenciação entre indivíduo e sujeito enfatizada por Benetti (2000):

Para falar de polifonia é preciso considerar o que seja sujeito. Um indivíduo é um ser definido, identificado sob um nome, um número ou uma história de vida. Todos somos, nessa acepção, indivíduos. No entanto, no discurso não é o indivíduo que fala, embora evidentemente nenhum locutor se dispa de sua condição de indivíduo. Uma instituição pode ser tomada como um indivíduo, bem como uma pessoa. O indivíduo tem uma identidade, construída ao longo de seu percurso, mas também possui uma subjetividade, que é o que nos interessa aqui. É a subjetividade do indivíduo que disponibiliza as condições de produção do discurso, condições sempre relativas não só ao ambiente social e ao contexto histórico, mas também às posições que o indivíduo, transformado então em sujeito, ocupa no contexto (BENETTI, 2000, p. 76).

Outra compreensão necessária sobre o discurso jornalístico é o fato de que ele faz parte dos chamados “discursos sobre”. A partir desse entendimento, Schwaab (2007) sublinha dois

aspectos importantes que envolvem os interlocutores de um processo discursivo: a leitura e a interpretação. Trata-se de um discurso que remete às escolhas feitas pelos jornalistas e pelas suas fontes na construção de sentidos que buscam ofertar acerca de um tema, acontecimento ou situação. Enquanto sujeitos, jornalistas e fontes também carregam em si elementos que lhes possibilitam (ou autorizam) falar sobre uma questão, como sua credibilidade perante o público e a legitimidade que o outro (seu interlocutor) lhe concede. O autor ainda sublinha que ao buscarem espaço para visibilizar seus pontos de vista, as fontes de informação almejam a credibilidade existente em torno do jornalismo. “Abrir este espaço é autorizar o discurso do outro, imprimir nele uma dose de confiança. O discurso de ambos, jornalista e fonte, se molda nesses pormenores, nessa proximidade” (SCHAWAAB, 2007, p. 21).

Como explica Mariani (1996), em seu funcionamento, o discurso jornalístico trata do inesperado, aquilo para o quê ainda não há memória; ou ainda do possível e previsível, os fatos para os quais se pode dizer algo porque possuem semelhanças com fatos ocorridos anteriormente. Assim, este discurso organiza filiações de sentidos não somente em termos de uma memória, como também no que se refere aos desdobramentos futuros. Os processos discursivos engendrados pelo jornalismo resguardam como característica recorrente a vontade de desambiguar o mundo, isto é, constroem dizeres homogeneizados e instituem “verdades” em torno dos fatos que narram. Em grande parte das tramas discursivas operadas pelo jornalismo, encontram-se os dizeres autorizados, especializados e anônimos. Ao articular dizeres de várias ordens e lugares sociais, reforça-se a ideia de que o discurso jornalístico é plural, democrático e voltado para o chamado bem comum.

Ainda de acordo com Mariani (1996) os “discursos sobre” são dizeres intermediários e atuam na institucionalização dos sentidos, ou seja, trazem consigo um efeito de linearidade e homogeneidade de memória.

Consideramos o discurso jornalístico como uma modalidade de discurso sobre. Um efeito imediato do falar sobre é tomar objeto aquilo sobre o que se fala. Por esse viés, o sujeito enunciador produz um efeito de distanciamento – o jornalista projeta a imagem de um observador imparcial – e marca uma diferença com relação ao que é falado, podendo, desta forma, formular juízos de valor, emitir opiniões etc., justamente porque não se “envolveu” com a questão (MARIANI, 1996, p. 63-64).

Reconhecendo o discurso jornalístico como um discurso relatado, isto é, uma forma específica de “discurso sobre”, Charaudeau (2006) evidencia a recorrência de uma valoração que os veículos fazem dos dizeres (declarações, opiniões, impressões, enfim, ditos) das fontes

de informação. Os efeitos valorativos sublinhados pelo autor são: *efeito de decisão*, *efeito de saber*, *efeito de opinião* e *efeito de testemunho*. No *efeito de decisão*, tem-se a palavra performativa, onde o dizer é, ao mesmo tempo, a realização de uma ação, ou seja, uma decisão relatada. No *efeito de saber*, enfatiza-se uma posição de autoridade pelo saber, em que o dizer vem acompanhado de uma explicação sobre o como e o porquê de um acontecimento ou situação. Já o *efeito de opinião* se refere ao dizer que expressa um julgamento ou apreciação dos fatos, isto é, uma avaliação sobre determinado tópico. Por fim, o *efeito de testemunho* diz respeito ao dizer que descreve o que foi visto ou ouvido sobre uma certa questão, sendo, portanto, um dizer de cunho testemunhal.

O discurso jornalístico, em grande medida, costuma ser engendrado a partir de uma série de dizeres testemunhais, isto é, tomando como base expressões de sujeitos que participaram de diferentes maneiras da situação ou acontecimento em pauta. As chamadas fontes testemunhais historicamente cravam um lugar especial na conformação das produções do jornalismo. Como explica Peres (2016), etimologicamente, em latim, os testemunhos são representados por dois termos: *superstes* e *testis*. No primeiro caso (*superstes*), os testemunhos se associam a um tipo de discurso dos “sobreviventes”, sujeitos ou grupos sociais que experienciaram situações de choque e necessitam de espaço para contar o que viveram. No segundo tipo (*testis*), os testemunhos dizem respeito aos depoimentos daqueles sujeitos que assistem como um “terceiro” uma situação que envolve duas partes (PERES, 2016). A dimensão testemunhal do discurso ainda se vincula à legitimidade dos sujeitos em narrar uma história. Sodré (2009, p. 48) nos lembra que “o fato de estar presente no lugar confere à testemunha direitos orais e direitos à comunicação.

Conforme Charaudeau (2006), a palavra testemunhal se reveste de credibilidade pelo motivo de ter como única finalidade - pelo menos idealmente - a descrição de uma dada realidade a partir das vivências dos indivíduos que dela fazem parte. Por tal fator e também pelas marcas que trazem em suas falas e corpos (LAGE, 2018), existe um certo fascínio em torno da figura dos testemunhos, uma forma diferente de o jornalismo reconhecer e validar as experiências singulares presentes nas palavras de tais sujeitos.

Mas não qualquer palavra. Trata-se de um depoimento, de um relato de experiências. Mas não quaisquer experiências. De experiências de sofrimento, de infortúnios. Aquele ritual jornalístico é, já, bastante conhecido: descobre-se um personagem exemplar de um problema que lhe excede, do qual, no entanto, faz parte e pode depor (LAGE, 2018, p. 121).

Além das referidas possibilidades descritivas e ilustrativas, as fontes testemunhais podem ocupar outros papéis no discurso jornalístico. Peres (2016) defende que o jornalismo valorize os testemunhos em suas dimensões políticas, éticas e estéticas. A autora parte do pressuposto de que a figura testemunhal permite relacionar diferentes sujeitos a partir do relato das experiências. Nesta visada crítica, compreende-se que o testemunho é também “(...) uma construção de linguagem e que, quando valorizado no percurso da narrativa não apenas como procedimento de uma rotina jornalística, mas enquanto experiência vivida e narrativizada, pode oferecer uma chave para colocar sujeitos em relação” (PERES, 2016, p. 103). Todavia, Amaral e Motta (2019) ponderam ao sublinhar que o testemunho só poderá ocupar um papel mais ativo se a narrativa jornalística permitir. “O testemunho até pode ter um caráter mais reivindicador, mas a decisão final será sempre do jornalismo que, em última instância, é quem convoca fontes, hierarquiza posições e as configura narrativamente” (AMARAL; MOTTA, 2019, p. 11).

Ao versar sobre as fontes do tipo “pessoas comuns” ou ainda “cidadãos”, sujeitos que, a princípio, estariam fora das esferas de decisão, poder e saber, o autor destaca que elas aparecem nos produtos jornalísticos, sobretudo, sob duas figuras: vítima/reivindicador e/ou testemunha (CHARAUDEAU, 2006). A primeira figura se expressa quando o sujeito se torna interessante pelo seu sofrimento, se é vítima de uma injustiça social ou de uma desgraça do destino. A figura da testemunha, ainda mais ausente, funciona como um álibi para os veículos autenticar os fatos em pauta.

Como nos lembra Amaral (2015), ao longo de sua construção de sentidos, o discurso jornalístico estipula posições a serem ocupadas pelas manifestações dos mais diferentes indivíduos. Nesta perspectiva, as fontes de informação constituem-se em locutores que ocupam determinadas posições já delimitadas pelo campo do jornalismo. É importante, contudo, ponderar que essa valoração dos dizeres de cada fonte não ocorre apenas por estratégias e ilusões discursivas dos jornalistas. Os próprios sujeitos informantes projetam posições para ocupar no discurso jornalístico, considerando as imagens que possuem acerca do seu lugar social. Vale lembrar que como qualquer sujeito, as fontes não possuem total consciência e controle do que dizem. “Ao serem convocadas pelos jornalistas, as fontes acionam ainda formações imaginárias e colocam em ação os lugares sociais que ocupam, bem como a posição do jornalista e do veículo” (AMARAL, 2013, p. 189).

Ao focalizar sua lente analítica na representação dos testemunhos em catástrofes ambientais, Amaral (2013) verifica que esses sujeitos, em muitos casos membros das classes

populares, têm posições interditadas pelo discurso jornalístico. Dizeres que exprimem explicações, contextualizações, proposições, revolta, resistência ou oposição não seriam comuns entre os testemunhos que, de acordo com a autora, teriam uma função mais restrita na construção de sentidos operada pelo jornalismo: demonstrar um fato ou situação, de ser uma prova cabal, afinal, nele alguém relata o que viu ou ouviu ou sentiu.

O debate sobre os lugares concedidos às fontes testemunhais no jornalismo – muitas vezes integrantes das classes populares – ainda diz respeito aos modos como repórteres selecionam, exploram, editam e apresentam o sofrimento alheio. Lage (2015) considera que até mesmo narrativas pretensiosamente alternativas aos modelos padronizados do campo podem ser problemáticas em vários aspectos. O autor explica que iniciativas diferenciadas como a imersão de repórteres em determinadas experiências, por exemplo também podem resultar numa reprodução de lógicas e valores que dificultam a apreensão do potencial político dos sujeitos testemunhos. É compreensível que algumas produções jornalísticas trazem a dor e o sofrimento como aspectos diretamente vinculados ao tema ou acontecimento central em pauta. Contudo, mesmo nesses casos, o jornalismo ainda pode buscar a escuta solidária juntamente com um olhar crítico, ações imprescindíveis para que os fatos abordados não sejam representados de uma maneira mais dramática do que concretamente já são.

É possível fazer um paralelo entre as reflexões de Amaral (2013) e o objeto de estudo da presente investigação, uma vez que a hipótese da pesquisa chama a atenção para essas posições pré-delimitadas para os sujeitos de classes populares. A valoração dos dizeres e associações a determinadas posições-sujeito estão vinculadas ao próprio processo do discurso.

No jornalismo como um todo, mas especialmente nas produções televisivas, a roteirização constitui estratégia definidora da encenação, com a pré-definição dos lugares, falas e funções, bem como a arquitetura de vozes das produções. De acordo com Lage (2016, p. 97), “a roteirização constitui estratégia definidora da encenação jornalística, o que se releva um problema decisivo ao potencial político dos testemunhos do sofrimento”. Aliás, a definição prévia dos papéis e falas das fontes, logo, de suas vozes, pode ocorrer já no momento da seleção da pauta e dos “personagens” e “cases” que irão ilustrar a narrativa. Nessa lógica de papéis imaginados e atribuídos, o sujeito:

Se desdobra na medida em que é levado a desempenhar alternativamente dois papéis de bases diferentes: papel de sujeito que produz um ato de linguagem e o coloca em cena, imaginando como poderia ser a reação de seu interlocutor, e papel do sujeito que recebe e deve interpretar um ato de linguagem em função do que ele pensa a

respeito do sujeito que produziu esse ato (CHARAUDEAU, 2004, p. 458).

Pensando o jornalismo a partir das relações da linguagem, Motta⁴² (2013, p. 127-130), explica que todo texto jornalístico obedece a um “projeto dramático de construção de realidade”, isto é, a um modo de organização e argumentação da narrativa com o objetivo de “induzir seu interlocutor a interpretar os fenômenos relatados conforme a sua intenção”. Para tanto, acionam-se personagens, “jogos de poder, estratégias, astúcias, hierarquias [...] permanentes negociações discursivas”. Tendo uma dimensão narrativa, o discurso jornalístico ordena, de forma preliminar, nossas experiências, acontecimentos, temas e problemáticas, circunscrevendo-os em enredos prefigurados.

A discussão sobre as fontes testemunhais também conserva relações com o debate sobre a construção de personagens⁴³ no jornalismo. Reconhecidos, sobretudo, como seres que realizam ações (GANCHO, 2004), “as personagens têm um papel essencial na organização das histórias. Elas permitem ações, assumem-nas, vivem-nas, ligam-nas entre si e lhes dão sentido. De certa forma, toda história é história de personagens” (REUTER, 2011, p. 41). É possível pensar a existência de personagens a partir de algumas classificações, como a de Forster (1974), que as divide entre planas (giram em torno de uma ideia dominante, sem profundidade psicológica) e redondas (complexas, multidimensionais, reúnem várias características, mostradas em diferentes contextos). Este mesmo autor ainda sublinha a importância das protagonistas como as personagens mais importantes de uma história. No que concerne ao discurso jornalístico há diferentes modos de inserção e gerenciamento narrativo das personagens protagonistas. Como vimos na primeira seção do segundo capítulo desta tese, historicamente os indivíduos ligados ao poder econômico e político ocupam o protagonismo nas construções discursivas do jornalismo. No entanto, tal lógica costuma ser subvertida a partir de produções que focalizam os dizeres das fontes testemunhais, como as grandes reportagens que compõem o *corpus* do presente estudo.

Os mais variados tipos de produções jornalísticas possuem o potencial de acolhimento e tratamento das fontes de informação como personagens. Porém, gêneros e formatos mais

⁴² Embora o autor não pense o jornalismo especialmente no âmbito da Análise de Discurso, considero relevante trazer algumas de suas contribuições, visto que ainda consideram as relações de linguagem e a criação de papéis e personagens no jornalismo.

⁴³ De acordo com Brait (1993), filósofo grego Aristóteles foi quem primeiro pensou o conceito de personagem. Dois aspectos se colocaram como fundamentais em suas reflexões: a personagem como reflexo da figura humana e a personagem como construção seguindo as leis que regem o texto.

expandidos – em tempo de desenvolvimento e em duração/extensão – e idealmente aprofundados, como a reportagem, se destacam como espaços mais propícios para a apresentação crítica das personagens, das trajetórias, enredos cenários que as cercam. Tratando especialmente do gênero livro-reportagem, Lima (2009) defende que os jornalistas precisam partir a campo, ver, sentir, cheirar, apalpar, ouvir os ambientes por onde circulam seus personagens. Ainda segundo o autor, o jornalismo também deveria considerar as complexidades constituintes das personagens que narram, evidenciando tais indivíduos a partir de “(...) dimensão humana real, com suas virtudes e fraquezas, grandezas e limitações” (LIMA, 2009, p. 359).

Ao refletir sobre tais figuras no âmbito das narrativas do jornalismo, Motta (2013) defende que a “personagem é uma construção estratégica do narrador para provocar certas impressões, sentimentos, identificações ou rejeições no receptor ou audiência a respeito da personagem”. Para o autor, existe uma responsabilidade do narrador-jornalista no que se refere aos modos como as personagens são apresentadas, uma vez que sempre há um conjunto de intencionalidades, propósitos almejados para a narrativa que inevitavelmente demarcam aspectos positivos ou negativos em torno das fontes segundo suas proposições ideológicas, políticas e culturais, por exemplo. O acesso às qualidades e defeitos das personagens passa pelos filtros da mediação construída pelos (as) jornalistas. Motta (2013) ainda sublinha que as pessoas entrevistadas pelo jornalismo contam suas versões dos fatos, em certa medida, também são potencial narradoras – com um outro estatuto no discurso jornalístico, vale ponderar. As personagens, segundo esta perspectiva, não podem ser tomadas como seres ingênuos, uma vez que, ao menos em grande parte delas, conseguiria compreender o poder da visibilidade e mediação jornalística, que possibilitaria a modulação de seus dizeres por elas próprias. Além disso, partindo de um horizonte metodológico, o autor que sinaliza que “a análise das personagens traz desafios instigantes relacionados à complexa relação entre a realidade histórica fática e sua representação discursiva (MOTTA, 2013, p. 190).

Também tensionando os lugares das personagens no jornalismo pelo prisma das narrativas, Serelle (2020) aponta a empatia como um componente relevante na criação de produções jornalísticas críticas e eticamente responsáveis. O pesquisador entende a empatia como a faculdade de nos projetarmos em sentimentos experimentados pelo outro. Ao versar sobre a função empática da personagem, destaca a importância de o chamado “jornalismo narrativo” fornecer perspectiva biográfica, complexidade psicológica e contexto social, aspectos que, muitas vezes, figuram apenas como número ou estatística ou ainda reduzidos a

uma única face de personalidade que serve ao acontecimento noticiado na cobertura cotidiana. De acordo com o autor, a personagem é o elemento que permite ao “jornalismo narrativo” a empatia que vincula o leitor às experiências relatadas. Todavia, nem sempre o potencial de subversão da personagem é devidamente apreendido pelo jornalismo. “A função empática da personagem no jornalismo, ainda que possa persistir em algum grau, é usualmente esvaziada ou pelo menos tomada de forma utilitária no dia a dia das redações” (SERELLE, 2020, p. 53-54).

O discurso jornalístico ganha contornos específicos conforme os suportes, meios e canais utilizados na construção de sentidos. No caso do telejornalismo, são variados os aspectos que particularizam seu discurso tanto na forma quanto no conteúdo. Charaudeau (2006) reconhece a televisão como o domínio do visual e do som, o lugar onde combinam-se dois sistemas semiológicos, o da imagem e o da palavra. O autor explica que a televisão tenta articular entre si três espaços que atuam na construção do sentido: um *espaço externo*, onde surgem os acontecimentos da sociedade, um *espaço interno*, onde se desenvolve a cena midiática da representação dessa realidade e, ainda, um espaço *interno-externo*, em que articula uma relação simbólica de contato entre instância midiática e público telespectador. A chamada instância midiática televisual – e seu respectivo discurso – estaria, assim, numa posição de pivô duplamente orientada: referencial, nos momentos em que olha para o mundo exterior que ela mostra, relata e comenta; e de contato, quando olha para o telespectador que a mesma busca interessar, emocionar, solicitar e interpelar (CHARAUDEAU, 2006).

Enquanto mídia de informação, a televisão é, para Charaudeau (2016, p. 14), um instrumento (entre outros) de funcionamento da democracia. Todavia, o autor nos lembra que, em várias ocasiões, este meio é condenado por sensacionalismo. Em uma das mais recorrentes críticas, a televisão é encarada como deformadora do espaço público, um lugar que torna os acontecimentos e situações excessivamente espetaculares e dramáticos. É, no entanto, reducionista atribuir à televisão todos os males do mundo moderno (CHARAUDEAU, 2016).

Na realidade, esse julgamento integra um esquema de pensamento muito antigo sobre o que é a transmissão do saber: existiria, de um lado, um emissor, fonte do saber (pessoa, instituição), que utilizaria um certo canal de transmissão, e, de outro, um receptor, que só acusaria a recepção da informação e a registraria sem impedimentos, como se ela fosse transparente (CHARAUDEAU, 2016, p. 15).

Esta concepção do mecanismo unívoco da informação observada pelo autor não leva em conta a dimensão discursiva e contratual que conformam a construção de sentidos operada

pelo telejornalismo. Como discute o autor, o canal de transmissão – e todos seus processos de redação e edição – não é um simples meio no qual transita um dado saber, sendo ele próprio um lugar de encenação da informação que interfere na construção de sentidos realizada pelos sujeitos interlocutores.

Charaudeau (2006) explica que, na maior parte do tempo, o locutor-relator (o jornalista), opera – de maneira consciente ou não – transformações no dito de origem, isto é, na declaração de uma fonte. O autor considera que “essas transformações revelam um certo posicionamento do locutor-relator, quer sejam voluntárias ou não” (CHARAUDEAU, 2006, p. 172). Muitas vezes, as intervenções que o jornalista realiza no dito das fontes são reveladoras de seu próprio ponto de vista sobre a declaração de origem e conforme o autor, representam um problema para instância midiática quando se existe uma “consciência” desse tipo de ação. Pela perspectiva da AD, vale lembrar, que todos os indivíduos, incluindo jornalistas, são interpelados como sujeitos e não possuem total domínio (consciência) dos seus dizeres e da interpretação dos ditos do outro. Tal assertiva, no entanto, não invalida a importância de os profissionais do campo refletirem e repensarem os modos de interpelação, valoração e recorte dos enunciados de suas fontes.

Na sequência do trabalho, apresento os passos metodológicos da pesquisa, destacando como demarquei os objetos empíricos, *corpus* e categorias analíticas. Ressalto que o objetivo geral do estudo é compreender como o discurso jornalístico sobre a pobreza valora as vozes das fontes de classes populares. Para tanto, parto da hipótese de que o discurso jornalístico situa as vozes das pessoas pobres em posições que naturalizam a desigualdade social.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

*Mas eu só quero educar meus filhos
Tornar um cidadão com muita dignidade
Eu quero viver bem, quero me alimentar
Com a grana que eu ganho, não dá nem pra melar*

*(Intérprete: As Meninas;
Compositores: Rogério Gaspar e Wesley Rangel)*

Investigar o processo de valoração das vozes de classes populares no discurso jornalístico exige não somente uma discussão teórica acerca de diferentes conceitos e questões, mas também a execução de uma metodologia capaz de organizar a análise e gerar resultados relevantes para os propósitos da pesquisa. Nesse capítulo, primeiramente, descrevo como se deu a seleção dos objetos empíricos, destacando algumas das principais marcas editoriais dos programas de grande reportagem escolhidos. Em seguida, detalho de que maneira o corpus da pesquisa foi construído, explicando os critérios que guiaram a escolha das reportagens analisadas. Por fim, apresento e elucido as categorias analíticas, posições-sujeito oriundas tanto da observação do corpus (escuta discursiva), como também do tensionamento com o referencial teórico e com os propósitos da tese.

5.1 SELEÇÃO DOS OBJETOS EMPÍRICOS

Na escolha dos objetos empíricos levei em consideração como principal fator a diversidade dos jornalísticos. Assim, selecionei três produtos enquadrados no subgênero programas de grande reportagem: *Câmera Record (Rede Record)*; *Profissão Repórter (Rede Globo)* e *Caminhos da Reportagem (TV Brasil)*. Optei por analisar grandes reportagens televisivas ao considerar os múltiplos potenciais deste tipo de produção jornalístico. Como subgênero, as grandes reportagens se destacam por serem altamente tópicas e intensivas (JESPERS, 2009), assim como por conta da duração mais longa que possibilita o trabalho combinado de aspectos testemunhais, ficcionais, referenciais, afetivos e antropológicos (LOBATO, 2016). Cada um dos referidos programas não traz somente uma linha editorial específica, como ainda congrega elementos singulares em termos de estruturação narrativa.

Antes de apresentar e justificar os episódios analisados destes programas, descrevo brevemente as principais características dos jornalísticos selecionados como objetos empíricos.

O *Câmera Record* estreou na programação da Rede Record em 11 de janeiro de 2008, numa sexta-feira. A partir das informações disponíveis no Mídia Kit do programa, podemos compreendê-lo como um espaço intencionado a narrar as mais diversas temáticas e questões a partir da prática da reportagem. Conforme explica o documento, o jornalístico adota um formato que apresenta detalhadamente temas do cotidiano com um olhar que faz a diferença. O discurso sobre si construído nesse espaço sublinha que o programa está atento aos assuntos de interesses dos telespectadores, além de trazer uma abordagem com diferentes perspectivas e um conteúdo inteligente que se destaca das produções convencionais. Ainda de acordo com Mídia Kit, o leque de temas trabalhados no *Câmera Record* é variado e o tratamento conferido as pautas é aprofundado. “O programa exhibe, de maneira arrojada e criativa, matérias e reportagens especiais em formato de documentário. Saúde, educação, comportamento e meio ambiente, são alguns dos vários temas de grande interesse da sociedade que são abordados de forma profunda e minuciosa” (MÍDIA KIT CÂMERA RECORD, 2020, p. 2).

Figura 1 – Logo do programa Câmera Record



Fonte: site do programa

Com aproximadamente 60 minutos de duração, atualmente o *Câmera Record* é exibido aos domingos, logo após o *Domingo Espetacular*. Nos sábados o programa é transmitido pela Record News, além de também estar disponível na íntegra na multiplataforma R7. Desde a estreia, o programa é ancorado por Marcos Hummel, jornalista que iniciou a carreira na TV em 1975 e que já passou por várias outras emissoras como Rede Globo, Bandeirantes e a extinta Rede Manchete. O Mídia Kit do programa destaca a trajetória consagrada do apresentador, sublinhando os mais de 40 anos dedicados ao jornalismo a partir de uma atuação em diversos

formatos e como âncora, editor e redator. Eventualmente, Hummel foi substituído na ancoragem do *Câmera Record* por colegas como o jornalista Luiz Fara Monteiro. Com base neste mesmo documento também temos acesso a informações sobre o perfil dos telespectadores do programa: 23.6 milhões de pessoas assistem o jornalístico por mês; 87% têm mais de 25 anos, 81% são das classes ABC; e 58% são mulheres.

A estrutura do *Câmera Record* adota um formato bastante convencional em programas de grande reportagem: uma narrativa composta por *offs*, sonoras e passagens. Além disso, também há inserções de comentários em forma de chamadas do âncora em certos momentos do jornalístico. Com mais de uma década no ar, o programa já pautou acontecimentos e problemáticas variadas com o protagonismo das classes populares. As reportagens que destacaram as vozes dos sujeitos pobres incluem o avanço da fome no Brasil, as dificuldades de famílias que moram no sertão nordestino e a situação de pessoas que vivem nas ruas de grandes cidades. O contexto imposto pela COVID-19 também impulsionou a produção de reportagens voltadas para questões em torno da desigualdade social e pobreza. Desde 2020, o *Câmera Record* apresentou matérias com diferentes recortes, tais como o drama de famílias despejadas e o impacto do desemprego na vida de comunidades ainda mais empobrecidas pela pandemia.

Já o *Caminhos da Reportagem* é um programa semanalmente exibido pela TV Brasil desde 2008. Atualmente é transmitido no horário nobre das quintas-feiras, às 21 horas, sendo reprisado nas segundas e sextas-feiras no período da madrugada, mais precisamente às 02 horas. Tendo entre 50 e 60 minutos, esse produto audiovisual costuma ser dividido em três blocos.

Figura 2 – Logo do programa Caminhos da Reportagem



Fonte: site do programa

. O programa tem como principal finalidade apresentar uma discussão de temas e acontecimentos atuais e/ou históricos a partir da narrativa aprofundada de uma grande reportagem. De acordo com a descrição do site do *Caminhos da Reportagem*, os jornalistas viajam pelo Brasil e outros países em busca de grandes histórias, trazendo ao telespectador uma visão diferente, instigante e complexa acerca dos assuntos pautados. A equipe do jornalístico conta histórias diversas, tais como a vida dos habitantes da Ilha Marajó, os problemas associados ao desperdício de alimentos, a violência física e o abuso sexual na infância, a chegada do ser humano à lua, a situação das vítimas de conflitos armados na Colômbia e o resgate dos mineiros do deserto chileno do Atacama. *Caminhos da Reportagem* integra a grade de uma rede de televisão pública, ou seja, trata-se de uma emissora constituída por uma série de especificidades em termos de perfil editorial, organização interna e controle. Pertencente à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), à qual é operada pelo Governo Federal, a TV Brasil possui sede em Brasília e conta com emissoras afiliadas em 25 estados. Regulada pelo Manual de Jornalismo da EBC, a TV Brasil busca ancorar-se em princípios, objetivos e diretrizes como o fomento à construção da cidadania e à participação da sociedade; garantia da expressão da diversidade social, cultural, regional e étnica; autonomia para definir a construção, programação e veiculação de suas produções, a pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo; o desenvolvimento da consciência crítica do cidadão, por meio da oferta de informação qualificada e contextualizada e a valorização do regionalismo das pautas, dos sotaques e do idioma. A grade da emissora contempla produtos variados não apenas de cunho jornalístico, incluindo programas sobre música, culinária, história, cultura, além de desenhos animados.

A estrutura do programa é composta por elementos basilares da grande reportagem televisiva: offs, sonoras e passagens. Toda narrativa é apresentada por repórteres, ou seja, não há apresentadores no comando do jornalístico. Desde a estreia, o *Caminhos da Reportagem* já levou ao ar diferentes produções com foco nas classes populares. Dentre as diferentes pautas e angulações correlacionadas à questão da desigualdade social e pobreza, o programa já abordou a situação de jovens em situação de rua, as comunidades empobrecidas em distintas regiões do país, a rotina de empregadas domésticas e o cotidiano de catadores de lixo. O contexto da COVID-19 também mobilizou o programa a produzir reportagens com foco nos sujeitos pobres. Assim, a partir de 2020, os impactos da pandemia no trabalho informal, no saneamento básico, no acesso à saúde e na educação dos sujeitos pobres foram algumas das questões discutidas por edições do *Caminhos da Reportagem*.

Por fim, ainda analiso o *Profissão Repórter*, produção que foi inicialmente desenvolvida em 1995 como um quadro do programa dominical *Fantástico*, da Rede Globo. Após mais de uma década fora da programação da emissora, em 2006 retorna à mesma revista semanal eletrônica. Teve ainda três edições especiais nas quintas-feiras de 2007 antes de se tornar um programa independente na grade da Rede Globo, em 2008. A partir do Mídia Kit, o programa explicita o objetivo de “revelar os bastidores da notícia, mostrando ao telespectador o processo de produção de uma reportagem, da reunião de pauta à edição, passando pelas fases da apuração, entrevistas e gravação, levando o espectador a pensar e discutir sobre a sociedade brasileira” (MÍDIA KIT PROFISSÃO REPÓRTER, 2021, p. 2). O documento também destaca a agilidade e a dinamicidade como elementos que marcam a imagem do programa, aspectos que seriam reconhecidos pelo seu público. Informar, inspirar e emocionar são outros papéis que o programa sublinha a partir deste espaço de divulgação da marca.

Tendo duração que varia entre 30 e 40 minutos, atualmente o *Profissão Repórter* é exibido nas noites de terças-feiras na Rede Globo, estando também disponível na plataforma de *streaming* da emissora *GloboPlay*. Desde a sua origem, o programa é produzido e apresentado pelo jornalista Caco Barcellos, peça fundamental no arranjo de uma equipe composta, em sua maioria, por jovens jornalistas que buscam narrar acontecimentos e temáticas variadas a partir de distintos ângulos. Os profissionais possuem sempre uma missão pré-definida na reportagem e são incentivados a se envolverem em todas as etapas do trabalho jornalístico. Como evidenciado pelo Mídia Kit, o *Profissão Repórter* possui altos números de audiência: 10, 17 e 116 milhões de telespectadores por minuto, edição e temporada respectivamente.

Figura 3 – Logo do programa Profissão Repórter



Fonte: site do programa

Em 2020, em virtude da COVID-19, o programa não foi levado ao ar. Neste período, a equipe do projeto participou da cobertura da pandemia a partir da produção de matérias especiais para outros programas da Rede Globo. Apesar de a redação do *Profissão Repórter* estar situada na cidade de São Paulo, as pautas do programa não têm limites geográficos. Além disso, vale sublinhar que o jornalístico desenvolve não apenas produções focadas em assuntos factuais, questões que estão na ordem do dia, mas também mantendo constante atenção em torno de cinco temas indispensáveis para pensar a realidade brasileira: violência, educação, transporte, moradia e saúde. A estrutura do *Profissão Repórter* faz uso de offs, sonoras e passagens, mas tenta fugir do padrão mais convencional de narrativas jornalísticas televisivas. Por isso, o programa também costuma incluir trechos que evidenciam o percurso da apuração das pautas, visibilizando, inclusive, algumas das dificuldades presentes neste processo. No entanto, é preciso frisar que nem toda edição expõe os bastidores da produção com tanta ênfase. Várias reportagens, por exemplo, sequer mostram as discussões sobre a pauta na redação do programa. Ao longo da história do *Profissão Repórter*, questões correlatas à desigualdade social e pobreza foram abordadas a partir de diferentes recortes, que incluem o cotidiano das ocupações, as rotinas em favelas de grandes centros urbanos e o desemprego no Brasil.

5.2 DEMARCAÇÃO DO CORPUS

O material que compõe o *corpus* da pesquisa passou pelo filtro de alguns critérios, em grande medida, associados aos princípios de sincronicidade e homogeneidade postuladas por Bauer e Aarts (2008). Primeiramente, atentando para a importância de o *corpus* expressar o padrão de um mesmo tipo de material, ou seja, assumindo o princípio da homogeneidade (BAUER; AARTS, 2008), selecionei para a análise somente grandes reportagens televisivas. Seis no total. Duas matérias de cada um dos seguintes programas jornalísticos: *Câmera Record* (Rede Record), *Caminhos da Reportagem* (TV Brasil) e *Profissão Repórter* (Rede Globo). Apesar de cada um desses programas resguardar elementos editoriais, técnicos e estéticos singulares, todos eles também compartilham semelhanças, aspectos que são próprios da gramática televisual, especialmente, das produções em profundidade no telejornalismo. Logo, as reportagens são materiais homogêneos do ponto de vista do suporte, mesmo com as diferenças notáveis na estrutura narrativa de cada programa.

Num segundo momento de decisão acerca do *corpus*, considereei apenas reportagens que foram veiculadas dentro de uma mesma década: de 2010 a 2019. Tal delimitação resulta do reconhecimento da importância do princípio da sincronicidade, isto é, das interseções históricas que conformam a materialidade empírica (BAUER; AARTS, 2008). Ao discutir a construção do *corpus* em pesquisas do campo da comunicação que analisam discursos, Benetti (2016, p. 246) explica que “não é recomendável trabalhar com materiais de épocas distintas, porque as condições de produção do discurso serão diferentes e essas diferenças estarão inscritas no discurso em análise”. Mesmo assim, segundo a autora, é possível analisar materiais de períodos históricos distintos. Neste caso, a interpretação do estudo não deve ser reduzida à uma comparação simplista entre as distintas unidades do *corpus*, sendo, então, necessária uma problematização historicizada das formações próprias de cada material.

Além dos princípios supracitados, outros dois fatores utilizados na definição do *corpus* foram os anos de veiculação e a dimensão temática das reportagens. Considerando o recorte temporal já explicitado, busquei também eleger matérias que foram veiculadas em diferentes anos, uma escolha que torna possível analisar produções do início, meio e fim da década. No que se refere ao âmbito temático das reportagens, escolhi reportagens que trataram da questão da pobreza a partir de variadas angulações e recortes de pauta. Esta decisão leva em consideração o fato de as produções focalizadas na pobreza colocarem os sujeitos de classes populares em maior evidência na narrativa jornalística – um certo protagonismo dos indivíduos e comunidades pobres a partir de relatos testemunhais –, o que possibilita que a análise discursiva acerca das reportagens tenha mais elementos produtivos e problematizáveis no que concerne aos propósitos da pesquisa.

Para selecionar as reportagens com base nos fatores já mencionados, consultei o acervo digital dos três programas jornalísticos. Após uma varredura completa em cada um dos sites, escolhi duas reportagens por produto audiovisual para integrar o *corpus* da pesquisa. As produções elegidas abordam diferentes faces da pobreza no Brasil, conferindo maior tempo de tela para as fontes de classes populares.

Evidentemente o destaque às vozes dos sujeitos em situação de pobreza pelas reportagens não significa que automaticamente o discurso jornalístico busca, insere e contextualiza tais dizeres guiado por uma perspectiva crítica e socialmente emancipadora. Ao contrário, existe uma valoração das vozes dos sujeitos de classes populares que tende a atribuir posições descritivas, ilustrativas e lamentativas para estes indivíduos em detrimento de lugares mais associados à opinião, saber e proposição.

Tabela 1: *Corpus* da pesquisa

ANO	PROGRAMA	EMISSORA	REPORTAGEM
2010	Profissão Repórter	Globo	Ocupação
2012	Caminhos da Reportagem	TV Brasil	Retratos da pobreza
2012	Câmera Record	Record	Famílias nas ruas
2015	Profissão Repórter	Globo	Domésticas
2018	Câmera Record	Record	Favela de palafitas
2019	Caminhos da Reportagem	TV Brasil	Filhos da rua

Fonte: autoria própria

Considero que o total de reportagens selecionadas é suficiente para alcançar os objetivos e testar a hipótese da tese por duas razões principais. Em primeiro lugar, como já frisado, analiso tais produções pela perspectiva da Análise de Discurso, compreendendo que a exaustividade vertical é o que indica o aprofundamento da interpretação dos sentidos e vozes dos processos discursivos, ao contrário da exaustividade horizontal que, muitas vezes, visa à extensão – mais unidades de análise num *corpus* –, mas reduz os discursos à meros dados ilustrativos (ORLANDI, 2005). Em segundo lugar, ressalto que as matérias do *corpus* se constituem como grandes reportagens televisivas, isto é, produções com duração longa para os padrões televisivos analisadas sistematicamente nesse estudo a partir das dimensões verbal e audiovisual das mesmas.

5.3 CONSTRUÇÃO DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS

Realizada a consolidação do *corpus* da pesquisa, volto-me para a formação do dispositivo analítico. O objetivo geral da tese se desdobra em quatro objetivos específicos de caráter mais operacional. Como já mencionado na introdução, o primeiro deles é identificar as posições-sujeito nos dizeres das fontes das classes populares e das demais fontes. Para tanto, parto de premissas e conceitos da Análise de Discurso (AD), tais como posição-sujeito, vozes, locutores e enunciadores. Importante pontuar que, neste trabalho, compreendo as fontes de informação como locutores e as posições-sujeito como enunciadores, ou seja, as posições

representam as vozes que conformam o discurso jornalístico. Como Benetti (2007) sublinha, a AD é produtiva, sobretudo, para dois tipos de estudo na pesquisa em jornalismo⁴⁴: mapeamento das vozes e identificação dos sentidos. Em meu estudo realizo esses dois tipos de movimentos analíticos⁴⁵, começando pelo mapeamento das vozes, ou seja, das posições-sujeito presentes nos dizeres das fontes de classes populares. Tais posições mobilizadas também podem ser pensadas como categorias analíticas, uma vez que representam padrões e tipos de discursos.

As posições-sujeito explicitadas já na hipótese da pesquisa resultam tanto da observação prévia das reportagens que compõem o *corpus* do trabalho quanto da revisão bibliográfica que discute desigualdade, classe social e pobreza, bem como as relações entre discurso e jornalismo.

São elas:

- Descrição (P.S-D): posição em que o sujeito descreve verbalmente uma situação, acontecimento ou experiência, narrando e identificando fatos, instituições e outros sujeitos;
- Ilustração (P.S-I): posição que também possui uma dimensão descritivo-verbal, no entanto, singulariza-se pela força da dimensão visual na qual o sujeito realiza ou simula ações e comportamentos ao mesmo tempo em que narra a própria ação;
- Lamentação (P.S-L): posição na qual o sujeito expressa algum sofrimento ou angústia, lastimando sobre suas condições de vida e obstáculos ao exercício da cidadania;
- Opinião (P.S-O): posição em que os dizeres do sujeito julgam e apreciam outros sujeitos, práticas, acontecimentos e instituições, expressando um ponto de vista sobre a realidade;
- Saber (P.S-S): posição que destaca o conhecimento e os saberes de um sujeito que explica, critica, pondera e avalia fatos e cenários apontando suas possíveis causas e consequências;
- Proposição (P.S-P): posição pela qual os sujeitos enunciam ideias a partir de enunciados sugestivos e críticos que evidenciam desejo de mudança e a responsabilidade de outros sujeitos e instituições.

⁴⁴ Em trabalho posterior, a autora lembra considera que além da identificação dos sentidos e mapeamento das vozes (análise dos sujeitos), a AD pode ser utilizada também outros dois tipos de procedimentos: análise do silenciamento e análise da estruturação do discurso (BENETTI, 2016).

É necessário ressaltar que compreendo tais posições como vozes, ocupações de lugares no discurso jornalístico, espaços muitas vezes naturalizados pelos sujeitos que participam da construção de sentidos. Apesar de possuírem aspectos singulares, as posições-sujeito não se invalidam. Pelo contrário, podem se cruzar e compartilhar elementos comuns, algo que é fruto da própria interdiscursividade inerente à toda enunciação. Abaixo, sintetizo brevemente cada posição-sujeito elaborados nesta tese.

O mapeamento das posições-sujeito ancora-se especialmente no conceito de paráfrase (ORLANDI, 2005), localizando regularidades enunciativas nos dizeres apresentados nas reportagens. Reconheço que essas posições se relacionam a determinados lugares – social e discursivo (GRIGOLETTO, 2005) –, sendo configuradas pelas formações imaginárias mobilizadas pelos sujeitos que participam das matérias, sobretudo, as fontes e os jornalistas. Além disso, tais posições estão vinculadas a certos *habitus* de classe, disposições internalizadas pelos sujeitos que auxiliam seus modos de pensar e agir (BOURDIEU, 2007). Após recortar as sequências discursivas, verificar as paráfrases, mapear e categorizar as posições-sujeito, relaciono esses posicionamentos a formações discursivas que expressam determinadas percepções sobre a pobreza.

As sequências discursivas possuem duas dimensões: audiovisual e verbal⁴⁶. Na *dimensão audiovisual* estão incluídas as imagens, os planos de gravação, os recursos visuais (gráficos, textos, fotos etc.), os efeitos sonoros⁴⁷ e a edição. Apesar de também constituírem-se como “sons”, nesta pesquisa, os offs, passagens, cabeças, notas-pé e sonoras dos entrevistados fazem parte da *dimensão verbal* das reportagens. Ainda nessa segunda dimensão, estão inseridas as posições-sujeito identificadas em cada SD. Tais dimensões são estabelecidas de acordo com os fins teórico-metodológicos da pesquisa, o que não elimina o entendimento de que a construção de sentidos se desenrola na articulação dos elementos audiovisuais e verbais. Importante ressaltar que uma sequência discursiva pode conter diferentes posições-sujeito, algo possibilitado pela própria interdiscursividade da linguagem.

⁴⁶ Tal divisão é inspirada nos modelos apresentados por Rose (2011) e Gadret (2016), com adaptações que obedecem às finalidades da presente pesquisa.

⁴⁷ Os sons podem ser divididos em duas modalidades: 1) som diegético: sonoridades captadas no ambiente filmado (o diálogo entre os personagens, o ruído do local da filmagem, por exemplo); 2) som não-diegético: sonoridades acopladas à gravação, seja a narração, uma música de fundo, entre outros recursos sonoros.

Apesar de a pesquisa ter um objeto de estudo particular – a valoração das vozes das fontes a partir da classe social no discurso jornalístico sobre a pobreza –, decidi transcrever cada reportagem na íntegra, reconhecendo que a partir de um olhar panorâmico e geral é possível identificar nuances importantes para a discussão teórica do trabalho. Por isso, cada momento das reportagens é alocado em uma sequência discursiva (SD). Contudo, nesta pesquisa, apenas as sequências discursivas relativas aos dizeres – materializados como sonoras – das fontes de classes populares são efetivamente analisadas no que concerne as suas posições-sujeito.

A operacionalização desse processo pode ser visualizada em uma tabela que explicita cada SD, considerando as dimensões audiovisual e verbal. Na primeira coluna está a indicação do número da SD. A segunda coluna traz a dimensão audiovisual sintetizada por um frame representativo do momento narrado pela reportagem. A terceira coluna apresenta a dimensão verbal da matéria com todos os seus elementos transcritos integralmente. Por fim, na quarta coluna estão dispostas as emoções mapeadas nos dizeres das fontes de classes populares. A partir do próximo tópico, apresento os resultados da tese, exemplificando e discutindo 139 sequências discursivas – distribuída em 78 quadros⁴⁸ – consideradas representativas do *corpus* da pesquisa, conjunto que totaliza 1.939 SDs. Ressalto que as sequências discursivas devem ser compreendidas na complexidade das suas duas dimensões: audiovisual e verbal. Além disso, como já frisado, uma mesma SD pode remeter a mais de uma posição-sujeito. A sigla da posição-sujeito em observação é realçada com sublinhado.

Na sequência da pesquisa, apresento a análise das posições-sujeito, principal ação para mapear e compreender a valoração das vozes das fontes de classes populares no discurso jornalístico. Também examino a dimensão emocional deste processo valorativo, tensiono os papéis das fontes do tipo especializadas e autorizadas, bem como problematizo os resultados gerais do estudo.

⁴⁸ Em tais quadro destaco, sobretudo, sonoras e cenas das fontes de classes populares. A título de contextualização, a maior parte das SD's exemplificadas via quadros é acompanhada de offs, perguntas e passagens dos repórteres ou ainda sonoras de outros tipos de fontes.

6. VALORAÇÃO DE VOZES: OS POBRES NO JORNALISMO

*Permita que eu fale não as minhas cicatrizes
Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nós?
Alvos passeando por aí
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Se isso é sobre vivência, me resumir à sobrevivência
É roubar o pouco de bom que vivi
Por fim, permita que eu fale
Não as minhas cicatrizes
Achar que essas mazelas me definem
É o pior dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir, aí*

*(Intérpretes: Emicida, Majur e Pablllo Vittar;
Compositores: Felipe Vassão, DJ Duh, Emicida e Belchior)*

6.1 “OCUPAÇÃO”

A reportagem mais antiga do *corpus* (REP1) trata do cotidiano de uma ocupação na cidade de São Paulo e foi produzida e veiculada pelo *Profissão Repórter* em 2010. Nesta produção, repórteres do programa Eliane Scardovelli e Thiago Jock, assim como o próprio apresentador Caco Barcellos, acompanharam a rotina da ocupação localizada na Avenida Ipiranga, registrando momentos como a divisão de tarefas, a organização da limpeza, alimentação e segurança do local. Na ocasião, a equipe do jornalístico também conseguiu presenciar a reintegração de posse, ação que culminou com o despejo dos mais de 1.200 moradores do prédio. Tais habitantes do local são as fontes que protagonizam a construção discursiva da reportagem, relatando e ilustrando como diariamente lidam com problemas relacionados à situação de pobreza que enfrentam. A problemática habitacional das ocupações escancara uma das várias dimensões da desigualdade social brasileira, uma vez que expõe a luta das pessoas sem moradia própria num país onde grandes centros urbanos estão repletos de prédios vazios sem função social. Com 31 minutos de duração, a REP1 apresenta 288 SDs⁴⁹, sendo 110 sequências relativas aos dizeres (sonoras) das fontes de classes populares.

⁴⁹ O total de SDs diz respeito a todos os fragmentos discursivos das reportagens, ou seja, inclui não apenas sonoras de todos os tipos de fontes, como também offs, passagens, cabeças, pés e cenas de diálogo.

Tabela 2: Resultados da REP1 (Profissão Repórter)

Posição-sujeito	Total	%
Descrição (P.S-D)	81	48,79
Ilustração (P.S-I)	42	25,30
Lamentação (P.S-L)	24	14,45
Opinião (P.S-O)	11	6,62
Saber (P.S-S)	5	3,01
Proposição (P.S-P)	3	1,80

Fonte: autoria própria

Notoriamente predominante na construção discursiva da REP1, a P.S-D (48,79%), pode ser percebida em diferentes manifestações das fontes de classes populares. Na reportagem, tal posição é constantemente mobilizada para indicar descrições de rotinas, lugares, histórias e acontecimentos diversos em torno da ocupação. Assim como ocorre nas demais posições-sujeito, a P.S-D, em grande medida, é resultante das perguntas que os repórteres fazem às fontes em situação de pobreza (Quadro 1). Parte das questões realizadas são veiculadas como cenas de diálogo das reportagens, o que nos permite uma apreensão de como parte dos dizeres descritivos são suscitados. Tais questionamentos permitem que as fontes de classes populares descrevam e detalhe aspectos e momentos diversos de seus cotidianos e trajetórias. Já no início da narrativa (Quadro 1), um dos repórteres da matéria questiona moradoras do prédio sobre quem teve a ideia de criar o primeiro salão de beleza do lugar (REP1 SD30).

Quadro 1: REP1 – Posição-sujeito Descrição (P.S.D)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP1 SD30		(Pergunta – Repórter) A ideia foi de quem?	

REP1 SD31		<p>(Sonora – Adriana)</p> <p>Ah, a ideia foi de todo mundo. Da gente daqui do quarto. Montar um salão de cabeleleiro pra gente cuidar um pouquinho da vaidade.</p>	P.S-D
--------------	---	--	-------

Fonte: autoria própria

A breve pergunta abre espaço para uma das fontes que mora ali descrever como a iniciativa foi pensada, destacando o objetivo da mesma (REP1 SD31). A P.S-D também se localiza, por exemplo, em dizeres que expressam como os indivíduos que moravam na ocupação passaram a se organizar após serem retirados do prédio por meio de uma reintegração de posse. Ao conversar com Maria do Planalto, uma das líderes do grupo de moradores (Quadro 2), Caco consegue uma descrição (REP1 SD263) dela referente à maneira como as pessoas enfrentam as noites na rua em frente à prefeitura da cidade, medida encontrada pelo grupo para protestar contra o despejo que sofreram.

Há ainda várias outras sequências discursivas nesta parte da reportagem que reiteram o lugar central da P.S-D na narrativa, incluindo dizeres das pessoas que habitavam a ocupação que detalham como tiveram que começar a cozinhar e realizar outras atividades básicas do cotidiano num contexto de situação de rua.

Quadro 2: REP1 – Posição-sujeito Descrição (P.S-D)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP1 SD263		<p>(Sonora – Maria do Planalto)</p> <p>A noite a gente joga uma noite, uns colchões que nós conseguimos trazer.</p>	P.S-D

Fonte: autoria própria

Sendo a segunda posição-sujeito mais presente na construção discursiva da REP1, a P.S-I (25,30%) foi identificada ao longo de quase toda a reportagem, o que sinaliza a preocupação do programa em registrar diferentes momentos de ação das fontes que protagonizam a narrativa.

Por esse eixo discursivo, os moradores da ocupação exercem variadas ações do cotidiano como, por exemplo, a busca por alimentação (Quadro 3). Na primeira parte da reportagem, Caco acompanha os habitantes do prédio em mais um dia de trajeto nas ruas do centro de São Paulo (REP1 SD48). Ao chegar numa feira da cidade, a moradora Ritinha ilustra como o grupo se organiza para pedir comida (REP1 SD53).

Quadro 3: REP1 – Posição-sujeito Ilustração (P.S-I)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP1 SD48		(Off) O grupo sai do prédio ocupado na Avenida Ipiranga às 04h da manhã para pedir alimentos. Dona Luzia de 68 anos é a chefe da cozinha.	P.S-I
REP1 SD53		(Cena – Ritinha) Com a maior educação, sem falta de ordem. sem grito. Se falar um não, vocês dizem muito obrigado. Uma penca de banana que vocês dão já serve.	

Fonte: autoria própria

A P.S-I se faz presente em vários outros momentos da reportagem como, por exemplo, quando moradores preparam refeições, limpam o prédio e trabalham em algum serviço fora da ocupação. Ocorrências desta posição-sujeito ainda aparecem em trechos que destacam a interação das fontes de classes populares com outros indivíduos. A saga da moradora Vera em busca de um emprego com carteira assinada (Quadro 4) é registrada pelo programa a partir de cenas que mostram desde a saída dela da ocupação, a busca por informações nas ruas da cidade até o diálogo entre ela e o contratante (REP1 SD151). Nestes registros, ganha ênfase o entendimento da fonte como um “case”, personagem que serve para ilustrar um conjunto de ações e comportamentos que auxiliam na construção discursiva da reportagem.

Quadro 4: REP1 – Posição-sujeito Ilustração (P.S-I)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP1 SD151		(Sonora – Vera) Vamos lá. Desculpa. Eu tô um pouco nervosa porque pra mim é uma novidade. Espero que dessa vez agora vai.	P.S-I P.S-D

Fonte: autoria própria

Sendo personagens, as fontes de classes populares realizam ações que enfatizam a dimensão narrativa do jornalismo. Mais do que isso, elas são reconhecidas como peças fundamentais para autenticar o recorte e a angulação da reportagem, uma vez que seus atos – desde os mais banais até os mais decisivos – vão ao encontro do propósito da pauta: visibilizar as pessoas que vivem numa ocupação, destacando aspectos da rotina diária desses indivíduos.

A terceira posição-sujeito com mais ocorrências em REP1 é a P.S-L (14,45%). Por meio deste eixo discursivo, a narrativa incorpora dizeres das fontes de classes populares que expressam diferentes tipos e níveis de tristeza e angústia. Dificuldades do cotidiano como o percurso longo da escola para a ocupação são abarcadas pelos dizeres circunscritos nessa posição-sujeito (Quadro 5). Ao chamar a atenção para essa difícil condição de algumas famílias do prédio (REP1 SD202), vozes de pessoas das classes populares, como a pequena Beatriz (REP1 SD203), são mobilizadas para autenticar o dilema enfrentado por elas. As crianças precisam sair de casa às 05h da manhã, pegar um ônibus e ainda fazer parte do trajeto caminhando, visto que a ocupação está situada à 20km da escola onde elas estão matriculadas.

Quadro 5: REP1 – Posição-sujeito Lamentação (P.S-L)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP1 SD202		(Off) Beatriz chega exausta.	

REP1 SD203		<p>(Sonora – Beatriz)</p> <p>Não quero ir mais na escola. Porque não.</p>	P.S-L
---------------	---	---	-------

Fonte: autoria própria

A conformação da P.S-L também é acentuada pelo modo como as fontes de classes populares são filmadas. Em vários registros deste eixo discursivo, os rostos dos moradores da ocupação são destacados a partir dos enquadramentos de câmera primeiríssimo plano e *close-up*. A produção, no entanto, faz uso do som ambiente, incluindo o silêncio, por vezes, expresso pelas fontes e dispensando o emprego de trilhas sonoras com potencial de dramatizar ainda mais a construção discursiva da reportagem. Perguntas dos repórteres também colaboram para suscitar tal posição-sujeito, como nos momentos em que as questões realizadas buscam um relato testemunhal sobre uma experiência dolorida e até mesmo traumática (Quadro 6). Num dos trechos da matéria, a repórter questiona a moradora Silva acerca de como ela perdeu a antiga casa por meio de uma enchente (REP1 SD208). Com uma expressão facial de tristeza e voz embargada, a fonte, então, narra o acontecimento que ocasionou a perda da moradia, mencionando também como conseguiu ajuda para enfrentar a difícil situação (REP1 SD209). Em outras sequências discursivas localizadas nesta parte da reportagem, a mesma moradora ainda expõe o receio de que uma nova enchente aconteça e destrua o barraco da comadre e de vizinhos dela.

Quadro 6: REP1 – Posição-sujeito Lamentação (P.S-L)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP1 SD208		<p>(Pergunta - Repórter)</p> <p>Como foi isso?</p>	

REP1 SD209		<p><i>(Sonora – Silvia)</i></p> <p>Ah, veio trasbordando o rio e aí levou tudo as coisas que tava dentro de casa. Só deu tempo de sair correndo. E eu saí correndo com as crianças pedindo ajuda para os outros moradores. Eles me ajudaram. Aí a minha comadre pegou e deixou eu ficar na casa delas por um tempo, né. Com meus filhos.</p>	P.S-L P.S-D
---------------	---	--	----------------

Fonte: autoria própria

Representando 6,62% das posições-sujeito na reportagem, a P.S-O coloca em cena dizeres em que as fontes de classes populares expressam algum tipo de ponto de vista, julgamento sobre uma situação vivida ou apreciada. São poucos os espaços da matéria em que moradores da ocupação expressam falas opinativas precisas e contundentes. Mesmo residuais, elas aparecem e ajudam a construir sentidos sobre a pobreza que marca a vida dos sujeitos que protagonizam a narrativa. Podemos notar a ocorrência da P.S-O (Quadro 7), por exemplo, quando novamente a moradora Vera busca emprego em agências de trabalho em São Paulo (REP1 SD120). Depois de receber várias respostas negativas, em seu relato para a reportagem, a fonte não apenas ilustra e lamenta sobre o tipo de experiência que frequentemente passa, como também opina acerca de como se sente, evidenciando descontentamento e o sinalizando um sentimento de humilhação (REP1 SD121).

Quadro 7: REP1 – Posição-sujeito Opinião (P.S-O)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP1 SD120		<p><i>(Off)</i></p> <p>Ela vai à duas agências</p>	

REP1 SD121		<p><i>(Sonora – Vera)</i></p> <p>É sempre a mesma resposta. Não, não e não. Entendeu? E a gente se sente humilhada. Eu mesma não aguento mais. Tem dia que eu deito, que eu não quero mais levantar.</p>	<p><u>P.S-O</u> P.S-I P.S-L</p>
---------------	---	--	---

Fonte: autoria própria

A P.S-O também é verificada em trechos em que a reportagem visibiliza a opinião dos moradores da ocupação sobre outras questões, como as condições estruturais do prédio que vivem – falta de energia elétrica em alguns cômodos como o banheiro – e o desafio de ser mãe num ambiente com poucas condições de privacidade e conforto. Além disso, ainda há dizeres opinativos em que as fontes de classes populares reconhecem e avaliam a importância de se colocarem como sujeitos resilientes, isto é, cidadãos que conseguem se adaptar as mais diferentes adversidades (Quadro 8). Após a determinação judicial da reintegração de posse ser enfatizada (REP1 SD227), Maria do Planalto explana uma avaliação decisiva que sinaliza a saída dos moradores do prédio, mesmo que tal partida não seja, como a própria lembra, uma vergonha ou derrota para o coletivo (REP1 SD 228).

Quadro 8: REP1 – Posição-sujeito Opinião (P.S-O)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP1 SD227		<p><i>(Off)</i></p> <p>Mais de 200 policiais estão aqui para cumprir a determinação da Justiça. As 1200 pessoas terão que sair do prédio.</p>	
REP1 SD228		<p><i>(Cena – Maria do Planalto)</i></p> <p>Vamos sair, sim. De cabeça erguida.</p>	<p><u>P.S-O</u> P.S-I</p>

Fonte: autoria própria

A P.S-S foi ainda menos identificada na reportagem, representando apenas 2,06% do total das posições-sujeito. Ainda assim é um eixo discursivo que compõe momentos específicos da construção discursiva da matéria, sendo localizado, sobretudo, a partir de dizeres que expressam saberes dos moradores da ocupação. Por este eixo do discurso, as fontes de classes populares demonstram conhecimento acerca de processos, sujeitos e experiências diversas. Nesta reportagem, a P.S-S não é percebida em falas explicativas e aprofundadas sobre questões com grande complexidade e sim em dizeres concernentes ao entendimento de questões simples, mas extremamente relevantes para o contexto imediato no qual as fontes de classes populares estão inseridas (Quadro 9). Ao aguardar o retorno do atendente de uma das agências de trabalho que foi tentar emprego, Vera explica para que a presença da equipe de reportagem interfere na maneira como as pessoas que buscam empregos são tratadas nas agências (REP1 SD116). A sonora da fonte expressa, assim, um saber relevante para a conformação de uma parte do *habitus* das classes populares: o entendimento que o tratamento conferido aos indivíduos pobres é marcado por distinções.

Quadro 9: REP1 – Posição-sujeito Saber (P.S-S)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP1 SD116		<i>(Sonora – Vera)</i> E a pessoa, assim, parece que tem um tratamento totalmente diferente com você, entendeu? Quando você vem procurar sem a câmera, entendeu?	<u>P.S-S</u> <u>P.S-O</u>

Fonte: autoria própria

Em cena posterior, Vera ainda complementa sua explicação ao sublinhar que se a equipe de reportagem não estivesse presente na agência, certamente seria mais uma porta fechada para ela. As outras ocorrências desta posição-sujeito na matéria dizem respeito a outras questões, tais como a manutenção do luxo dos indivíduos de classes altas como uma notória dimensão da desigualdade social que os cerca (Quadro 10). Após a repórter perguntar à Fernando, morador da ocupação, se ele já realizou um certo tipo de obra decorativa no prédio em que mora (REP1 SD88), a fonte descreve que só desempenha funções básicas, como o

encanamento. Na mesma sonora, Fernando sinaliza que é preciso existir pessoas que apreciam o luxo, uma vez que isso mantém ele e seus colegas empregados (REP1 SD89).

Quadro 10: REP1 – Posição-sujeito Saber (P.S-S)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP1 SD88		<i>(Cena – Repórter)</i> Lá no prédio onde você tá, você fez isso já?	P.S <u>P.S-S</u> P.S-I P.S-D
REP1 SD89		<i>(Sonora – Fernando)</i> Não. Lá no prédio a gente só fez o básico. Encanamento né. E já é luxo né. E ainda bem que tem gente que gosta de luxo, senão a gente tava desmpregado.	

Fonte: autoria própria

Sendo a posição-sujeito menos identificada na reportagem (1,80%), a P.S-P representa o espaço do dizer que coloca em evidência proposições, sugestões e críticas em torno das questões que afetam o bem-estar e o exercício da cidadania das fontes de classes populares. Na matéria, apenas três ocorrências deste eixo discursivo foram localizadas nos dizeres dos moradores da ocupação. Nos três casos, tratam-se de enunciados que enfatizam a própria luta dos indivíduos frente a outros poderes da sociedade, ou seja, tal posição revela o reconhecimento da força das classes populares como forma de resistência e enfrentamento dos dilemas impostos pela problemática habitacional (Quadro 11). Ao comentar acerca da reintegração de posse da ocupação que habitava, Maria do Planalto chama a atenção para a necessidade de não se abalar com o acontecimento, visto que a luta por moradia certamente não se encerrava ali naquele instante (REP SD284).

Quadro 11: REP1 – Posição-sujeito Proposição (P.S-P)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP1 SD284		<i>(Sonora – Maria do Planalto)</i> Não adianta ficar triste. Eu acho que o que tinha que acontecer aconteceu, né. A reintegração. Agora é bola pra frente. A luta é permanente, né.	<u>P.S-P</u> P.S-O P.S-D

Fonte: autoria própria

6.2 “RETRATOS DA POBREZA”

A REP2 é denominada Retratos da Pobreza e foi veiculada em janeiro de 2012, tendo duração de 53 minutos e 41 segundos. O contexto histórico da matéria abarca o segundo ano do governo de Dilma Rousseff (PT), que chegava ao poder após dois mandatos consecutivos do também petista Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2011). Esse período aparece na construção discursiva da reportagem como uma época de diminuição das assimetrias sociais, um momento onde a desigualdade no país foi a menor dos últimos 50 anos. No entanto, apesar de uma notável redução da pobreza, o Brasil seguia como uma das nações mais desiguais do mundo. Diante dessa constatação, a reportagem apresenta uma série de casos de pobreza extrema persistentes tanto no interior quanto nos centros urbanos do país. A análise deste episódio evidencia a presença de 222 SDS, sendo que 89 destas concernem a dizeres das fontes de classes populares.

Tabela 3: Resultados da REP2 (Caminhos da Reportagem)

Posição-sujeito	Total	%
Descrição (P.S-D)	65	44,21%
Lamentação (P.S-L)	36	24,50%
Ilustração (P.S-I)	25	17,00%
Opinião (P.S-O)	13	8,84%
Saber (P.S-S)	5	3,40%
Proposição (P.S-P)	3	2,04%

Fonte: autoria própria

Largamente predominante na construção de sentidos da reportagem, a Posição-sujeito Descrição (P.S-D) é marcada por dizeres que descrevem situações, atividades, cenários e acontecimentos, muitas vezes, conferindo detalhes importantes para a compreensão do assunto pautado. A partir dessa posição, as fontes de classes populares relatam aspectos comuns em suas rotinas, evidenciando como é viver num quadro de constante ausência de recursos materiais básicos. Tal posição surge, em vários momentos, entrelaçada com outras posições, especialmente a Posição-sujeito Lamentação (P.S-L) e a Posição-sujeito Ilustração (P.S-I).

Nessa posição-sujeito, as fontes falam especialmente a partir de suas vivências, trazendo seus testemunhos acerca de uma determinada realidade. No caso do discurso em questão, a realidade dos sujeitos pobres. Por isso, as vozes descrevem, sobretudo, suas experiências no trabalho e no cotidiano familiar. Apesar de se constituir majoritariamente a partir da dimensão verbal, isto é, pelos dizeres dos sujeitos, também pode ser realçada pela dimensão audiovisual, especialmente quando o enquadramento da câmera privilegia cenários e objetos descritos pelas fontes (planos médio e geral), enfatizando, assim, informações contextuais que auxiliam a descrição realizada pelos indivíduos.

Numa das cenas do início reportagem, o pescador Virginio Costa responde o questionamento da repórter sobre o medo e a insegurança em morar em uma área de risco (REP2 SD16). Enquanto sua fala descreve as ações que realiza para proteger sua moradia, as imagens apresentam a precariedade da casa e da região em torno dela. O som ambiente captado na gravação da cena também auxilia na descrição operada pela fonte, visto que destaca elementos pertencentes à situação exposta.

Quadro 12: REP2 – Posição-sujeito Descrição (P.S-D)

SD	Dimensão audiovisual	Dimensão verbal	P.S
REP2 SD16		<i>(Sonora – Virginio)</i> A gente tem, mas o que é que vai fazer? A gente remenda, mete madeira, compra madeira, vai metendo, pregando.	

<p>REP2 SD17</p>		<p><i>(Off)</i></p> <p>Seu virgino é um dos moradores do bairro da liberdade em são luís. A comunidade é cortada por uma vala por onde escorre não só água da chuva, mas também o esgoto de todas as casas. Aqui não há parquinho. E é no meio do lixo e da água contaminada que as crianças brincam, no mesmo lugar onde os ratos se escondem. Boa parte dos moradores da liberdade vivem no seco. Nome dado a parte da comunidade que tem casas em terra firme. Outros tantos moram em palafitas. Em que condições? É o que vamos conhecer agora a convite da rosi que vive aqui há 4 anos.</p>	<p><u>P.S-D</u> P.S-L</p>
----------------------	---	---	-------------------------------

Fonte: autoria própria

A Posição-Sujeito Lamentação (P.S-L), segunda mais observada na reportagem, enfatiza as dificuldades, angústias, dores e sofrimentos diversos que constituem a vida dos sujeitos em situação de pobreza. Tal posição, várias vezes, é reforçada na dimensão audiovisual do discurso a partir do zoom da câmera que focaliza momentos de tristeza das fontes. Desse modo, a P.S-L é reafirmada pelo enquadramento da câmera, visto que o *close* aumenta e prolonga a exposição do estado emocional dos indivíduos.

Quadro 13: REP2 – Posição-sujeito Lamentação (P.S-L)

SD	Dimensão audiovisual	Dimensão verbal	P.S
<p>REP2 SD155</p>		<p><i>(Off)</i></p> <p>Claudia tem 7 filhos e dois netos. Vivem todos com ela aqui neste barraco de madeira. O marido foi embora há alguns meses e não ajuda mais nem com as compras de casa.</p>	

REP2 SD156		<p><i>(Sonora - Cláudia)</i></p> <p>Aí meus filhos tudo cobra dele, entendeu? Até meu filho caçula fala: ó mãe meu pai não me dá nada. Meu pai não traz nada pra senhora. Não vem aqui. Nem aqui ele vem visitar como é que ele tá, o pequeno, né, ver os filhos como que tá.</p>	<p><u>P.S-L</u> P.S-D</p>
---------------	---	---	-------------------------------

Fonte: autoria própria

Em REP2, a P.S-D se manifesta ao longo de quase todos os dizeres das fontes de classes populares, estando bastante imbrincada na Posição-sujeito Descrição (P.S-D), tendo em vista que ao descrever, os sujeitos também acabam por lamentar sobre aspectos diversos de suas vidas. Entre as principais lamentações observadas estão a ausência de comida suficiente para se manter bem alimentado, a precariedade das moradias, a baixa remuneração obtida no trabalho, a ausência de assistência médica, entre outros.

Já a Posição-sujeito Ilustração (P.S-I), terceira mais verificada na matéria, torna visível atividades e processos a partir da sua realização ou simulação pelos indivíduos. Nessa posição, torna-se mais possível olhar para as fontes de classes populares como “personagens” que desempenham determinados papéis na construção discursiva da reportagem. Trata-se de uma posição fortemente marcada pela dimensão audiovisual, uma vez que as imagens explicitam as ações das fontes (Quadro 14). Em uma das cenas, Edison fala ao telefone sobre o seu trabalho (REP2 SD87). Já em outro momento da matéria, um catador de lixo não identificado mostra como transformar uma garrafa pet em copo para beber o café durante o trabalho na madrugada (REP2 SD167). Nesses dois exemplos, os planos e ângulos de gravação acompanham as ações desempenhadas pelos sujeitos, enquanto o som ou a ausência dele – o silêncio enquanto Edilson ouve o outro lado da ligação e o barulho da garrafa sendo cortada – realçam a dimensão ilustrativas das cenas apresentadas.

As cenas em que as fontes de classes populares desempenham atos rotineiros são partes fundamentais da autenticação do discurso jornalístico. Em REP2, tais trechos colaboram, sobretudo, para validar uma construção discursiva em torno de carências, dificuldades e vulnerabilidades diversas constituintes da experiência social dos indivíduos em situação de pobreza.

Quadro 14: REP2 – Posição-sujeito Ilustração (P.S-I)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP2 SD87		<i>(Sonora – Edilson)</i> E aí, vai ter gado hoje. Um nove horas tô aparecendo por lá, viu?	
REP2 SD167		<i>(Sonora – catador de lixo não creditado)</i> É o copo pra tomar café!	<u>P.S-I</u>

Fonte: autoria própria

Menos observada que as posições anteriores, a Posição-sujeito Opinião (P.S-O) expressa apreciações e julgamentos das fontes de classes populares. Em vários dizeres circunscritos nessa posição, os sujeitos fazem avaliações acerca de situações e acontecimentos que os envolvem diretamente. Um exemplo disso pode ser visto em outra cena da matéria (REP1 SD184), em que uma das fontes expõe sua percepção sobre como está a segurança na favela em que mora após a ocupação da polícia militar (Quadro 15). Os planos de gravação, sobretudo, médio e *close*, enfatizam a opinião dada pelos sujeitos, além de destacarem suas expressões faciais.

Quadro 15: REP2 – Posição-sujeito Opinião (P.S-O)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP2 SD183		<p><i>(Off)</i></p> <p>Só na cidade do Rio de Janeiro, segundo a prefeitura, mais de um milhão de pessoas vivem nas favelas. Em muitas a segurança chegou com as UPPs, unidades de polícia pacificadora. E com ela a tranquilidade e o direito básico de ir e vir. Mas não a cidadania plena.</p>	
REP2 SD184		<p><i>(Sonora - Márcio)</i></p> <p>Agora ficou muito melhor porque não tem drogas, não tem traficante, a gente pode viver tranquilo, dormir tranquilo, os nossos filhos podem subir e descer sem problema de tiroteio nem nada.</p>	<u>P.S-O</u>

Fonte: autoria própria

Ainda menos presente na reportagem, a Posição-sujeito Saber (P.S-S) traz dizeres que evidenciam o conhecimento e os saberes dos indivíduos. Não desconsidero a possibilidade de os sujeitos trazerem diferentes saberes quando circunscrevem suas vozes nas posições-sujeitos anteriormente discutidas. No entanto, na P.S-S, o conhecimento aparece de um modo um pouco mais articulado e destacado. Nessa posição os sujeitos explicam, criticam, ponderam e analisam os fatos relacionados às suas condições de vida. Trata-se de uma posição mais frequente nas vozes das fontes especializadas. Contudo, foi possível verificar a P.S-S em algumas sonoras das fontes de classes populares (Quadro 16), como a sonora de Gilberto que relaciona as dificuldades enfrentadas pela população negra na atualidade com o histórico processo de escravidão no Brasil (REP2 SD148).

Quadro 16: REP2 – Posição-sujeito Saber (P.S-S)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP2 SD148		<p><i>(Sonora – Gilberto)</i></p> <p>Meu pai trabalhou muito. Escravejado aí, fazendo diária, cerca, carregando madeira no ombro. O véio meu tio Casemiro, ele morreu com 102 anos e vinte dias. Ele passou por isso tudo. Porque naquela época os que eram mais velhos eram escravejados dos outros mesmo, agora já nós que já somos mais novos, a gente pegava como escravo por isso... porque a gente nada tinha. Ali a gente ia trabalhar pra um galego desses aí o cabra sofria agora pra ganhar o que? Cabeça de bode, era essas coisas que a gente ganhava, trabalhava pra eles e pra sobreviver comia essas coisas. É poucos negros fazendeiros. Sempre fazendeiro mesmo é os brancos, é quem mais tem as coisas. Agora só que hoje quase todo negro já tem umas coisinhas, mas de primeiro não criava porque não tinha cuma. E hoje melhorou um pouquinho.</p>	<p>P.S-S P.S-O P.S-D</p>

Fonte: autoria própria

A Posição-Sujeito Proposição (P.S-P) é a menos verificada na construção discursiva da reportagem. Tal posição abarca sugestões, recomendações, propostas e críticas que evidenciam desejos por mudança ou ainda a responsabilidade de outros sujeitos e instituições diante da situação de pobreza em que as fontes de classes populares se inserem. Além de poucas ocorrências marcadas por essa posição, a análise também mostra que os dizeres se dão num plano individual, isto é, os sujeitos manifestam vontade de melhorar de vida, mas não chegam

a identificar como outros sujeitos e instituições, como o Estado, poderiam e deveriam participar do enfrentamento dos problemas expostos (Quadro 17).

Quadro 17: REP2 – Posição-sujeito Proposição (P.S-P)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP2 SD100		<i>(Off)</i> Depois do esforço da caminhada sob um sol que não dá trégua, ainda é preciso tirar a água do poço. Cada balde que é puxado pesa mais de 10 quilos. Na lida diária de dona Francisquinha, muita coisa a fazer, mas nada de renda.	
REP2 SD101		<i>(Sonora – Francisca)</i> Agora eu mesmo minha pessoa eu não ganho dinheiro porque eu não tenho como sair pra trabalhar pra fora, porque eu carrego água, eu trabalho na roça, eu cuido dos bichos, eu cuido dos meus filhos, da minha casa, aí eu não tenho como sair para trabalhar pra fora. Aí eu gostaria sim de ter um meio de ter renda, de como ter renda pra ajudar em casa e ter como conseguir uma casa boa, porque minha casa é um pouco ruim.	<u>P.S-P</u> <u>P.S-D</u> <u>P.S-L</u>

Fonte: autoria própria

Na sequência discursiva supracitada, observa-se Francisca Alice da Conceição Silva, creditada como dona de casa e seus dizeres que não apenas descrevem e lamentam sobre sua condição social (P.S-D) e (P.S-L), como também propõem mudanças, mesmo que nos limites

do plano individual, isto é, enquanto sujeito que anseia por uma renda que garanta para si uma moradia melhor. Nesta posição-sujeito, predominam, em especial, os planos médio e *close*, reforçando expressões e falas propositivas.

6.3 “FAMÍLIAS NAS RUAS”

A REP3 é uma produção do *Câmera Record* elaborada e veiculada em 2013. Nesta narrativa, o programa apresenta casos de pessoas que vivem nas ruas da cidade de São Paulo. Os repórteres Marcus Reis e Jésus Mosquera entrevistam e relatam situações de pobreza de diferentes indivíduos a partir do programa ancorado por Marcos Hummel. Em 45 minutos e 24 segundos, a reportagem não aborda somente o desejo de moradia digna presente no discurso de muitos dos entrevistados, como também trata das dificuldades de alimentação, medo da violência; riscos à saúde, saudades da família e ações solidárias em torno do cotidiano das pessoas que vivem nas ruas. Apesar de trazer sonoras com dizeres de diferentes pessoas em situação de pobreza, narrativa acompanha alguns casos com mais ênfase, podendo ser separada em três principais partes: a saga da família de Gercina; a vida de Maria do Socorro; e os dilemas do casal Anderson e Juliane, indivíduos que protagonizam a construção discursiva da matéria. A REP3 traz um total de 325 SDS, sendo que 127 destas são concernentes a dizeres de fontes de classes populares.

Tabela 4: Resultados da REP3 (Câmera Record)

Posição-sujeito	Total	%
Descrição (P.S-D)	77	45,83
Ilustração (P.S-I)	42	25,00
Lamentação (P.S-L)	30	17,85
Opinião (P.S-O)	11	6,54
Saber (P.S-S)	4	2,38
Proposição (P.S-P)	4	2,38

Fonte: autoria própria

Sendo a posição-sujeito mais identificada em REP3, a P.S-D (45,83%) comanda a apresentação da maioria das cenas focalizadas nas fontes de classes populares. A reportagem aciona tal lugar para as pessoas em situação de rua em diferentes ocasiões, que incluem dizeres descritivos sobre como é viver em condições de insegurança, bem como acerca das causas que a levaram para esse ambiente de precariedade social. Importante sublinhar que ao descreverem os motivos de estarem em situação de rua, as próprias fontes avaliam a questão por um horizonte reflexivo que não abarca responsabilidades e inoperâncias de instituições como o Estado. Além disso, a própria construção discursiva gerenciada pelos repórteres, por meio de *offs*, passagens e diálogos com as fontes também adentra um caminho em que o ato da descrição se fortalece como um momento voltado para a exposição e detalhamento de processos que singularizam a experiência dos sujeitos que passam o cotidiano nas ruas.

No início da narrativa (Quadro 18), Gercina descreve uma série de ações e também objetos que integram a rotina da família, como os poucos, mas indispensáveis pertences – remédios, produtos de higiene e uma baixa quantidade de dinheiro – inclusos na bolsa da mãe (REP3 SD31). Questionamentos do repórter buscam extrair das fontes de classes populares descrições acerca não somente de como elas viviam antes de ocuparem as ruas, como também no que se refere aos principais desejos materiais delas.

Quadro 18: REP3 – Posição-sujeito Descrição (P.S-D)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP3 SD31		<p><i>(Sonora – Gercina)</i></p> <p>Ah, tem remédio, pasta, creme, né? Pra passar, pra não ficar véio. Xarope pras crianças, remédio se der febre. Perfume um pouquinho pra vaidade, né. Tem um dinheirinho também porque a gente batalha, né moço. Tem um pouquinho. Esse é o remédio que eu tomo. Esse é um dinheirinho que eu trabalho pra poder dar uma água pras minhas filhas, dar um leite, tomar um café de manhã.</p>	<u>P.S-D</u>

Fonte: autoria própria

Em outro fragmento da reportagem, podemos ver a P.S-D se manifestar em vários dizeres de Maria (Quadro 19), outra personagem que protagoniza a construção discursiva. Em *off*, um dos repórteres contextualiza fragmentos da história da fonte, sublinhando que Maria decidiu sair do interior de Pernambuco aos 19 anos por conta da vida difícil que incluía constantes agressões do antigo companheiro (REP3 SD158). Posteriormente, Maria relata cenas de sua vida antes de passar a habitar as ruas da capital paulista. A fonte de classe popular descreve de modo detalhado episódios felizes, mas também acontecimentos traumáticos, como as perseguições que sofria do ex-marido (REP3 SD159). Também em outros momentos da reportagem Maria tem sua voz inserida nesta posição-sujeito, sobretudo num trecho da narrativa em que a equipe do programa a leva até Franco da Rocha, cidade vizinha de São Paulo. Nessa parte da matéria, a fonte descreve como almeja construir uma casa própria na região visitada pelo jornalístico.

Quadro 19: REP3 – Posição-sujeito Descrição (P.S-D)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP3 SD158		<p style="text-align: center;"><i>(Off)</i></p> <p>Depois de tanta emoção, de volta à realidade dura das ruas de São Paulo. Dona Maria relembra o passado. Quando saiu de Sertânia, no interior de Pernambuco, aos 19 anos, foi justamente para fugir da vida difícil. Lá ela se escondia de um ex-marido ciumento que não aceitava o fim da relação. Foram oito facadas, mas uma delas dona Maria nunca mais esqueceu. E até hoje ela carrega no rosto.</p>	

REP3 SD159		<p><i>(Sonora – Maria)</i></p> <p>Depois que eu saí do hospital ele ainda começou a me seguir pra terminar de fazer o serviço porque ele queria eu morta. Aí eu conversei com meus padrinhos que viviam no norte e pedi para os meus padrinhos pra que eles pagassem minha passagem.</p>	<p><u>P.S-D</u></p>
---------------	---	--	---------------------

Fonte: autoria própria

Aparecendo como a segunda posição-sujeito mais presente na construção discursiva da REP3, a P.S-I (25,00%) foi percebida em diferentes momentos da reportagem. O início da reportagem já apresenta várias cenas em que pessoas em situação de rua são filmadas realizando ações comuns do cotidiano como a ida ao “banheiro improvisado” na barraca que passam considerável parte do dia e a busca nem sempre exitosa por alimentação. A partir desta posição-sujeito também podemos ver Gercina vender balas nas ruas de São Paulo (Quadro 20). Nesta cena, os dizeres e movimentos de Maria são narrados pelo repórter (REP3 SD54) a partir de um horizonte discursivo que destaca a força e perseverança da fonte ao superar o dia frio para buscar o sustento dela e das duas filhas (REP3 SD55).

Quadro 20: REP3 – Posição-sujeito Ilustração (P.S-I)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP3 SD54		<p><i>(Off)</i></p> <p>No coração de São Paulo, no dia mais gelado das últimas cinco décadas, a moradora de rua não se abate na busca do sustento dela e das duas filhas.</p>	

REP3 SD55		<i>(Cena – Gercina)</i> Bom dia, moço. Compra uma balinha só pra me ajudar?	<u>P.S-I</u>
--------------	---	--	--------------

Fonte: autoria própria

A P.S-I também pode ser notada em situações em que as fontes de classes populares são filmadas e narradas como sujeitos que dependem da solidariedade de outras pessoas (Quadro 21). Em outra cena (REP3 SD181), Maria não somente aparece perguntando se há cobertor para doação, como também agradecendo a ajuda que recebeu. A partir de cenas como esta, a construção discursiva enfatiza a ideia de que as pessoas em situação de rua dependem fundamentalmente da disposição de iniciativas individuais ou ainda de ações de grupos de voluntariado, algo que, sem dúvidas, configura-se como medidas importantes, todavia não suficientes para o enfrentamento de todas as complexidades em torno da problemática. Aliás, a própria reportagem incorpora a solidariedade como marca do discurso jornalístico ao levar Maria para os estúdios da Rede Record e propiciar o encontro dela com um dos seus ídolos, o apresentador e chef de cozinha Edu Guedes. Na ocasião, Maria também é levada a desempenhar funções para ilustrar seu lugar na matéria, como provar o bolo que, segundo a reportagem, Edu fez especialmente para ela.⁵⁰

Quadro 21: REP3 – Posição-sujeito Ilustração (P.S-I)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP3 SD181		<i>(Cena – Maria)</i> Oi. Cobertor? Pegar um cobertor. Um cobertor aí, meu amigo? Obrigado, viu, meu anjo.	<u>P.S-I</u>

Fonte: autoria própria

⁵⁰ Cenas como essa também podem ser lidas como estratégia comunicacional para mostrar que a *Rede Record* valoriza os seus telespectadores e fãs, uma vez que acaba reforçando os vínculos com o público e fazendo uma espécie de *merchandising* de outro programa da emissora (*Hoje em Dia*) a partir da narrativa do *Câmera Record*.

Terceira posição-sujeito mais presente na construção discursiva da REP3, a P.S-L (17,85%) coloca em evidência vários momentos de lamentação das fontes de classes populares na reportagem. Todos os protagonistas da narrativa, em algum momento, inscrevem seus dizeres neste eixo discursivo, mesmo que entrelaçando-os com outras posições-sujeito como a P.S-D, por exemplo. Além disso, a performance dos repórteres, seja por meio de um off, passagem ou ainda pergunta, ajuda a abrir caminho para a P.S-L, visto que já apontam dificuldades, dilemas e dores vivenciados pelas pessoas em situação de rua. Logo no começo da matéria (Quadro 22), um problema de saúde de Gercina é narrado como um empecilho em ações básicas do cotidiano da personagem, como caminhar (REP3 SD05). Em seguida, enquadrada em primeiríssimo plano sequência, a mesma fonte revela que devido ao problema na perna não consegue arrumar emprego (REP3 SD06). Importante sublinhar que grande parte destes depoimentos que revelam dores e traumas diversos das fontes de classes populares são acompanhados por uma trilha sonora constituída por instrumentais que reforçam a tristeza como sentimento central.

Quadro 22: REP3 – Posição-sujeito Lamentação (P.S-L)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP3 SD05		<i>(Off)</i> Dona Gercina tem 38 anos de idade. Por conta de um problema vascular, ela mal consegue caminhar.	<u>P.S-L</u>
REP3 SD06		<i>(Sonora – Gercina)</i> Eu não consigo mais arrumar emprego por causa das minhas pernas.	

Fonte: autoria própria

Na parte final da reportagem (Quadro 23), um dos repórteres introduz o drama de Maria do Socorro, moradora de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, e que viajou várias horas para

encontrar o filho Anderson que juntamente com a esposa e filho vive pelas ruas de São Paulo (REP3 SD290). Maria é interrogada pelo repórter acerca de como se sente sobre saber que o filho e o neto dormem em uma praça da cidade. A tristeza e a preocupação são confirmadas por Maria como os principais sentimentos que ela nutre diante da constatação de que parte da família vive em condições de precariedade social (REP3 SD291). Em sequências discursivas posteriores, Maria chora ao reiterar sua tristeza pela situação do filho e do neto. Nestes momentos da matéria, outros elementos corroboram à P.S-L: os *offs* que enfatizam a tristeza como emoção predominante, o instrumental que remete à dor e ainda o *close* no rosto da fonte. A reportagem ainda traz dizeres lamentativos das fontes de classes populares sobre o intenso frio das ruas, os ricos de sofrer algum tipo de violência e a incerteza sobre como serão as refeições de cada dia.

Quadro 23: REP3 – Posição-sujeito Lamentação (P.S-L)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP3 SD290		<i>(Passagem – Repórter)</i> Eu tô aqui com a dona Maria do Socorro, que é a mãe do Anderson. Ela mora em Ribeirão Preto, interior de São Paulo. Viajou seis horas só pra vir conhecer o lugar onde tã passando as noites, os dias. Como a senhora se sente sabendo que o filho da senhora tá dormindo aqui com o netinho da senhora?	
REP3 SD291		<i>(Cena – Maria do Socorro)</i> Muito triste. Muito preocupada também porque a mãe nunca quer isso para os filhos, né. E eu fico noites sem dormir porque eu me preocupo com ele porque não é fácil saber que o filho tá dormindo num lugar desses.	<u>P.S-L</u> P.S-D

Fonte: autoria própria

Apenas 6,14% dos dizeres das fontes de classes populares desta reportagem estão circunscritos na P.S-O, eixo discursivo pelo qual os sujeitos opinam e avaliam fatos sobre questões que os afetam de diferentes formas. Se por um lado, parte significativa das opiniões das pessoas em situação de rua evidenciadas pela produção tratam de questões pontuais e amenidades como, por exemplo, o bolo preferido de acordo com o gosto de uma das personagens entrevistadas. Por outro, ainda conseguimos detectar opiniões voltadas para a avaliação de ações mais relevantes para o contexto de precarização que estão inseridas (Quadro 24). Após ter um momento de felicidade narrada pela reportagem em virtude da coberta que lhe foi doada, Maria traz a ponderação de que para ela e demais pessoas em situação de rua toda ajuda por menor que seja significa muito, ainda mais num contexto de intenso frio (REP3 SD186).

Quadro 24: REP3 – Posição-sujeito Opinião (P.S-O)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP3 SD186		<i>(Sonora – Maria)</i> Não é nada, mas pra gente é muita coisa nesse frio, né?	<u>P.S-O</u>

Fonte: autoria própria

Já quase na parte final da reportagem (Quadro 25), Juliana, outra fonte que vive em situação de rua, ao lamentar sobre a impossibilidade de chegar perto de dois dos seus três filhos que hoje moram com a avó, também avalia o dilema que enfrenta (REP3 SD286). Os dizeres opinativos de Juliana se materializam numa sonora que responde uma pergunta do repórter acerca de como ela se sentia dentro de um contexto de privação.

Quadro 25: REP3 – Posição-sujeito Opinião (P.S-O)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP3 SD286		<i>(Cena – Juliane)</i> É muito bom. Mas ao mesmo tempo é bom e se torna ruim porque saber que eu tô perto dos meus filhos e eu não posso abraçar, beijar, ter eles comigo é muito difícil, muito difícil mesmo.	<u>P.S-O</u> P.S-L

Fonte: autoria própria

Representando apenas 2,38% da valoração das vozes das fontes de classes populares na reportagem, a P.S-S é uma posição-sujeito localizada em momentos bem pontuais da narrativa. Por esse eixo discursivo, os indivíduos apresentados pela matéria demonstram conhecimentos acerca das questões que lhes afetam diretamente como, por exemplo, a necessária convivência respeitosa entre as diferentes pessoas que passam os dias e as noites nas ruas (Quadro 26). Há também dizeres que evocam um saber que as pessoas em situação de rua possuem acerca da imagem – mesmo que seja uma visão baseada em estereótipos – dos indivíduos novos no ambiente. Após ser perguntado pelo repórter sobre o motivo de ter se aproximado de crianças que circulam diariamente por uma praça da cidade (REP3 SD223), Anderson Roberto explica como consegue identificar quem foi parar ruas há pouco tempo (REP3 SD224).

Quadro 26: REP3 – Posição-sujeito Saber (P.S-S)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP3 SD223		<i>(Pergunta – Repórter)</i> Por que você sentiu que deu vontade de chegar perto e conversar com eles?	

REP3 SD224		<p><i>(Cena – Anderson Roberto)</i></p> <p>Pelo fato de a gente ver que são pessoas que não estão aí há muito tempo jogadas na rua, né. Têm criança, criança bem cuidada e bem arrumada e tudo.</p>	<u>P.S-S</u> P.S-D
---------------	---	---	-----------------------

Fonte: autoria própria

Há também alguns poucos dizeres que evidenciam um conhecimento voltado para dilemas específicos experienciados pelas fontes de classes populares, isto é, saberes em torno de um problema de cunho pessoal (Quadro 27). Ao responder um questionamento do repórter (REP3 SD261), Anderson explica como se configura o receio de que alguém da assistência social tire o seu filho das ruas. Ao ponderar sobre a questão, o pai da criança não apenas evidencia uma preocupação, como também sinaliza um entendimento sobre como as organizações de amparo social costumam enxergar o caso de crianças que estão em situação de rua (REP3 SD262).

Quadro 27: REP3 – Posição-sujeito Saber (P.S-S)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP3 SD261		<p><i>(Pergunta – Repórter)</i></p> <p>Durante esse trajeto aqui, vocês ficam com receio de encontrar uma pessoa da assistência social que possa, não sei?</p>	
REP3 SD262		<p><i>(Cena – Anderson)</i></p> <p>Tirar a criança? Com certeza. Com Certeza. A gente não tem preparação. No caso eles alegam que a gente não é preparado para cuidar da criança. Então, se caso eles virem encontra a gente aqui na rua e tiver que levar, a gente tem que aceitar e deixar levar.</p>	<u>P.S-S</u> P.S-O

Fonte: autoria própria

Por fim, REP3 também apresenta poucas cenas em que as vozes das fontes de classes populares se circunscrevem na P.S-P (2,38%). Assim como ocorre em outras reportagens do *corpus*, com base neste eixo discursivo, os dizeres das pessoas em situação de pobreza não tocam diretamente nas injustiças sociais historicamente silenciadas ou tratadas de modo insatisfatório por agentes e instituições que conservam poder político e econômico no país. Os trechos da matéria em que as pessoas pobres lançam dizeres propositivos acerca do contexto de desigualdade em que estão inseridas acabam por evidenciar a própria força delas. Em outras palavras, as vozes das fontes de classes populares destacam a resiliência necessária para superar as adversidades e a crença de que um dia pode ser melhor do que o outro (Quadro 28). Assim como a solidariedade, a esperança é outro sentimento decisivo no discurso jornalístico sobre a pobreza. Na REP3, Gercina enfatiza a sua confiança num futuro melhor como razão que a mantém vendendo balas pelas ruas da cidade (REP3 SD57), sentido que posteriormente é reforçado pelo repórter (REP3 SD58). Aliás, esta mesma fonte também é apresentada apontando outros dizeres propositivos relativos à sua situação de rua, como numa das cenas em que ela confronta um indivíduo que ameaçou sua família. Na ocasião, Gercina afirma não ter medo de ameaças e que se fosse preciso acionaria a polícia para se defender, reconhecendo que a cooperação de policiamento deve lhe ajudar diante dos riscos que a põem em vulnerabilidade.

Quadro 28: REP3 – Posição-sujeito Proposição (P.S-P)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP3 SD57		<i>(Sonora – Gercina)</i> Dois, três, quatro. Cinco reais. Em meio de mil não vai ter um sim. E é essa esperança nesse único sim que me faz vir aqui.	 <u>P.S-P</u> P.S-D
REP3 SD58		<i>(Off)</i> Esperança, dona Gercina. Esperança! Que mais falar?	

Fonte: autoria própria

6.4 “DOMÉSTICAS”

A REP4 é uma produção do *Profissão Repórter* levada ao ar em 2015. A pauta que conduz a reportagem é o cotidiano de empregadas domésticas, sobretudo, a relação delas com os patrões. O ano em que a matéria foi veiculada é marcado por uma série de condições de produção discursiva com intenso impacto social na vida das classes populares brasileiras, especialmente no que diz respeito às trabalhadoras domésticas. Neste período, a Lei Complementar nº 150/2015 foi sancionada pela até então presidenta Dilma Rousseff. A medida ampliou os direitos de empregadas domésticas, garantindo salário mínimo, jornada de 44 horas semanais e pagamento de hora extra. Na reportagem, o trabalho doméstico é focalizado a partir de diversos recortes regionais que evidenciam diferentes níveis e tipos de desigualdade social. Além de Caco Barcellos acompanhar a rotina de uma empregada doméstica na cidade do Rio de Janeiro, os repórteres Estevan Muniz e Eliane Scardovelli apresentam casos de outras trabalhadoras em estados como Goiás, Pará e São Paulo. Com 30 minutos de duração, a narrativa traz um total de 373 SDS, sendo que 144 destas concernem a dizeres das fontes de classes populares.

Tabela 5: Resultados da REP4 (Profissão Repórter)

Posição-sujeito	Total	%
Descrição (P.S-D)	92	47,66
Ilustração (P.S-I)	47	24,35
Lamentação (P.S-L)	31	16,06
Opinião (P.S-O)	16	8,29
Saber (P.S-S)	5	2,59
Proposição (P.S-P)	2	1,03

Fonte: autoria própria

Posição-sujeito majoritária em REP4, a P.S-D (47,66%), dizeres descritivos participam do início da construção discursiva da matéria sobre o cotidiano das empregadas domésticas no Brasil. São diferentes os tipos de sequências discursivas que expressam momentos de descrição das fontes de classes populares, em especial, das trabalhadoras domésticas ouvidas pela reportagem. Os dizeres descritivos delas concernem, entre outros aspectos, à rotina de trabalho, ao percurso de casa ao emprego e à relação estabelecidas com os patrões. Grande parte de tais

Para além das perguntas feitas pelos repórteres, tal posição ainda é ensejada a partir de offs da matéria que antecipam esse modo de valoração das vozes. São trechos em que o discurso jornalístico introduz depoimentos descritivos das trabalhadoras. Intercalado a esses indicadores da descrição há uma ampla gama de sonoras que corroboram tal posição a partir do relato direto e, muitas vezes, de cunho testemunhal das fontes de classes populares (Quadro 30), como a sonora em que Vânia descreve suas impressões acerca do no novo emprego (REP4 SD315).

Quadro 30: REP4 – Posição-sujeito Descrição (P.S-D)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP4 SD315		<i>(Sonora – Vânia)</i> Eu tô um pouco nervosa porque vai ser o meu primeiro dia sozinha na casa. E o que não falta aqui nessa casa são detalhes. Segunda-feira, eu acho, que chega a nova menina, eu espero. Se não, eu vou ficar aqui até ela chegar, sozinha.	<u>P.S-D</u>

Fonte: autoria própria

Sendo a segunda posição-sujeito com mais ocorrências na REP4, a P.S-I (24,35%) está inserida em variados momentos da reportagem, sobretudo, a partir de cenas em que as empregadas domésticas realizam o trabalho na casa dos patrões. Há, no entanto, também fragmentos desta posição que evidenciam momentos do cotidiano das trabalhadoras para além do tempo no emprego (Quadro 31).

Quadro 31: REP4 – Posição-sujeito Ilustração (P.S-I)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP4 SD278		<i>(Cena – Nelma)</i> Sonda-me, meu senhor.	<u>P.S-I</u>

Fonte: autoria própria

Ao apresentar Nelma, piauiense que depois de engravidar passou a ser diarista sem dia certo, sem hora certa e com salário de apenas 120 reais, a reportagem visibiliza não somente cenas do trabalho dela, como também momentos que ilustram sua religiosidade. Por um lado, o acompanhamento da rotina das trabalhadoras para além dos seus afazeres no emprego denota o reconhecimento das fontes de classes populares como personagens com trajetórias que não se resumem às vivências como empregadas domésticas. Por outro, a maioria dessas ilustrações não são acompanhadas de uma percepção crítica sobre as relações de desigualdade que marcam a experiência subjetiva e coletiva das trabalhadoras. Já as sequências discursivas que ilustram a rotina das trabalhadoras no emprego nos permitem observar não apenas a realização de tarefas domésticas, como também fragmentos da relação entre patrões e empregadas (Quadro 32). Podemos ver isso, por exemplo, quando ao ser questionada pela patroa se aprendeu a mexer na cafeteira (REP4 SD289), Vânia expõe dúvidas e preocupações em torno das atribuições do novo emprego (REP4 SD290).

Quadro 32: REP4 – Posição-sujeito Ilustração (P.S-I)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP4 SD289		<i>(Cena – Janaína)</i> Você já aprendeu a mexer no filtro?	<u>P.S-I</u>
REP4 SD290		<i>(Cena – Vânia)</i> Tá ligado? Acho que pra café não sei se tá bom. É um filtro especial. Vou ter que me adaptar ao filtro. Não posso esquecer do filtro.	

Fonte: autoria própria

Representando 16,06% das ocorrências na REP4, a P.S-L surge especialmente em trechos que exploram mais diretamente os momentos de lamúria, tristeza e dor expressos nos corpos e falas das fontes de classes populares. No caso desta reportagem, podemos notar que grande parte dos dizeres circunscritos em tal posição concernem à identificação das

necessidades materiais que conformam a vida das trabalhadoras, o que inclui questões como a ausência de renda suficiente para uma alimentação adequada e a precariedade nas condições de moradia. A lamentação por ter que se afastar da família para conseguir um trabalho renumerado (Quadro 33) também compõe as sequências discursivas pertencentes à referida posição-sujeito da reportagem. Depois de se despedir da mãe (REP4 SD198), o enquadramento *close-up* demonstra a dor da partida (REP4 SD199).

Além disso, algumas ocorrências da P.S-L nesta reportagem englobam lamentações de sujeitos para além das empregadas domésticas, protagonistas da narrativa. Há cenas em que familiares das trabalhadoras também expressam diferentes tipos abatimento e desgosto diante das notórias situações de desigualdade social que demarcam suas vivências. É o caso, por exemplo, da mãe de Vânia que lamenta pela filha precisar trabalhar como empregada doméstica mesmo após se graduar em Relações Internacionais e concluir um curso de gastronomia. Luzia da Silva também trabalhou como empregada doméstica desde os oito anos de idade e não esconde a frustração e tristeza em saber que tanto Vânia, como ainda outra filha, acabaram dando continuidade ao trabalho da mãe, mesmo com os estudos que ela oportunizou para suas meninas. Neste trecho da reportagem, o discurso jornalístico exemplifica como o ciclo da reprodução das classes populares é complexo e repleto de aspectos que vão muito além da simples possibilidade de os indivíduos pobres conseguirem acessar o sistema formal de ensino.

Quadro 33: REP4 – Posição-sujeito Lamentação (P.S-L)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP4 SD198		<i>(Off)</i> O dia seguinte é de despedida.	
REP4 SD199		<i>(Sonora – Vânia)</i> Agora caiu a ficha.	

Fonte: autoria própria

Em REP4, o posicionamento discursivo das fontes de classes populares na esfera da lamentação, no entanto, é observado mais vezes quando as empregadas domésticas do estado do Pará relatam suas dificuldades no acesso a bens básicos, como saúde, moradia e alimentação. Interessante notar que a conformação desta posição-sujeito não se dá somente via offs, passagens e perguntas realizadas pelos repórteres, como ainda por meio da captação das interações entre as fontes e integrantes da Federação das Trabalhadoras Domésticas da Região Amazônica. A equipe de reportagem acompanhou o grupo em visitas às empregadas domésticas paraenses, registrando momentos de conversas que destacam as mais variadas formas de desigualdade social na região.

Ao serem questionadas sobre a renumeração que recebem e as condições estruturais que dispõem para trabalharem, as mulheres ouvidas demonstram tristeza não somente em seus dizeres – plano verbal –, mas ainda no tom da fala e nas expressões faciais. Em certa altura da narrativa, algumas destas conversas passam a incluir a participação do repórter do programa, que também faz perguntas sobre como é viver em condições de pobreza (Quadro 34). Nelma, uma das entrevistadas, revela que divide a casa com outras 21 pessoas, sendo uma das fontes de classes populares que abre a geladeira para mostrar a escassez de alimentos (REP4 SD266).

Quadro 34: REP4 – Posição-sujeito Lamentação (P.S-L)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP4 SD265		<i>(Cena – Repórter)</i> Tudo bem? Posso perguntar o que a senhora tem na sua geladeira aqui?	
REP4 SD266		<i>(Cena – Nelma)</i> Na verdade não tem tanta coisa assim. Mais água, resto de comida, tempero.	<u>P.S-L</u> P.S-D

Fonte: autoria própria

Bem menos presente na reportagem que as posições anteriores, a P.S-O (8,29%) joga luz sobre os dizeres opinativos das fontes de classes populares. As ocorrências deste horizonte discursivo evidenciam, sobretudo, como as empregadas domésticas, protagonistas da edição, expressam julgamentos e avaliações acerca de processos e sujeitos que se relacionam às suas experiências como trabalhadoras. Dentre as sequências discursivas da P.S-O estão dizeres opinativos sobre tópicos como: o salário ideal para as empregadas domésticas; a necessidade de ter que dormir na casa dos patrões, a quantidade de tarefas no emprego e as implicações dos novos direitos trabalhistas na profissão.

A conformação desta posição-sujeito também se dá a partir de perguntas realizadas pelos repórteres (Quadro 35). Após saber que Gercina, trabalhadora piauiense, ganha somente 200 reais por mês pelos serviços como doméstica, o repórter questiona a fonte sobre qual seria o salário que ela gostaria de receber (REP4 SD51). Em seu depoimento, Gercina não afirma um valor exato, mas sinaliza a importância de possuir uma renda que a ajude em despesas básicas, especialmente no que concerne ao direito à alimentação (REP4 SD52). Trata-se de um dizer opinativo, que mesmo indiretamente, evidencia um julgamento sobre uma realidade que afeta a trabalhadora.

Quadro 35: REP4 – Posição-sujeito Opinião (P.S-O)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP4 SD51		<i>(Cena – Repórter)</i> Quanto você gostaria de ganhar?	P.S-O
REP4 SD52	 <small>GERCINA CORRÊA empregada doméstica</small>	<i>(Cena – Gercina)</i> Eu gostaria de ganhar o tanto que suprisse a minha necessidade. Por exemplo, assim, se faltasse um arroz, um leite eu tivesse dinheiro e fosse comprar.	

Fonte: autoria própria

Em outra cena da matéria, Fernanda é apresentada como uma empregada doméstica que saiu de Feira de Santana, Bahia, para trabalhar num condomínio localizado num bairro nobre da cidade de São Paulo (Quadro 36). Ao notar que Fernanda trouxe consigo fotos da família, a repórter questiona se a sua filha já pensou em ser empregada doméstica (REP4 SD324). Em resposta, Fernanda opina sobre tal possibilidade, revelando que não aceitaria ver a filha seguindo seus mesmos passos em termos de profissão. Além de expressar sua própria opinião sobre a questão, a trabalhadora ainda sublinha que esse mesmo ponto de vista pode ser comum entre a maioria das mães.

Quadro 36: REP4 – Posição-sujeito Opinião (P.S-O)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP4 SD325		<i>(Cena – Fernanda)</i> Nunca. Nem sonho em falar isso pra minha filha. A gente ainda aceita, entendeu. Mas filhos, acho que a maioria das mães não aceita.	<u>P.S-O</u>

Fonte: autoria própria

Com um total de apenas 2,59% de ocorrências na matéria, a P.S-S expõe percepções críticas e reflexivas das fontes de classes populares especialmente acerca de questões que concernem à experiência delas como cidadãs com direitos diversos, sobretudo, na esfera do trabalho. A Abertura da reportagem traz uma das poucas cenas em que as empregadas domésticas têm seus dizeres circunscritos nesta posição-sujeito. Como um próprio *off* da matéria descreve, 40 mulheres batem panela em frente ao congresso nacional, movimento que em 2015 buscava uma efetiva regulamentação do trabalho doméstico. Numa das sonoras, manifestantes denunciavam a discriminação que, muitas vezes, sofrem na profissão, assim como exigem revisão dos direitos trabalhistas. Importante pontuar que essas poucas ocorrências da P.S-S em dizeres das empregadas domésticas são apresentadas pela reportagem a partir de *offs*, perguntas dos repórteres e ainda sonoras de outras fontes (Quadro 37). Após Janaína comentar sobre o ritmo do trabalho de suas contratadas (REP4 SD101), trabalhadoras como Rosilene expressam não somente uma opinião, mas também um saber referente à lógica de trabalho em questão: dormir no emprego (REP4 SD102).

Quadro 37: REP4 – Posição-sujeito Saber (P.S-S)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP4 SD101		<i>(Sonora – Janaína)</i> (Resposta – Janaína) Pelo menos umas dez, assim, mas todas essas dez meninas não podiam dormir, ou tinham filho pequeno, marido, recém casada ou não porque também queria voltar pra casa não sei por que motivo. Eu acho super cansativo. Sinceridade. Porque quanto chega em casa, praticamente toma um banho e volta, então não tem muita condição.	<u>P.S-S</u> P.S-O
REP4 SD102		<i>(Sonora – Rosilene França)</i> Isso é a volta da escravidão. Trabalhar no emprego e dormir no emprego é como se você estivesse escrava.	

Fonte: autoria própria

A P.S-S também foi identificada em momentos da reportagem que as empregadas domésticas expressam um conhecimento sobre seus direitos para além do âmbito trabalhista, o que incluem questões como a religião e o lazer (Quadro 38). Posteriormente ao questionamento da repórter acerca da recusa de um emprego que só concedia folgas quinzenais (REP4 SD170), Margarete explica que precisa ter tempo para praticar sua fé, bem como se dedicar à família, além de se divertir (REP4 SD171). Tal posicionamento compreende que as trabalhadoras não devem se limitar à prática profissional, sobretudo quando o emprego afeta negativamente outras esferas de suas vidas. Esse tipo de dizer coloca em destaque um saber que poucas vezes é focalizado nas vozes das pessoas pobres: o direito ao ócio que todos os cidadãos possuem, uma garantia constitucional que costuma ser silenciada ou diminuída diante de outros discursos. O tempo livre para as fontes de classes populares realizarem atividades de lazer ou simplesmente descansarem é uma dimensão fundamental do bem-estar delas, porém nem sempre amplificada pelo jornalismo.

Quadro 38: REP4 – Posição-sujeito Saber (P.S-S)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP4 SD170		<i>(Pergunta – Repórter)</i> Por que que você recusou essa folga de 15 a 15 dias. É muito?	
REP4 SD171		<i>(Sonora – Margarete)</i> Porque a gente tem que ter tempo pra Deus, sabe? E, assim, uma vez por semana pelo menos eu tenho que dar meu tempo para o senhor Jesus. E também tem meu tempo para a minha família, meu lazer, divertir. Se você fica quinze dias na casa isso te sufoca muito.	<u>P.S-S</u> P.S-O P.S-D

Fonte: autoria própria

Por fim, a P.S-P possui uma presença exígua na reportagem (1,03%), o que sinaliza uma baixíssima ênfase nas proposições das fontes de classes populares. Embora as empregadas domésticas ensejem opiniões e demonstrem saberes em algumas cenas da matéria, dizeres propositivos são bem menos presentes nessa construção discursiva. Um dos momentos pontuais da REP4 em que a P.S-P ganha visibilidade é na abertura da narrativa (Quadro 39), parte em que trabalhadoras são focalizadas numa manifestação diante do Congresso Nacional. Na ocasião, de forma incisiva, elas pedem regulamentação da atividade profissional que desempenham. Tal posição é conformada não somente pelo que as empregadas expressam verbalmente, mas também pelo plano de gravação que enquadra cartazes também marcados por tons de crítica e reivindicação (REP4 SD22).

Além da reportagem registrar o coro dos protestos, há também breves sonoras com algumas das domésticas presentes na manifestação. Questões como o direito ao seguro desemprego integram os dizeres das entrevistadas. Além disso, em algumas das falas também há o reconhecimento da discriminação que elas sofrem cotidianamente. O processo de exclusão

que as atinge interliga não apenas a dimensão da classe social, mas também do gênero, da raça, das crenças e do território que constitui as trajetórias sociais delas.

Quadro 39: REP4 – Posição-sujeito Proposição (P.S-P)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP4 SD22		<i>(Cena – Domésticas)</i> Regulamentação já! Regulamentação já! Regulamentação já! Regulamentação já!	<u>P.S-P</u> P.S-I

Fonte: autoria própria

6.5 “FAVELA DE PALAFITAS”

A REP5 apresenta uma construção discursiva voltada para a experiência de indivíduos pobres numa favela de palafitas. Levada ao ar em 2018, a reportagem amplifica o relato de habitantes de uma comunidade que é considerada a maior favela de palafitas do Brasil. Como a própria matéria sublinha, são milhares de moradias enfileiradas pelo rio dos Bugres, em um complexo que envolve três grandes comunidades: Jardim São Manoel, Vila Alemoa e Dique da Vila Gilda. Conforme o último censo do IBGE, mais de 20 mil pessoas vivem em tal região da Baixada Santista, em São Paulo. A ausência de condições básicas de cidadania e bem-estar nas palafitas, como a falta de esgoto – todos os dejetos, assim como qualquer tipo de lixo caem diretamente no mangue – são fatos registrados e narrados como marcas de um forte processo de exclusão social.

Na narrativa engendrada pelo Câmera Record também é bastante sublinhado o alto risco que os moradores da região correm diante de possíveis incêndios decorrentes de instalações clandestinas. Aliás, alguns sobreviventes deste tipo de acontecimento são incluídos no discurso jornalístico como personagens fundamentais na dimensão emocional da matéria. Os vários dizeres e demais expressões das fontes de classes populares protagonizam a reportagem, sendo, por vezes, intercalados por depoimentos de autoridades locais e especialistas diversos. No entanto, assim como nas demais produções que analiso na tese, a REP5 também valora as vozes dos sujeitos pobres predominantemente em torno de lugares descritivos, lamentativos e

ilustrativos. Desenvolvida pelo repórter Marcus Reis, a matéria possui 57 minutos e 42 segundos de duração, trazendo um total de 391 SDS, sendo que 141 destas se referem a dizeres das fontes de classes populares.

Tabela 6: Resultados da REP5 (Câmera Record)

Posição-sujeito	Total	%
Descrição (P.S-D)	93	46,73
Lamentação (P.S-L)	48	24,12
Ilustração (P.S-I)	32	16,08
Opinião (P.S-O)	17	8,54
Proposição (P.S-P)	6	3,01
Saber (P.S-S)	3	2,01

Fonte: autoria própria

Posição-sujeito majoritária em REP5, a P.S-D (46,73%) se localiza nos dizeres de todas as fontes de classes populares visibilizadas pela matéria. Trata-se de um eixo discursivo fundamental para apresentação dos moradores da favela de palafitas (Quadro 40), sendo bastante notório nos momentos em que os habitantes da região relatam o cotidiano e também marcas de suas trajetórias sociais. Tal posição também se concretiza, por exemplo, quando as fontes em situação de pobreza fornecem informações não somente em relação à rotina na favela (REP5 SD71), como também no que concerne à suas identidades como seres singulares (REP5 SD72).

Quadro 40: REP5 – Posição-Descrição (P.S-D)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP5 SD71		<i>(Off)</i> Os sete filhos passam a maior parte do tempo dentro de casa. Da mais velha ao mais novinho.	

REP5 SD72		<p><i>(Sonora – Estela)</i></p> <p>É a Giovana, 16 anos. O Gustavo tem 12 anos. Manuela tem 10. A Mirela tem 9. O Lucas 7. O Miguel 5. E o Yuri tem 2 anos.</p>	P.S-D
--------------	---	---	-------

Fonte: autoria própria

O exemplo de SD supracitado também evidencia a importância dos enquadramentos de gravação na conformação da posição-sujeito, especialmente primeiro plano e *close*. Além disso, em vários momentos, tais fontes são apresentadas em posição física estática e, muitas vezes, com olhar voltado para a câmera. Há uma série de outras ocorrências da P.S-D na REP5, sendo muitas delas diretamente vinculadas ao relato de experiência das fontes de classes populares. São trechos em que os habitantes da comunidade contam e detalham acontecimentos e processos diversos que incluem a chegada na região, o percurso até a escola ou trabalho, os desafios vivenciados no ambiente em termos da segurança e saúde, entre outros. Grande parte dos dizeres circunscritos à tal posição são engendrados a partir de questões realizadas pelo repórter da matéria (Quadro 41). Perguntas (REP5 SD181) que solicitam afirmações, fatos e também estimulam a descrição de situações importantes para a contextualização do discurso jornalístico sobre a pobreza. Ao responder uma questão acerca da recepção do ex-marido sobre sua decisão de mudar de estado, Isabel não somente afirma que não teve o apoio do ex-companheiro, como também relata como conseguiu deixar o antigo lar, mencionando ainda detalhes desse decisivo acontecimento em sua trajetória (REP5 SD182).

Quadro 41: REP5 – Posição-Descrição (P.S-D)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP5 SD181		<p><i>(Pergunta – Repórter)</i></p> <p>E ele entendeu que a senhora estava indo embora? Ele aceitou?</p>	

REP5 SD182		<p style="text-align: center;"><i>(Sonora – Izabel)</i></p> <p>Não. Pra falar a verdade eu vim escondida mesmo porque ele não queria deixar eu vir. Aí eu aproveitei na hora que ele foi trabalhar. Aí eu pedi pra minha sobrinha me trazer até o aeroporto.</p>	<u>P.S-D</u>
---------------	---	--	--------------

Fonte: autoria própria

Segunda posição-sujeito mais presente em REP5, a P.S-L (24,12%) coloca em destaque diferentes manifestações de dor, tristeza e comoção nos dizeres e nos corpos das fontes de classes populares. Logo, por esta zona discursiva é possível observar como os próprios indivíduos em situação de pobreza narram seus sofrimentos. As sequências discursivas associadas à P.S-L colocam em evidência como os habitantes da favela de palafitas percebem as mais variadas ausências materiais básicas, as perdas, a violência e também a discriminação social que afeta e prejudica suas vidas num plano simbólico, mas também concreto. Uma das cenas que exemplifica tal posição localiza-se ainda na primeira parte da reportagem (Quadro 42) quando o repórter questiona (REP5 SD62) Estela sobre o que é mais difícil. A pergunta surge logo após a matéria sinalizar que a fonte se mudou para a região das palafitas há dez anos, sendo a única alternativa possível de moradia na época.

Além disso, o repórter também enfatiza que Estela está afastada do trabalho e recebe um auxílio doença do governo, bem como o valor total da renda mensal da família: em torno de 1.500 reais para manter 10 pessoas. Em sonora seguinte, Estela lamenta pela impossibilidade de não poder privilegiar a qualidade na compra de bens básicos para seus filhos, como roupas, calçados e brinquedos. Por este mesmo dizer, a moradora reconhece que a dificuldade é acentuada pela quantidade de filhos que possui (REP5 SD63).

Quadro 42: REP5 – Posição-sujeito Lamentação (P.S-L)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP5 SD62		<i>(Pergunta – Repórter)</i> O que é mais difícil?	<u>P.S-L</u>
REP5 SD63		<i>(Sonora – Estela)</i> Ter coisas que as crianças pedem e não poder dar que nem brinquedo, comprar uma roupa boa, comprar um calçado bom. Essas coisas. É muito difícil. É muito filho.	

Fonte: autoria própria

A P.S-L também é engendrada a partir da contextualização que alguns *offs* fazem, isto é, com base na narração do repórter (Quadro 43). Depois de enfatizar o caso de Isabel, moradora da favela de palafitas que perdeu totalmente a visão em 2015 devido ao avanço da diabetes (REP5 SD183), a sonora da fonte aprofunda a dimensão dramática do caso. Em seus dizeres, Isabel lamenta a inviabilidade de acompanhar a filha no trajeto até a escola e em outras atividades como os momentos de brincadeira e lazer (REP5 SD184). A dor que se manifesta no plano verbal da sequência discursiva é amplificada pela dimensão audiovisual da mesma, especialmente pelo *close* no rosto da fonte e ainda com o emprego de uma trilha com instrumental triste. Outros trechos da reportagem fortalecem a mesma posição-sujeito na construção discursiva em torno da pobreza vivenciada por Isabel e pelas suas duas filhas. São dizeres que expressam lamentações como a renda de apenas um salário mínimo para sustentar três pessoas e os altos gastos oriundos da compra dos colírios que Isabel precisa usar diariamente.

Quadro 43: REP5 – Posição-sujeito Lamentação (P.S-L)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP5 SD183		<i>(Off)</i> Isso aconteceu em 2015. Desde então, a visão só piorou. E ela se tornou prisioneira da própria casa.	P.S-L
REP5 SD184		<i>(Sonora – Isabel)</i> Aí só o que me dói muito hoje é ver a minha filha de 11 anos indo pra escola e eu não poder levar ela nem buscar. Eu não posso estar do lado dela, de levar na escola, de ir pra uma reunião da escola junto com ela. De sair, e ir pra uma pracinha brincar, como eu fazia com as outras. Eu não posso fazer isso com a Samanta. E ela só tem onze anos. Ela só tem onze anos.	

Fonte: autoria própria

A P.S-I (16,08%) põe em destaque variadas ações do cotidiano dos habitantes da favela de palafitas. Por esse eixo do discurso podemos notar as fontes de classes populares exercendo atividades básicas de suas rotinas, como cozinhar, estudar e trabalhar. A partir desta posição-sujeito, os moradores da comunidade compartilham fragmentos de seus hábitos, o que permite que a reportagem adentre a esfera privada de muitos desses indivíduos. Várias das ocorrências da P.S-I dizem respeito à apresentação da família de Estela (Quadro 44). São cenas que exibem a moradora e seus filhos desempenhando diferentes atos, como se organizar para dormir e fazer higiene pessoal. Após Estela chamar um dos filhos para tomar banho (REP5 SD135), a reportagem corrobora essa valoração ao mostrar como a mãe necessita fazer uma ação bastante perigosa para garantir um pouco de água quente (REP5 SD136). Há outras cenas ainda em torno da família de Estela que reforçam a dimensão ilustrativa da presença das fontes de classes populares no discurso jornalístico como, por exemplo, a junção da mãe com os sete filhos para assistir televisão num pequeno cômodo da casa. É certo que tais momentos de intimidade

ajudam a reportagem a evidenciar como a pobreza é vivenciada pelos habitantes da comunidade. Todavia, essa mesma angulação discursiva, vale pontuar, nem sempre relaciona criticamente as cenas da intimidade dos habitantes da região com questões estruturais da sociedade.

Quadro 44: REP5 – Posição-sujeito Ilustração (P.S-I)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP5 SD135		<i>(Sonora – Estela)</i> Vem Lucas tomar banho. Vem. Eu te vou vem. Para de frescura e vem tomar banho logo.	<u>P.S-I</u>
REP5 SD136		<i>(Off)</i> A solução momentânea vem de uma engenhoca diferente e perigosa. Um fio elétrico colocado em um balde cheio garante um pouco de água quente para quem quer tomar banho.	

Fonte: autoria própria

Outros exemplos dessa posição-sujeito podem ser observados na narração da situação de pobreza experimentada por Jurandir (Quadro 45), morador que vive sozinho em uma casa na favela de palafitas e que devido à sua condição de desempregado necessita se alimentar de peixes que são pescados na própria água poluída que está em torno de sua moradia. Após acompanhar a saga de Jurandir no rio contaminado em busca de um peixe para a refeição, a reportagem mostra como o alimento é preparado (REP5 SD282) e posteriormente consumido pelo morador (REP5 SD283).

Quadro 45: REP5 – Posição-sujeito Ilustração (P.S-I)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP5 SD282		<i>(Off)</i> Em pouco tempo o prato está pronto.	P.S-I
REP5 SD283		<i>(Sonora – Jurandir)</i> Essa aqui é a hora boa, rapaz. Tira um pedacinho assim. É gostoso, hein. Delícia viu.	

Fonte: autoria própria

Representando 8,54% das ocorrências na REP5, a P.S-O visibiliza apreciações e julgamentos dos moradores da favela de palafitas acerca de variadas dimensões da realidade que os integra como indivíduos em situação de pobreza e seres sem acesso a recursos básicos para exercerem cidadania. Grande parte dos dizeres vinculadas a esse eixo discursivo parte de um entendimento de que as classes populares necessitam vencer obstáculos diários, aceitar os desafios impostos e nunca deixar de sonhar e lutar por mudanças, por mais distantes que estas possam parecer estar. Há, por outro lado, dizeres opinativos das fontes de classes populares que compreendem a situação de pobreza como algo que precisa ser aceita, seja por conta de um suposto destino ou simplesmente porque já cansaram de lutar sozinhas por transformação social.

A expressão de um posicionamento opinativo por parte dos habitantes da região das palafitas também obedece, muitas vezes, à abertura encontrada nas perguntas do repórter (Quadro 46). Mas para além de meras respostas curtas e objetivas – em termos de precisão –, as fontes de classes populares, em certos momentos, fazem uma breve análise de suas próprias trajetórias sociais, lançando opiniões marcadas por serenidade e ponderação. Após ser questionada se falta algo em sua vida (REP5 SD191), Beatriz não somente descreve o quanto foi mãe ainda jovem, visto que também opina sobre sua condição, sinalizando que não se arrepende de experienciar a maternidade (REP5 SD192). Além disso, na mesma sonora, a fonte

traz marcas de um interdiscurso bastante recorrente em vários outros dizeres vinculados à P.S-O: a de que a pobreza que vivenciam é algo que podem vivenciar porque Deus quis assim. Ou seja, trata-se de uma variação do discurso “Deus nunca dá uma cruz/fardo mais pesada que você não possa carregar”, compreensão com amplo apelo popular, sobretudo, entre os indivíduos mais devotos e religiosos.

Quadro 46: REP5 – Posição-sujeito Opinião (P.S-O)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP5 SD191		<i>(Pergunta – Repórter)</i> Falta alguma coisa na sua vida?	
REP5 SD192		<i>(Sonora – Beatriz)</i> Sempre falta. Eu acho que eu fui mãe muito cedo. Tive que cair de paraquedas num mundo que eu não conhecia que é a paralisia cerebral. E eu fui mãe aos 16 anos eu tive que virar de adolescente pra mulher e ser dona de casa. Mas eu vivo pra ela e eu não me arrependo. Se Deus me deu é porque ela sabia que eu podia carregar né.	<u>P.S-O</u> <u>P.S-D</u>

Fonte: autoria própria

Outras avaliações mais pontuais são realizadas pelos moradores da região das palafitas a partir de questões feitas pelo repórter (Quadro 47). Após ser interrogada se possui vontade de sair da favela (REP5 SD204), Isabel não somente confirma o desejo de sair da comunidade, como também julga que isso pode ser o sonho de todos os moradores do local (REP5 SD205). De maneira geral, os dizeres opinativos da REP5 acionam um lugar reflexivo em que os próprios moradores das palafitas dissertam acerca não apenas do seu cotidiano, como também dos sonhos, temores e da história.

Quadro 47: REP5 – Posição-sujeito Opinião (P.S-O)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP5 SD204		<i>(Pergunta – Repórter)</i> A senhora tem vontade de sair daqui?	<u>P.S-O</u>
REP5 SD205		<i>(Sonora – Isabel)</i> Com certeza. Acho que é o sonho de todo mundo que mora aqui né.	

Fonte: autoria própria

Apenas 3,01% das ocorrências da REP5 concerne à P.S-P, zona discursiva que na matéria é constituída especialmente por dizeres que apontam sugestões, ideias e projetos de percursos. Tal posicionamento é observado, sobretudo, nas cenas em que moradores da favela de palafitas dissertam sobre como suas vidas podem melhorar. Nesse aspecto, chama atenção o fato de que as fontes de classes populares ouvidas e apresentadas pela reportagem não atribuem deveres e responsabilidades a outros sujeitos, grupos e instituições – como o Estado, por exemplo – no que se refere à situação de pobreza que marcam as suas trajetórias sociais.

Ao contrário disso, os poucos dizeres pertencentes à P.S-P sublinham a força, a persistência e a resiliência dos próprios habitantes da região das palafitas diante das adversidades cotidianas que enfrentam (Quadro 48). Logo após o repórter narrar via *off* as perdas que uma das famílias entrevistadas teve em decorrência de um incêndio na comunidade (REP5 SD313), Débora não somente indica que a desistência não integra as possibilidades de suas vidas, como também propõe seguir lutando para reconstruir tudo o que foi perdido (RE5 SD314).

Quadro 49: REP5 – Posição-sujeito Proposição (P.S-P)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP5 SD389		<i>(Pergunta – Repórter)</i> Saudades daquela vida?	P.S-P P.S-O
REP5 SD390		<i>(Sonora – Luzia)</i> Ah, não tem não. Eu quero esquecer tudo. Tudo o que eu passei por ali. Tudo. Eu comecei a esquecer a partir de hoje.	

Fonte: autoria própria

Posição-sujeito menos presente na construção discursiva da REP5, a P.S-S (2,01%) se configura em torno de poucos dizeres das fontes de classes populares. Na matéria, a partir deste eixo discursivo, os moradores da favela de palafitas explicam situações que vivenciaram, trazendo breves análises sobre questões como segurança, educação e saúde. Uma das moradoras mais destacadas na reportagem, Estela, por exemplo, elucida os fatores que põem em risco à vida de um dos seus filhos que se arrisca ao lavar caminhões. Já Beatriz (Quadro 50), após ser questionada sobre uma possível melhora na evolução da filha que nasceu com paralisia cerebral (REP5 SD158), não apenas sublinha a inteligência e o bom desempenho de Mirian na escola, explicando que tal condição não elimina a possibilidade de ela possuir um bom raciocínio, além da força de vontade (REP5 SD159).

Assim como nas demais reportagens, na REP5 a maioria dos dizeres circunscritos à P.S-S se localiza nas expressões de sujeitos especialistas como arquitetos e biólogos. Diferentemente das fontes de classes populares, tais profissionais acionados pela matéria se amparam em dados científicos para explicar os diversos perigos que os habitantes da região enfrentam diariamente num espaço social marcado por intensa precariedade social.

Quadro 50: REP5 – Posição-sujeito Saber (P.S-S)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP5 SD158		<i>(Pergunta – Repórter)</i> Você vê melhoras pra ela, você vê uma evolução nela?	P.S-S P.S-D
REP5 SD159		<i>(Sonora – Beatriz)</i> Sim, ela é muito inteligente. Ela tem força de vontade. Porque a paralisia dela afetou apenas a coordenação motora, ela tem um raciocínio muito bom. E na escola é só elogio. Ela é muito boa aluna.	

Fonte: autoria própria

6.6 “FILHOS DA RUA”

A reportagem mais recente do *corpus* da pesquisa é uma produção do *Caminhos da Reportagem*, produzida e veiculada em 2019. Neste episódio do programa é focalizado o cotidiano de pessoas que trabalham e dormem nas ruas, sobretudo crianças e adolescentes. A equipe da reportagem percorreu Manaus, Recife, Brasília, Goiânia e São Paulo buscando mapear o que sonham tais indivíduos e como percebem suas vidas. Há uma série de relatos sobre as formas de violência e preconceito sofridos, bem como os mecanismos utilizados na luta diária pela sobrevivência. No período em que a matéria foi exibida, levantamento do Mapa do Trabalho Infantil, uma iniciativa Rede Peteca com o Ministério Público do Trabalho (MPT), apontava que 2,7 milhões de crianças e adolescentes entre cinco e 17 anos trabalhavam no Brasil. No mesmo ano, estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sinalizava que 50 milhões de brasileiros viviam na chamada linha de pobreza. Tais dados já evidenciavam o acirramento das desigualdades sociais no país, quadro ainda mais crítico entre as pessoas em situação de rua. A REP6 parte dessas condições de produção discursiva –

elementos do âmbito social e histórico – para engendrar um discurso em que os indivíduos pobres são as principais fontes da matéria. Assim como foi constatado nas demais reportagens do *corpus*, o foco nos dizeres das pessoas em situação de pobreza não garante a predominância de posições mais relacionadas às esferas da opinião, proposição e saber. Na REP6 os lugares da ordem da descrição, ilustração e lamentação também dominam a valoração das vozes das fontes de classes populares. Tal processo valorativo é engendrado na matéria de 57 minutos e 27 segundos de duração, desenvolvida e apresentada pela repórter Ana Graziela Aguiar. A análise deste episódio evidencia a presença de 340 SDs, sendo que 150 destas concernem a dizeres das fontes de classes populares.

Tabela 7: Resultados da REP6 (Caminhos da Reportagem)

Posição-sujeito	Total	%
Descrição (P.S-D)	113	46,66
Lamentação (P.S-L)	76	26,66
Ilustração (P.S-I)	55	19,29
Opinião (P.S-O)	32	11,22
Saber (P.S-S)	6	2,10
Proposição (P.S-P)	3	1,05

Fonte: autoria própria

A P.S-D (46,66%) também é predominante na REP6, sendo um tipo de posicionamento comum à quase todas as expressões das fontes de classes populares. Na reportagem, com base nessa posição-sujeito os indivíduos pobres relatam sobretudo, como é rotina nas ruas, incluindo detalhamentos acerca dos momentos de alimentação, trabalho e insegurança. Por esta zona discursiva temos acesso a fragmentos do presente e também do passado das pessoas em situação de rua. O início da reportagem, por exemplo, é repleto de descrições concernentes à experiência de crianças e adolescentes nas ruas da capital pernambucana. Parte significativa dos dizeres desta posição-sujeito evidencia a experiência dos indivíduos como dependentes químicos, problemática diretamente agravada pela situação de extrema pobreza que eles vivenciam. Vale pontuar que a matéria obedece a legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ao não mostrar o rosto das crianças e adolescentes que trabalham e vivem nas ruas.

Nos arredores da rodoviária de Brasília a repórter conversa com várias pessoas em situação de rua, incluindo M.S., menino de 7 anos (Quadro 51). Ao longo da entrevista diferentes perguntas são realizadas para a fonte, incluindo questionamento sobre a frequência das refeições (REP6 SD154). Em sonora, M.S. conta que realiza as refeições em todos os turnos, indicando também que recebe ajuda de outras pessoas para se alimentar a partir de lanches e marmitas. Noutros momentos da reportagem a mesma criança descreve como ele e o irmão trabalham nas ruas vendendo balas, além de detalhar como era sua vida antes de começar a ocupar as ruas.

Quadro 51: REP6 – Posição-sujeito Descrição (P.S.D)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP6 SD154		<i>(Pergunta – Repórter)</i> Mas de manhã você come? Na hora do almoço você come? Ou tá comendo menos?	
REP6 SD155		<i>(Sonora – M.S – 7 anos)</i> De manhã eu como, de noite eu como. E quando dão um lanche pra gente comer, arrumo uma marmita pra comer.	<u>P.S-D</u>

Fonte: autoria própria

A P.S-D também se manifesta em sonoras que versam sobre o passado das fontes de classes populares. Por isso, relatos descritivos acerca das trajetórias das pessoas em situação de rua recebem considerável destaque na reportagem. Trata-se de uma maneira de o discurso jornalístico contextualizar a problemática abordada sem perder de vista o fato de que a presença de cada indivíduo nas ruas pode ser explicada por uma ampla gama de fatores que incluem não somente a desigualdade social, mas ainda conflitos familiares, perda de algum ente querido, abusos e violências variadas, uso intensivo de drogas e diferentes tipos de estados emocionais e transtornos mentais.

Há também sequências discursivas que descrevem a trajetória de pessoas que conseguiram sair das ruas (Quadro 52). Após um *off* introduzir brevemente Meire (REP6 SD205), a partir de uma longa sonora a própria fonte descreve com detalhes sua experiência marcada por abandonos (REP6 SD206). O relato de Meire exemplifica como posicionamentos descritivos no discurso jornalístico não possuem uma importância limitada à contextualização das histórias das fontes, visto que também há um potencial elucidativo e reflexivo em alguns tipos de descrições, especialmente àquelas que são apresentadas de modo mais integral e prolongado, ou seja, sem tantos cortes de edição. No caso da última SD supracitada o relato de Meire não somente descreve cenários e detalha episódios, como também nos permite reconhecer que o histórico de exclusão família e social acaba, muitas vezes, sendo uma das principais causas da chegada e da permanência de pessoas nas ruas. A REP6 apresenta outras sonoras longas de fontes de classes populares vinculadas à P.S-D, contudo, nem todas se aprofundam em questões a ponto de ensejarem conexões críticas entre as histórias e fatos narrados.

Quadro 52: REP6 – Posição-sujeito Descrição (P.S.D)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP6 SD205		<i>(Off)</i> Foi na escola meninas e meninas do parque que conhecemos Meire.	
REP6 SD206		<i>(Sonora – Meire Mourão Reis)</i> Eu nasci né. Aí meus pais pegaram e me abandonaram, mas antes de me abandonar o meu pai me registrou. Pegaram e me levaram para o setor de triagem né, que antigamente falava febém, aí depois me encaminharam pro Jebaquara, creche fãronesa de limeira com as freiras, aí depois de Aitibaia, eu fui lá com 9 anos e saí com 17. Lá	<u>P.S-D</u>

		estudava só até a quarta série também. Aí depois quando eu fiz 17 anos me encaminharam para a Vila Maria. Aí depois com 18 anos tiraram meu documento e me botaram pra rua.	
--	--	---	--

Fonte: autoria própria

Segunda posição-sujeito com mais ocorrências na REP6, a P.S-L (26,66%) expõe as dores e tristezas nas vozes e nos corpos das pessoas em situação de rua. Uma parte dos dizeres deste eixo discursivo diz respeito à lamentação em torno de momentos já vivenciados ou dramas ainda vigentes; outra parte concerne à expressão de temor diante de perigos e perdas futuras. Assim como ocorre nas demais reportagens do *corpus*, a conformação da P.S-L em REP6 é bastante corroborada pelas perguntas e comentários da repórter, bem como pelos enquadramentos de câmera, especialmente o uso do primeiro plano e do *close*. No início da matéria, várias sonoras de indivíduos que trabalham e dormem numa praça de Recife introduzem a dimensão dramática da pauta abordada (Quadro 53). São dizeres que tornam explícitos alguns dos principais problemas enfrentados pelas pessoas em situação de rua (REP6 SD39), tais como a dificuldade em dormir e a violência e discriminação (REP6 SD40).

Quadro 53: REP6 – Posição-sujeito Lamentação (P.S.L)

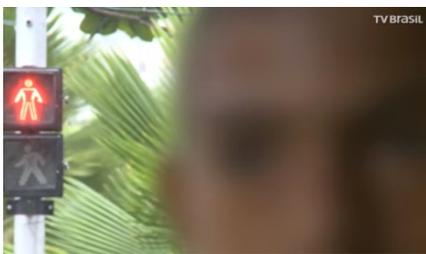
SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP6 SD39		<i>(Sonora – Jéssica)</i> O mais difícil é dormir. Porque quando a gente vai dormir o dia tá raiando já, tá amanhecendo.	<u>P.S-L</u> P.S-D
REP6 SD40		<i>(Sonora – João Henrique)</i> É muita violência. Os homens chega e dá lapada da gente, leva a gente preso, discrimina a gente.	

Fonte: autoria própria

relevância da pauta, isto é, justificar o elo entre o que é, ao mesmo tempo, da ordem do importante e do interessante. Partindo do reconhecimento do potencial ilustrativo do telejornalismo, as pessoas em situação de rua são convidadas a não somente descreverem momentos do cotidiano, como também praticar efetivamente ou simular atos que integram suas rotinas.

Assim, já nas primeiras cenas da matéria, E.M.S. é apresentado como um jovem de 15 anos que trabalha nas ruas de Recife limpando vidros de carros (REP6 SD16). A dimensão verbal da sonora que segue o off traz dizeres do adolescente relatando como ele desempenha o trabalho, enquanto a dimensão audiovisual torna visível a própria ação: movimentos e equipamentos utilizados neste fazer diário. A dimensão verbal da sonora que segue o off traz dizeres do adolescente relatando como ele desempenha o trabalho, enquanto a dimensão audiovisual torna visível a própria ação: movimentos e equipamentos utilizados neste fazer diário.

Quadro 55: REP6 – Posição-sujeito Ilustração (P.S.I)

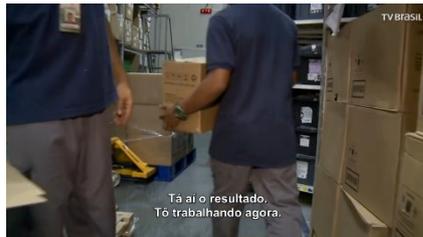
SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP6 SD16		<i>(Off)</i> Aos quinze anos, o menino franzino parece ter bem menos. Pelas ruas do Recife, ele trabalha lavando vidros dos carros que param nos sinais.	
REP6 SD17		<i>(Sonora – E.M.S)</i> Eu limpo carro com rodo. Jogo água, passo e depois limpo.	<u>P.S-I</u> P.S-D

Fonte: autoria própria

Em REP6 ainda há uma parcela de sequências discursivas vinculadas à P.S-I concernentes a indivíduos que conseguiram sair das ruas. Nestes casos, as fontes de classes populares são gravadas realizando ações em que as próprias comentam, mas já fora da precariedade das ruas (Quadro 56). Na parte final da reportagem, Bruno é introduzido como um

exemplo de pessoa ajudada por um projeto que visa retirar crianças e adolescentes pobres do trabalho nas ruas (REP6 SD334). Ao aparecer desempenhando funções num emprego formal, Bruno relata como se seu a transição das ruas para o novo trabalho.

Quadro 56: REP6 – Posição-sujeito Ilustração (P.S.I)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP6 SD334		<i>(Off)</i> Bruno passou pelo projeto Jovem Grande e hoje também trabalha como Jovem Aprendiz.	<u>P.S-I</u> P.S-D
REP6 SD335		<i>(Sonora – Bruno)</i> Eu jogava bolinha no sinal, aí foi um dia desses, eles apareceram do nada, aí eles falaram que montou o projeto aqui na Colônia. Tá aí o resultado. Tô trabalhando agora.	

Fonte: autoria própria

Manifestando-se em 11,22% das ocorrências da REP6, a P.S-O é observada nos trechos em que as fontes de classes populares lançam uma opinião sobre diferentes aspectos da experiência nas ruas. São dizeres que avaliam os motivos, os dilemas e as consequências em torno da problemática dos indivíduos em situação de rua. É por este eixo discursivo que algumas fontes da reportagem lançam percepções e fazem julgamentos acerca de suas próprias vivências não somente nas ruas, mas também antes de estarem em tal situação. Em REP6, a P.S-O é uma zona discursiva que abre o caminho para as pessoas em situação de rua avaliarem suas próprias experiências (Quadro 57). Poucas destas avaliações tratam das causas e consequências das situações de pobreza vivenciadas para além de um plano mais imediato e individual, ou seja, a maioria dos dizeres opinativos não aborda questões estruturais que conformam a desigualdade social brasileira e, mais especificamente, os casos das pessoas em situação de rua.

Quadro 57: REP6 – Posição-sujeito Opinião (P.S.O)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP6 SD86		<i>(Pergunta – Repórter)</i> Você gosta de ficar na rua?	<u>P.S-O</u> P.S-D
REP6 SD87		<i>(Sonora – G.F.C)</i> Por causa dos amigos. Meus amigos me ajudam. Quando eu tô com fome me chamam para ir para algum lugar, para ir para outro lugar, vai pra praia comigo, fica brincando.	

Fonte: autoria própria

As sequências discursivas supracitadas evidenciam o funcionamento da P.S-O em REP6. Após ser questionado pela repórter sobre como percebe a permanência nas ruas (REP 86), G.F.C identifica os laços cultivados com amigos como um dos motivos que o mantém um sobrevivente diante das tantas hostilidades e perigos presentes no ambiente que habita (REP6 87). A mesma fonte, em outras sonoras, opina sobre as possíveis causas de sua ida para as ruas, apontando conflitos familiares como o principal fator que o tirou de casa. Em suas avaliações, G.F.C também observa que a sua homossexualidade e a condição de usuário de drogas foram fatos decisivos para ser abandonado pela família.

Além das opiniões de indivíduos que ainda vivem e trabalham nas ruas, a REP6 também apresenta dizeres opinativos de pessoas que já saíram desta situação, como é o caso de Daiane (Quadro 58). Após o repórter destacar *via off* a importância da maternidade na mudança de vida da fonte (REP6 SD232), a própria entrevistada descreve com mais detalhes tal transformação, bem como opina acerca de sua trajetória e sobre um possível retorno para o ambiente em que viveu por vários anos (REP6 SD233).

Quadro 59: REP6 – Posição-sujeito Saber (P.S-S)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP6 SD185		<p><i>(Sonora – Maria)</i></p> <p>É difícil. Até hoje não tá sendo nada fácil. Muito triste, sei lá, você não ter um lugarzinho pra você tomar um banho tranquilo, não tem um cama pra que você possa deitar de verdade, umas cobertas limpas que você bota na sua cama, um forro de cama. É difícil minha, amiga. É difícil viver na rua esse tanto de tempo. Sem o povo praticamente enxergar a gente. Aqui a gente não tem privacidade, não pode banhar direito, não se alimenta às vezes direito. Pra dormir, então, muito pior, porque às vezes a gente tem medo de dormir, deitar viva e acordar morta.</p>	<p>P.S</p> <p><u>P.S-S</u> P.S-L P.S-D</p>

Fonte: autoria própria

Afinal, sem que as pessoas em situação de rua sejam efetivamente enxergadas, a problemática se torna ainda mais dolorosa. Vozes silenciadas e corpos invisibilizados estão entre os principais fatores que explicam como a pobreza se reproduz, em grande medida, de forma naturalizada, pouco questionada. A sonora de Maria, mesmo que de maneira sutil, toca neste aspecto e contribui para explicar como as desigualdades sociais são potencializadas quando as pessoas em situação de rua são socialmente despercebidas.

A posição-sujeito que menos se manifesta na REP6 é a P.S-P (1,05%). Os poucos dizeres das fontes de classes populares que integram tal eixo discursivo trazem ideias e sugestões em tom crítico (Quadro 60). As sonoras colocam em questão, por exemplo, a necessidade de se pensar o acesso ao ensino como estratégia central na luta contra o trabalho infantil nas ruas. Em uma das cenas da matéria, após a repórter contextualizar o trabalho que Daiana realiza numa escola que visa prestar assistência a crianças e adolescentes em situação de rua (REP6 SD243), a fonte não se limita a descrever marcas de sua trajetória e apontar a

falta de visibilidade conferida às demandas das pessoas pobres, sobretudo, das populações mais jovens e das minorias, como também chama a atenção para a responsabilidade do Estado no acolhimento e trato de questões como a redução das disparidades sociais.

Quadro 60: REP6 – Posição-sujeito Posição (P.S-P)

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP6 SD234		<i>(Off)</i> Hoje ela atua na abordagem social de rua, ajudando pessoas que assim como ela já foi um dia, são invisíveis para a sociedade.	
REP6 SD235		<i>(Sonora – Daiana)</i> Eles não conseguem ouvir as demandas que as crianças e adolescentes têm. Enquanto o Estado não começar a parar pra ouvir as demandas, das crianças, do adolescente, do idoso, do índio, seja lá de quem for que esteja vulnerável, não vai andar. Eu não tive pai e mãe pra me ensinar, eu tive a rua e a rua me ensinou desse jeito.	<u>P,S-P</u> <u>P,S-S</u> <u>P,S-D</u>

Fonte: autoria própria

6.7 ACIONAMENTO DE EMOÇÕES

A valoração de vozes das fontes de classes populares no discurso jornalístico é um processo engendrado, em grande medida, pelo acionamento de emoções. Cada reportagem do *corpus* possui um funcionamento discursivo específico no que tange à mobilização de estados emocionais, porém todas elas congregam a dimensão emocional como um fator decisivo no processo valorativo dos dizeres dos indivíduos em situação de pobreza. Como nos lembra Charaudeau (2010), as emoções integram as trocas sociais entre os sujeitos, sendo, portanto, componentes do discurso jornalístico. As emoções participam da valoração das vozes das fontes

de classes populares conformando diferentes desejos, receios e visões de mundo – não apenas dos indivíduos em situação de pobreza, mas também dos programas e dos repórteres, outros sujeitos do discurso jornalístico.

Charaudeau (2010) nos lembra nos gestos analíticos sob a perspectiva do discurso, um caminho plausível é tomar as emoções como efeitos de sentido, ou seja, como sensações intencionadas, todavia, não necessariamente experienciadas pelos sujeitos. Essa compreensão, por outro lado, não é incompatível com o reconhecimento de que tanto as fontes como os repórteres são concretamente afetados emocionalmente ao longo de suas performances no discurso jornalístico. Em outras palavras, neste movimento interpretativo, defendo que todos os sujeitos partícipes das reportagens acionam diferentes emoções. Contudo, pondero ao entender que as emoções mobilizadas discursivamente por cada sujeito podem ou não serem plenamente sentidas. Tal ressalva, a meu ver, é importante, uma vez que retoma o discernimento de que a perspectiva discursiva se interessa, antes de tudo, pela emoção fora do vivenciado, isto é, pelo processo discursivo a partir da qual ela pode ser estabelecida, tratando-a, então, “como um efeito visado (ou suposto), sem nunca ter a garantia sobre o efeito produzido” (CHARAUDEAU, 2010, p.34).

Nesta parte da tese, não sigo a mesma ordem de apresentação da seção anterior. Destaco e tensiono fragmentos discursivos das reportagens do *corpus* tomando como base a presença de seis tópicos (tipos de emoção): tristeza, alegria, medo, coragem, descrença e esperança. A partir daqui evidencio, brevemente, marcas das tópicos no discurso das matérias analisadas, sem desconsiderar que tais edições são ainda conformadas por uma série de particularidades do subgênero programas de grande reportagem. Entendo também o acionamento das emoções a partir das tópicos como um processo que se entrelaça com as seis posições-sujeito mapeadas e discutidas anteriormente: Posição-Sujeito Descrição (P.S-D); Posição-Sujeito Lamentação (P.S-L); Posição-Sujeito Ilustração (P.S-I); Posição-Sujeito Opinião (P.S-O); Posição-Sujeito Saber; e Posição-Sujeito Proposição (P.S-P). Além disso, compreendo que as emoções são gerenciadas pelas equipes de reportagem, isto é, por um conjunto de profissionais da instância jornalística composto primordialmente pelos repórteres, mas ainda por cinegrafistas, produtores e editores.

A tópica da tristeza compõe a construção discursiva de todas as reportagens analisadas, sendo uma emoção diretamente vinculada à Posição-Sujeito Lamentação (P.S-L). Tal tópica é acionada em diferentes momentos e variadas formas, sendo expressa não somente nas sonoras das próprias fontes de classes populares, como nos dizeres dos repórteres, especialmente a partir

de *offs* que antecipam ou reforçam esta emoção. Em REP1, após os moradores da ocupação pautada pela matéria sofrer uma reintegração de posse, repórteres do programa, incluindo o também apresentador Caco Barcellos, questionam como as pessoas que precisaram abandonar o prédio estão se sentindo (Quadro 61). Uma das fontes ouvidas neste trecho da reportagem chora compulsivamente e enfatiza a tristeza sentida (REP1 SD250). Logo em seguida, Caco ainda pergunta para a fonte se ela possui filhos no prédio, o que ocasiona um choro ainda mais forte da entrevistada (REP1 SD251). A tristeza como emoção predominante nesta parte da REP1 é impulsionada pelo uso do primeiro plano de gravação.

Quadro 61: Tópica da Tristeza em REP1

Tópica da Tristeza			
SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP1 SD250		<i>(Sonora – moradora da ocupação não identificada)</i> É muito triste.	P.S-L
REP1 SD251		<i>(Pergunta – Repórter)</i> A senhora tem filhos aqui?	

Fonte: autoria própria

Em escala menor, a tristeza ainda é mobilizada como emoção em sonoras de fontes do tipo especializada e autorizada. Representantes de institutos, membros de órgãos governamentais, médicos e pesquisadores são exemplos de pessoas que acionam esta tópica a partir de lugares socialmente institucionalizados no que tange às esferas de poder ou saber. No entanto, é mesmo pelos dizeres dos repórteres e das fontes de classes populares que a tristeza é amplamente performada. Grande parte dos dizeres mobilizadores da emoção abordam situações e fatos dolorosos que há muito tempo conformam a vida das pessoas em situação de pobreza

(Quadro 62). Em REP2, após apresentar Gilberto, presidente de uma associação quilombola do estado do Piauí, um *off* antecipa a tristeza como tópica principal deste trecho da matéria (REP2 SD149). Logo após a narração do repórter, em sonora, Gilberto enuncia dizeres tristes que destacam sua dor em não poder ter sustentado os filhos devido à sua condição de pobreza (REP2 SD150).

Quadro 62: Tópica da Tristeza em REP2

Tópica da Tristeza			
SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP2 SD149		<i>(Off)</i> Seu Gilberto é presidente da associação do quilombo escondido que fica no município de acauã, no Piauí. De um tempo pra cá acompanha não sem certa tristeza a comunidade ficando menor. É que os mais novos partem em busca de emprego.	P.S P.S-D P.S-L
REP2 SD150		<i>(Sonora – Gilberto)</i> Eu tenho 5 filhos morando em Petrolina. E teve deles que saiu...tem umas mulher, tem 3, elas saíram daqui eram meninhas de 13 anos, mas eu não podia dar nada que eu não tinha.	

Fonte: autoria própria

A tópica da alegria também se manifesta em todas as reportagens do *corpus*, sendo um estado emocional bastante acionado para trazer um “respiro discursivo” diante das situações dramáticas narradas pelas matérias. Os modos como as fontes de classes populares expressam alegria no discurso jornalístico analisado são diversos, destacando-se, sobretudo, dizeres que suscitam uma felicidade e celebração da vida, mesmo que as condições de pobreza conformem brutalmente as trajetórias sociais destes sujeitos. Neste movimento de construção de sentidos, o discurso jornalístico compreende que o “estar contente” com algo é, em certa medida, uma

dimensão necessária para a representação da vida dos indivíduos pobres, uma vez que se trata de um estado emocional de viés positivo, o que inevitavelmente ameniza as abordagens focalizadas nas histórias tristes. Assim, a mobilização desta tópica evidencia que as rotinas das pessoas em situação de pobreza não podem ser reduzidas somente à lamúria e aos receios. Vale também sublinhar que a alegria é uma emoção presente em cenas voltadas às ações triviais do cotidiano, como, por exemplo, cozinhar e descansar. Por isso, a tópica frequentemente está vinculada às Posição-sujeito Ilustração e Posição-sujeito Descrição. Em REP1, podemos notar uma série de sequências discursivas construídas pela alegria como emoção principal (Quadro 63).

Quadro 63: Tópica da Alegria em REP1

Tópica da Alegria			
SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP1 SD45		<i>(Off)</i> Volto para o primeiro andar para ver a cama pronta.	P.S-I P.S-D
REP1 SD46		<i>(Sonora – Maria do Planalto)</i> Nossa! Deitada na Avenida Ipiranga. Suíte 104 na Avenida Ipiranga. Muito bom. Bom.	

Fonte: autoria própria

Como vemos nas sequências discursivas destacadas acima, depois de um dos repórteres da matéria indicar que mostraria uma cama da ocupação recém consertada (REP1 SD45), Maria do Planalto, uma das fontes mais ouvidas pela reportagem, manifesta alegria nos dizeres (plano verbal), mas também no tom da fala e na expressão facial (REP1 SD46). O acionamento da alegria como emoção principal também é potencializado por iniciativas de angulação discursiva das próprias reportagens. Observamos isso, por exemplo, quando um dos repórteres da REP3

leva Maria, fonte que vive em situação de rua, nos estúdios da Rede Record para receber um bolo do apresentador Edu Guedes e que é indicado na matéria como algo especialmente feito para ela. Já em REP4, é possível notar a manifestação da alegria em várias sequências discursivas na parte da matéria em que Caco Barcellos acompanha a empregada doméstica Regina num final de semana com os amigos. Em meio a dizeres em torno dos problemas e dramas da rotina das trabalhadoras brasileiras, em tom de felicidade, Regina aponta que o dia gravado pelo programa seria marcado por muita cerveja e bagunça – palavras da própria fonte. A alegria ocupa ainda um lugar decisivo como emoção, sobretudo, a partir de cenas que a localizam como resultado de alguma mudança fulcral na vida concreta das classes populares (Quadro 64), como o registro da saída de Luzia da favela de palafitas (REP5 368), acontecimento comemorado pela própria entrevistada (REP5 SD369).

Quadro 64: Tópica da Alegria em REP5

Tópica da Alegria			
SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP5 SD368		(Off) A família de dona Luzia é uma das 40 que vão deixar as palafitas hoje.	P.S-D
REP5 SD369		(Sonora – Luzia) Essa noite foi ótima pra mim. Eu nem dormi. Eu tava esperando amanhecer o dia pra já ir embora.	

Fonte: autoria própria

A tópica do medo constitui o discurso jornalístico de todas as reportagens analisadas, sendo um estado emocional frequentemente vinculado às Posição-sujeito Descrição e Posição-Sujeito Lamentação. Trata-se de uma emoção fortemente relacionada aos sentimentos da incerteza e insegurança, bem como aos diversos tipos de riscos que conformam a vida dos

a repórter chamar atenção para sentimentos e sensações como a “agonia” e o “perigo” (REP2 SD23), elementos que acionam o medo como emoção constituinte da vida de Rosicléia e de outros indivíduos que moram em casas com ausência de infraestrutura. As chamadas áreas de risco, assim como a falta de distribuição de água, rede de esgoto, energia elétrica e pavimentação são marcas deste processo de exclusão social que suscita o medo como emoção presente na valoração das vozes das pessoas em situação de pobreza. Ao encarnar o medo, Rosicléia não apenas descreve como percebe os riscos em torno de sua casa após as chuvas aumentarem a maré, como ainda lamenta esse cenário que atesta a dificuldade em habitar o local (REP2 SD24). Processo valorativo semelhante ocorre em REP5 (Quadro 66). Em uma das cenas da matéria, o repórter introduz a tópica do medo ao questionar como Estela consegue dormir numa casa de palafitas, onde a água passa por baixo da moradia (REP5 SD44). Porém, ao descrever e lamentar sua situação a partir de sonora, Estela sinaliza que seu maior medo é relacionado ao aparecimento de ratos, animais que já apareçam dentro da casa da fonte (REP5 SD45).

Quadro 66: Tópica do Medo em REP5

Tópica do Medo			
SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP5 SD44		<i>(Pergunta – Repórter)</i> A senhora consegue dormir tranquila sabendo que tem água passando aqui embaixo da sua casa?	P.S-D P.S-L
REP5 SD45		<i>(Sonora – Estela)</i> Não. A questão da água eu consigo. Eu fico com medo por causa de rato. Porque já teve dias de eu tá acordada assistindo e o rato aparecer aqui.	

Fonte: autoria própria

A tópica coragem não se caracteriza como ausência do medo, mas o reconhecimento de que há questões mais importantes que ele. Pelo contrário, a coragem apreendida como um

estado emocional se manifesta justamente a partir das percepções dos sujeitos diante de diferentes tipos de riscos e perigos. No discurso jornalístico analisado, esta tópica não aparece com tanta ênfase comparada às apresentadas e discutidas anteriormente, porém, também integra a valoração das vozes das fontes de classes populares em todas as matérias do *corpus*. A coragem se aproxima muito dos sentimentos de confiança e segurança em relação às mais variadas situações e acontecimentos que configuram as trajetórias sociais dos indivíduos pobres. O acionamento desta emoção é feito não somente pelos *offs* e perguntas dos repórteres, mas ainda pela própria ação das fontes de classes populares. Em uma das cenas REP3 (Quadro 67), a tópica da coragem é responsável por quebrar a “tranquilidade” até então preponderante na narrativa, como podemos conferir nas sequências discursivas abaixo:

Quadro 67: Tópica da Coragem em REP3

Tópica da Coragem			
SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP3 SD59		<i>(Off)</i> Hoje é dia de levar dona Gercina ao médico, ao cirurgião vascular. O dia de festa para dona Gercina, logo ganha outro rumo. Esse morador de rua incomodou a família durante a madrugada. E volta agora para tirar satisfação. Dona Gercina não quer saber de conversa. Ele insiste e até ameaça a mulher.	
REP3 SD60		<i>(Cena – Gercina)</i> Eu não tenho medo de vocês. Eu não tenho medo de vocês. Quando eu voltar vou chamar a polícia de novo.	P.S-I P.S-P

Fonte: autoria própria

Neste caso supracitado, sendo um estado emocional vinculado às Posição-sujeito Ilustração e Posição-sujeito Proposição. Depois de um *off* registrar uma situação de incômodo sofrida por Gercina (REP3 SD60), esta fonte é gravada enfrentando o homem que a ameaçou. Na cena que ilustra parte do cotidiano de desafios vivenciados por Gercina e suas filhas em situação de rua, a coragem assumida pela fonte também evidencia, mesmo que indiretamente, um dizer propositivo relacionado à responsabilidade da polícia como instituição protetora da segurança e bem-estar da população (REP3 SD61). Ao construir sentidos sobre as múltiplas formas de experienciar a pobreza, o discurso jornalístico aciona a coragem como emoção capaz de evidenciar a força e resiliência dos indivíduos pobres. A firmeza e a bravura, componentes basilares desta tópica, são também mobilizadas a partir do diálogo entre repórter e fontes de classes populares, como podemos visualizar em sequências discursivas da REP6 (Quadro 68). Em conversa com Adriana, fonte que já esteve em situação de rua, o repórter a questiona sobre um possível medo da entrevistada voltar para as ruas agora com três filhos (REP6 SD175). Na sua resposta, Adriana destaca a existência de um risco, mas, logo, encarna a coragem como emoção focalizando a confiança e a força, sentimentos creditados aos filhos (REP6 SD176).

Quadro 68: Tópica da Coragem em REP6

Tópica da Coragem			
SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP6 SD175		<i>(Pergunta - Repórter)</i> Você não teve medo de parar de novo na rua agora com três filhos?	P.S-D
REP6 SD176		<i>(Sonora – Adriana)</i> Eu sabia que eu corria esse risco, mas que eu iria conseguir. Não por mim, mas por causa das crianças	

Fonte: autoria própria

A tópica da descrença diz respeito à falta de perspectiva relacionada à melhoria das condições de vida das fontes de classes populares. Trata-se de uma emoção diretamente associada à ideia de ausência de confiança e esperança em mudanças de caráter positivo. Na valoração das vozes dos indivíduos em situação de pobreza, o acionamento deste estado emocional vincula-se, sobretudo, à Posição-Sujeito Lamentação, uma vez que reforça sentimentos que vão desde o conformismo até a desolação. Em REP4, uma das cenas inseridas na parte final da reportagem apresenta o reencontro da repórter com Vânia, trabalhadora que saiu do estado do Goiás para atuar como empregada doméstica em São Paulo (Quadro 69). Após ser questionada sobre a carga horária do novo emprego (REP4 SD333), Vânia aponta seu descontentamento e falta de perspectiva de melhoras diante de uma rotina sobrecarregada de trabalho. Neste exemplo é preciso levar em consideração que a emoção da descrença é encarnada não apenas no plano verbal da fala da fonte, mas ainda no tom de voz e na expressão facial. Além disso, como toda emoção, a descrença está imersa num contexto maior da construção discursiva. Vânia se deslocou de muito longe para agarrar uma oportunidade que foi se mostrando uma decepção, constatação que culminou na sua desistência do emprego.

Quadro 69: Tópica da Descrença em REP4

Tópica da Descrença			
SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP4 SD333		<i>(Pergunta – Repórter)</i> Você tá trabalhando quantas horas por dia mais ou menos?	P.S-D P.S-L
REP4 SD334		<i>(Sonora – Vânia)</i> Mais de 12 porque eu acordo 6:30 e às vezes vou dormir 9h, 9:20min, que eu termino aqui né, não que eu vá dormir. Às vezes eu vou dormir umas 22h.	

Fonte: autoria própria

O discurso jornalístico incorpora a descrença de diferentes maneiras e em variados momentos, configurando-se como uma emoção quase sempre suscitada a partir de questões dirigidas às fontes ou *offs* sobre a situação delas. Nas reportagens, tal emoção se manifesta especialmente nos dizeres que observam, descrevem e lamentam situações e acontecimentos que afetam negativamente os indivíduos pobres. Esta afetação envolve o apontamento de variados tipos de dor, expressando um sofrimento passageiro (como vimos no quadro anterior) ou duradouro (Quadro 70). A REP6 traz vários dizeres que expressam descrença no que se refere à possíveis transformações em suas trajetórias sociais. As fontes apontam fatores e circunstâncias diversas em torno da descrença como emoção principal em suas falas, dentre os quais se destacam: o preconceito e estigma social, a desestruturação familiar e a dependência química. É precisamente o vício em drogas o fator sinalizado pelo *off* da matéria como causa que dificulta a saída do jovem A.S. das ruas (REP6 SD262). O próprio entrevistado, ao lamentar sobre sua situação, encarna a descrença ao reconhecer que a permanência nas ruas vem acompanhada de riscos (REP6 SD263). Além disso, vale pontuar que a descrença é acionada como uma emoção não somente a partir das percepções que indivíduos pobres fazem do seu cotidiano atual, mas ainda do histórico de vivências traumáticas no âmbito familiar.

Quadro 70: Tópica da Descrença em REP6

Tópica da Descrença			
SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP6 SD262		<i>(Off)</i> Apesar da vontade de sair da rua, ele sabe que o crack fala mais alto.	P.S-L
REP6 SD263		<i>(Sonora – A.S.)</i> O cara sai daqui, ou morre, não sei nem o que vai dar.	

Fonte: autoria própria

A tópica da esperança é o contraponto da tópica da descrença, caracterizando-se como um estado emocional marcado pela confiança e expectativas positivas diante de situações e acontecimentos relevantes na vida das fontes de classes populares. É a partir do acionamento desta emoção que as reportagens incorporam discursos sintetizados por expressões do tipo: “final feliz”; “nem tudo está perdido”; “há uma luz no final do túnel”; “desistir jamais”; “sonhar não custa nada”; e “a esperança é a última que morre”. Esta tópica vincula-se a diferentes posições-sujeito, incluindo, por vezes, lugares discursivos pouco concedidos às fontes de classes populares como a Posição-sujeito Opinião e Posição-sujeito Proposição. Ao encarnarem tal emoção, as fontes se desdobram em sujeitos não limitados ao lugar social que ocupam na atualidade, uma vez ainda podem sonhar e lutar para mudar suas trajetórias sociais. Porém, na maioria das vezes em que a esperança é acionada, o discurso jornalístico reduz o potencial político dela como emoção impulsionadora de mudanças estruturais no tecido social, ou seja, a tópica acaba por ser performada com base em lógicas individuais e pouco críticas (Quadro 71).

Quadro 71: Tópica da Esperança em REP3

Tópica da Esperança		
SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal
REP3 SD206		<i>(Cena - Repórter)</i> A gente nunca mais vai esquecer aquelas cenas que a gente viu. Mas a cena que eu não quero esquecer mesmo é a senhora cantando porque mesmo com as dificuldades que a senhora tinha, a senhora tava feliz ali. E aquilo me emocionou mais ainda, ver que a senhora não perdeu o bom humor e a esperança.
REP3 SD207		<i>(Cabeça - Apresentador)</i> Você vai conhecer agora a história de Anderson. Ele e a mulher não têm emprego e dormem com o filho pequeno numa praça. Mas esse drama familiar vai ter um final feliz.

Fonte: autoria própria

As sequências discursivas apresentadas acima evidenciam que, para além da mobilização feita pelos próprios dizeres dos indivíduos em situação de pobreza (sonoras), a esperança recebe notável destaque na performance dos repórteres e apresentadores dos programas. Em REP3 notamos um dos repórteres da matéria assumir em primeira pessoa a emoção que sentiu ao presenciar Maria, fonte em situação de rua, sendo feliz e tendo bom humor mesmo diante das dificuldades (REP3 SD206). A SD posterior segue a mesma lógica de acionamento da esperança como emoção principal ao anunciar outro caso dramático: a família que dorme numa praça. Porém, a cabeça lida pelo âncora adianta que a história terá um “final feliz” (REP3 SD207). Outras reportagens do *corpus* acionam a esperança como emoção em torno dos indivíduos em situação de pobreza a partir da captura de cenas que demonstram alterações positivas na vida destas pessoas. A REP1, matéria do *Profissão Repórter* sobre a rotina numa ocupação de São Paulo, por exemplo, focaliza esta emoção em cenas como a que registra Vera conquistando o tão esperado emprego e torcendo para sua situação apenas melhorar daquele momento em diante. Já em REP3, outra reportagem do mesmo programa (Quadro 72), notamos a tópica da esperança ser performada pelos repórteres tanto via *off* (REP4 SD64), como também a partir de questões endereçadas às empregadas domésticas (REP4 SD65).

Quadro 72: Tópica da Esperança em REP4

Tópica da Esperança		
SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal
REP4 SD64		<i>(Off)</i> O sonho de Daiane era ganhar um salário mínimo
REP4 SD65		<i>(Pergunta– Repórter)</i> 788 reais. O que você faria com esse salário?

Fonte: autoria própria

6.8 VOZES ESPECIALIZADAS E AUTORIZADAS

Compreendo que a valoração das vozes das fontes de classes populares – no caso das reportagens analisadas, indivíduos em diferentes situações de pobreza – é um processo marcado por conceções e interdições, bem como pelo atravessamento de uma série de emoções, ou seja, há um conjunto de posições-sujeito construídas e reiteradas de acordo com as condições de produção discursiva do telejornalismo. Como busquei evidenciar nas seções anteriores, a valoração das vozes das fontes de classes populares se configura como um processo pelo qual tais indivíduos constroem dizeres, realizam ações e encarnam emoções a partir de interferências do jornalismo, especialmente da figura do repórter, profissional que domina a estruturação do discurso jornalístico. Para além das manifestações das fontes de classes populares transformadas em sonoras ou exibidas como diálogo com os repórteres, é preciso reconhecer o posicionamento discursivo de outros tipos de entrevistados, especialmente das chamadas fontes especializadas e autorizadas. Por mais que estas fontes não sejam as protagonistas das construções discursivas nas reportagens analisadas, elas também conformam o processo valorativo das vozes das fontes de classes populares.

Com base em Amaral (2015), entendo que as fontes autorizadas são pessoas com função de representação institucional, política ou organizacional. Já as fontes especializadas são indivíduos que dispõem de um conjunto de conhecimentos especializados e competências específicas. Por fim, as pessoas em situação de pobreza expressam percepções e pontos de vista no discurso jornalístico ao exporem e, por vezes, analisarem suas vivências, caracterizando-se, em grande medida, como fontes testemunhais. As seis reportagens que compõem o *corpus* trazem os relatos das fontes de classes populares de maneira preponderantemente. REP1 (*Profissão Repórter*) e RE3 (*Câmera Record*) trazem uma média de apenas duas fontes distribuídas entre os tipos especialista e autorizada. Já REP2 e REP6 (ambas do *Caminhos da Reportagem*) congregam uma quantidade maior de depoimentos de pesquisadores e representantes de alguma entidade ou instituição, mesmo que o protagonismo da construção discursiva dessas matérias ainda seja das pessoas em situação de pobreza.

As fontes do tipo especializada presentes nas reportagens analisadas expressam saberes diretamente circunscritos ao campo que atuam, tais como: a sociologia, a medicina, a arquitetura, a geografia e o serviço social. Os especialistas são reconhecidos como atores legitimados socialmente devido ao conjunto de conhecimentos que possuem e divulgam. Este, tipo de fonte, em grande medida, contribui para estabilizar os lugares discursivos das fontes de

classes populares em posições descritivas, lamentativas e ilustrativas, uma vez que a performance dos especialistas, na maioria das vezes, é composta por dizeres que pouco ou nada empoderam os indivíduos em situação de pobreza.

Partindo de um horizonte discursivo marcado por uma ordem elucidativa, as fontes especializadas são convocadas a explicar variadas dimensões que estruturam a desigualdade social. No entanto, raramente os dizeres de especialistas identificam as pessoas pobres como sujeitos ativos e indispensáveis para a superação ou mitigação dos problemas pautados pelo discurso jornalístico. Na maior parte dos casos (Quadro 73), as sonoras das fontes especializadas desvendam, exemplificam, fundamentam e justificam questões e processos a partir da premissa de que os indivíduos pobres necessitam de uma orientação, de um saber formalizado capaz de indicar, por exemplo, como a precariedade das casas de palafitas devem ser seriamente compreendidas (REP5 SD56).

Quadro 73: Fonte do tipo especializada em REP5

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal
REP5 SD56		<p><i>(Sonora – Clarissa, Pesquisadora do Observatório Sócio Espacial da Baixada Santista)</i></p> <p>A principal questão é que aqui a questão de salubridade ela é muito pior. São áreas muito insalubres, né. Então, assim, você não pega sol, você pega chuva, você pega umidade. Então você não vive num ambiente saudável.</p>

Fonte: autoria própria

Outros dizeres de especialistas sinalizam como as fontes de classes populares devem se comportar (Quadro 74), ou seja, congregam uma espécie de guia sobre o que pode e deve ser feito. Exemplo disso é possível observar em REP3 na cena em Gercina ouve atentamente um médico passar recomendações de tratamento para a dor em sua perna (REP3 SD62). Em suas falas, os chamados experts também acionam emoções diversas, o que evidencia o pressuposto de que o discurso jornalístico é essencialmente emocional em toda as suas camadas e a partir da performance dos mais diferentes tipos de fonte.

Quadro 74: Fonte do tipo especializada em REP3

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal
REP3 SD62		<p><i>(Sonora – Rodrigo, médico)</i></p> <p>Nós vamos dar um remedinho pra ajudar a desinchar a perna da senhora. A meia elástica é fundamental pra ajudar no tratamento da senhora.</p>

Fonte: autoria própria

Em REP6, é possível notar sonoradas de especialistas que mobilizam emoções variadas e, assim, enfatizam posições-sujeito específicas para as fontes de classes populares (Quadro 75). A esperança, por exemplo, é uma emoção não somente apresentada, mas também tensionada em dizeres de algumas fontes especializadas (REP6 SD92).

Quadro 75: Fonte do tipo especializada em REP6

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal
REP6 SD92		<p><i>(Sonora – Patricia, professora da UNB – Área do Serviço Social)</i></p> <p>A política de assistência social tem como base, foco, fortalecer a estrutura familiar e aí vem as políticas de redistribuição de renda. Não sendo possível isso, que essas crianças e adolescentes possam ser encaminhadas a lares adotivos. Não sendo possível isso, que essas crianças e adolescentes tenham instituições públicas de assistência social que lhes ofereçam uma convivência que seja a mais parecida possível com a convivência familiar.</p>

Fonte: autoria própria

As poucas fontes do tipo autorizadas que compõem o *corpus* da pesquisa, em sua grande maioria, também reiteram o processo valorativo das fontes de classes populares em torno de posições de descrição, ilustração e lamentação. Representando as mais variadas organizações, as fontes autorizadas trazem medidas, soluções e análise de cenários. Todavia, as sonoras destes entrevistados raramente incluem as pessoas pobres como sujeitos com potencial de transformação social, o que afasta estas últimas de lugares discursivos associados à opinião, saber e proposição. Quase sempre os dizeres das fontes autorizadas limitam as fontes de classes populares a indivíduos que necessitam ser ajudados (Quadro 76), como, por exemplo, no entendimento expresso acerca das pessoas que precisam ser alfabetizadas (REP2 SD210).

Quadro 76: Fonte do tipo autorizada em REP2

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal
REP2 SD210		<p><i>(Sonora – Ana, secretária Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza)</i></p> <p>O plano olha pra escassez de renda com serviço pra casar esses dois mapas e pra construir um terceiro mapa que é um mapa de oportunidades. As oportunidades, parte delas, que são as informações do censo, como é que nós faremos em relação a esses brasileiros analfabetos, nós temos o Programa Brasil Alfabetizado. Como ele se distribui pelo território nacional, onde concentra mais pessoas sem documento no norte do Brasil. Então esse mapeamento nos oferece também traçar as políticas públicas e as políticas públicas não podem ser um padrão Brasil, elas têm que olhar e elas tão olhando pra essas diferenças.</p>

Fonte: autoria própria

Nestes casos, por mais que as fontes assumam certa responsabilidade do poder público diante da problemática da pobreza, costuma ficar ausente o discernimento de que os indivíduos pobres também são seres vitais e imprescindíveis para a emancipação social. Assim como as fontes especializadas, no discurso jornalístico, as fontes autorizadas, muitas vezes, se constituem como atores sociais que ajudam a legitimar lugares específicos para os indivíduos em situação de pobreza, especialmente posições de descrição, ilustração e lamentação. Em REP4, a dona de uma agência voltada para a contratação de empregadas domésticas (Quadro 77) sinaliza que a expansão dos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil como uma série de medidas que prejudicou parte do seu negócio. Tal dizer evidencia, em certa medida, uma compreensão das empregadas como pessoas que necessitam de oportunidades, ou seja, como um grupo dependente de vagas de trabalho. A mesma sonora ainda destaca que muitas mulheres começaram a se informar mais em relação aos direitos da profissão, o que suscita o entendimento de que as trabalhadoras também podem ocupar posições da ordem da opinião, proposição e saber.

Quadro 77: Fonte do tipo autorizada em REP4

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal
REP4 SD160		<p><i>(Sonora – Leonina, dona de agência de empregadas domésticas)</i></p> <p>Tem candidata, só que um conhecimento maior, que tá sendo divulgado em tudo, né. Ah não, eu não vou dormir porque se eu dormir a patroa não vai pagar as horas extras que eu teria direito e tudo. Então elas tão meio preocupadas com isso. Antes elas não sabiam de nada, então, a veiculação ajudou muito na parte delas, né. E nos prejudicou um pouco, entendeu?</p>

Fonte: autoria própria

Ainda neste exemplo, a fonte autorizada introduz a coragem como emoção presente na luta das empregadas domésticas, uma vez que estas passaram cada vez mais a recusar situações

como, por exemplo, ter que dormir no trabalho sem receber as horas extras (REP SD160). Todavia, como a própria sonora demonstra, o reconhecimento das trabalhadoras como pessoas munidas de olhar criterioso não se traduz como uma leitura positiva por parte da fonte autorizada. No dizer da dona da agência, num primeiro momento, as posições-sujeito de caráter mais crítico são percebidas e apontadas. Porém, rapidamente são desqualificadas.

A REP1 também reúne breves cenas em que as fontes autorizadas interagem com as fontes de classes populares (Quadro 78) e reiteram posições associadas à descrição, ilustração e lamentação para estas últimas. Na entrevista de emprego apresentada pelo episódio, o representante de uma agência fomenta dizeres descritivos de Vera, moradora da ocupação que saiu em busca de uma oportunidade de trabalho. Depois de ser questionada pelo entrevistador, Vera descreve e detalha onde vive e o que procura. A cena capturada também demarca um lugar ilustrativo para a fonte de classe popular: a jornada de uma pessoa desempregada.

Quadro 78: Fonte do tipo autorizada em REP1

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal
REP1 SD157		<i>(Sonora – representante de agência)</i> Hoje eu vou dar duas conduções pra ela. Ida e volta porque ela mora no centro. E depois aonde ela vai morar? Vamos dar essa chance pra ela. Por que não?
REP1 SD158		<i>(Sonora – Vera)</i> Eu tô muito feliz porque eu nunca tive registro na carteira. Então pra quem tem criança fica meio complicado. A gente tá desempregado. A gente é humilde né, mora em invasão, mas a gente é uma pessoa, assim, que a gente quer trabalhar com o nosso suor. E pode ter certeza de que eu não vou desapontar.

Fonte: autoria própria

Além disso, o dizer da fonte autorizada suscita emoções como a alegria e a tristeza, visto que a cena seguinte apresenta Vera expressando a felicidade pelo novo trabalho, assim como pontuando aspectos tristes de sua vida, mais precisamente os fatos de nunca ter tido carteira assinada e não possuir casa própria. A sonora da fonte de classe popular ainda é marcada pelo acionamento da esperança como emoção que sintetiza a confiança de que não haverá desapontamentos de sua parte no que se refere ao emprego recém-conquistado.

Mesmo sendo numericamente inferiores às expressões das fontes de classes populares, as sonoras das fontes especializadas e autorizadas são decisivas para o discurso jornalístico construir determinados sentidos sobre o que é pobreza, o que são os pobres e o que define uma sociedade como desigual. Tais manifestações, vale ressaltar, não derivam apenas da vontade de fala e tomada de dizer das fontes, mas também – e fundamentalmente – dos modos de seleção, interpelação, diálogo, questionamento, edição e narração do telejornalismo. Neste processo valorativo, o acionamento é uma dimensão presente nos dizeres de todos os tipos de fontes, além de ser uma ação empreendida pelos próprios dizeres dos repórteres a partir de espaços e momentos como o *off*, a passagem e a conversa com os entrevistados que são apresentados como cenas das reportagens.

6.9 SOBRE AS POSIÇÕES DOS POBRES NO DISCURSO JORNALÍSTICO

O mapeamento das posições-sujeito ocupadas pelas fontes de classes populares comprova a hipótese da tese. Para além da análise sistemática das vozes, a identificação de tópicos da emoção e o reconhecimento dos papéis das fontes especializadas e autorizadas foram ações imprescindíveis para uma leitura crítica mais abrangente acerca do processo valorativo comandado pelo jornalismo. Os resultados gerais da análise (Tabela 8) evidenciam uma expressiva predominância da Posição-Sujeito Descrição (P.S-L), principal modalidade de enunciação concedido as pessoas em situação de pobreza. Em contrapartida, sobretudo, Posição-Sujeito Saber e Posição-Sujeito Proposição configuram-se como os lugares discursivos menos arranjados para os corpos pobres. Novamente, reafirmo que tais posições se cruzam no discurso jornalístico. Analiticamente, creio que a quantificação das ocorrências de cada P.S é uma ação importante para se obter uma leitura crítica, precisa e aprofundada da valoração das vozes das fontes de classes populares.

Tabela 8: Resultados gerais da análise

Reportagem	REP1	REP2	REP3	REP4	REP5	REP6
P.S	%	%	%	%	%	%
P.S-D	48,79	44,21	45,83	47,66	46,73	46,66
P.S-I	25,30	17,00	25,00	24,35	16,08	19,29
P.S-L	14,45	24,50	17,85	16,06	24,12	26,66
P.S-O	6,62	8,84	6,54	8,29	8,54	11,22
P.S-S	3,01	3,40	2,38	2,59	2,01	2,10
P.S-P	1,80	2,04	3,38	1,03	3,01	1,05

Fonte: autoria própria

Apesar de a *valoração de vozes* ser uma noção aplicada de acordo com os propósitos e recortes específicos desta tese, entendo-a como um movimento discursivo que estabelece lugares, posições e papéis para os diferentes agentes do campo jornalístico: como as fontes, os repórteres e o próprio público. No que concerne à valoração de vozes das fontes de classes populares, entendo que este processo é configurado a partir do funcionamento de formações discursivas e formações imaginárias, da internalização de um *habitus* e do acionamento de emoções. As formações discursivas, perspectivas assentadas em bases ideológicas, configuram modos de o jornalismo interpretar e narrar os acontecimentos e problemáticas diversas, como os variados cenários de pobreza pautados pelas reportagens analisadas. Já as formações imaginárias se constituem como mecanismos que antecipam o lugar de si e do outro no discurso, o que possibilita que todos os sujeitos do discurso jornalístico assumam lugares, posições, modos de ser, dizer e sentir. Por sua vez, o *habitus* é outro poderoso elemento que condiciona a performance dos atores sociais do campo jornalístico, sobretudo, fontes e repórteres, uma vez que as disposições sociais naturalizam ideias e ações. Não menos importante, as emoções são componentes indissociáveis deste processo. Os diferentes estados emocionais mobilizados nas performances das fontes e dos repórteres ajudam a construir posições-sujeito na medida em que expressam diferentes modos de perceber e reagir.

No que diz respeito ao discurso jornalístico sobre a pobreza, a partir da análise, mapeei e destaquei padrões narrativos – modos de valoração de vozes – acerca das pessoas pobres que naturalizam a desigualdade social. As construções discursivas operadas pelas reportagens

organizam perspectivas, cruzam sentidos, acionam emoções e ainda abrem caminho para dois tipos de sentimentos com dimensão prática na vida dos sujeitos: a aquiescência e a resignação, ambos assentados no chamado conformismo lógico. Aquiescer é sentir e agir de maneira transigente, ou seja, significa consentir algo. Já resignar é conformar-se diante de uma situação, muitas vezes, sendo uma cedência voluntária marcada pela submissão à vontade de alguém. Os sentimentos de aquiescência e resignação e a relação deles com o conformismo lógico que Bourdieu (2007) já havia identificado entre as práticas das classes populares em um outro contexto histórico e territorialidade. No discurso jornalístico acerca da pobreza em suas múltiplas dimensões, tais sentimentos são enfatizados a partir do trabalho de formações discursivas, perspectivas com dimensão ideológica que suscitam uma determinada maneira de conceber os lugares dos pobres na estrutura social e, por conseguinte, no próprio jornalismo.

E quais são as **formações discursivas** que amparam o discurso jornalístico sobre a pobreza e ajudam a circunscrever posições-sujeito para as fontes em situação de pobreza? Ao invés de realizar aqui uma designação precisa e aprofundada destas formações discursivas, o que exigiria nomeá-las e explicar detalhadamente seus funcionamentos – o que escapa do objetivo principal da tese –, opto por evidenciar marcas relevantes das perspectivas discursivo-ideológicas que o jornalismo incorpora em seus dizeres acerca da pobreza. Sublinho que tais regiões de sentidos (FDs) se atravessam, se complementam e, por vezes, se distanciam na valoração das vozes das fontes de classes populares. Assim, após mapear e analisar as posições-sujeito ocupadas pelos indivíduos pobres nas matérias do *corpus* e entendendo que tais lugares são construídos e reiterados pelas sonoras, *offs*, cenas de diálogo e demais componentes da grande reportagem televisa, a seguir, destaco brevemente marcas de formações discursivas que conformam a valoração das vozes das fontes de classes populares.

As manifestações de todos os tipos de fontes, bem como os dizeres expressados pelos repórteres das matérias não somente enquadram lugares para as pessoas pobres no discurso jornalístico, assim como dão a ver modos de apreender a pobreza em suas variadas dimensões. Apesar de cada reportagem possuir um determinado recorte temático e uma angulação específica, de modo geral, todas estas construções discursivas congregam perspectivas semelhantes no que se refere à compreensão das causas e consequências da pobreza. Faz parte de todas as reportagens o entendimento de que as diferentes situações de exclusão social que as pessoas pobres experienciam são processos que precisam ser eliminados ou atenuados, uma vez que trazem danos à dignidade humana. Todavia, esta mesma leitura desconsidera a existência de outros processos diretamente vinculados à origem e a manutenção da pobreza. Trata-se de

uma adesão à um prisma ideológico em que o discurso jornalístico não dá visibilidade e muito menos tece uma reflexão ou crítica sobre os segmentos sociais que concentram bens materiais e simbólicos, ou seja, frações de classes sociais que são indispensáveis na geração e legitimação da desigualdade social.

Outra recorrente região de sentidos conformadora da valoração das vozes das fontes de classes populares no discurso jornalístico é a perspectiva que compreende os corpos pobres como altamente dependentes da assistência e regulação de outros agentes sociais, como o Estado, a igreja, as organizações do Terceiro Setor e também a população solidária em geral. Por esta ótica discursiva da pobreza assistida-regulada, os indivíduos pobres são concebidos como seres que vivem completamente à mercê da benevolência e da generosidade de atores e instituições sociais diversas. Contudo, o reconhecimento das ações que buscam amenizar ou resolver os vários quadros de pobreza pautados pelas reportagens é, em grande medida, acompanhado da já sinalizada incompreensão da desigualdade social como uma questão estrutural permeada de conflitos e contradições históricas. Os sentidos construídos a partir desta perspectiva ideológica tendem a tratar as pessoas em situação de pobreza como objetos de caridade e não como cidadãos ativos com força para lutar pelo acesso aos mais variados direitos. Este movimento discursivo sustenta fundamentalmente as principais posições-sujeito atribuídas às fontes de classes populares no discurso jornalístico, ou seja, estão contempladas nos atos de descrever, lamentar e ilustrar.

Toda formação discursiva, região de sentidos que atravessa e constitui o processo valorativo das vozes das fontes de classes populares, funciona simultaneamente com o trabalho de **formações imaginárias**. É a partir destas últimas que fontes e repórteres projetam imagens acerca de si, mas também sobre o Outro e ainda em relação às situações de pobreza jornalisticamente pautadas. Tais projeções são constantemente reafirmadas a partir das relações de poder e saber que configuram discursos e sujeitos. No que concerne às reportagens analisadas, os repórteres e demais profissionais partícipes da produção das matérias possuem uma imagem sobre si, reconhecimento possibilitado por formações imaginárias historicamente construídas e reiteradas sobre o que é jornalismo – incluindo os principais valores e compromissos desta atividade com a sociedade. Ao serem imersos nas construções discursivas sobre a pobreza, os jornalistas também partem de formações imaginárias que demarcam lugares para os indivíduos pobres. Recebem ênfase, sobretudo, as imagens em torno dos corpos pobres que constroem sentidos sobre eles a partir das seguintes figuras: o necessitado, o sonhador, o batalhador, o resistente e o pacífico. Há ainda, por vezes, a presença da figura do incapaz e do

acomodado. Considerando a dimensão audiovisual do telejornalismo, é também notório o fato de as posições-sujeito das fontes de classes populares serem frequentemente impulsionadas pelos repórteres a partir da lógica do “só acredito vendo”. Assim, as reportagens mostram e comentam detalhes íntimos em torno das privações experienciadas pelos indivíduos pobres, tais como as geladeiras praticamente vazias e até os modos como fazem as mais diversas necessidades fisiológicas.

Neste mesmo processo imaginário, as fontes reiteram muitas das posições-sujeito antecipadas e reforçadas pelos repórteres, uma vez que elas não enunciam de um lugar vazio, estando igualmente ancoradas em formações imaginárias que produzem determinadas imagens do que é o jornalismo e as principais atribuições desta instituição. No discurso jornalístico sobre a pobreza, as formações imaginárias conformadoras das posições-sujeito das fontes de classes populares reservam lugares para os corpos pobres, espaços que eles também identificam, assumem e ocupam de maneira mais contínua e enfática. As posições, sobretudo, de caráter descritivo, lamentativo e ilustrativo estão alicerçadas em formações imaginárias que configuram as ações e dizeres das pessoas em situação de pobreza. Deste modo, as fontes de classes populares, muitas vezes, também por vontade própria mostram e detalham aspectos íntimos de suas realidades, compreendendo que a elas cabe ainda o lugar de comprovação das situações pautadas pelo jornalismo. Assim, os indivíduos pobres adentram o discurso jornalístico se assujeitando a posições que possam autenticar suas dores, sofrimentos e traumas, mesmo que não haja qualquer garantia de que tais posicionamentos serão sempre jornalisticamente tratados de maneira contextualizada, crítica e equilibrada com posições de ordem mais crítica, analítica e reflexiva.

Valorar as vozes das fontes de classes populares é uma ação que também depende do funcionamento de um conjunto de disposições pré-reflexivas, isto é, de modos de ser e agir. O *habitus* constitui o processo valorativo dos dizeres das pessoas em situação da pobreza, sendo um mecanismo crucial para a ênfase de determinadas posições-sujeito em detrimento de outras. Como nos lembra Bourdieu (2007), as disposições de classe social se inscrevem no corpo das pessoas, caracterizando-se como condicionantes do comportamento e dos lugares sociais dos indivíduos. As reportagens analisadas são engendradas com base em uma série de elementos de vários *habitus* de classe, uma vez que tanto repórteres como fontes compartilham disposições referentes aos gostos, valores, ações, desejos e obstáculos circunscritos no corpo e nas vozes das pessoas pobres. É, por exemplo, a partir de um *habitus* precário (SOUZA, 2015) que as fontes de classes populares realizam descrições sobre suas rotinas e trajetórias, lamentam acerca

de suas dificuldades e perdas e ilustram partes de seus cotidianos. Este conjunto de ações é atravessado por esquemas avaliativos que não atendem às demandas objetivas de uma sociedade moderna e competitiva, disposição compartilhada não somente pelos repórteres, como ainda, em grande medida, pelos indivíduos pobres.

A dimensão do *habitus*, parte fundamental na construção e consolidação do processo valorativo das vozes das fontes de classes populares, corrobora a demarcação de lugares discursivos para as pessoas em situação de pobreza, espaços que são preenchidos, oportuno lembrar, não somente no discurso jornalístico, mas também em outros campos e atividades sociais desde a socialização primária dos indivíduos pobres. Todavia, nas conformações da linguagem do telejornalismo, as disposições das classes sociais populares são articuladas com as disposições das outras fontes, especialmente especialistas e autoridades, além do alinhamento com esquemas avaliativos reconhecidos pelos repórteres que organizam a estrutura narrativa das matérias. Ao inscreverem seus modos de ser e agir em posições-sujeito conformadas por *habitus* precário, as vozes das fontes de classes populares também são peças-chave na reiteração de discursos pouco críticos diante de questões como a desigualdade social e sua face mais aguda, a pobreza. A meritocracia, ideia de que as condições sociais de um indivíduo ou família resultam apenas de uma escolha entre o esforço e a acomodação (SOUZA, 2017) atravessa parte considerável da valoração das vozes das fontes de classes populares no discurso jornalístico. Grande parcela das cenas das reportagens expressa esse tipo de discurso ao destacar como pessoas em situação de pobreza apresentadas e entrevistadas conseguiram obter uma mínima ascensão social a partir do empenho próprio. Madrugar para pegar o transporte coletivo até o trabalho, caminhar horas até chegar na escola e não desistir de tentar emprego após uma sucessão de respostas negativas são exemplos de cenas que evidenciam a luta dos corpos pobres em busca de condições mínimas de cidadania. Porém, tais cenas – repletas de descrição, lamentação e ilustração – pouco ou nada trazem de dizeres críticos que poderiam contextualizar e tensionar a situação de vida destas fontes.

Como busquei evidenciar na seção anterior, além das dinâmicas das formações discursivas, das formações imaginárias e do *habitus*, o processo valorativo das vozes das fontes de classes populares é constituído pelo acionamento de emoções. Uma vez que as emoções são mobilizadas como um retorno a eventos importantes no cotidiano, isto é, respostas a situações que as pessoas percebem como desafios ou oportunidades (KELTNER; OATLEY; JENKINS, 2014), nas reportagens analisadas, os estados emocionais são acionados para conformar as posições-sujeito ocupadas pelos indivíduos pobres. Sendo ainda efeitos supostos, as emoções

cristalizadas nos dizeres e ações das fontes de classes populares derivam também da organização do *pathos*, transbordamento emocional existente nas relações entre os sujeitos (CHARAUDEAU, 2010). É assim que as emoções se constituem como elementos definidores da performance tanto dos repórteres como das fontes, movimento imprescindível para demarcar a assimilação dos papéis no discurso jornalístico sobre a pobreza e os corpos pobres.

Ressalto que o potencial político da fala dos indivíduos pobres é pouco explorado, o que dificulta uma apreensão das pautas abordadas pelas reportagens como questões públicas marginalizadas e de notório caráter histórico. Tal constatação evidencia um problema estrutural no engendramento do próprio discurso jornalístico, ou seja, sinaliza fragilidades em torno das lógicas, valores e ideologias constituintes do campo. Ora, as produções que compõem o *corpus* desta pesquisa integram programas de grande reportagem, subgênero com imensas possibilidades de abordagens criativas e reflexivas relacionadas à complexidade de um tipo de produção jornalística altamente tópica e intensiva (JESPERS, 2009). No entanto, a duração mais extensa comparada às matérias televisas factuais e a linguagem do audiovisual das grandes reportagens não resultaram na construção de um discurso jornalístico criticamente interpretante dos vários processos de exclusão social que demarcam diferentes situações de pobreza. Além disso, as construções discursivas operadas pelo telejornalismo pouco ou nada abordaram a desigualdade social como uma problemática gestada também por opressões cruzadas, isto é, defendida ainda pelas conformações de raça, gênero, dentre outros marcadores sociais da diferença.

O menosprezo ou mesmo silenciamento das convergências que configuram múltiplas situações de subalternidade prejudicam a visibilidade de outras vozes e sentidos extremamente relevantes para uma leitura interseccional da pobreza. Por estarem num privilegiado lugar de orquestração do discurso jornalístico, espera-se que repórteres que comandam produções longas entreguem narrativas bem contextualizadas, histórias que consigam adentrar nas dinâmicas sociais mais profundas, o que inclui os vínculos entre os diversos tipos de assimetrias sociais. Aliado à esta compreensão, considero importante sublinhar “[...] a hipótese de que, para as pessoas que as sofrem, as convergências e interseccionalidades não sejam veladas” (BIROLI; MIGUEL, 2015, p.51). Por outro lado, nem todas as fontes de classes populares, especialmente àquelas que vivenciam situações de pobreza, podem se sentir confortáveis para explorar em suas falas como as opressões se cruzam no cotidiano e nas trajetórias sociais. No campo jornalístico, identificar e tratar das interseções entre classe social, raça, gênero, sexualidade, territorialidades, dentre outros marcadores conformadores da desigualdade social brasileira, são

movimentos possíveis de serem realizados já na seleção das fontes, assim como nas entrevistas com os testemunhos, especialistas e autoridades. A organização da narrativa, muitas vezes antecipada pelo uso de roteiros, bem como a edição, também são etapas cruciais para suprimir ou realçar vozes e sentidos sobre as múltiplas convergências da pobreza.

Apesar de uma comparação sistemática entre as produções dos três programas de grande reportagem analisados não fazer parte dos propósitos desta pesquisa, julgo oportuno sublinhar ao menos alguns aspectos que enfatizam diferenças editoriais no tratamento de diferentes situações de pobreza. As reportagens do *Profissão Repórter*, mesmo com os diferentes recortes temáticos, congregam estruturas parafrásticas em comum, sobretudo, a ênfase no protagonismo das fontes de classes populares e a imersão em momentos da intimidade dos entrevistados. Já as produções do *Caminhos da Reportagem* repetem um padrão narrativo que consiste no uso expressivo de sonoras longas de todos os tipos de fontes, assim como *offs* mais extensos e com amplo uso de dados. Por fim, as reportagens do *Câmera Record* se particularizam, em grande medida, pelo desataque ao sofrimento dos corpos pobres, abordagem intensificada pelo uso da trilha sonora e enquadramentos de câmera como o *close-up*. Todavia, como mostrei na análise, os distintos traços editoriais e estéticos empregados por cada programa no tratamento de variadas situações de pobreza não resultam numa pluralidade equânime de posições-sujeito. As produções analisadas dos três programas de grande reportagem, cada qual a seu modo, comprovam a hipótese da tese: o discurso jornalístico situa as vozes das pessoas pobres em posições que naturalizam a desigualdade social. Tal naturalização é uma das principais consequências do processo valorativo das vozes das fontes de classes populares no telejornalismo, conjunto de ações que incorpora as dinâmicas das formações discursivas, formações imaginárias, *habitus* e emoções.

7. CONCLUSÕES

*Tá vendo aquele colégio, moço?
Eu também trabalhei lá
Lá eu quase me arrebento
Fiz a massa, pus cimento
Ajudei a rebocar*

(Intérprete: Zé Ramalho; Compositor: Lucio Barbosa)

Nesta pesquisa, investiguei como o discurso jornalístico sobre a pobreza valoriza as vozes das fontes de classes populares. Para tanto, nos primeiros capítulos, apresentei e discuti teoricamente três grandes questões e tópicos correlatos: a desigualdade social, o jornalismo e o discurso. Primeiramente, vinculei a problemática da pobreza à categoria da classe social, compreendendo que os processos de exclusão social, em grande medida, atrelam-se à reprodução simbólica de valores e ao compartilhamento de modos de ser e agir (BOURDIEU, 2007). A perspectiva imaterial para pensar as classes sociais no contexto da modernidade periférica (SOUZA, 2015) me pareceu necessária, uma vez que este horizonte teórico encaminha uma desnaturalização de visões reducionistas concernentes à estrutura social brasileira.

Empreendi um diálogo com vertentes conceituais que apreendem a pobreza como a dimensão mais escancarada e urgente da desigualdade social, visto que os pobres são notadamente as pessoas subalternizadas e marginalizadas das mais diferentes formas nas sociedades divididas em classes sociais. Não por acaso, ao longo da tese, assumi os indivíduos pobres como membros das classes populares, sujeitos sempre diversos e, muitas vezes, multiplamente oprimidos por conta das convergências de outros marcadores sociais da diferença, como raça e gênero. Também parti do entendimento de que os mais variados tipos de discurso sobre a pobreza – não apenas o jornalístico – limitam a pobreza como uma condição desvinculada das contradições inerentes à desigualdade social (CANTINNI, 2013).

No que toca mais diretamente o jornalismo como atividade e instituição historicamente legitimada a construir e reiterar sentidos sobre acontecimentos e situações diversas, destaquei a relevância das fontes no campo jornalístico. Enfatizei a compreensão de que o jornalismo atua por inúmeros propósitos, dentre eles, lançar ideias, fazer avaliações e, evidentemente,

atribuir credibilidade ao material noticioso (JONCEW, 2005). Ressaltei ainda outros pressupostos já bastante discutidos e aplicados por outros estudos, como aquele que sinaliza uma preponderância das chamadas versões oficiais dos fatos, isto é, das declarações e pontos de vista de indivíduos, grupos e organizações que conservam algum tipo de poder ou capital: econômico, político, científico e religioso, por exemplo. Tais estudos se relacionam com o objetivo principal desta tese na medida em que reconhecem tanto a existência de diferentes atribuições para as fontes, quanto a existência de assimetrias, relações desiguais e nunca estáticas (FISHER, 2018) entre os informantes do campo jornalístico.

Além do reconhecimento das fontes como peças fundamentais na construção do discurso jornalístico, destaquei a relevância das emoções no processo noticioso, incluindo fases como escolha das pautas, entrevistas com as fontes, narração e edição dos fatos reportados. Por este caminho conceitual atino que o jornalismo sempre foi emocional devido ao seu propósito de criar uma experiência de envolvimento (PETERS, 2011). Com esta escolha, me afasto das perspectivas que apreendem as emoções por um viés moralista ou apocalítico, especialmente das leituras que as concebem como algo degradante nas produções jornalísticas. Aceitar o potencial político das emoções, dimensão construída, em grande medida, a partir de posturas empáticas e responsáveis de repórteres (SERELLE, 2020), é ainda uma possibilidade de adentrar camadas complexas da performance dos atores sociais do campo jornalístico, sem que este movimento seja uma celebração acrítica das práticas, gêneros, discursos e expressões emocionais (WAHL-JORGENSEN, 2013).

Considerando as emoções como elementos indissociáveis da valoração das vozes das fontes de classes populares, também busquei demarcar as particularidades da dimensão emocional no telejornalismo. Assim, identifiquei e tensionei os principais componentes da estrutura narrativa dos programas de grande reportagem, produções que representam os objetos empíricos desta pesquisa. Marcadas por amplas possibilidades de técnicas de mediação e angulação (JESPERS, 2009) as grandes reportagens televisivas congregam inúmeras qualidades formais, além da duração mais extensa bastante propícia para o aprofundamento das pautas. Alinhados ao perfil editorial de cada programa, sonoras, *offs*, cenas de diálogo e ação, enquadramentos de câmera e trilha sonora, entre outras partes e recursos das chamadas grandes reportagens, configuram o processo valorativo das vozes das fontes, movimento discursivo comandado por repórteres, mas que ainda pode contar com a presença de outros profissionais como produtores, cinegrafistas e editores.

A decisão por analisar como as vozes das fontes de classes populares são valoradas me possibilitou distinções conceituais importantes. Por um lado, assumi as pessoas pobres apresentadas pelas reportagens do *corpus* como fontes com trajetórias sociais diversas que não devem ser reduzidos à experiência como testemunhas e personagens de uma situação de exclusão social. Por outro prisma, visualizei estas mesmas pessoas como seres do discurso, isto é, sujeitos tramados por ideologias, imaginários, culturas e histórias que condicionam processos de assujeitamento. Neste plano discursivo, as fontes se desdobram em sujeitos e ocupam posições de acordo com uma série de condições de produção concernentes tanto a ações jornalísticas quanto à dinâmicas dos espaços sociais que abrigam o cotidiano dos indivíduos. As vozes, nesta apreensão teórica, se configuram como enunciadores que representam perspectivas de enunciação (DUCROT, 1987) e também modalidades de dizer. O conjunto das posições-sujeito que analiso exemplifica o dialogismo inerente da linguagem (BAKHTIN, 1981) e evidencia o potencial da multiplicidade de vozes no discurso jornalístico, mesmo que tais pontos de vista nem sempre sejam visibilizados com base na plenivalência e imiscibilidade – noções que caracterizam respectivamente a equivalência e independência das vozes.

A análise discursiva das produções do *Câmera Record*, *Caminhos da Reportagem* e *Profissão Repórter* apresenta resultados comprovadores da hipótese de que o discurso jornalístico situa as vozes das pessoas pobres em posições que naturalizam a desigualdade social. Ao conceber todas as partes de cada episódio como sequências discursivas, pude trabalhar com um conjunto amplo de dizeres (1.939 SDs), medida importante para uma apreensão mais sistemática e estatística da valoração das vozes das fontes de classes populares. As Posição-Sujeito Descrição (P.S-D), Posição-Sujeito Lamentação (P.S-L) e Posição-Sujeito Ilustração (P.S-I) dominam 87% da valoração das vozes das pessoas pobres visibilizadas pelas reportagens. Em um espaço bem menor, as Posição-Sujeito Opinião (P.S-O); Posição-Sujeito Saber; e Posição-Sujeito Proposição (P.S-P) representam somente 13% do processo valorativo construído e analisado.

Mas para além do caráter quantitativo da análise, apresentei e discuti os resultados relativos à cada uma das seis posições-sujeito. Assim, mesmo as posições-sujeito com menor presença no discurso jornalístico foram exemplificadas e debatidas sistematicamente a partir de cada uma das reportagens do *corpus*. Considero esse modelo de exposição dos resultados eficiente para os propósitos da tese, pois, a partir dele foi possível não somente sinalizar os lugares discursivos preponderantemente ocupados pelas fontes de classes populares, como

também não menosprezar as posições-sujeito menos presentes na valoração de vozes. Afinal, o residual também importa e merece ser relado e interpretado de modo aprofundado.

Além do mapeamento e da discussão das posições-sujeito, julguei relevante destacar, mesmo que de maneira mais panorâmica, como as emoções são acionadas no processo de valoração das vozes das fontes de classes populares, além de também analisar como as fontes especializadas e autorizadas participam deste processo valorativo. Tomei as emoções com base numa dupla compreensão em que elas são, ao mesmo tempo, reações a situações diversas (KELTNER; OATLEY; JENKINS, 2014) e efeitos visados (CHARAUDEAU, 2010). Com a análise das tópicas da tristeza, alegria, medo, coragem, descrença e esperança evidenciei como estes diferentes tipos de emoção – plano eufórico e disfórico – ajudam a estruturar a valoração das vozes das pessoas pobres. É pela dimensão emocional do discurso jornalístico que experiências traumáticas e desejos de mudança são narrados e articulados às posições-sujeito.

A performance das fontes de classes populares, assim como também das fontes especializadas e autorizadas são atravessadas por tópicas da emoção que corroboram padrões discursivos na valoração dos corpos pobres. Apesar de receberem pouco tempo de tela, especialmente nas produções do *Câmera Record* e do *Profissão Repórter*, as fontes especializadas e autorizadas reiteram e articulam emoções e posições para as fontes de classes populares. Como atores sociais responsáveis pela orquestração das vozes das fontes, repórteres antecipam emoções em perguntas introduzidas às fontes e reforçam emoções em *offs* descritivos sobre as fontes, dentre outras formas de acionamento emocional.

No fim deste percurso, reafirmo a valoração de vozes como um processo discursivo de extrema relevância na construção e compreensão do discurso jornalístico, uma vez que é por ele que o jornalismo estabelece lugares para os mais variados atores sociais, sobretudo, para as fontes de informação que constituem o conteúdo básico daquilo que é reportado e narrado. No que diz respeito especialmente aos objetivos e recortes da tese, ressalto a valoração de vozes das fontes de classes populares como um processo discursivo configurado a partir do funcionamento de formações discursivas e formações imaginárias, da internalização de um *habitus* e do acionamento de emoções. Os modos como as vozes das pessoas pobres são valoradas pelas grandes reportagens confirmam a hipótese da pesquisa, visto que o arranjo das posições-sujeito contribui para uma naturalização da desigualdade social. Tal entendimento leva em consideração os sentidos visibilizados e silenciados acerca das causas, conflitos e interseções vinculadas às diferentes situações de pobreza apresentadas pelas reportagens.

O predomínio das Posição-Sujeito Descrição (P.S-D), Posição-Sujeito Lamentação (P.S-L) e Posição-Sujeito Ilustração (P.S-I), assim como as limitações observadas nas Posição-Sujeito Opinião (P.S-O); Posição-Sujeito Saber; e Posição-Sujeito Proposição (P.S-P) sustentam vozes e sentidos que interpretam a desigualdade social por um horizonte discursivo pouco ou nada questionador das raízes da problemática em questão. Há um apagamento das relações entre classe social, raça, gênero e outros marcadores sociais da diferença como fatores estruturantes da desigualdade social brasileira, dimensões brevemente expressas, sobretudo, em trechos das produções do *Caminhos da Reportagem*. A compreensão crítica da categoria da classe social e o seu cruzamento com outros marcadores sociais da diferença são questões com baixíssima força mesmo nas perspectivas ideológicas preeminente em grandes reportagens televisivas, espaço com notável potencial problematizador de questões públicas.

Apreender o processo valorativo das fontes de classes populares no discurso jornalístico sobre a pobreza me permitiu constatar a falta de reconhecimento das contradições e privilégios históricos que se reproduzem de modo simbólico, mas também material. O entendimento de que o Brasil é dividido em classes sociais e que tal cisão resulta de injustas assimetrias em termos de distribuição e concentração de renda é um sentido praticamente nulo nas construções discursivas das reportagens. Nas produções analisadas predomina uma política do silêncio (ORLANDI, 2010), reiterados discursos que desconsideram a acumulação de bens simbólicos e materiais por outras classes, campos e setores, o que fortalece uma construção de sentidos que isola a discussão sobre riqueza quando se fala de pobreza.

Considero que apesar de o jornalismo necessariamente trabalhar com enfoques e angulações o tempo todo, grandes reportagens congregam possibilidades para romper com determinadas estruturas discursivas, não apenas trazendo fontes socialmente marginalizadas como protagonistas da narrativa jornalística, mas também repensando abordagens a partir de uma efetiva pluralidade no modo com as vozes são posicionadas. Os modos como as fontes de classes populares se inscrevem no discurso jornalístico trazem poucas aberturas para assumi-las como cidadãos aptos a reivindicar reconhecimento social, justiça e reparação. Até mesmo as reportagens do *Profissão Repórter*, produções que acompanham de perto lutas específicas – habitantes de uma ocupação e empregadas domésticas – reiteram predominantemente lugares que suscitam sentimentos de aquiescência e resignação entre as pessoas pobres.

Outra questão merecedora de consideração é ausência de uma convocação do público espectador como parte necessária nas iniciativas de engajamento social e participação política no combate as distintas formas de precarização da vida, o que, em certo nível, reduz ainda mais

o potencial crítico do discurso jornalístico. Apresentadas majoritariamente a partir de posições com limitado alcance emancipador, as fontes de classes populares sofrem uma intrusão da sua intimidade, ação potencializada por planos fechados que escancaram cenas de pobreza e, por vezes, trilhas sonoras que amplificam os infortúnios já detalhadamente narrados pelas próprias testemunhas. Em vários trechos das reportagens, o foco demasiado na descrição, lamentação e ilustração das rotinas e trajetos das fontes de classes populares corrobora uma abordagem fatalista e miserabilista em que as marcas demonstradas e comentadas da exclusão social dominam grande parte do discurso jornalístico. Aliás, nem todas as pessoas pobres destacadas pelas reportagens integram o precariado, ou seja, representam membros da classe trabalhadora que se encontram em atividades degradantes (BRAGA, 2012). Muitos dos indivíduos entrevistados já se localizam socialmente na esfera da indigência, sendo frações das classes populares inscritas em ciclos de extrema pobreza. Os padrões discursivos persistentes nas reportagens – circunscritos, sobretudo, em torno das posições de descrição, lamentação e ilustração –, em grande medida, contribuem para a revitimização destas pessoas.

Em grande parte do processo valorativo das vozes das fontes, especialmente das classes populares, as posições-sujeito cedidas e interditadas pelo jornalismo estão diretamente vinculadas ao diálogo estabelecido entre repórter e fonte, visto que o discurso é sempre resultado de uma relação intersubjetiva que mobiliza sujeitos e constrói sentidos. Constatar isso, a meu ver, é um indicativo da necessidade de mais pesquisas que analisem criticamente o ato da entrevista, observando mais de perto como jornalistas interpelam e questionam suas fontes. Certas perguntas podem estimular determinadas respostas, do mesmo modo que a ausência de algumas questões pode limitar dadas posições. Ademais, não é acessório ressaltar que a valoração das vozes das fontes, sejam de classes populares ou não, também resguarda fortes vínculos com os rituais de seleção da pauta (definição de “cases” e “personagens”), organização de roteiros e edição final. A valoração de vozes, movimento discursivo inerente ao jornalismo, pode ser percebida, repensada e reconfigurada no interior de uma prática jornalística que almeje ser empática em suas tentativas de aproximação do “Outro”.

No final desta jornada, ênfase pelo menos duas contribuições da tese que julgo serem importantes. A primeira delas se refere ao reconhecimento da valoração das vozes das fontes como um conjunto de ações que perpassa toda a prática jornalística – especialmente o ato da entrevista – configurando-se como um processo demarcador dos sentidos que o jornalismo vai ofertar ou silenciar para seu público. A segunda contribuição direciona-se mais especificamente à pesquisa em jornalismo, uma vez que a partir dos recortes da tese, demonstrei como o foco

na valoração aprofunda as possibilidades da análise de vozes, oportunizando uma leitura crítica não somente sobre quem fala no discurso jornalístico, mas também em torno das posições e condições que os sujeitos se expressam. Melhor dizendo: a partir da compreensão de como as vozes são valoradas, é possível acessar como o jornalismo lê a sociedade e constrói sentidos sobre seu povo, lutas e instituições. Para tanto, considero imprescindível assumir que as condições de expressão das vozes são desiguais e passam necessariamente pela afetação de categorias e marcadores como a classe social, dentre tantos outros que conformam os lugares dos sujeitos no discurso jornalístico.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Márcia Franz. Fontes testemunhais, autorizadas e experts na construção jornalística das catástrofes. **Revista Líbero**, São Paulo, v. 18, n. 36, 2015, p. 43-54.
- AMARAL, Márcia Franz. Os testemunhos de catástrofes nas revistas brasileiras: do medo individual à paternização midiática. **Contracampo**, v. 26, 2013, p. 71-86.
- ARAÚJO, Valéria Maria Sampaio Vilas Bôas. **Contar não é o mesmo que viver: Jornalismo e subjetividade na atuação do repórter na televisão brasileira**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Salvador: UFBA, 2018.
- ARBAOUI, Bouchra. SWERT, Knut De. VAN DER BRUG, Wouter. Sensationalism in News Coverage: A Comparative Study in 14 Television Systems. **Communication Research** (Advance Online Publication), 2016.
- BAKHTIN, Mikhail M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo, HUCITEC, 1986.
- BAKHTIN, Mikhail M. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- BARCELOS, Janaina Dias. **Imagem e produção de sentido sobre favelas cariocas em fotos jornalísticas**. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. 341 f.
- BARNWELL, Jane. **Fundamentos de produção cinematográfica**. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Dialogismo, polifonia e enunciação. *In*: BARROS, Diana Luz Pessoa de e FIORIN, José Luiz (orgs.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade em torno de Bakhtin**. São Paulo: Edusp, 2003.
- BECKER, Beatriz. **Televisão e Telejornalismo: Transições**. São Paulo, Estação das Letras e Cores, 2016.
- BECKERS, Kathleen. VAN AELST, Peter. Look who's talking: An analysis of actors in television news. (2003-2016) **Journalism Studies**. 2018.
- BECKETT, Charlie. DEUZE, Mark. On the Role of Emotion in the Future of Journalism. **Social Media & Society** 2 (3): 1–6. 2016.
- BENETTI, Marcia. Análise de discurso como método de pesquisa em comunicação. *In*: MOURA, Cláudia Peixoto de Moura; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de (Org.) **Pesquisa em comunicação – métodos e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2016.
- BENETTI, Marcia. Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentido. *In*: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BENETTI, Márcia. **Deus Vence o Diabo**: o discurso dos testemunhos da Igreja Universal do Reino de Deus. Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica (PUC-SP). São Paulo. 2000.

BENETTI, Marcia. Jornalismo e imaginário: o lugar do universal. *In*: KUNSCH, Dimas (Org.). **Esfera pública, redes e jornalismo**. São Paulo: E-papers, 2009. p. 286-298.

BENETTI, Marcia. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 14, p. 1-11 janeiro/julho, 2006.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como acontecimento. Marcia Benetti e Virginia Fonseca (Org) *In*: **Jornalismo e Acontecimento: Mapeamentos Críticos**:. Florianópolis: Insular, 2010.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. **Galáxia** (PUCSP), São Paulo, v. 15, p. 13- 28, 2008.

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, vol. 20, n. 2, 2015.

BLUMLER, Jay G; GUREVITCH, Michael. 1981. Politicians and the press: an essay on role relationships. *In*: NIMMO, Dan D. & SANDERS, Keith R. (orgs.). **Handbook of political communication**. Beverly Hills, CA: Sage.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2002.

BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. *In*: ORTIZ, Renato (org) Pierre Bourdieu. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BORTOLI, Suzana Rozendo. **Mulheres adultas em situação de rua e a mídia: histórias de vida, práticas profissionais com a população de rua e representações jornalísticas**. Tese. Doutorado em Comunicação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BRANTS, Kees; VOLTMER, Karin. (2011). Introduction: Mediatization and decentralization of political communication. *In* BRANTS, Kees. VOLTMER, Karin. (Eds.), **Political communication in postmodern democracy** (pp. 1–16). Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan. 2011.

BRISELANCE, Marie-France; MORIN, Jean-Claude. **Gramática do Cinema**. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2011. 471 p.

CANN, David J; MOHR, Philip B. "Journalist and Source Gender in Australian Television News." **Journal of Broadcasting & Electronic Media**, vol. 45, no. 1, Winter 2001, p. 162.

CATTANI, Antônio David. As palavras da desigualdade. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C.; MITMANN, Solange (Orgs.). **O acontecimento do discurso no Brasil**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013, p. 225-232.

CERQUEIRA, Monique Borba. **Pobres e pobreza**: metamorfoses e fabulações Revista de Políticas Públicas, vol. 13, núm. 2, 2009, pp. 195-201

CERQUEIRA, Monique Borba. **Pobres, nômades e incivilizáveis**: potência e criação dos novos modos de vida. 2006. 167f. Tese (Doutorado em Políticas Sociais e Movimentos Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia (Org.). **As emoções no discurso**. v. II. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010. p. 23-56.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo, Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. Pathos. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (Orgs.) **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 371- 372.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

CLOUGH, Patricia Ticineto. HALLEY, Jean. **The Affective Turn: Theorizing the Social**. Durham, NC: Duke University Press. 2007.

COELHO, Maria Cláudia; REZENDE, Claudia Barcellos. **Cultura e sentimentos: ensaios em antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: Contra Capa FAPERJ, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. The social construction of black feminist thought. **Signs**, v. 14, n. 4, p. 745-773, Summer, 1989.

CONDÉ, Geraldo Garcez. As Emoções Diárias: ensaio sobre a etnopsicologia do jornalismo. **Interseções**. v. 19, n. 1, p. 253-273, 2017.

COURTINE, Jean-Jacques. Analyse du discours politique: le discours communiste adressé aux chrétiens. **Langages**, Paris, Larousse, n. 62, 1981.

COUTINHO, Iluska. Lógicas de produção do real no telejornal: a incorporação do público como legitimador do conhecimento oferecido nos telenoticiários. In: GOMES, Itania Maria Mota (org.). **Televisão e Realidade**. Salvador: EDUFBA, 2009.

CRENSHAW, Kimberle. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics.** University of Chicago Legal Forum, n. 1, p. 139-167, 1989.

CRESPO, Antonio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como fenômeno multidimensional. **RAEeletrônica**, v. 1, n. 2, p. 111, jul.dez. 2002.

CURADO, Olga. **A notícia na TV: O dia-a-dia de quem faz telejornalismo.** 2. ed. São Paulo: Alegro, 2002.

CUSHION, Stephen. **Television Journalism.** London: Sage. 2012.

DAMÁSIO, A. **Ao Encontro de Espinosa: As Emoções Sociais e a Neurobiologia do Sentir** Mem Martins: Publicações Europa-América, 2003.

DARDE, Vicente William da Silva. **As representações sobre cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no discurso jornalístico da Folha e do Estadão.** Tese de Doutorado. UFRGS, 2012.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DEIGH, J. "Cognitivism in the Theory of Emotions". **Ethics** vol. 104, pp. 824-854, 1994.

DEMO, P. **Pobreza Política.** São Paulo-SP: Cortez, 1988.

DIAZ ARIAS, Rafael. **La información periodística en televisión.** Editorial Sintesis. Madrid. 2017.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito.** Campinas: Pontes, 1987.

EDGAR-HUNT, Robert; MARLAND, John; RAWLE, Steven. **A linguagem do cinema.** Porto Alegre: Bookman, 2013.

EKMAN, P. **A linguagem das emoções.** São Paulo: Lua de Papel, 2011.

FAHEL, Murilo; TELES, Letícia Ribeiro; CAMINHAS, Davy Alves. Para além da renda: uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. **Revista brasileira de Ciências Sociais.** 2016, v.31, n.92.

FECHINE, Yvana. Gêneros televisuais: a dinâmica dos formatos. **Revista Symposium.** n.1, p. 14-26, jan-jun 2001.

FERRÉS, Joan. **Televisão Subliminar.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

FIRPO, Sergio; FRANÇA, Michael; PORTELLA, Alysson, **Social Inequality from the perspective of the Racial Balance Index.** June 20, 2021.

FISHER, Caroline. News sources and journalist/source interaction. In: Ornebring, H (ed.) **Oxford Encyclopedia of Communication (Journalism)**. New York: Oxford University Press, 2018.

FORSTER, E.M. **Aspectos do romance**. Porto Alegre: Globo, 1974.

FUSSEL, S. **The verbal communication of emotion: interdisciplinary perspectives**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2002.

GADRET, Débora L. **A emoção na reportagem de televisão: as qualidades estéticas e a organização do enquadramento**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Porto Alegre: UFRGS, 2016.

GANCHO, Maria Vilarés. **Como analisar narrativas**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2004.

GANS, Herbert J. **Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time**. New York: Vintage, 1980.

GOMES, Itania Maria Mota (org.). **Gêneros televisivos e modos de endereçamento no telejornalismo**. Salvador: EDUFBA, 2011.

GOMES, Wilson. **Esfera pública política e media**. Com Habermas, contra Habermas. Anais do VI Encontro anual da COMPÓS, Unisinos, 1997.

GONÇALVES, Jurandira Fonseca. Quem fala no jornalismo? In: LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton, VAZ, Paulo Bernardo. **Para entender o jornalismo**. Cidade: Autêntica, 2014.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Brasília: **Anpocs** n. 2, p. 223-244, 1984.

GORTON, Kristyn. **Media audiences: television, meaning and emotion**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009.

GRIGOLETTO, Evandra. **O discurso de divulgação científica: um espaço intercalar**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

GUNTER, Barrie. **The cognitive impact of television news: production attributes and information reception**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2015

GUTMANN, Juliana Freire. O que dizem os enquadramentos de câmera no telejornal? Um olhar sobre formas audiovisuais contemporâneas do jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 64-79. 2012.

GUTMANN, Juliana. **Formas do Telejornal: linguagem televisiva, jornalismo e mediações culturais**. Salvador: EDUFBA, 2014.

HALL, Stuart et al. **Policing the crisis: mugging, the state and law and order**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1978.

HALLIN, Daniel C. MELLADO, Claudia. Serving consumers, citizens, or elites: Democratic roles of journalism in Chilean newspapers and television news. **International Journal of Press/Politics** 23(1): 24–43. 2018.

HERMAN, Edward; CHOMSKY, Noam. **A Manipulação do Público: Política e Poder Econômico no Uso da Mídia**. São Paulo: Futura, 2003.

HERMAN, Edward; CHOMSKY, Noam. **Manufacturing consent: the political economy of the mass media**. New York: Pantheon Books, 1988.

HUAN, Champeng. The Strategic Ritual of Emotionality in Chinese and Australian Hard News: A Corpus-Based Study.” **Critical Discourse Studies** 14 (5): 461–479. 2017.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas: Unicamp, 1997. JANNUZZI, Paulo de Martino. M. *et al.* **Dimensionamento da extrema pobreza no Brasil: aprimoramentos metodológicos e novas estimativas para 2001 a 2013**. Brasília: Sagi, 2014. (Estudo técnico n. 17/2014).

IZARD, C. E. Emotion theory and research: highlights, unanswered questions, and emerging issues. **Annual Review of Psychology**, n. 60, p. 1-25, 2009

JAMESON, Fredric. **As Marcas do Visível**. Rio de Janeiro: Graal: 1995.

JESPERS, Jean-Jacques. **Journalisme de télévision: enjeux, contraintes, pratiques**. De Boeck, 2009.

JONCEW, Consuelo Chaves. **A participação das fontes formais na qualificação da notícia**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

JOST, François. **Seis Lições sobre Televisão**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

KELTNER, D. Toward a consensual taxonomy of emotions. **Cognition & Emotion**, 33(1), 14–19, 2019.

KELTNER, D.; OATLEY, K.; JENKINS, J. M. **Understanding emotions**. Wiley, 2014.

KLEEMANS, Mariska. SCHAAP, Gabi. HERMANS, Liesbet. **Citizen Sources in the News: Above and Beyond the Vox Pop?** *Journalism* 18 (4): 464–481. 2017.

KLEIN, Eloisa Joseane da Cunha. **Circuitos comunicacionais ativados pela autorreferência didática no jornalismo: o caso do Profissão Repórter**. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos. São Leopoldo: Unisinos, abril de 2012.

KOTISOVA, Johana. **When the crisis comes home: Emotions, professionalism, and reporting on 22 March in Belgian journalists' narratives.** Journalism. 2017.

LAGE, Leandro R. **Testemunhos do sofrimento nas narrativas telejornalísticas: corpos abjetos, falas inaudíveis e as (in)justas medidas do comum.** 2016. Tese (Doutorado em Comunicação). Belo Horizonte: UFMG, 2016

LASHMAR, Paul. Sources and Source Relations. In: VOS; Tim P; HANUSCH, Folker (org.) **The International Encyclopedia of Journalism Studies.** New York: Editora John Wiley & Sons, 2019.

LECHELER, Sophie. BOS, Linda. VLIEGENTHART, Rens. The Mediating Role of Emotions: News Framing Effects on Opinions about Immigration. Journalism & Mass Communication Quarterly 92 (4): 812–838. 2015.

LENT, Robert. **Cem bilhões de neurônios: conceitos fundamentais da neurociência.** São Paulo: Atheneu, 2001.

LEWIS, Justin. INTHORN, Sanna. WAHL-JORGENSEN, Karin. **Citizens or Consumers? What the Media Tell us About Political Participation.** Maidenhead: McGraw-Hill Education. 2004.

LEWIS, Justin. **News and the empowerment of citizens.** European Journal of Cultural Studies 9(3): 303–319. 2006.

LIBRALON, Giampaolo Luiz. **Modelagem computacional para reconhecimento de emoções baseada na análise facial.** Tese. Doutorado em Ciências de Computação e Matemática Computacional, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014

LIMA, E. P. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura.** 5. ed. Barueri: Manole, 2009.

LOBATO, José Augusto Mendes. Jornalismo e narratividade em sintonia: um percurso teórico-conceitual pelos elementos da grande reportagem. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v.13, nº 2, 2016.

LOGAN, Roberta. A. PARK, Jaeyung. SHIN, Jae-Hwa. **Elite Sources, Context, and News Topics: How Two Korean Newspapers Covered a Public Health Crisis,** Science Communication 25(4): 364-398. 2004.

LUTZ, Catherine A. **Unnatural Emotions: Everyday Sentiments on a Micronesian Atoll and Their Challenge to Western Theory.** Chicago: University of Chicago Press, 1988.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação.** São Paulo, Cortez, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos.** São Paulo: Parábola, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da Análise de Discurso.** UFMG. Belo Horizonte, 2000.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922- 1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

MAROCCO, B. **Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico**. Editora Unisinos, São Leopoldo, 2004.

MEDEIROS, Caciene Souza de. As condições de produção e discurso na mídia: a construção de um percurso de análise. **Famecos**. Porto Alegre. V.20, p.48-55, 2008.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e Jornalismo—da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.

MELO, H. P. **Gênero e Pobreza no Brasil**; Relatório Final do Projeto Governabilidade Democrática de gênero en America Latina y El Caribe. Brasília: Cepal, 2005.

MITTELL, Jason. **Genre and television: from Cop Shows to Cartoons in American Culture**. New York: Routledge, 2004.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. News as purposive behavior: on the strategic use of routine events, accidents, and scandals. **American Sociological Review**, Columbus, Ohio, v. 39, n. 1, p.101- 112, fev. 1974.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Ed. UnB, 2013.

MURDOCK, Graham. Comunicação contemporânea e questões de classe. **Matrizes**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 31-56, jan./jun.2009.

NARAYAN, D. **Voices of the poor: Can anyone hear us?** Washington, D.C.: The World Bank, Oxford University Press, 2000.

NUSSBAUM, Martha C. **Upheavals of thought: The Intelligence of Emotions**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Ed. Unicamp, 2010.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C. (org). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 11-20.

PACHECO, Roni Petterson de Miranda. **A discursivização do indígena nos jornais impressos da Amazônia legal**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, 2019.

PANTTI, Mervi. The value of emotion: An examination of television journalists' notions on emotionality. **European Journal of Communication** 25(2): 168–181. 2010.

PÊCHEUX, Michael. A Análise do Discurso: três épocas. Trad. J. de A. Romualdo *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (org). **Por uma análise automática do discurso: uma Introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. Campinas: Pontes, 1995.

PETERS, Chris. Emotion Aside or Emotional Side? Crafting an 'Experience of Involvement' in the News. **Journalism: Theory, Practice & Criticism** 12 (3): 297–316. 2011.

PICARD, Rosalind W. **Affective Computing**. Cambridge, Estados Unidos: MIT Press, 1997.

PINTO, Louis. Doxa. *In*: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY; Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de Medeiros (Orgs.) **Vocabulário Bourdieu**. BeloHorizonte: Autêntica, 2017.

PINTO, Louis. **Le café du commerce des penseurs: à propos de la doxa intellectuelle**. Bellecombe en Bauges, Éditions du Croquant, 2009.

PINTO, Manuel. Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. Comunicação e Sociedade 2, **Cadernos do Noroeste**, Série Comunicação: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho – Repositório Institucional. Vol. 14 (1-2), 2000, 277-294.

POINDEXTER, Paula; SMITH, Laura; HEIDER, Don. Race and ethnicity in local television news: Framing, story assignments, and source selections. *Journal of Broadcasting and Electronic Media*, 47, 524–536. 2003.

POMPEU, João Cláudio Basso. **O Problema da Pobreza**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2011.

QUIRINO, Kelly Tatiane Martins. **Enquadramentos e Advocacy sobre o genocídio de jovens negros: análise da cobertura da Folha de S. Paulo**. Tese de doutorado em Comunicação pela Universidade de Brasília. 2017.

REGO, Walquíria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Unesp, 2013.

REICH, Zvi. Source credibility and journalism: Between visceral and discretionary judgment. *In*: **Journalism Practice**. Volume 5. 51-67, 2011.

REICH, Zvi. Why citizens still rarely serve as news sources: Validating a tripartite model of circumstantial, logistical, and evaluative barriers. **International Journal of Communication** 9: 773–795. 2015.

REUTER, Yves. **A análise da narrativa**. 3. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. Sur: **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 13, n. 24, p. 99- 104, 2016.

RICHARDS, Barry, REES, Gavin. The management of emotion in British journalism. **Media, Culture & Society** 33(6): 851–867. 2011.

ROSE, Diana. Análise de imagens em movimento. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2011.

SCHAEFER, Richard; MARTINEZ, Tony. “Trends in Network News Editing Strategies From 1969 Through 2005”. **Journal of Broadcasting & Electronic Media**, 53 (3): 2009, 347-364.

SCHWAAB, Reges. Para ler de perto o jornalismo: uma abordagem por meio de dispositivos da análise do discurso. **Em questão**, v. 13, n. 1, 2007.

SCORALICK, Kelly. **Mídia e cidadania**: a representação das pessoas com deficiências no telejornalismo. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

SERELLE, Marcio. **A personagem no jornalismo narrativo**: empatia e ética. *Mídia e Cotidiano*. v.14, n. 2, p. 44-64, 2020.

SIGAL, Leon. **Reporters and Officials**: the Organisation and Politics of Newsmaking. D. C. Heath and Company: Lexington. 1973.

SILVA, Maria O.S. Desigualdade, pobreza e programas de transferência de renda na América latina. Editorial. São Luís. **Revista de Políticas Públicas**. V.13. n.2. p. 157 a 159. jul./dez. 2009

SOUZA Jessé. **A classe média no espelho**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.

SPLENDORE, Sergio. The Dominance of Institutional Sources and the Establishment of nonElite Ones: The Case of Italian Online Local Journalism. *Journalism (Advance Online Publication)*, 2017.

SZPACENKOPF, Maria Izabel Oliveira. **O olhar do poder**: A montagem branca e a violência no espetáculo telejornal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Estratificação social e estrutura de classe. In: VELHO, O. G.; PALMEIRA, M. G. S. & BERTELLI, A. R. (org.). **Estrutura de classes e estratificação social**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

TUCHMAN, Gaye. **Making news**: A study in the construction of reality. New York, NY: Free Press. 1978.

VILLELA, Regina. **Profissão**: Jornalista de TV, Telejornalismo aplicado na Era Digital. Rio de Janeiro: Ed. Ciência Moderna, 2008.

VOSSSEN, Mirjam. GORP, Baldwin Van. SCHULPEN, Lau. Thinking and writing about global poverty. **Journalism Studies** 19(14), 2088–2107. 2018.

WACTQUANT, Loïc. Habitus. *In*: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY; Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de Medeiros (Orgs.) **Vocabulário Bourdieu**. BeloHorizonte: Autêntica, 2017.

WAHL-JORGENSEN, Karin. An Emotional Turn in Journalism Studies? **Digital Journalism**. 2019.

WAHL-JORGENSEN, Karin. The Strategic Ritual of Emotionality: A Case Study of Pulitzer PrizeWinning Articles. **Journalism: Theory, Practice & Criticism** 14 (1): 129–145. 2013.

WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público**: uma teoria crítica da televisão. São Paulo: Ática, 1996.